

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

HECILDA APARECIDA CARNEIRO SANTOS

**LICENCIATURA EM GEOGRAFIA: CURRÍCULO E OS DIREITOS HUMANOS
EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL**

CURITIBA/PR

2020

HECILDA APARECIDA CARNEIRO SANTOS

**LICENCIATURA EM GEOGRAFIA: CURRÍCULO E OS DIREITOS HUMANOS
EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação - Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcia Maria Fernandes de Oliveira.

CURITIBA/PR
2020

S237L Santos, Hecilda Aparecida Carneiro
Licenciatura em geografia: currículo e os direitos humanos em universidades federais do Brasil / Hecilda Aparecida Carneiro Santos. – Curitiba, 2020.
432 f. : il. (algumas color.)

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Maria Fernandes de Oliveira

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER.

1. Geografia – Currículos. 2. Geografia – Estudo e ensino. 3. Direitos humanos. 4. Universidades e faculdades - Currículos. 5. Educação – Brasil. 6. Tecnologia Educacional.
I. Título.

CDD 371.334

Catlogação na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

TERMO DE APROVAÇÃO



uninter.com | 0800 702 0500

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 036/2020

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

No dia 03 de dezembro de 2020, às 14h reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Marcia Maria Fernandes de Oliveira (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER), Marcos Torres (Integrante Externo/UFPR), Siderly do Carmo Dahle de Almeida (Integrante Interna Titular-PPGENT/UNINTER), Luana Priscila Wunsch (Integrante Interno Suplente-PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA: CURRÍCULO E OS DIREITOS HUMANOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL”, da mestranda Hecilda Aparecida Carneiro Santos. A presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

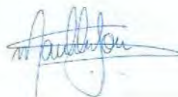
- (X) APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- () APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- () REPROVADA.

A Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pela professora orientadora, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.


Recomendações: Aprovada com indicações da banca.



Marcia Maria Fernandes de Oliveira
Presidente da Banca



Marcos Torres
Integrante Externo



Siderly do Carmo Dahle de Almeida
Integrante Interno Titular

Luana Priscila Wunsch
Integrante Interno Suplente



Hecilda Aparecida Carneiro Santos
Mestranda

Dedico essa pesquisa a todas e todos os professores paranaenses para que se reconheçam verdadeiramente como sujeitos de direitos, e para que empoderem-se para as muitas lutas presentes e futuras, individuais ou coletivas, para manterem e avançarem por aquilo que lhes é de direito, sem se envergonharem jamais.

AGRADECIMENTOS

A minha filha Graziely, ao meu filho Giovane, a minha nora Franciele, ao meu esposo Amarildo e ao meu neto Diego, que me incentivaram e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Para a professora Dra. Marcia Maria Fernandes de Oliveira, pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência.

Para os meus colegas de turma, em especial Michelle Nalepa, Gustavo Pivatto e Marcos Silvério que compartilharei comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

A professora Siderly e ao professor Marcos, que nos honraram com a participação na banca e por suas contribuições valorosas para a qualidade dessa dissertação.

Ofertas de Aninha (Aos moços)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

Cora Coralina

RESUMO

A razão do pressuposto inicial que motivou esta pesquisa, se deu pela formação acadêmica da pesquisadora em licenciatura em Geografia, e pela essencialidade da formação de uma cultura de respeito à dignidade humana. Essa pesquisa teve como objetivo principal, analisar os currículos, com foco nas disciplinas, suas ementas e referências bibliográficas dos cursos de licenciatura em Geografia de três Universidades Federais do Brasil, visando análise da presença de temáticas voltadas para a Educação em Direitos Humanos. Essa pesquisa de abordagem qualitativa, encontrou alicerce teórico em Sacristán (1998). Para a fundamentação teórica foi imprescindível a leitura das obras de Dewey (2010); Freire (1979, 1981); Gatti (2003, 2014); Libâneo (1983); Saviani (2005, 2009 e 2015); Santos (1997, 2008, 2013); Candau (1987, 2006, 2008, 2016); Arroyo e Cunha (2008); Sacristán (1991, 1993, 1998, 2013); dentre outros. As análises mostraram que nos três currículos, das Universidades citadas acima, existem disciplinas voltadas para o contexto dos direitos humanos, inclusive num dos cursos existe a disciplina de Educação em Direitos Humanos, no entanto, acredita-se na necessidade de incorporação de mais disciplinas voltadas para a temática em questão, sobretudo pela compreensão de que a Educação configura-se como uma prática social. Concluiu-se essa pesquisa com a produção de um curso gratuito em Educação em Direitos Humanos, via *Google Sala de Aula*, com carga horária 60 horas, para acadêmicos de cursos de Licenciatura em Geografia.

Palavras chaves: Licenciatura em Geografia - Currículo – Educação em Direitos Humanos.

ABSTRACT

The reason for the initial assumption that motivated this research, was due to the academic training of the researcher in a degree in Geography and the essentiality of the formation of a culture of respect for human dignity. The main objective of this research was to analyze the curricula, focusing on disciplines, their menus and bibliographic references of the degree courses in Geography of three Federal Brazilian Universities, analysis of the presence of themes focused on Human Rights Education. This qualitative research found a theoretical foundation in Sacristan (1998). For the theoretical foundation, it was essential to read the works of Dewey (2010); Freire (1979, 1981); Gatti (2003, 2014); Libâneo (1983); Saviani (2005, 2009 e 2015), Santos (1997, 2008, 2013); Candau (1987, 2006, 2008, 2016); Arroyo and Cunha (2008); Sacristán (1991, 1993, 1998, 2013); among others, The analyses showed that in the three curricula, there are disciplines focused on the context of human rights, even in one of the courses there is the discipline of Human Rights Education, however, it is believed that more disciplines focused on the theme in question are believed, especially by understanding that education is a social practice. the research was completed with the production of a free course in Human Rights Education, through the Google Classroom, with a workload of 60 hours for academics of Bachelor's degree courses in Geography.

Keywords: Degree in Geography - Curriculum - Human Rights Education.

LISTA DE QUADROS

| | |
|----------------|----|
| Quadro 01..... | 93 |
|----------------|----|

LISTA DE ABREVIATURAS

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CFE - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

DF – DISTRITO FEDERAL

DH – DIREITOS HUMANOS

DNEDH – DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

DUDH – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

EDH – EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

GDF – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PMEDH – PROGRAMA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PNDH – PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

PNEDH – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PPC – PROJETO POLÍTICO CURRICULAR

UFCE – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UFRR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 A EDUCAÇÃO | 19 |
| 2.1 EDUCAÇÃO..... | 19 |
| 2.1.1 Educação no Brasil | 21 |
| 2.2 UNIVERSIDADES – BRASIL – LICENCIATURAS – GEOGRAFIA | 37 |
| 3 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | 45 |
| 3.1 AS ORIGENS DOS DIREITOS HUMANOS..... | 45 |
| 3.2 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL | 47 |
| 3.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – PNEHD | 50 |
| 3.4 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS NORMATIZAÇÕES POLÍTICAS | 53 |
| 3.4 OS PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO | 58 |
| 4 A FORMAÇÃO E O CURRÍCULO | 64 |
| 4.1 CURRÍCULO | 64 |
| 4.2 CURRÍCULO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS..... | 82 |
| 5 NOS CAMINHOS DA PESQUISA, O ENSINO DE GEOGRAFIA E O CURRÍCULO | 90 |
| 5.1 A METODOLOGIA | 90 |
| 5.2 O ENSINO DE GEOGRAFIA..... | 94 |
| 5.3 CURRÍCULO DAS UNIVERSIDADES..... | 100 |
| 5.3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ..... | 100 |
| 5.3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CEARÁ.... | 112 |
| 5.3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RORAIMA..... | 120 |
| 6 RESULTADOS | 130 |
| 7 PRODUTO | 135 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 140 |
| REFERÊNCIAS | 144 |
| ANEXO 01 - Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa: Brasil (1980-1995)..... | 158 |

| | |
|--|-----|
| ANEXO 02 - Evolução das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, por organização acadêmica (1996- 2005)..... | 159 |
| ANEXO 03 - Número de IES por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa: Brasil (2003-2013)..... | 160 |
| ANEXO 04 - Número de IES, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2018..... | 161 |
| ANEXO 05 – Autorização da UFPR..... | 162 |
| ANEXO 06 - Autorização da UFC..... | 163 |
| ANEXO 07 – Autorização da UFRR..... | 165 |
| ANEXO 08 - Início dos anexos com as ementas da UFPR..... | 167 |
| ANEXOS 87 - Início dos anexos com as ementas da UFC..... | 326 |
| ANEXOS 135 - Início dos anexos com as ementas da UFRR..... | 374 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa resulta das leituras, dos estudos e dos debates realizados no Grupo de Pesquisa - Ciência, Tecnologia e Interculturalidade na Educação, e em especial no Projeto de Educação em Direitos Humanos, sob a coordenação da Professora Doutora, Marcia Maria Fernandes de Oliveira, do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, do Centro Universitário Internacional - UNINTER.

A escolha do tema para essa pesquisa e da forma como aqui está registrada, representa o olhar e as inquietudes de duas pessoas, professoras de Geografia, uma delas, eu, a orientanda. Nasci no ano do Golpe Militar, sendo assim, a educação sistematizada que recebi caracteriza-se na pedagogia tradicional e nos anos finais, tecnicista. Período em que o Brasil esteve sob organização político militar. Desse período, lembro da rigidez no comportamento de um modo geral, e dos nomes dos ministros que meu pai me perguntava ao cobrar as minhas tarefas; dos obstáculos para conseguir a permissão para frequentar o Ensino Médio noturno, e a falta de condições financeiras, que postergava o meu acesso ao Ensino Superior.

Após 16 anos da conclusão do Ensino Médio, a possibilidade de frequentar uma Universidade, surge, e entre 2002 e 2006, se concretiza. Concluo o Curso de Estudos Sociais, com ênfase em Licenciatura Plena em Geografia, em seguida a minha primeira pós-graduação em Educação. Foi nesse período que aprendi a conhecer o mundo por meio da ciência, e qual era o meu papel no exercício da profissão que eu havia escolhido. Apaixonei-me pela minha profissão e adotei a escola pública como espaço de trabalho.

Hoje, com 20 anos de atuação na Educação Básica, ensino, mas aprendo muito também. Conduzo a construção do conhecimento com o olhar de que um mundo melhor é possível, só precisa ser revelado para cada um. Nesse período, muitas políticas públicas educacionais foram aprovadas, avançando e retrocedendo na qualidade do trabalho dentro da Escola, percebi então, a necessidade de analisar, refletir e lutar coletivamente para a efetivação da educação de qualidade nesse país.

Nessa trajetória profissional, de professora, em alguns momentos, gestora e de dirigente sindical, busquei sempre a formação, e, aqui estou complementando as lacunas, por meio dessa pesquisa.

Nesse processo, não poderia deixar de mencionar a segunda pessoa, que me referi no início, a orientadora dessa pesquisa, a Doutora Marcia Maria Fernandes de Oliveira, professora de Geografia, Educação e/em direitos humanos e engajada nas causas minoritárias, que me mostrou um caminho possível, o qual aqui registramos.

É do nosso entendimento de que a Educação em Direitos Humanos (EDH), deve estar presente no currículo da educação escolar e acadêmica, para que ocorra uma mudança cultural visando a promoção do crescimento humano baseada no respeito e inclusão, pois educar, em direitos humanos, é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio do criar, influenciar, compartilhar, sensibilizar e buscar a consolidação de hábitos, atitudes, costumes e comportamentos que decorram todos daqueles valores essenciais, os quais devem transformar-se em práticas na vivência dentro de valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz, portanto, precisam ir além das legislações internacionais e nacionais existentes, devem estar contidos nos currículos escolares para a efetivação das mudanças necessárias,

A escolha da temática dessa pesquisa, configura-se primeiramente pelo fato da mestranda e da orientadora terem a sua formação no campo da Geografia, e segundo, ainda mais importante, se dá pelo fato da formação propiciada por esta ciência.

Refletir sobre o que consiste a Geografia é significativo para se pensar sobre o ensino desta ciência no Ensino Básico¹ e na formação de professores para esse nível. O pensamento científico geográfico se dá por meio do observar, do conectar dados, do comparar fatos, do classificar, analisar e estabelecer conexões, para atingir o objetivo que é obter e divulgar explicações metodologicamente comprovadas com a finalidade de alertar para as

¹ A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Paraná. 2020. Em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/> acesso em 24/06/2020 às 20:38 h.

consequências dos fatos analisados. Todas essas operações precisam ser desenvolvidas na escola e nas Instituições de Educação Superior (IES) e os professores precisam estar aptos para essa tarefa.

O Ensino da Geografia deve buscar, por meio dos conteúdos e objetivos de aprendizagem, a apropriação do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento integral dos cidadãos como sujeitos históricos, aptos para atuarem na resolução de conflitos individuais e coletivos, de forma consciente, crítica, criativa, responsável e participativa na sociedade, para manter e/ou transformá-la em prol do bem comum e plural.

A educação para a cidadania é um desafio para a Educação Básica, os conteúdos abordados no ensino da Geografia possibilitam que o estudante construa a sua cidadania, sobretudo se o professor de Geografia tiver clareza do objeto e do método de análise, pois é aí que terá os instrumentos para chegar onde se pretende. Por isso, torna-se necessária uma boa formação acadêmica e, também constante atualização, visto que a análise da realidade é essencial no ensino da Geografia.

As informações apesar de passageiras, caracterizam situações histórico-concretas em que vivemos, assim elas são meios que através de uma relação pedagógica possibilitam ao estudante aprender a pensar geograficamente. Para isso é preciso conhecê-las e exercitar a crítica sobre o que acontece, reconhecendo possibilidades e alternativas para os objetivos que se quer alcançar.

No ensino da Geografia os conteúdos devem resgatar o conhecimento produzido cientificamente, possibilitar a manifestação do conhecimento que cada um traz consigo e dar um sentido social para o resultado da interação entre eles.

Ao estudar o mundo, por meio da Geografia é fundamental que os conteúdos permitam o conhecimento espacial da realidade, compreender os mecanismos que a sociedade utiliza, reconhecer no espaço, no território, na região e/ou no lugar a sua história e, principalmente, refletir se é esse modelo de sociedade que queremos, quais são as possibilidades de mudanças e quem são os responsáveis para que ela aconteça.

Em direção dos objetivos específicos objetivos específicos pré-definidos de analisar os achados nos currículos, os conteúdos e as referências da ementas pelo viés dos Direitos Humanos e propor um produto a partir destes, a busca

pelo entendimento sobre a formação acadêmica, procurou-se compreender qual é o papel do currículo. Partindo do pressuposto de que a educação institucionalizada tem objetivos e caracteriza-se por meio de ações pedagógicas para atendê-los, essas ações de formação entre sujeitos, dentro de um espaço determinado, constituída por estudantes e professores, segue um instrumento estabelecido previamente e que é arraigado de ideologia.

Descreve-se aqui o currículo como instrumento utilizado para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados. De acordo com Sacristán (2000, p. 15-16) o currículo é uma expressão “da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino”.

Respaldados por essa definição, função e objetivos da educação e currículo, buscou-se compreender e demonstrar o que se configura como Direito Humano e contextualizar a Educação em Direitos Humanos na formação acadêmica.

Delimitou-se essa pesquisa na profundidade de abordagem dos Direitos Humanos nos cursos de licenciatura em Geografia, de três Universidades Federais brasileiras. Assim, relatou-se brevemente o contexto de surgimento e desenvolvimento dos cursos de licenciatura com ênfase para a formação de professores de Geografia.

Para a escolha das três Universidades Federais analisadas, buscou-se inicialmente, quais ofertam o curso de Licenciatura em Geografia presencial, dentre essas, quais disponibilizavam digitalmente o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) e as ementas, e dentre essas, quais haviam atualizado mais recentemente o PPC. Com esse resultado, essa pesquisa discorre a análise do currículo dos cursos de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Federal de Roraima (UFRR)².

Essa pesquisa, organizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, enquadra-se na abordagem qualitativa, mas podendo utilizar-se

² Os coordenadores dos cursos, consentiram a publicação dos nomes dos cursos e das Universidades.

também do quantitativo para a sistematização dos dados. Encontra alicerce em Sacristán,

o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação, etc., e que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e interdependentes, geram forças que incidem na ação pedagógica. (SACRISTÁN, 1998, p. 22)

Segundo Benevides, Amorim e Rego (2018), o contributo da Educação Superior no fortalecimento da Educação em Direitos Humanos na sociedade brasileira rege-se pelos princípios da autonomia e da criatividade que guiam a natureza das universidades, estando intimamente relacionada aos princípios republicanos e democráticos, tendo por objetivo a produção dos conhecimentos.

Inicialmente, buscou-se compreender como configurou-se a institucionalização da Educação e as influências dos aparelhos ideológicos do Estado, na sua estrutura para a compreensão do seu papel na sociedade capitalista. No decorrer do estudo é possível perceber o lugar ocupado pelas concepções pedagógicas - jesuítica, pombalina, lancasteriana, de cunho tradicional, e a marxista - construtivista, libertária, libertadora, tecnicista e histórico crítica, nas práticas escolares brasileiras. Tais concepções espelham ainda a acessibilidade à escola pelas diferentes camadas sociais e a valorização na atuação e formação do profissional licenciado.

O estudo busca relatar a origem e o desenvolvimento dos Direitos Humanos e as legislações nacionais e internacionais vigentes, com destaque para o campo da educação. As reflexões levaram à necessidade de entender o papel do currículo e a sua importância na formação, aqui registrada no capítulo dois. Dando sequência, no capítulo três, demonstram-se os objetivos do Ensino de Geografia na formação escolar e acadêmica. No quarto capítulo, relata-se de que forma ocorre a abordagem da Educação em Direitos Humanos, na formação acadêmica de Licenciados em Geografia de três Universidades Federais brasileiras.

Apesar de diversos dispositivos legais nacionais e internacionais, observa-se que a sociedade civil brasileira busca a sensibilização para a importância dos DH, fato esse que faz emergir a necessidade de se criarem

mecanismos que permitam reflexões sobre a temática, e principalmente, que possibilitem a efetivação desses direitos.

A EDH na América Latina é uma prática jovem, começa a se desenvolver coincidentemente com o fim de um dos piores momentos da repressão política na América Latina e conquista certo nível de sistematização na segunda metade da década dos anos 80 (BASOMBRIIO apud CANDAU, 1999, p. 63).

Analisar como as IES estão contemplando em seus currículos os Direitos Humanos nos processos educativos é de suma importância na construção de uma sociedade mais justa. A importância da articulação da EDH à Educação Superior de acordo com Benevides (2018) promoverá “o desenvolvimento integral em sua complexidade; para a produção de relações sociais alicerçadas no respeito às diferenças, na democracia, na cidadania” (BENEVIDES, 2018, p.293), diante do fato de grande parte da população não ser alvo desses direitos efetivamente.

No caso brasileiro, a produção de legislações aponta avanço na compreensão da importância dos direitos humanos, porém, cabe analisar se está ocorrendo a EDH nas IES devido ao seu compromisso com a construção, instauração e acompanhamento de políticas públicas que contribuam para a transformação educacional.

Constatou-se inexistência de produção científica específica sobre EDH nos cursos de Licenciatura em Geografia na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na Catalogação de Teses e Dissertações da CAPES. A busca se deu com os títulos “Licenciatura em Geografia e a Educação em Direitos Humanos” e “Direitos Humanos nos cursos de Licenciatura em Geografia”. Diante desse contexto, essa pesquisa propõe assumir o amadurecimento do debate sobre os EDH nas IES, reconhecendo-o como indispensável para a promoção desses direitos, advogando em favor da ampliação da cidadania, da democracia e do desenvolvimento das sociedades.

Pretende-se defender a implantação da EDH nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia para que o espaço acadêmico propicie a unificação entre reflexão e ação, pois nele há condições para solucionar os empecilhos atuais que não permitem a apreensão na totalidade dos DH.

Políticas públicas que contemplam a EDH no Ensino Superior brasileiro são recentes, as poucas pesquisas sobre esse tema nos currículos dos cursos

de licenciatura em Geografia das IES, mostram que é necessário analisar a grade curricular de cursos de licenciatura em Geografia, com foco em EDH, pois o currículo é o alicerce formativo do profissional da Educação. A falta da abordagem não possibilita o acesso com profundidade no que concerne aos Direitos Humanos (DH), prejudicando a formação pessoal e reduzindo a contribuição desses profissionais na construção de uma sociedade mais justa, que respeite as diferenças, promova a democracia e a cidadania, consideradas aqui como essenciais para humanidade.

A violação dos Direitos Humanos ainda faz parte do cotidiano da população brasileira, fato que produz a necessidade de promover mecanismos de empoderamento para que a sociedade civil conheça todos seus direitos e faça uso desses.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) na América Latina é uma prática jovem (...) Começa a se desenvolver coincidentemente com o fim de um dos piores momentos da repressão política na América latina e conquista certo nível de sistematização na segunda metade da década dos anos 80. (BASOMBRIO apud. CANDAU, 1999, p. 63).

Para a seleção das instituições participantes nessa investigação, optou-se em realizar a pesquisa em instituições caracterizadas como universidades, por terem suas políticas de ensino, pesquisa e extensão organizadas de forma mais ampla, respondendo por meio delas às demandas sociais que estão diretamente relacionadas aos direitos humanos. Considerou-se o Decreto nº 5.773/2006 (BRASIL, 2006), que definiu as instituições de educação superior, conforme art. 12:

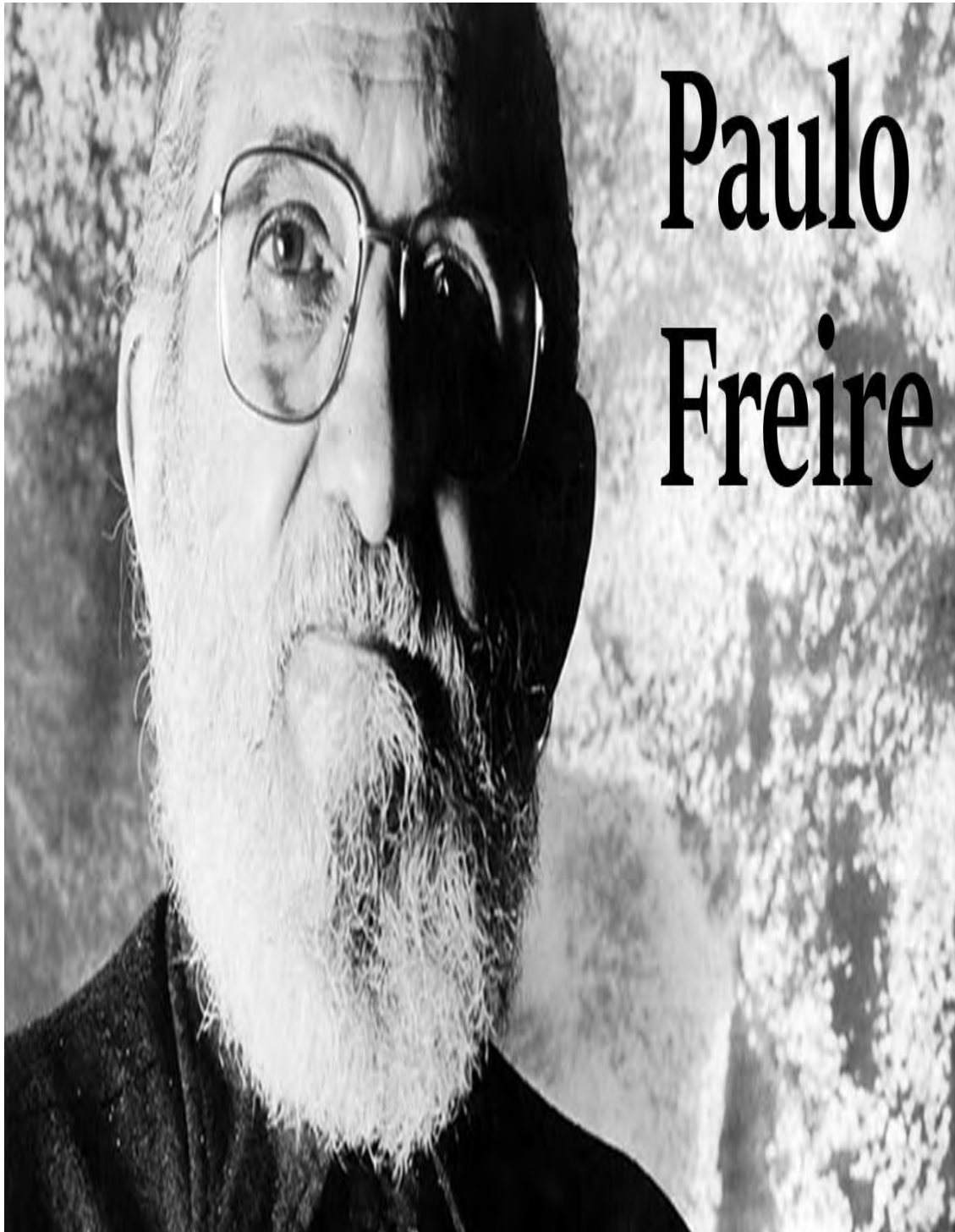
Art. 12 As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 2006).

Assim, foram identificadas três Instituições de Educação Superior (IES) caracterizadas como universidades no espaço territorial brasileiro, optando-se pela análise dos documentos institucionais das três Instituições que reformularam o Projeto Político Pedagógico mais recentemente, e que esse documento estivesse disponível no portal digital. Observado esses dados, a escolha se deu pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Ceará (UFC), e Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O curso escolhido para análise documental foi o curso de Licenciatura em Geografia, porque faz parte dos cursos voltados à formação de professores da educação básica; também pela necessidade de implantação de políticas de inclusão nos cursos de formação de professores que estimulem o reconhecimento e respeito à diversidade, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, (BRASIL, 2015), e, pela formação acadêmica das pesquisadoras.

E para responder a um requisito importante do Programa de Pós Graduação, que tem como objetivo refletir sobre um determinado produto, o destaque referente à pesquisa em questão, é a disponibilização, com o auxílio das tecnologias, o delineamento de uma disciplina gratuita a distância, com 60 horas de carga horária, para professores e interessados, via plataforma *Google* sala de aula, intitulado Educação em Direitos Humanos para cursos de licenciatura.

*"Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda."*
Paulo Freire



2 A EDUCAÇÃO

Neste capítulo procuramos definir o que é Educação, registramos o desenvolvimento no Brasil e direcionamos estes registros para o ensino superior com ênfase nas licenciaturas e ciência geográfica. Presente em qualquer projeção que se faça do futuro e de consenso que seu desenvolvimento precisa avançar na qualidade, fundamentamos a nossa busca no resgate histórico como possibilidade de que os objetivos propostos nesta pesquisa venham a ser alcançados.

2.1 EDUCAÇÃO

A Educação, atividade inerente ao ser humano, tem como ponto de partida o momento em que mulheres e homens passam a se adaptar à natureza de forma a garantir a existência humana, agindo sobre o meio e o transformando. A ação de transformar carece em aprender como fazer, processo pelo qual se iniciou, por meio de tentativas e, desta forma, o ser humano foi compondo seu acervo cultural. É dessa relação entre viver com o outro e com a natureza, garantindo a existência, que podemos afirmar que a educação se desenvolveu, objetivando ensinar ao outro aquilo que já havia sido testado e obtido bons resultados, ou seja, propiciar o acesso ao conhecimento já adquirido e meios para a produção de novos.

O processo educacional materializa-se numa série de habilidades e valores, que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais nas pessoas de acordo com o grau de sensibilização alcançado. A educação fomenta o processo de estruturação do pensamento e das formas de expressão, que contribui para o processo de maturidade e estimula a integração e o convívio em grupo, configurando-se como um processo social. Para Paulo Freire (1979, p. 79), “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Buscar definição e objetivos da educação, rever na sua historicidade as intencionalidades, pode respaldar novas ações pedagógicas que fundamentem a formação no sentido de ser mais humanizada e libertadora, pois a educação é um processo de direção ao desenvolvimento dos indivíduos, no sentido

simultâneo de conservar e renovar a ordem social em que se encontra. Schmidt (2009, p. 139) em seu artigo sobre John Dewey e a Educação para uma sociedade democrática, relata que, para Dewey a educação apropriada para uma sociedade democrática é concebida como “uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes” (1959, p. 83).

A educação compreendida como ato de transmitir, absorver e produzir novos conhecimentos esteve sempre envolvida em tendências, e nos traz a curiosidade de entender qual foi seu papel fundamental desde os tempos mais remotos, para que possamos propor novas possibilidades nos dias atuais. Para Saviani (2007), as teorias que fundamentaram e ainda estão presentes na educação,

podem ser agrupadas em cinco grandes tendências: a concepção humanista tradicional, desdobrada em duas vertentes, a religiosa e a leiga; a concepção humanista moderna; a concepção analítica, que cabe considerar paralelamente à concepção produtivista; a concepção crítico-reprodutivista; e a concepção dialética ou histórico-crítica. (SAVIANI, 2007, p. 16).

A educação formal dá seus primeiros passos no sentido de caracterizar-se. Conforme definição de Saviani (2007),

O desenvolvimento da sociedade moderna corresponde ao processo em que a educação passa do ensino individual ministrado no espaço doméstico por preceptores privados para o ensino coletivo ministrado em espaços públicos denominados escolas. Assim, a educação sistematizada própria das instituições escolares tende a se generalizar impondo, em consequência, a exigência de se sistematizar também o funcionamento dessas instituições, dando origem aos sistemas educacionais organizados pelo poder público. (SAVIANI, 2007, p. 214).

A educação formal compreendida como instrução humana sistematizada carregada de objetivos é resultado da procura de um meio que atenda necessidades criadas pelos seres humanos.

2.1.1 Educação no Brasil

A trajetória histórica da educação brasileira em andamento está carente de reflexões do poder público que administra o país na atualidade. Neste sentido, o resgate da historicidade pode contribuir para a reflexão sobre qualidade da educação.

A presente seção, se trata de um apanhado histórico sobre a consolidação da educação brasileira. Sabendo dos limites da dissertação, o objetivo aqui não é detalhar todo o processo, mas de lançar luzes para alguns momentos fundamentais da nossa história para compreendermos a consolidação da educação formal no país.

O ponto de partida desta reflexão está nos regimentos de Dom João III, de dezembro de 1548, composto de orientações para as ações do primeiro Governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, que aqui chegou em março 1549 acompanhado de padres jesuítas, estes chefiados por Manoel da Nóbrega. Neste documento, disponível no Guia Geográfico História do Brasil, Dom João III diz que:

Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica, vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira para que isso se pode ter; e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos; e, para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consintam que lhes seja feita opressão, nem agravo algum; e, fazendo-se lhes , lhe façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhes fizerem, sejam castigados como for justiça. (FORNAZIERI, 2011, Não paginado).

Assim, a primeira característica educacional vigente no Brasil tinha como centro a questão da catequese, respaldada pela determinação de Dom João III. Acima temos o trecho do documento da época em que relata que o objetivo de povoar as terras era a expansão da fé católica. Cabe aqui lembrar que a Europa vivia nesta fase o avanço do protestantismo, e o objetivo dos jesuítas era impedir o avanço da religião no novo mundo. Entretanto, segundo estudos, a expansão da fé entre as tribos originais no Brasil também colaborou com a expansão territorial e de exploração por parte de Portugal.

Inicialmente (1549 -1570) aplicou-se o plano de ensino elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, que consistia na pedagogia jesuítica, com monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional caracterizada pelo aprendizado do português como uma ferramenta para que os indígenas pudessem prosseguir com a doutrinação cristã na escola, aprendendo a ler, escrever, o canto orfeônico, música instrumental e técnicas agrícolas.

Segundo Saviani (2007),

Então esse plano de Nóbrega não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia, mas a sua aplicação foi precária, tendo sido encontrada oposição no interior da própria ordem jesuítica e sendo finalmente suplantado pelo plano geral de estudos organizados pela companhia de Jesus e consubstanciada no *ratio studiorum*. (SAVIANI, 2007, p. 43).

Com o suporte financeiro da redizima, obtida em 1564 após mobilização dos jesuítas, que consistia em 10% do que era arrecadado na colônia para a manutenção dos colégios jesuíticos, uma nova modalidade de educação no Brasil ocorre em 1599 quando foi promulgado o *ratio studiorum*, essa proposta, também caracterizada por monopólio de vertente religiosa da pedagogia tradicional, Deste modo foi possível expandir os colégios em todo território brasileiro, mais especificamente na região costeira. A prática educacional aplicada tinha caráter universalista e com elementos da cultura europeia. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas em qualquer lugar onde estivessem, afastando a vinculação das condições específicas da colônia contida no plano de Manoel de Nóbrega. E elitista, porque acabou sendo destinada apenas para os filhos dos colonos, já que para os indígenas a educação realizada foi reduzida no necessário para saber ler a bíblia.

Os jesuítas tinham por missão converter os hereges e alimentar os cristãos vacilantes. Para orientar sua prática foi escrito o *Ratio atque Institutio Studiorum*, aprovado em 1599, que continha os planos, programas e métodos da educação católica. Seu conteúdo compreendia a formação em latim e grego, em filosofia e teologia. Seu método, predominantemente verbal, compreendia cinco momentos: a preleção, a contenda ou emulação, a memorização, a expressão e a imitação. (GADOTTI, 2003, p. 68).

Não podemos deixar de lembrar que entre os objetivos da colonização portuguesa, estava a obtenção de lucro. Portugal coloca a burguesia mercantil para administrar a colônia, que faz uso de trabalho escravo para possibilitar maior acúmulo de capital, atendendo assim os interesses da metrópole. É nesse contexto social que a educação escolarizada nos colégios dos jesuítas, construídos e mantidos com a arrecadação da colônia, torna-se instrumento de formação para a elite colonial. Evidencia-se um forte desinteresse em instruir o índio além do necessário para sua catequização.

Para a elite foi proporcionada educação intelectual seguindo o modelo religioso católico. Mesmo que os estudantes não fossem se tornar sacerdotes, tinham a possibilidade de seguir os estudos em Coimbra. Para o índio, apenas catequização, no máximo aprender a ler e a escrever. A educação profissional para o trabalho manual elementar vai acontecer apenas com o convívio do trabalho entre os índios, mestiços e negros. Para as mulheres, a educação se restringia a boas maneiras e prendas domésticas.

Como podemos perceber, a primeira fase da educação brasileira caracteriza-se por monopólio de vertente religiosa e de pedagogia tradicional, definida em verbete elaborado por Saviani,

“concepção pedagógica tradicional” ou “pedagogia tradicional” foi introduzida no final do século XIX com o advento do movimento renovador que, para marcar a novidade das propostas que começaram a ser veiculadas, classificaram como “tradicional” a concepção até então dominante. Assim, a expressão “concepção tradicional” subsume correntes pedagógicas que se formularam desde a antiguidade, tendo em comum uma visão filosófica essencialista de homem e uma visão pedagógica centrada no educador (professor), no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos pelo professor aos alunos, na disciplina, na memorização. Distinguem-se, no interior dessa concepção, duas vertentes: a religiosa e a leiga. (SAVIANI, 2006, Não paginado).

Dermeval Saviani (2007), em *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, cita que franciscanos e outras ordens religiosas chegaram a realizar algumas tentativas pontuais de ensino, mas, foram os jesuítas, mantidos com recursos públicos, que tinham o domínio sobre a educação no Brasil e não o Estado português. Mantiveram o monopólio do ensino no país por 200 anos, dedicando-se principalmente à educação das elites dirigentes. No final desse período, a soma dos alunos de todas as instituições não atingia 0,1% da população

brasileira, porque delas estavam excluídas as mulheres, os escravos, os negros livres, os pardos, os filhos ilegítimos e as crianças abandonadas.

Com o alvará de 1759, se instituíram as reformas pombalinas (1759-1827), embora tributárias da concepção iluminista que procurava colocar Portugal à altura do século das luzes, assumiam o catolicismo como religião oficial do Estado, tornando duvidoso o caráter laico. Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, implantou aulas régias com base na pedagogia tradicional. Pombal entendia que a educação deveria atender os interesses de Portugal e não deveria estar a serviço da ordem religiosa, procurou concentrar nas mãos do Estado todas as modalidades de orientação política, inclusive no campo educativo (SECO; AMARAL, Não datado).

O Estado português toma a educação como sua responsabilidade e há uma preocupação para sistematização dos novos conhecimentos. A educação de responsabilidade estatal com o objetivo de ser laica, porém ainda muito marcada pela vertente religiosa, com muitos professores padres. As reformas pombalinas marcam este período, com a finalidade de formar o nobre para ser um negociante, através da razão e em novos métodos, que tornem o conhecimento o mais prático possível (SECO; AMARAL, Não datado).

A partir de 1827, na era iluminista francesa, com o Brasil independente, foi aprovada a lei das escolas de primeiras letras, cujo enunciado do primeiro artigo diz,

Com a independência política, foi instalado o Primeiro Império que fez aprovar, em 15 de outubro de 1827, a lei das escolas de primeiras letras, cujo artigo primeiro estabelecia: "em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverão [sic] as escolas de primeiras letras que forem necessárias" (Tambara e Arriada, 2005, p. 23). Mas essa lei permaneceu letra morta. E o Ato Adicional à Constituição do Império, promulgado em 1834, colocou o ensino primário sob a jurisdição das Províncias, desobrigando o Estado Nacional de cuidar desse nível de ensino. Considerando que as províncias não estavam equipadas financeiramente e nem tecnicamente para promover a difusão do ensino, o resultado foi que atravessamos o século XIX sem que a educação pública fosse incrementada. (SAVIANI, 2008, p. 07).

Este período (1827-1890), Lombardi (2008) relata que "consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organização da educação como responsabilidade dos poderes públicos, então representado pelo governo imperial e pelos governos provinciais." (LOMBARD, 2008, p. 204).

Conforme Martins (2002), é neste período que se implanta o ensino superior no Brasil, devido a necessidade de preencher o quadro geral da administração e da política na colônia, gerada com a chegada da família real portuguesa em 1808. A primeira instituição de ensino superior foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808, em seguida, as faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, em 1827. Essas instituições ficaram sob o domínio do poder central e com a finalidade de formar especialistas.

A Constituição de 1824 estabeleceu que a educação formal deveria ser gratuita para todos os cidadãos, porém na prática, o ensino permaneceu sem mudanças estruturais até 1834, mesmo com as províncias tendo poder para definir as regras educacionais em seu território, como afirma Castanha (2006),

O Ato Adicional é visto pelos historiadores como um fato secundário, principalmente a partir da lei de interpretação do mesmo em 1840. No entanto, se a leitura for feita pelo viés da história da educação, o leitor perceberá que o Ato Adicional é representado como um marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira. (CASTANHA, 2006, p. 174).

O ato adicional estabelece que o ensino primário fica sob a responsabilidade das províncias, caracterizando assim a dualidade no Brasil durante o império, entre o poder central e as províncias no que diz respeito à educação formal.

A falta de recursos vai impossibilitar a criação de uma rede organizada de escolas no ensino secundário, dando abertura para a iniciativa privada, que, para atender a pressão das classes dominantes, oferece ensino propedêutico, que consiste em um ensino teórico preparatório para o ensino superior.

De acordo com Araújo et. al. (2019), ainda segundo Castanha, com a fundação do Colégio Pedro II em 1837, no Rio de Janeiro, e o grande número de jovens fora da escola, adotou-se o método mútuo ou lancasteriano, na primeira metade do século 19, porém, não se obteve resultados, muitas famílias não viam necessidade de colocar os filhos na escola, e o número pequeno de alunos por sala impossibilitava o êxito.

O Ato adicional foi uma das leis que influenciou na educação pública do período ao permitir uma estrutura descentralizada para organização educativa. Outra inovação diz respeito ao método lancasteriano ou mútuo, trazido da Europa como um modelo a ser seguido, pelos bons

resultados que apresentava no ensino de muitos alunos ao mesmo tempo. Esse método foi adotado oficialmente pela Lei de 15 de outubro de 1827. (CASTANHA, 2013, p. 02 apud ARAÚJO, 2019, p, 64).

Em Vesentini (2014) encontramos relatos sobre a presença da Geografia no currículo do importante com Colégio Pedro II, fundado no Rio de Janeiro em 1837, como única instituição de cultura e de formação geral. E, em Da Rocha, ao descrever sobre o Ensino de Geografia no Brasil, mencionar que o primeiro regulamento fixado

no Colégio Pedro II, foi introduzido a exemplo dos colégios franceses os estudos simultâneos e seriados em substituição a mera reunião de aulas régias em um só prédio no curso regular com duração de 6 e 8 anos seriam ensinadas as línguas Latina grega Francesa e inglesa a gramática nacional e a retórica a geografia A história as ciências naturais e as matemáticas a música vocal e o desenho. (DA ROCHA, p.16)

E conforme Silva e Medeiros Neta (2019),

Diante da expansão, em 1854, o Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, estabelece dispositivos de controle e organização do ensino por meio do Decreto nº 1.331A, de 17 de fevereiro (BRASIL, 1854). Na Reforma Couto Ferraz se estabelecem as regras de inspeção dos estabelecimentos de ensino, a organização da instrução pública primária e secundária, bem como do ensino particular primário e secundário. Além disso, estabelece regras de seleção e ordenamento jurídico da profissionalização docente. (SILVA; NETA, 2019, p. 09).

Maria Lúcia de Arruda Aranha, no livro História da Educação (2006), relata que o processo de instrução da população brasileira durante o Império não obteve avanços significativos, pois, os indicadores em 1867 relatam que 10% da população em idade escolar estava matriculada e, “em 1890 a cifra de 67,2%, herança do período imperial que a República não conseguiria reduzir senão a 60,1%, até 1920.” (ARANHA, 2006, p. 235).

Em Clark (2006), a Proclamação da República em 1889, o desenvolvimento da indústria, as greves operárias, a Semana de Arte Moderna, a Revolução Russa, a primeira Guerra Mundial e a queda da bolsa de Nova York, acontecimentos importantes, marcam o período (1890-1930). Nessa nova etapa da escola pública propriamente dita, com o ideário iluminista republicano,

implanta-se progressivamente escolas nos estados com formação para professores, consolidando as escolas normais.

De acordo com Silva,

A educação, que já aparecia na Constituição de 1824, no título VIII, sobre "As garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros", foi reafirmada na Carta de 1891, no capítulo sobre a "Declaração dos Direitos". São dois momentos históricos que afirmaram a importância da educação, mas inserida nos direitos mais genéricos, como o da liberdade individual. Assim a "gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos", no Art. 179 da Constituição Imperial, caracterizou-se como uma retórica. (SILVA, 2009, p. 07).

Conforme o caderno digital da UNESP (2010), mesmo com a resistência das classes dominantes, as ideias positivistas ganharam força com a reforma de 1890. Benjamin Constant, adepto das ideias do filósofo francês Auguste Comte, assume o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, realizou mudanças na faixa etária de egresso e priorizou disciplinas científicas.

Com a educação formal de responsabilidade dos estados e municípios, abriu-se espaço para outras propostas. No livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* (2007) Dermeval Saviani relata que a proposta que se sobressaiu e tornou-se modelo foi a reforma paulista, que foi implementada de 1892 a 1896 e tinha como base a criação dos grupos escolares, com a divisão dos alunos em séries.

Dermeval Saviani menciona a dualidade na educação brasileira entre o público e o privado. A primeira caracteriza-se como pública, de acordo com o regimento de D. João III, mas executada por uma entidade privada, os jesuítas. A segunda, "pombalina", sob a orientação pública estatal, mas as escolas funcionavam em espaços privados, como em casas dos professores. A terceira, já no Estado nacional independente, a "instrução pública está sob a tutela do Estado", mas o movimento do chamado "ensino livre ganha força, principalmente das instituições privadas". (SAVIANI, 2015).

O início da República foi muito fecundo na proposta de reorganização de uma escola pública propriamente dita. Construções de espaço próprio, admissão de professores, sistema de formação para professores nas escolas normais, escola de experimentação, pagamento dos professores pelo poder público,

grupos escolares e escolas normais sendo instituídas, caracterizam inicialmente esse momento.

O crescimento dessas camadas sociais, a industrialização, a urbanização e a precariedade no campo, vão influenciar no modelo da educação a ser implementado. A carência de professores faz com que o governo crie as escolas complementares; foi preciso, também, estruturar diretrizes e normas para organizar a educação formal. Jorge Uilson Clark, no artigo *A Primeira República, as Escolas Graduadas e o Ideário do Iluminismo Republicano: 1889-1930*, “destaca que, em 1894, se criava também o cargo de diretor escolar, além disso, renovou os saberes escolares, sendo também proposto uma nova estrutura arquitetônica, construída especificamente para esse fim”. (CLARK, s/d, p. 04). Rosa Fátima de Souza (1998) relata que “as vagas de professores da Educação primária eram amplamente preenchidas por mulheres recebendo salários baixos, pouco atraentes ao público masculino”. (SOUZA, 1998, p. 62).

Martins (2006, p. 13) nos lembra que “Nas primeiras décadas do século XX, instaurou-se, no Brasil, uma discussão entre as propostas pedagógicas tradicional, escolanovista e libertária.”

De acordo com Martins (2006), nesse momento, acentuou-se o debate sobre a importância da disseminação da instrução, porque o Brasil apresentava índices alarmantes de analfabetismo. Para os anarquistas, a educação e as atividades culturais eram importantes para o movimento e com essa intenção foram criadas as Escolas Modernas no Brasil, baseadas na pedagogia racional libertária, inspiradas em Ferrer e Guardia, como pressuposto de enfrentar o processo de dominação representado por uma educação idealizada pela e para uma elite, e criar uma nova mentalidade, pautada na solidariedade, na cooperação, na igualdade e na liberdade. A primeira Escola Moderna brasileira foi criada em maio de 1912, em São Paulo e tornou-se um paradigma da educação libertária no Brasil. A corrente anarquista conquistou espaço e passou a influenciar a Educação, as instituições fugiam do dogmatismo e fundamentavam o currículo na ciência.

Além da corrente anarquista, na década de 1920, se destacaram os pioneiros da Escola Nova, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e mais 23 signatários, que na defesa da educação pública, gratuita e laica, conseguiram ganhar força no país em 1932, com o Manifesto

dos Pioneiros da Educação Nova. Segundo Maria Cristina Gomes Machado, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), "O principal mérito do manifesto foi trazer à tona o debate sobre a escola para toda a população independentemente da classe social". (MACHADO apud CAMILO, 2013).

Ou, segundo Saviani (2006),

Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade. (SAVIANI, 2006, p. 33)

Conforme Honorato (2017), em defesa da escola pública, laica, igualitária e sem privilégios, foi realizada a Reforma Sampaio Dória em São Paulo, em 1920. O fato de metade da população de 7 a 12 anos estar fora da escola e o baixo orçamento, gerou a proposta de uma etapa inicial de dois anos, gratuita e obrigatória para toda a população. A proposta foi rapidamente engavetada, mas abriu espaço para reformulações em vários outros estados que, segundo Saviani, alteraram a instrução pública em aspectos como a ampliação da rede de escolas e a reformulação curricular, sendo implementada concomitante em diferentes estados.

Em Martins (2006) a passagem do sistema agrário exportador desde o período colonial para uma parcial industrialização vai refletir diretamente em novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções no setor industrial. Mesmo com as escolas de corrente anarquista, a oferta de ensino no país é baixa e discriminatória, a maioria era de iniciativa privada e só tinha acesso quem tinha posses para pagar.

De acordo com Carneiro (2016), a partir da industrialização no Brasil, a educação vai se preocupar em formar mão de obra, separando a formação para o trabalho técnico do trabalho teórico, ou seja, a pesquisa sempre ficará em segundo plano. É no período da República que se apresenta de forma mais nítida as contradições entre as condições de vida das diferentes classes sociais.

A partir da fase (1931-1961) caracterizada pela regulamentação nacional do ensino e o ideário pedagógico renovador, as escolas primárias, secundárias e superiores incorporam a pedagogia renovadora, através da reforma Francisco

Campos, aprofundada pela reforma Capanema e culminando com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei no. 4.024/61.

Nesta fase, de acordo com Lombardi (2008, p. 204), Saviani divide esse momento em duas fases. Uma de equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947), e a segunda, com predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961).

De acordo com o verbete elaborado por Lage, Saviani e Vidal relatam que o objetivo nesta fase escolanovista foi ensinar o sujeito a apertar parafuso e não oferecer conhecimentos importantes para compreender o presente, evitando assim conflitos com os interesses das elites dominantes. A escola estava muito mais preocupada com o trabalho e muito menos com a questão científica. Incomodada com a perda de espaço, a Igreja católica também orquestrou uma reação, pressionou os governos para o restabelecimento do ensino religioso, publicou livros didáticos e artigos em revistas e jornais e continuou a atuar na formação de professores. Da mesma maneira, as elites tentavam reconquistar seu poder. De outro lado, os escolanovistas cresciam cada vez mais e se preparavam para a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, já no governo de Getúlio Vargas. Foi o Ministério da Educação e Saúde Pública, ocupado por Francisco Campos, que abriu possibilidades para o retorno do ensino religioso ao currículo. Embora influenciado pelo manifesto, o novo ministro era católico e antiliberal. Marcando assim a dualidade, apesar dos avanços na escola pública, havia muitas escolas de propriedade de igrejas, principalmente a católica, recebendo subvenção do governo. Fato que permanece até os dias atuais, com locação e manutenção de escolas em prédios de congregações.

Com as necessidades de profissionalização da população e os anseios pelo acesso à educação, leis orgânicas do ensino foram promulgadas a partir de 1942, organizando a quantidade de séries do antigo ginásio e do colegial, além de criar curso supletivo para a população adulta. O Estado Novo (1937-1945), instituído por Getúlio Vargas, proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira. Sobre o período, Brito (2006) esclarece que

Assim, o período que vai dos anos 30 aos anos 60 foi importante tanto para a consolidação do capitalismo no Brasil, com a industrialização, como também para a penetração efetiva de uma nova ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando para tal a necessidade de reorganização do ensino. (BRITO, 2006, p. 12).

A Educação no Projeto Nacionalista do primeiro governo Vargas; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defende a educação gratuita e laica, a nova Constituição de 1945, que define que a União legisle sobre a educação, e Paulo Freire em 1961, de acordo com Scheffer (2013)

foi indicado para diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife e, em 1962, ele teve a primeira oportunidade para uma aplicação significativa de seu método, quando ensinou 300 cortadores de cana a ler e a escrever em apenas 45 dias. Devido ao êxito do método, o governo ampliou centenas de círculos de cultura no país, atendendo à situação de transição vivida pela sociedade brasileira (PAIVA, 2000 apud SCHEFFER, 2013, p. 292).

Com o fim do Estado Novo, o país ganhou outra Constituição, que determinou para União a função de legislar sobre as bases da educação. Em 1948, o anteprojeto do então ministro Clemente Mariani para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) gerou insatisfação entre os escolanovistas e a Igreja Católica, prorrogando em 13 anos sua aprovação. Por fim, a lei permitiu a pluralidade dos currículos e estabeleceu que o Estado destinaria recursos a entidades privadas de educação.

Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek assumem o poder central na década de 50, e surgem movimentos de educação popular com iniciativas que até hoje estão vivas, como as propostas de Paulo Freire. Lombardi (2008), citando Saviani, diz que o período entre 1961 e 1996 caracteriza-se pela unificação normativa da educação nacional e a concepção produtivista de escola. A unificação é devida à aprovação das LDBs de 1961 e 1996. Esse período é marcado pela crise da pedagogia nova, pela articulação da pedagogia tecnicista entre 1961 e 1969 e pelo confronto entre as pedagogias críticas e a pedagogia do capital humano, sob a concepção produtivista da educação entre 1969 e 1996.

Em 1964, com o golpe de Estado, instaura-se no país o regime militar. O poder nacional, com base na ideologia da interdependência, destrói a

autonomia nacional nos termos da ideologia nacional desenvolvimentista. As propostas de uma educação mais democrática foram abandonadas, Paulo Freire foi exilado no Chile e a Escola Nova deixou de ser considerada como política pública. O governo manteve a preocupação com a industrialização crescente e o foco na educação foi formar o povo para ser capaz de executar tarefas e não necessariamente formar para que pensassem sobre elas.

Dermeval Saviani relata que a meta do momento foi a elaboração de um plano de educação com a escola primária voltada para uma atividade prática e o 2º grau técnico que preparasse o estudante para o mercado. Ferreira Jr. (2008) explica que,

Na esteira desse processo, o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham com escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o *slogan* "Brasil Grande Potência". (FERREIRA JR, 2008, p. 335).

Conforme Abreu (2008), fez parte da educação brasileira forte incentivo ao patriotismo, à inclusão obrigatória da disciplina de Educação Moral e Cívica em 1969 e professores na maior parte militares ou religiosos, os estudantes passaram a ter aulas sobre temas como cidadania, patriotismo, família e religião.

Com relação ao ensino universitário, apresentou falta de oferta e crescimento de demanda. Em 1969 o governo declarou os membros da União Nacional dos Estudantes como subversivos e produz o Decreto-lei nº 477 determinando que,

comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que (...) III Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados. (BRASIL, 1969).

De acordo com Rocha (2015), em julho de 1971, o ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, oficializou vestibular classificatório nas universidades. Em agosto de 1971, foi aprovada a Lei nº 5.692, trocando a nomenclatura de primário, ginásio e colegial para 1º e 2º graus, alterando a idade

escolar mínima para 14 anos de idade, extinguiu o exame de admissão necessário para entrar no ginásio e incluiu a disciplina de Estudos Sociais, com conteúdos de História e Geografia. Conforme Rocha (2015, p. 134), “Fazendo parte do currículo pleno, as autoridades educacionais do período introduziram os Estudos Sociais na ‘grade’ curricular das escolas de primeiro e segundo grau. Segundo a Lei nº5692/71 e o Parecer nº853/71, os Estudos Sociais”

Então, a ideologia nacional desenvolvimentista que vigorou no período pós-guerra, 45 a 64, foi substituída pela doutrina da interdependência em que se estreitaram os laços do Brasil com o chamado ocidente e sua dependência em relação aos Estados Unidos. O que se chamou de poder nacional, na verdade visava destruir a autonomia nacional, antes defendida pela autonomia nacional desenvolvimentista, articulava o poder nacional com o poder ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Conforme Veras (2018), é nesse contexto que se pode entender todo um conjunto de medidas de políticas educacionais tomadas durante a vigência do regime militar, que vão desde o Mobral até as reformas no ensino do primeiro, segundo e terceiro grau, passando pela criação dos Crutacs – Centros Rurais Universitários de Treinamento de Ação Comunitária, Centros Sociais Urbanos, o projeto Minerva, projeto de ensino supletivo, que substituiu os cursos de natureza, projeto Saci e o Projeto Rondon. Medidas conduzidas no período de 64 a 84 que refletiram a orientação de política educacional institucionalizada por meio das leis 5.540, que trata da reforma universitária, e da lei 5.692, que trata da reforma do primeiro e segundo grau.

De acordo com artigo veiculado no sítio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no período do general Ernesto Geisel, as mudanças educacionais caracterizaram-se pela municipalização do ensino de 1º grau; a crise do petróleo em 1973 repercutiu no Brasil reflexões sobre a fase conhecida como milagre econômico; e em 1979 o professor universitário Eduardo Portella, pouco identificado com o regime militar, assume o Ministério da Educação e Cultura. Isso tudo formava indícios das mudanças e fortaleceram os movimentos pela volta da democracia, o país passou a respirar lentamente a volta da democracia.

Saviani (2015), informa que João Figueiredo, último presidente militar, intensificou o processo de abertura, revogou a obrigatoriedade de o 2º grau ser profissionalizante e criou programas específicos para o ensino voltados à

população de baixa renda, que geraram pouca mudança na prática. Em 1985, Tancredo Neves é eleito, porém devido a sua morte, quem assume é seu vice José Sarney, período este chamado de Nova República, que configurou a transição democrática. Saviani (2015) nos lembra que a transição democrática se fez seguindo a estratégia da conciliação pelo alto, visando garantir a continuidade da ordem socioeconômica em consonância, portanto, com a visão dos grupos dominantes tendo à frente a burguesia. Ou seja, a estratégia de conciliação foi de preservação de uma forma de incorporar o consentimento dos dominados dos próprios privilégios dos dominantes.

De acordo com Batista (1994) a nova ordem socioeconômica foi neoliberal seguindo as orientações do consenso de Washington de 1989. A reorganização empreendida implicou no campo econômico a elevação ao status de valor universal de políticas como o equilíbrio fiscal, a desregulação dos mercados, a abertura das economias nacionais, a privatização dos serviços públicos no campo político e a crítica às democracias de massa. A palavra de ordem foi corte profundo nos gastos públicos. Então, esse processo de chamada mundialização ou globalização assumidas pelas próprias elites econômicas, e no caso do Brasil assumido a partir do governo Collor, vai ter um interstício de leve resistência no período de Itamar e depois assumidas plenamente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo continuidade com o contra peso social nos períodos de governo do Partido dos Trabalhadores, com Lula e Dilma. Neste contexto as medidas educacionais vão ser marcadas por uma espécie de neoconservadorismo.

Nos primeiros três anos da Nova República, houve a elaboração da Constituição. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Educação (Ande) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), em Goiânia, elaboraram uma lista de propostas sobre garantir o ensino para todos e o dever do Estado.

Em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição Federal foi finalmente aprovada, contendo o reconhecimento da Educação como direito subjetivo de todos, e estabelecendo o prazo de 10 anos para erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental para que a união, os estados e os municípios atingissem a meta. A legislação tornou urgente a tomada de providências, como a abertura de mais escolas e a formação de docentes,

consequentemente acarretando a necessidade de investimentos. Para isso, a lei indicava a aplicação na área de, no mínimo, 18% da receita dos impostos pela União e 25% pelos estados e municípios. O direito público da educação é passível de mandado de injunção e somado à pressão da população, os governantes passaram a cumprir os mínimos constitucionais.

Manipulação na criação de novos impostos com o nome de contribuição para não entrarem no cálculo dos impostos a serem destinados para educação ocorreu e demonstrou um aspecto da política educacional que precisa ser levado em conta, pois, demonstra a resistência das elites em investirem na educação pública.

Já no período democrático, fatos importantes passaram a marcar avanços na educação, como o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (Pnac) em substituição à Fundação Educar - versão democrática para o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), a promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com relatoria do senador Darcy Ribeiro, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), reforço na municipalização do Ensino Fundamental, na formação do docente em nível superior, a Educação Infantil na posição de etapa inicial da Educação Básica³ e a inclusão de recomendação para que os estudantes com necessidades especiais fossem atendidos preferencialmente na rede regular.

Outros avanços importantes foram a inclusão do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), com resultados por escola e por aluno, substituindo vários vestibulares para instituições de ensino superior a partir de 2009, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Além disso, destaca-se também o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais para estados e municípios. Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e válido por dez anos.

³ A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

Outro exame nacional foi criado em 2005. Alunos de 4^a e 8^a séries (5^o e 9^o anos) passaram a ser avaliados na Prova Brasil. Com o desafio de ampliar o acesso à escola e melhorar os índices nas avaliações, viu-se a necessidade de ampliar os recursos da área e alcançar todas as etapas. Assim, o Fundef se tornou Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007.

Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 determinou a ampliação da obrigatoriedade escolar para 4 a 17 anos até 2016. O assunto foi reforçado pela Lei nº 12.796 em 2013.

Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, levou Cristovam Buarque para o Ministério da Educação (MEC) e foi lançado o programa Brasil Alfabetizado para o combate ao analfabetismo. O esforço contínuo levou à diminuição da taxa de analfabetismo de quem tem 15 anos ou mais. O piso salarial nacional de 950 reais para os docentes foi aprovado em 2010, com a proposta de que um terço da jornada fosse dedicada à formação e planejamento.

Outra estratégia presente nesse período foi o das escolas de tempo integral. As primeiras iniciativas sobre esse assunto foram lideradas ainda nos anos 80 por Darcy Ribeiro. Mas, passado o ânimo inicial, elas ficaram restritas a poucas unidades. Assim, em 2007, o MEC instituiu o programa “Mais Educação”, que custeou o aumento da carga horária em 49 mil escolas.

Além de todas as mudanças políticas que interferiram na sala de aula, essas décadas incluíram uma grande revolução tecnológica, marcada pelo desenvolvimento da internet, que transformou as relações sociais e, claro, o ensino. Conforme Ferreira (2013), embora 70 mil escolas de Ensino Fundamental ainda não tivessem computador em 2010, essa máquina entrou na vida de alunos e professores, mudando a maneira como acessam a informação e o conhecimento. Os governos Lula e Dilma distribuíram laboratórios de informática, laptops para alunos e tablets para docentes. Apesar disso, a realidade ainda é desigual.

No Brasil, a educação a distância é conceituada oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005,

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a

utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino a Distância - ABED (2011), a história da educação a distância no Brasil começou em 1904, quando no Jornal do Brasil foi encontrado um anúncio nos classificados oferecendo curso de datilografia por correspondência. A partir desse registro, vários outros fatos aconteceram, como a criação do Centro Nacional de Educação a Distância, em 1995. De lá pra cá, com o avanço das novas tecnologias de comunicação, a modalidade EAD tem atraído grande número de estudantes em cursos de extensão, graduação e pós-graduação, gratuitos ou particulares.

É importante destacar que na primeira década do século XXI e na primeira parte da segunda década, com o objetivo de colaborar na construção de uma sociedade mais justa, onde as diferenças culturais sejam respeitadas e valorizadas, e, para atender a Constituição e os anseios da população brasileira ao acesso e permanência na escola pública de qualidade, conforme artigo 205 da Constituição brasileira,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Foi aprovada a Lei no 10.639, em 9 de janeiro de 2003 que institui e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". A Lei Federal 10.741 de 01 de outubro de 2003, instituindo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008 a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “indígena”, e em 2003 é aprovado Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH.

2.2 UNIVERSIDADES – BRASIL – LICENCIATURAS - GEOGRAFIA

Segundo Orlandin (1997), é no período da descoberta sobre o conteúdo dos livros antigos gregos escondidos pela Igreja que ocorreram inquietações e

delas surgiram as universidades europeias, denominadas de *studium generale*, mais tarde substituído por *universitas*. Nelas, mestres e discípulos dedicavam-se ao ensino superior de medicina, direito e teologia. Caracterizadas durante a Idade Média pela grande influência de uma cultura superior à do espírito.

De acordo com Lampert (1997), há indícios de que a primeira universidade europeia tenha sido na cidade italiana de Salerno, no século XI. Além desta, antes de 1250, formaram-se no Ocidente a primeira geração de universidades medievais, originárias do desenvolvimento das escolas que já existiam. Podemos citar entre as primeiras universidades europeias a de Bolonha (1088), de Paris (1090), de Oxford (1096), de Modena (1175), de Cambridge (1209), de Salamanca (1218) e de Coimbra (1290), constituída por iniciativa do papa. Porém, a universidade de Marrocos, do ano de 859 d.C., é considerada a universidade mais antiga do mundo.

Lampert (1997) também salienta que toda essa agitação, toda essa transformação, foi a base de um movimento muito importante para a humanidade, um movimento filosófico que surgiu no século XV, das transformações culturais, sociais, políticas, religiosas e econômicas desencadeadas, que possibilitaram o desenvolvimento do Renascimento.

A Universidade de Coimbra é considerada a “primeira universidade do Brasil” (ALCÂNTARA, 1975), pois era nela que jovens brasileiros eram encaminhados para se graduar em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história. É somente depois da vinda da família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, que surgiu a primeira universidade no Brasil, denominada de Faculdade de Cirurgia da Bahia, localizada em Salvador e a Faculdade de Medicina localizada no Rio de Janeiro.

Costa e Rauber (2009) complementam as informações relatando que em 1827 foram criadas a Faculdade de Direito em Olinda e outra em São Paulo, doze anos mais tarde, em 1839, surge a Faculdade de Farmácia em Ouro Preto e somente 37 anos após, 1876, criou-se a Escola de Minas em Ouro Preto. A partir de 1891, gradativamente passou a funcionar a Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro; em 1892, a Faculdade de Direito em Belo Horizonte; em 1893, a Escola Politécnica em São Paulo; em 1896, a Escola de Engenharia Mackenzie em São Paulo; em 1898, a Faculdade de Direito em Goiás; em 1909

a Escola Universitária Livre de Manaus; e em dezembro de 1912, a Universidade Federal do Paraná, considerada mais antiga pois considerada a mais antiga do Brasil, apesar de ter surgido depois da de Manaus, por nunca ter interrompido suas atividades, diferente da de Manaus, que interrompeu as atividades entre 1926 a 1962.

Funcionavam com mestres vindos de outros países devido à falta de profissionais preparados para a função, o que restringiu o surgimento de mais faculdades no país.

Saviani reitera que, somente após a independência do país, a questão do preparo de professores emergiu de forma explícita em solo brasileiro, com sua gênese envolta na implantação de um modelo formativo exclusivamente prático, consubstanciado pela Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827. Por meio dessa lei foi estabelecido que o ensino nas Escolas Primárias deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, e que “[...] os docentes deveriam ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias [...]”. (SAVIANI, 2009, p. 144).

Lima e Leite (2018) em seu artigo *Historicidade dos Cursos de Licenciatura no Brasil e sua repercussão na Formação do Professor de Química*, destacam que após o Decreto-Lei no 1.190, de 04 de abril de 1939,

foram estabelecidas no país, mesmo que indiretamente, as primeiras orientações legais sobre os cursos de formação docente em nível superior, pois nessa legislação vinha explicitado que uma das finalidades das Faculdades de Filosofia era preparar candidatos ao magistério do Ensino Secundário e Normal. Assim, essas faculdades deveriam ser organizadas em seções (Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia) e dentro de cada uma estariam distribuídos os cursos a serem ofertados. Na seção de ciências foram incluídos os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais. (LIMA; LEITE, 2018, p. 146).

Bonete, Fernandes e Júnior (2013) em seu artigo *História e Geografia: elementos para um ensino humanista*, relatam que em 1929 foi criado o curso Superior Livre de Geografia, citam Andrade (1995) que nos relata que o estudo e ensino de Geografia do Brasil, ganhou espaço após a Revolução de Trinta; com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1934 pelo Governo Federal, embora voltado à pesquisa, formou inúmeros professores para diversas universidades; e pela fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), organizada inicialmente pelo professor Pierre Deffontaines.

Os autores citam Cassab (2009) “Em 1936, formaram-se os primeiros professores licenciados, com uma forte bagagem conceitual da Geografia Francesa.” (CASSAB, 2009, p. 47 apud BONETE; FERNANDES; JÚNIOR, 2013, p. 47).

Com relação à oferta de licenciatura, a Faculdade de Educação Ciências e Letras, idealizada por Francisco Campos em 1932, ficou com a função de formação de professores, conforme Cacete (2014),

O governo provisório de Getúlio Vargas criou, entre outros, o Ministério da Educação e Saúde Pública cujo primeiro ministro, Francisco Campos, por meio de uma série de decretos, instituiu a chamada Reforma Francisco Campos, fruto da Revolução de 1930 e de um conjunto de interesses que assumiram o poder naquele momento. Entre esses decretos o de número 19.851, de 11 de abril de 1931 - *Estatutos das universidades brasileiras* - que, ao dispor sobre a organização do ensino superior instituindo o regime universitário, elevava para o nível superior a formação de professores secundários. Por esse decreto o ensino superior deveria ser ministrado na universidade a partir da criação de uma Faculdade de Educação Ciências e Letras, onde deveriam ser formados os professores secundários. Do ponto de vista da organização do sistema, a reforma previa duas situações: o sistema universitário oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre, mantido por particulares, e o instituto isolado. (CACETE, 2014, p. 1063).

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras não chegou a ser instalada, o nome adotado pelas instituições para realizar a tarefa de formação de professores foi Faculdades de Filosofia ou Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, com origens na Faculdade de Artes da Universidade Medieval,

Concebida como instituto universitário que engloba o conjunto das ciências e as humanidades, centro da pesquisa científica pura e dos altos estudos, surge com a Universidade de Berlim criada em 1810, sob a inspiração de *Wilhelm von Humboldt*. (CACETE, 2014, p. 1064).

As funções dessa Faculdade eram a formação geral e a formação para a pesquisa científica, posteriormente atribui-se a função da formação científica do professor da escola secundária,

[...] em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras elevava a nível superior a formação do professor secundário e meses antes da publicação do decreto de fundação da Universidade de São Paulo, criara-se, no Instituto de Educação de São Paulo, um curso para a formação de tal professor - o que o colocou, como de ensino superior (e só a ele no Instituto), no âmbito da Universidade quando, em 1934,

ela mesma é fundada. (CACETE, 2014, p. 1065 apud FÉTIZON, 1984, p. 130).

Para os cursos de geografia, a formação do professor de acordo com Rocha (2015),

Uma maior difusão de cursos de formação de professores(as) de Geografia ocorreu a partir da década de 50 do século XX. Nas universidades públicas e mesmo em instituições de ensino privadas, novas turmas ingressavam e qualificavam profissionais para atuar com a docência nos diferentes níveis de ensino. (ROCHA, 2015 p. 132).

A crescente urbanização provocou a demanda de ensino público secundário, conseqüentemente, pressão por nível subseqüente,

Em 1954, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior apontava que essas instituições contavam com o maior número de estabelecimentos no país (40) e o número de alunos (10.816) só era suplantado pelo dos cursos de Direito (17.854). (CACETE, 2014, p. 1066).

Para Sampaio (2000), no seu artigo “Ensino Superior no Brasil”, neste período ocorre a consolidação do ensino superior privado no Brasil com a oferta de cursos para a formação de professores secundários.

Em 1957, dos 28 cursos de formação de professores secundários no país, ministrados em faculdades de filosofia ciências e letras, 21 eram em instituições particulares. Dos 1.991 alunos matriculados nesses cursos, 1.401 estudavam em instituições particulares. A maioria dessas instituições era, até aquele momento, fundamentalmente católica. (CACETE, 2014, p. 1067).

No início dos anos 1960 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961, deixando de existir a obrigatoriedade de uma faculdade de filosofia para a constituição de universidades, a qual, conforme Cacete (2014),

A rede nacional de ensino superior conta já, com mais de 70 faculdades de filosofia, que vêm exercendo, salvo raras exceções, exclusivamente a função de formar professores de grau médio. Nessas circunstâncias, a exigência de que toda universidade mantenha uma dessas faculdades torna-se desnecessária. Acresce que as funções de órgão integrador que se deseja atribuir a tais faculdades também podem ser exercidas por outros órgãos, tais como os institutos centrais que já vêm

sendo estruturados em algumas universidades federais. (CACETE, 2014, p. 1067).

É também no início dos anos 60 que a Universidade de Brasília cria a Faculdade de Educação, com a função de formação pedagógica dos professores, modelo de reestruturação seguido pelas universidades federais por meio dos Decretos-leis nº 53/66 e 252/67, incorporados pela Lei da Reforma Universitária 5.540/68. (CACETE, 2014, p. 1068)

A Lei nº4024/61 estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentando os cursos de formação de professores(as) passando a exigir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de graduação. (ROCHA, 2015, p. 133).

De acordo com Abreu (1966), críticas apontando falhas na formação do professor e do pesquisador, deficiências na prática docente, alienação em relação a estudos concretos, concernentes ao campo específico ao qual se aplicará à docência: escola secundária brasileira. ABREU, 1966, p. 99-100), leva no início dos anos 1960 o CFE a estabelecer, através do Parecer 292/62, as matérias pedagógicas para a licenciatura, onde seu relator, o Conselheiro Valnir Chagas, deixava claro que não era mais possível o esquema de três anos de bacharelado e mais um de didática,

[...] não há que se inferir que todo o ensino profissional deva ser feito concomitantemente, como num ciclo à parte e sem qualquer ligação com as matérias de conteúdo [...]. Ademais, é por todos os títulos desaconselhável separar o "como ensinar" do "que ensinar" [...]. A licenciatura é um grau apenas *equivalente* ao bacharelado e não *igual* a este mais a Didática, como acontece no conhecido esquema 3 + 1. (CACETE, 2014, p. 1071).

Para Castro (1974), o texto do Parecer 292/62 "consagra o uso do termo 'licenciatura' para a totalidade do curso que prepara o professorado". Além de estabelecer,

Os currículos mínimos dos cursos de licenciatura compreendem as matérias fixadas para o bacharelado, convenientemente ajustadas em sua amplitude, e os estudos profissionais que habilitem ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino médio. (CASTRO, 1974, p. 639).

O Conselho Federal de Educação - CFE de 9/10/1964, baseada na falta de professores para a escola secundária, instituiu às faculdades de filosofia a obrigação de formar o professor para o ensino no 1º ciclo ou ginásio, através da justificativa, “O desafio que enfrentamos é, justamente, o de treinar o maior número de professores com o mínimo de habilitação necessária no menor tempo possível.” (CFE 9/10/1964). Com essa normatização, os cursos de licenciatura passaram de quatro para três anos, com três anos de duração nas áreas de Letras (Português e uma língua viva), de Estudos Sociais (História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil) e Ciências (Ciências Físicas e Biológicas, Iniciação às Ciências e Matemática).

Em 1964 com o golpe militar, a Educação passou por grandes transformações, o ensino de Geografia passou a ser, de acordo com Rocha (2009, p. 04), “o papel de tomada de consciência que a Geopolítica pode exercer na dominação dos povos foi bastante utilizada e compreendida por diversos líderes ditadores.” (BONETE; FERNANDES, JÚNIOR, 2013, p. 48). Em 1966, CFE no Parecer 292/62106, o conselheiro Newton Sucupira estabeleceu o currículo para o funcionamento da licenciatura em Estudos Sociais, composto por: História, Geografia, Fundamentos de Ciências Sociais e as matérias pedagógicas.

As repercussões da Lei 5.692/71, que implantou os Estudos Sociais no ensino, segundo Bonete, Wilian e Júnior (2013), refletiram tanto nos bancos escolares como nas universidades, principalmente na formação de docentes na área da Geografia.

Em 1996 é aprovada a nova LDB nº 9394 que contempla orientações gerais para o ensino superior entre os artigos 43 a 57.

De acordo com Saviani (2010) “Em 1996 nós tínhamos 922 instituições de nível superior, sendo 211 públicas (23%) e 711 privadas (77%). Em 2005 o número total das instituições se elevou para 2.165 com 231 públicas (10,7%) e 1.934 privadas (89,3%).” (SAVIANI, 2010, p. 11). Hoje o país conta com mais de 2 mil instituições, na grande maioria privadas, para a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Possui também um sistema avaliativo verificador da qualidade dos cursos ofertados. Porém, o ensino superior no Brasil está em debate no que diz respeito à função e qualidade, para atender a demanda.

Segundo Jardim e Almeida (2016), é possível verificar o crescente número de Instituições de Ensino Superior no Brasil a partir de 1980. Cabe a partir dos dados, analisar o Projeto Pedagógico Curricular – PPC e as ementas dos cursos de licenciatura em Geografia das Instituições de Ensino Superior – IES, pois, conforme Gatti (2013),

quanto à formação inicial de professores no ensino superior no Brasil, não tivemos até aqui iniciativa nacional forte o suficiente para adequar o currículo às demandas do ensino, iniciativa que levasse a rever a estrutura dessa formação nas licenciaturas e a sua dinâmica, em que pesem algumas resoluções do Conselho nacional de Educação a partir do ano 2000. (GATTI, 2013, p. 36).

Cabe a partir da clareza de compreensão sobre as características da Educação brasileira, buscar aprofundar o entendimento sobre os fundamentos da Educação em Direitos Humanos, suas características, avanços e retrocessos, com a intencionalidade de atender objetivo desta pesquisa.

Não estamos aqui para “tacar” pedra o tempo todo (...) ter este espaço, é a garantia de que outro mundo de fato é possível.

Mariele Franco



3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Este capítulo prioriza a Educação em Direitos Humanos, registra-se aqui algumas pesquisas realizadas sobre a origem e desenvolvimento ao longo da história com o intuito de avançar sobre a compreensão de sua essencialidade na formação humana, tema que vem sendo discutido, sobretudo pós período ditatorial na América Latina.

3.1 AS ORIGENS DOS DIREITOS HUMANOS

Em 1948, com o fim da segunda guerra mundial e a perplexidade das violações do DH, sob a supervisão de Eleanor Roosevelt, um grupo de representantes de diversas nações chegam a um acordo e deste elaboraram um documento com um conjunto de direito para todos, denominado de Declaração Universal de Direitos Humanos - DUDH. Conforme Lafer (2004),

É uma quimera buscar um único e absoluto fundamento para os direitos humanos como aspira, de forma recorrente, o moralismo jurídico de corte jusnaturalista. Isto não quer dizer, realça Bobbio, que não existem várias e válidas fundamentações dos direitos humanos. Estas adquiriram o lastro de um consenso abrangente com a Declaração Universal de 1948. Este lastro, observo eu, se viu reforçado e adensado pela Conferência de Viena da ONU, de 1993, sobre os direitos humanos, que consagrou sua universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento. (LAFER, 2004, p. IX).

Neste contexto, a DUDH trouxe três importantes legados “a) a universalidade dos direitos humanos; b) a dignidade humana como fundamento ético dos direitos; e c) a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de direitos” (PIOVESAN, 2017, p. 15). Nesse cenário, a Declaração de 1948 vem a inovar ao introduzir a chamada concepção contemporânea em direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. (PIOVESAN, 2006).

Por fim, a Conferência de Viena confirmou a **universalidade**, a **indivisibilidade**, a **interdependência** e a **inter-relação** dos direitos civis e dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Como característica dos direitos humanos, a **universalidade** obriga Estado e sociedade a respeitarem esses

direitos sem qualquer restrição, independentemente de nacionalidade, raça, sexo, credo ou convicção política, religiosa e/ou filosófica. A **indivisibilidade** implica na unidade de todos os direitos, o que na prática significa que a violação de qualquer direito gera violações de numerosos outros e que qualquer contraposição entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais é artificial. A **interdependência**, por sua vez, pressupõe interatividade entre direitos: a não realização do direito à Educação pode comprometer o exercício dos direitos à liberdade, à moradia e à alimentação adequada, entre outros. (BRASIL, 2013, p. 19).

Em 1993 ocorre a Conferência de Viena que, assim como a Conferência de Teerã de 1968, demonstra o processo prolongado de construção de uma cultura universal de observância dos DH. Participaram 165 delegações e elaborou-se consensualmente um programa de ação denominado Declaração e Programa de Ação de Viena. Deste encontro podemos considerar como avanço o fato destacado por Trindade (1993),

Uma vez que se tornara enfim claro que os direitos humanos “permeiam” todas as áreas da atividade humana, restava inequívoco que, dentro do âmbito do próprio sistema das Nações Unidas, já não era possível separar a “vertente” econômico-social da política (como era na época da guerra fria). (TRINDADE, 1993, p. 26).

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU (1945) “Os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.”, podemos compreender o amplo significado de Direitos Humanos (DH).

A ONU é a instituição internacional dedicada a buscar juntos aos povos a realização desses direitos, de forma ampla e irrestrita. “Os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.” (ONU, 1948, não paginado).

Alguns estudos dividem os direitos humanos em quatro gerações. A primeira geração referente aos direitos individuais, civis e políticos. A segunda geração se refere aos direitos econômicos, sociais e culturais. A terceira geração refere-se aos direitos de solidariedade, ecológicos e do consumidor; e, por fim, a quarta geração refere-se aos direitos de proteção à manipulação genética e às questões bioéticas.

Os DH foram estabelecidos para defender diferentes modelos de sociedade, apesar dos avanços, ainda carecem de muitos debates que promovam sua efetivação. Uma das questões é o que o sociólogo português Boaventura Souza Santos aponta sobre a perspectiva ocidental em que foram elaborados os direitos humanos em 1948,

A marca ocidental liberal do discurso dominante dos Direitos Humanos pode ser facilmente identificada em muitos outros exemplos: na Declaração Universal de 1948, elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; no reconhecimento exclusivo de direitos individuais, com a única exceção do direito coletivo à autodeterminação; na prioridade concedida aos direitos civis e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais; e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro e, durante muitos anos, o único direito econômico. (SANTOS, 2006, p. 444).

Portanto, há necessidade de que “os direitos humanos sejam reconceitualizados como multiculturais” (SANTOS, 2006, p. 441-442), concepção aceita também por Candau, conforme seu artigo “Ideias-Força do Pensamento de Boaventura Souza Santos e a Educação Intercultural” de 2016. É de importante relevância na dialética entre a diferença e a igualdade, buscar a superação da desigualdade, por meio do reconhecimento da diversidade cultural dos povos e seus desafios.

3.2 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Partindo da compreensão de que a educação é fruto da sociedade, e que essa sociedade molda a educação conforme suas necessidades, mas também é moldada por essa educação, em um processo de tensão permanente, aqui abordaremos a educação formalmente institucionalizada, que se caracteriza pelo processo de ensino-aprendizagem, acrescido das interações sociais que ocorrem simultaneamente, amparada pela legislação, conforme o Art. 1 da LDB, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996).

A educação é entendida tanto como direito a ser respeitado, como também instrumento de promoção dos demais direitos, portanto, instrumento

para que seres humanos se reconheçam como parte do processo na construção da sociedade, conforme o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU, 1948).

Contemplada em junho de 1993, na segunda Conferência Internacional de Direitos Humanos em Viena, especificamente no artigo 81 do documento final resultante do encontro, a educação em direitos humanos é compreendida como instrumento de garantia aos demais direitos, em

(...) que os Estados desenvolvam programas científicos e estratégias que assegurem uma educação sobre direitos humanos o mais ampla possível e a divulgação de informação ao público, com particular incidência sobre as necessidades das mulheres no campo dos direitos humanos. (CEDIN, 1993, p. 20).

Adicionado à Constituição Federal do Brasil de 1988, marcando o início de propostas educacionais pautadas nos direitos humanos, atendendo a organização dos movimentos sociais segundo Ferreira, Tosi e Zenaide (2016), o

[...] processo Constituinte de 1987 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que fizeram dos direitos humanos, na sua integralidade, os alicerces ético, jurídicos e políticos de uma nova sociedade brasileira, criando assim as bases para que os Direitos Humanos fossem parte de uma herança e de um discurso comum que fundamenta o pacto social que constitui o Estado Democrático de Direito. (FERREIRA; TOSI; ZENAIDE, 2016, p. 14).

Para Ferreira, Tosi e Zenaide (2016), iniciou-se a inserção da temática DH no âmbito acadêmico, de forma mais institucionalizada, com a criação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, formada por educadores e

caracterizada como entidade da sociedade civil (FERREIRA; TOSI; ZENAIDE, 2016).

No Brasil, a partir da década de 1990, com o processo de redemocratização, aflora a necessidade de se debater a educação em Direitos Humanos, conforme Viola, “reinvindicação dos direitos sociais, econômicos e culturais e, dentre eles, o direito de educação em direitos humanos, para que cada um se soubesse sujeito de direito” (VIOLA, 2010, p. 22). Para a construção de uma cultura de participação cidadã em que a democracia estivesse garantida, a EDH apresenta-se como processo significativo na recuperação da memória do passado e da projeção do futuro. Dos debates surgiu em 2012 as Diretrizes Nacionais para EDH.

O lançamento Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH) no Brasil ocorre em 1996, com país assumindo o compromisso com a luta pela consolidação dos DH, e, em 2002 ocorre a reformulação do PNDH.

Porém, para atender a uma exigência da ONU, em 2003 é lançado o Plano Nacional para Educação em Direitos Humanos – PNEDH. (FERREIRA; TOSI; ZENAIDE, 2016), porém sua versão final ocorre em 2006, consolidando a política nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos no eixo 5, com o propósito de nortear a formação de sujeitos de direitos, dividido em cinco áreas: I. educação básica; II. educação superior; III. educação não formal; IV. formação de profissionais dos sistemas de justiça e segurança; V. educação e mídia.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em 2012, foi aprovada as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), fundamentada nos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e da valorização das diferenças e das diversidades, da laicidade do Estado, da democracia na educação, da transversalidade, vivência e globalidade, e da sustentabilidade socioambiental.

Atualmente o Brasil vive outra realidade, em que se podem perceber os resultados dos investimentos sociais realizados pelo governo brasileiro no início desta última década, como a distribuição de renda, a inclusão social e a promoção do acesso à educação, com

o aumento da oferta de vagas e disponibilização de recursos que garantem um ensino de qualidade (BRASIL, 2013), que, entretanto, não reflete a postura do governo atual, muito pelo contrário.

O enfrentamento das desigualdades e o enfrentamento da pobreza com a implementação de políticas de direito humanos é necessário e o empoderamento dos direitos precisam ser trabalhados na educação formal.

3.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PNEDH

É no final da década de 80 que os debates sobre a Educação em Direitos Humanos se fortaleceu no Brasil, o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos e Cidadania ocorreu em maio de 1997, com a participação de 1250 inscritos e no Seminário de Educadores em Direitos Humanos, participaram representantes de cinco Estados do Brasil. A Rede Brasileira de EDH, fundada em 1995, ficou responsável por atividades de pesquisa, formação, elaboração e divulgação de materiais pedagógicos sobre EDH, possibilitou o intercâmbio de experiências sobre EDH. De acordo com o Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais

é em julho de 2003 que o Estado brasileiro tornou oficial a Educação em Direitos Humanos como política pública com a constituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Esse Comitê reúne especialistas da área e teve como primeira missão elaborar o PNEDH, objetivando estimular o debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil. (BRASIL, 2013, p. 32).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH foi lançado em 2003 com a intencionalidade de contribuir com a construção de uma cultura voltada para o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, juntamente com os demais segmentos da sociedades, conforme o Caderno DH (2013) apresentando-se como

instrumento orientador e fomentador de ações educativas direcionadas às seguintes áreas temáticas: (a) Educação Básica, (b) Ensino Superior, (c) Educação Não-formal, (d)

Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança, (e) Educação e Mídia. Cada uma dessas áreas está composta de programas e projetos a serem desenvolvidos tanto pelo governo como pela sociedade, divididos em ações de curto, médio e longo prazo. (BRASIL, 2013, p. 32).

De acordo com o PNEDH, a educação em direitos humanos é compreendida como

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (BRASIL, 2007, p. 25).

De acordo com o PNEDH, a formação de sujeitos de direito é entendida como processo, portanto, a educação em direitos humanos deve ser uma realização contínua organizada com base em procedimentos coerentes com seus fundamentos. Deve apresentar-se articulada e para isso, requer o reconhecimento de suas dimensões, como a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos, entendendo o contexto das práticas sociais e de luta realizadas, afirmação de valores, atitudes e práticas sociais como forma de empoderamento e reconhecimento dos valores próprios de cada cultura de direitos humanos. Assim, a formação de uma consciência cidadã levará ao reconhecimento dos cidadãos como cidadãos portadores de direitos, consequentemente legitimando as práticas em direitos humanos e fortalecimento de práticas individuais e sociais. “Trata-se, portanto, de articular atitudes, percepções, competências e habilidades que se traduzam em posicionamento e em atuação.” (BRASIL, 2006, p. 25).

Em 2013, Silva e Tavares nos relatam que a EDH no Brasil é urgente para a formação mais humanizada e fortalecimento da democracia, sendo a aprovação do Plano um avanço.

A maior parte dos sujeitos de direitos não os reconhece, para tal é necessário formação. Os objetivos gerais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) são

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência. (BRASIL, 2007, p. 25).

Os objetivos caracterizam a importância da prática, extrapolam a formação escolar, porém mostram a essencialidade da importante tarefa que a educação escolar tem na sociedade. Neste sentido, o PNEDH (2007) propõe que a tarefa da educação em direitos humanos seja assumida por diferentes agentes e situa a importância e o papel da educação como espaço fundamental de construção de sujeitos de direitos e tem na formação de uma cultura de direitos humanos.

Em 2010, na sua terceira versão, o PNDH-3 trouxe uma perspectiva mais ampla em relação aos antecessores e apresenta um eixo específico que trata da EDH, conforme o documento

Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras. Objetivo Estratégico I: Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em instituições formadoras. Objetivo Estratégico

II: Inclusão da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos das Instituições de Ensino Superior (IES). (BRASIL, 2009).

No mesmo ano, 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamenta a EDH por meio da Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, trazendo como referência uma educação pautada na cidadania, na dignidade da pessoa, na igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, na justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Em 2012, é publicada pelo CNE a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos a fim de promover a educação para a mudança e a transformação social, a qual deve ser seguida pelos Sistemas de Ensino e suas Instituições de ensino, conforme o Art. 6º lê-se:

A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. (BRASIL, 2012b).

Cabe destacar que a existência de leis que garantem a inserção da EDH não basta para que, de fato, as políticas públicas referentes ao tema sejam conhecidas, reconhecidas e vivenciadas no ambiente escolar, conforme Candau (2008, p. 286) é preciso “para construir uma proposta de educação em Direitos Humanos, nossa primeira tarefa é explicitar o que pretendemos alcançar”, ou seja, é necessário deixar claro quais os objetivos da proposição, porque eles são balizadores das ações. Desta forma, a relevância do desenvolvimento de estratégias que propiciem o alcance dos objetivos propostos pelas Diretrizes Nacionais à EDH.

3.4 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS NORMATIZAÇÕES POLÍTICAS

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, a educação superior é entendida como formação e estudo ou formação para pesquisa no nível pós-secundário, oferecidos por instituições de ensino credenciadas pelo Estado, para exercer a

parte fundamental de atender às demandas que a sociedade exige para o desenvolvimento social e tecnológico.

Diante da função da educação superior, ela deve preocupar-se com a formação em direitos humanos como também na sua defesa, fundamentando-se na formação ética, crítica e política do indivíduo. Para Viola (2013), “pensar a educação superior em direitos humanos em nível universitário é pensar uma relação de complementaridade conceitual de dois campos de compromisso social intenso” (VIOLA, 2013, p. 25).

A luta pela democratização no Brasil pós golpe militar que ocorreu dentro das universidades marca a defesa dos direitos humanos e o reestabelecimento dos direitos (VIOLA, 2013). Assim, a partir do processo de democratização, a discussão sobre DH originou os desafios da sua inserção no âmbito universitário, cada vez mais voltado à obtenção de resultados e atendimento aos anseios mercadológicos.

Publica-se em 2007 a versão revisada do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), com um eixo específico voltado à EDH na educação superior, atribuindo-lhes o papel de compromisso com a formação voltada aos direitos humanos, reafirmando assim

A Constituição Federal de 1988 definiu a autonomia universitária (didática, científica, administrativa, financeira e patrimonial) como marco fundamental pautado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O artigo terceiro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe, como finalidade para a educação superior, a participação no processo de desenvolvimento a partir da criação e difusão cultural, incentivo à pesquisa, colaboração na formação contínua de profissionais e divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos por meio do ensino e das publicações, mantendo uma relação de serviço e reciprocidade com a sociedade. (BRASIL, 2007, p. 37).

A inserção da educação superior no PNEDH atendeu ao Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), elaborado pela UNESCO, a ser adotado pelos países signatários, dentre eles o Brasil. Em conformidade ao PMEDH, na sua segunda fase (2010-2014), caracterizado em ações que promovam a educação em direitos humanos na educação superior.

O PNDH-3 apresenta na Diretriz 19, os objetivos estratégicos que tratam da inclusão da temática da EDH nos cursos das IES e do incentivo à

transdisciplinaridade e transversalidade nas atividades acadêmicas em Direitos Humanos, estabelecendo metas para o alcance do objetivo proposto

No ensino superior, as metas previstas visam a incluir os Direitos Humanos, por meio de diferentes modalidades como disciplinas, linhas de pesquisa, áreas de concentração, transversalização incluída nos projetos acadêmicos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, bem como em programas e projetos de extensão. (BRASIL, 2009).

O PNDH-3 para o fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras indica as ações para atingir os objetivos propostos conforme anexo 5.

Nas concepções e princípios do PNEDH para a educação superior, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece para as

Instituições de Ensino Superior (IES), a urgência em particular da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas. (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, a diretriz 19 do PNEDH 3 reforça

Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras. Objetivo Estratégico I: Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em instituições formadoras. Objetivo Estratégico II: Inclusão da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos das Instituições de Ensino Superior (IES). Objetivo Estratégico III: Incentivo à transdisciplinaridade e transversalidade nas atividades acadêmicas em Direitos Humanos. (BRASIL, 2007).

Desta forma, o documento estabelece as diretrizes do que efetivamente se esperava para a trajetória dos direitos humanos, bem como afirma a inclusão da temática de EDH como objetivo estratégico do PNDH-3.

Havendo a necessidade de uma regulação e organização, do como colocar em prática esse objetivo estratégico presente no PNEDH, em 2012 é publicada, pelo CNE, a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabeleceu

as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos a serem seguidas pelos Sistemas de Ensino e suas Instituições de ensino (BRASIL, 2012).

Com a publicação da Resolução CNE/CP nº 01 de 30 de maio de 2012, é dada a responsabilidade da efetivação da EDH, para as IES, por meio da sistematização das diretrizes em todo o âmbito dos processos educacionais, de forma a serem observados os princípios e as dimensões e atingido o objetivo da formação em direitos humanos

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. §1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. §2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos. (BRASIL, 2012, p. 21).

O MEC, em atendimento ao §2º do Art. 5º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, lança em 2017, como forma de acompanhamento das ações realizada pelas IES no âmbito da EDH, o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura, da Paz e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2017). O Pacto, promovido em conjunto com Ministério da Justiça e Cidadania, com o objetivo de “promover iniciativas de respeito à diversidade e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência no ambiente universitário, por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e de proteção e promoção dos direitos humanos nas IES.” (BRASIL, 2017).

Em 2015, são publicadas pelo CNE as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura e para a formação continuada, que apresentam considerações conforme a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015,

(...) educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos

profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. (BRASIL, 2015, p. 02).

O documento apresenta-se em consonância com o Art. 8 das Diretrizes Nacionais para EDH, “A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos/as os/as profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais” (BRASIL, 2012, p. 02). Com essa articulação, nota-se certo avanço na chamada institucionalização da EDH nas IES. Ou, nas palavras de Ferreira, Tosi e Zenaide

(...) as Universidades passarão ainda mais a serem demandadas tanto no que diz respeito à educação inicial quanto à continuada. Este é o grande problema que as universidades enfrentam e enfrentarão sempre mais para atender adequadamente esta demanda; mas é um bom problema, porque é um problema que nasce do crescimento da demanda de formação. (FERREIRA; TOSI; ZENAIDE, 2016, p. 72-73).

Assim, nas últimas décadas tem-se assistido a um crescente processo de fortalecimento da construção da EDH no país, por meio do reconhecimento da relação indissociável entre educação e Direitos Humanos. No entanto, inúmeros são os desafios acerca da implementação das Diretrizes propostas. Embora existam avanços inegáveis no debate acadêmico em torno da EDH, persiste um distanciamento entre marcos regulatórios institucionalizado e a realidade vivenciada na maioria das instituições de ensino brasileiras, seja na educação formal ou não formalizada.

O maior desafio para a EDH ainda está na inclusão social, política, econômica, cultural e educacional de uma parcela da população excluída da educação para o reconhecimento de si e do outro. E excluída para aqueles formalmente incluídos na educação, mas que problemas de conjuntura e conceituais não colaboram para a efetivação da EDH no Brasil. Entre os problemas está a ausência de formação específica de profissionais de educação em direitos humanos, metodologias de abordagem do tema. Tais dificuldades, se não superadas, podem colocar as políticas públicas de EDH apenas como mais um elemento curricular imposto por dispositivos legais a serem cumpridos pelas instituições de ensino.

No âmbito da inserção da EDH na educação superior, as Diretrizes Nacionais para EDH, 2012, contemplam o norteamento mais recente para a implementação do tema nas instituições de ensino. O Parecer aponta para necessidade da busca por novas formas de organização do ambiente educacional frente ao objetivo da democratização do acesso à educação superior, de forma que sejam superadas perspectivas homogeneizantes. Assim, a EDH é compreendida como

(...) paradigma construído com base nas diversidades e na inclusão de todos/as os/as estudantes, deve perpassar, de modo transversal, currículos, relações cotidianas, gestos, “rituais pedagógicos”, modelos de gestão. Sendo assim, um dos meios de sua efetivação no ambiente educacional também poderá ocorrer por meio da (re)produção de conhecimentos voltados para a defesa e promoção dos Direitos Humanos. (BRASIL, 2012, p. 08).

3.5 OS PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO

É imprescindível para a construção da educação em DH de um modelo ético e normativo, só assim será possível contribuir para a formação do sujeito de direitos. Para atingir os objetivos, metodologias e programas em Educação em Direitos Humanos, é preciso ter clareza dos princípios.

A EDH vai muito além ao direito à educação. Educar com olhar do direito humano, significa qualidade no ensino, estruturas escolares adequadas, condições básicas de trabalho aos profissionais da escola, com bases pautadas em princípios, sem esse entendimento, os objetivos, metodologias e programas para a Educação em Direitos Humanos se tornam vazios e ineficazes.

Desse modo, refletir sobre a Educação em Direitos Humanos necessita pensar nos princípios da educação em direitos humanos e o papel da educação na formação do sujeito de direitos.

Partindo do pressuposto que a educação para o desenvolvimento integral do ser humano não se restringe à transmissão da cultura e do saber, pois envolve, também, valores e atitudes, fato sobre o qual o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) declara:

Um princípio de pedagogia, o qual os homens que propõem planos para a arte de educar deveriam ter ante os olhos, é: não se deve educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas

segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação. (KANT, 2006, p. 22).

Para Kant, o avançar da humanidade no sentido de nos tornarmos cada vez mais humanos acontece mediante a educação, pois para o autor, somos aquilo que a educação nos faz. Para Kant, o objetivo da educação seria “[...] transformar a animalidade em humanidade” (KANT, 2006, p. 12), processo apenas possível pelo auxílio de outrem.

O homem o é através de seu aprendizado. Mas, esse aprendizado humanizador tem uma característica distintiva que é o mais importante dele. Se o homem fosse um animal que aprende, poderia bastar-lhe aprender a partir de sua própria experiência e do trato com as coisas. [...] Nosso professor não é o mundo, as coisas, os acontecimentos naturais, nem o conjunto de técnicas e rituais que chamamos de “cultura”, mas a vinculação intersubjetiva com outras consciências. (SAVATER, 2012, p. 31).

No pensamento kantiano, educar deveria ser para construir um futuro melhor, mais humano e desenvolver um caminho rumo a uma organização política universal, em que a cada indivíduo fosse possível compatibilizar a máxima liberdade com a liberdade dos outros (KANT, 1986).

Esta perspectiva de futuro kantiana compatibiliza com os fundamentos da Educação para os Direitos Humanos, “uma estratégia de longo prazo direcionada para as necessidades das gerações futuras” (CLAUDE, 2005, p. 37-38), que carece de “programas educacionais inovadores a fim de fomentar o desenvolvimento humano, a paz, a democracia e o respeito pelo Estado de Direito” (CLAUDE, 2005, p. 38). Pensamento que vai na mesma direção de Benevides (2000, p. 01).

Para a Organização das Nações Unidas, a educação deve ocorrer a partir dos princípios de direitos humanos, das liberdades, favorecendo a participação do indivíduo na sociedade.

Com a Constituição e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996) a Educação em Direitos Humanos foi direcionada para estar conectada aos valores de uma sociedade democrática e que tem como premissas a solidariedade, a justiça social, a inclusão, a diversidade, entre outros.

Nesse sentido, as unidades de ensino de Educação Básica e Superior, são importantes para a promoção do respeito, da participação, da igualdade e da não discriminação das sociedades, contemplando o ambiente, as políticas, os processos e instrumentos educativos.

Em consonância à Carta das Nações Unidas (BRASIL, 1945) e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (ONU, 1948), o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNEDH brasileiro representa um ato pedagógico que almeja provocar uma ruptura com o instituído e construir novos valores nas relações humanas.

Nas Conferências Nacionais de Direitos Humanos que foram realizadas de 1996 a 2008 e trataram das diretrizes e orientações para promover a igualdade no país através dos eixos:

(i) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil, (ii) Desenvolvimento e Direitos Humanos, (iii) Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, (iv) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, (v) Educação e Cultura em Direitos Humanos e (vi) Direito à Memória e à Verdade (BRASIL, 2013, p. 33).

Estes eixos permitem-nos depreender a amplitude da proposta do programa – o envolvimento do Estado com a Sociedade Civil e observância de princípios e indicadores como universalização, segurança pública, cultura, memória, verdade e combate à violência.

O PNEDH está de acordo com os objetivos do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos que pretende:

a) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos; b) Promover o entendimento comum com base em instrumentos internacionais, princípios e metodologias básicas para a educação em direitos humanos; c) Assegurar que a educação em direitos humanos receba a devida atenção nos planos nacional, regional e internacional; d) Proporcionar um marco coletivo comum para a adoção de medidas a cargo de todos os agentes pertinentes; e) Ampliar as oportunidades de cooperação e associação em todos os níveis; f) Aproveitar e apoiar os programas de educação em direitos humanos existentes, ilustrar as práticas satisfatórias e dar incentivos para continuá-las ou ampliá-las e para criar novas práticas (UNESCO, 2006, p, 11).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos estabelece concepções, objetivos, diretrizes e linhas de ação em cinco eixos: Educação

Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. As dimensões abordadas em cada eixo tornam-se mais necessárias, em razão do contexto de discriminação, desigualdade, exclusão e violência. Posicionar-se diante desse contexto é imperativo.

Constituem-se em dimensões da EDH os conhecimentos historicamente construídos sobre DH associados ao contexto, ao cotidiano; aos valores, atitudes e prática sociais; ao planejamento e ao desenvolvimento de processos metodológicos participativos e pensados coletivamente e ao fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações em prol dos direitos humanos.

São princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

- a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;
- b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;
- c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;
- d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;
- e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;
- f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais. (BRASIL, 2007).

O compromisso com a consolidação de uma cultura dos direitos humanos, com a promoção da justiça social, cidadania, paz, democracia, com a produção do conhecimento, formação do senso autônomo e crítico, está no cerne da escola.

A apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos, possibilita

[...] a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade; a formação de consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) o fortalecimento de políticas que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos, bem como da reparação das violações. (BRASIL, 2010).

Os princípios dos direitos humanos na educação constantes ao artigo 3º das Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos são: o princípio da dignidade humana; o princípio da igualdade de direitos que implica em dar a cada pessoa a atenção e importância de acordo com as suas necessidades individuais; o princípio do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a laicidade do Estado, ou seja, a liberdade religiosa; o princípio da democracia, da liberdade, solidariedade na educação; o princípio da transversalidade e o princípio da sustentabilidade socioambiental.

Os princípios dos direitos humanos fundamentam a ação educativa compromissada com uma sociedade mais justa, livre e igual e orientada para a diversidade e isso significa ter como ponto de partida a noção de sujeito de direito.

A Educação em Direitos Humanos como forma de pleno desenvolvimento da cidadania, deverá concentrar em experiências concretas e práticas com embasamento sólido nos princípios.

A perspectiva de uma educação para os direitos humanos é para que se concretize a capacidade de autonomia nas decisões, assim contribuindo com uma educação para a transformação social, através do empoderamento dos indivíduos.

“Sem compreender o que se faz, a prática pedagógica é uma reprodução de hábitos e pressupostos dados, ou respostas que os professores dão a demandas ou ordens externas”

José Gimeno Sacristán



4 FORMAÇÃO E O CURRÍCULO

Na busca de atender os objetivos propostos, neste capítulo, registramos as observações sobre a formação e currículo, sobretudo no contexto da Educação em Direitos Humanos.

4.1 CURRÍCULO

Reflexões sobre a formação nos cursos de licenciatura, de acordo com Gimeno Sacristán (1993, p. 54), condizem com “a expressão da especificidade da atuação dos professores na prática, isto é, o conjunto de atuações, destrezas, conhecimentos, atitudes e valores ligados a elas que constituem o específico de ser professor”. Função caracterizada pelo movimento e interações materializados na ideia de ensinar conhecimentos estabelecidos e legitimados

a competência docente não é tanto técnica composta por uma série de destrezas baseadas em conhecimentos concretos ou na experiência, nem uma simples descoberta pessoal. O professor não é um técnico nem um improvisador, mas sim um profissional que pode utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para se desenvolver em contextos pedagógicos práticos preexistentes. (SACRISTÁN, 1991, p.74)

Na segunda década do século XXI é importante refletir se os currículos dos cursos de licenciatura em Geografia estão organizados em conformidade para atender aos principais desafios requeridos pela sociedade. Para atender essa indagação, precisamos compreender qual é a função das Instituições de Ensino Superior (IES), e entender o que significa currículo com a finalidade de estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o desenvolvimento reflexivo, para atender às demandas da sociedade.

A função da educação superior, de acordo com a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, artigo 43, é formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar com a sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão de cultura, e, desse modo, desenvolver entendimento do

homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constitui patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão aberta à participação da população, visando a difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Silva (2013) cita Magdenzo (2009) para destacar que entre as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes da educação superior, está a capacidade de

formular planos de ações e projetos de vida que o (a) ajude a participar de forma responsável na sociedade; tomar decisões; saber controlar emocionalmente a sua conduta; saber conviver com a diversidade cultural e social; e compreender a compartilhar o capital social e cultural. (MAGDENZO, 2009, apud SILVA, 2013, p. 17).

As IES existem para a produção de conhecimento para todos, se dedicam à compreensão do presente, sem esquecer o passado, dentro desta perspectiva do pensamento crítico, com a finalidade de atender as demandas do presente e futuro.

A instituição de universidades no Brasil é considerada relativamente recente, as primeiras datam do século XIX, conforme já mencionado no capítulo Educação. Os primeiros cursos de graduação foram de direito, medicina, engenharia e matemática. Foi somente com a república e com a industrialização que o Estado brasileiro percebeu que a modernização exigia produção de outros conhecimentos para além de um exclusivo estrato social privilegiado.

Foi no governo provisório de Getúlio Vargas que em 1931 ocorreu a reforma educacional Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação do Brasil, quando foi autorizado o funcionamento das universidades que deveriam se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. Conforme Campos

(...) centro de contacto, de colaboração e de cooperação de vontades e aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo de seus interesses próprios e imediatos, senão como uma unidade viva, tende ampliar no meio social e que se organiza o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada a função educativa. (CAMPOS, 1940, p. 60 apud SILVA, 1977, p. 29).

A preocupação das IES em produzir conhecimento para a sociedade urbano industrial e a falta da preocupação com a democracia, em meados da década de 60, tornaram-se palco de intervenções marcadas pela prática e cultura política do país resultante do golpe 1964.

Candau caracteriza os projetos que originaram esses modelos ao enfatizar que

esses projetos expressam diferentes correntes de pensamento político, que estão na origem de políticas educacionais distintas e até mesmo opostas: a autoritária, prevalecendo na esfera do governo central; e a liberal, predominante na esfera de alguns governos estaduais, especialmente São Paulo e o Distrito Federal. (CANDAU, 1987, p. 11).

O Estado repressor foi ambiente propício para a luta pela redemocratização, movimentos da sociedade civil e movimentos sociais no interior das IES que se organizaram, resultando na segunda metade dos anos 80, na recuperação dos direitos civis e políticos, refletindo em muitas transformações acadêmicas e políticas administrativas, como o aumento no número das instituições.

A primeira etapa da licenciatura no Brasil (1930 – 1961) refere-se ao período em que Francisco Campos assumiu a pasta da Educação e Saúde Pública. No seu discurso, destacou que, como "queremos ter professores sem cuidar de formá-los?" (CAMPOS, 1931, p. 05). Ele encaminhou uma proposta sugerindo a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, mas, mesmo com a aprovação do Decreto nº 19851 do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, conforme o Boletim do Ministério Público, ele escreve

o Brasil não cuidou ainda de formar o professorado secundário, deixando a educação da sua juventude entregue ao acaso da improvisação e da virtuosidade, sendo inacreditável que nenhum esforço haja sido tentado naquela direção. (CAMPOS, 1931, p. 05).

De acordo com Ferreira e Guedes (2005), é através do Decreto 19.852 de 11/04/1931 que foi criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com a responsabilidade de qualificar para o exercício do magistério, “utilizando para isso, um currículo seriado que atendesse as exigências do momento.” (FERREIRA; GUEDES, 2005, p. 01). O decreto estabelece o currículo seriado para os cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia, Odontologia, Ensino Artístico, Arquitetura, Música, como também para o curso de Educação, Ciências e Letras dividido em três secções.

Para a Secção de Educação, ficou as disciplinas consideradas fundamentais para os que pretendam licença nas Ciências da Educação, com possibilidade de ser incluídas outras de ensino facultativo.

Para a Secção de Letras, as disciplinas julgadas essenciais e de ensino obrigatório para os que pretendam licença em Letras, Filosofia, História e Geografia e Línguas vivas, com a possibilidade de ser incluídas disciplinas de estudo facultativo, destinadas ao ensino de Línguas mortas e vivas, bem como quaisquer outras relativas à cultura filosófica, literária e artística.

Para a Secção de Ciências ficou as disciplinas pertinentes às Matemáticas, à Física, à Química e às Ciências naturais, as quais, para os efeitos da expedição de diplomas, serão distribuídas em séries de estudo obrigatório para os que pretendam licença em Ciências Matemática, Físicas, Químicas ou Naturais.

É com o Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, que a existência legal como Faculdade de Educação, Ciências e Letras, como parte da Universidade do Rio de Janeiro foi reconhecida. A faculdade passou a oferecer formação específica para futuros professores, ou seja, o licenciado seria o professor dos cursos de ensino secundário nas Ciências, nas Letras e na Educação.

Castro (1974) destaca a preocupação com as inúmeras atribuições para esta universidade, seu caráter misto foi visto por Newton Sucupira como prematuro, pois suas funções, conforme o Decreto de 1931, incluíam a

ampliação da cultura no domínio das ciências puras, promover e facilitar a prática de investigações originais, desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério, sistematizar e aperfeiçoar enfim, a formação técnica e científica para o desempenho propício de diversas atividades nacionais. (CASTRO, 1974, p. 631).

O instituto de ensino superior que funcionou efetivamente foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por meio do Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934, além de criar a Universidade, a dividiu em Filosofia, Ciências e Letras.

Art. Art. 3º – A Universidade de São Paulo se constituídos seguintes institutos oficiais: a) Faculdade de Direito; b) Faculdade de Medicina; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia; d) Escola Politécnica; e) Instituto de Educação; f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; h) Escola de Medicina Veterinária; i) Escola Superior de Agricultura; j) Escola de Belas Artes. (SÃO PAULO, 1934)

A diferença estava em que os licenciados recebiam também formação pedagógica, exigência para o futuro professor, conforme o primeiro Estatuto da Universidade de São Paulo de 1934

§ 1º – A licença para o magistério secundário será concedida pela Universidade somente ao candidato que tendo-se licenciado em qualquer das secções em que se especializou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, haja concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação. (SÃO PAULO, 1934).

Conforme, Guedes e Ferreira (2005)

Durante o Governo de Vargas, através da Lei Nº 7462 de 05/07/1937, estrutura-se a Universidade do Brasil que contaria com a Faculdade Nacional de Educação que ao ser regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 1.190 de 04/04/1939 contava com uma sessão de pedagogia composta de um curso de 03 (três) anos que conferia ao aluno o título de Bacharel em Pedagogia. Essa sessão contava também com o curso de Didática, cuja duração era de 01 (um) ano que ao ser cursado por bacharéis do curso de Pedagogia, daria a eles o título de licenciado, permitindo-lhes, o exercício do magistério. Assim, com base nesse Decreto, as Licenciaturas surgiram a partir do chamado esquema 3+1. (GUEDES; FERREIRA, 2005, p. 01).

Importante ressaltar a existência do Decreto-Lei nº 9.053 de 1946, que obrigava as Faculdades de Filosofia a propiciar a prática do ensino para os acadêmicos matriculados no curso de didática, “Art. 1º As Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática” (BRASIL, 1946).

Até o final de 1947, no Estado de São Paulo funcionavam as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de São Bento, de *Sedes Sapientiae* e a da Universidade Mackenzie, além de outra em Campinas. Na Guanabara, haviam sido instaladas quatro, uma federal, uma do Distrito Federal e duas particulares. Outros estados que também contavam com Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras: duas em Minas Gerais, uma no Paraná, duas no Rio Grande do Sul, uma na Bahia, duas em Pernambuco, uma no Ceará e uma no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1961, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apresenta dados de 1959, relacionando os estabelecimentos de ensino superior do país: são 61 Faculdades de Filosofia e 24 cursos de didática.

Entretanto, mesmo com a autorização para o funcionamento, muitas vezes a estrutura para o completo funcionamento das faculdades não era completa. Castro (1974, p. 635) cita que “Quanto ao Ginásio de Aplicação, também sua instalação não foi entendida como obrigatória. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo só veio a tê-lo no ano de 1957. Outras Faculdades nunca o tiveram.”

Castro (1974, p. 635) relata que em 1961 a situação da licenciatura brasileira já era de uso restrito àqueles que alcançavam formação pedagógica e que assim tinham direito ao exercício do magistério. Os cursos estavam organizados com duração de quatro anos, incluindo três anos de bacharelado e um de formação pedagógica. A legislação já determinava a formação prática, porém foi implantada ao longo dos anos posteriores. Era considerado licenciados aqueles professores da área da filosofia, das ciências, das letras e da educação, não tendo acesso ao título os de disciplinas técnicas ou artísticas.

Também em 1961 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4.024, e para a adequação ao Art. 59 desta Lei, o Conselho Federal de Educação regulamentou os Currículos Mínimos e a duração dos cursos universitários por meio do Parecer Nº 262/62.

Conforme Machado (2008)

O Art. 59 foi também regulamentado pelo Parecer CFE nº 479/68, que estabeleceu a obrigatoriedade de seguir currículo mínimo e as orientações do Parecer nº 262/62, que fixava a duração da formação

dos professores do ensino médio geral, incluindo as posteriores disposições que viessem modificar, esclarecer ou substituir tal dispositivo. (MACHADO, 2008, p. 11).

O Parecer 292/62 estabelece que a prática de ensino deve ser feita nas próprias escolas da comunidade e que a duração da formação pedagógica deveria ocupar pelo menos um oitavo das horas de trabalho fixadas como duração mínima, para cada curso de licenciatura.

Após período extremamente longo de debates nos órgãos legislativos, e uma sucessão de textos com o caráter de substitutivos, vieram modificações que afetaram o conceito de licenciatura. Quanto à formação de professores, entretanto, conforme o artigo 59, a formação de professores para o ensino médio passou a ser feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras, e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.

Os artigos 117 e 188 da LDB previram exames de suficiência e o aproveitamento de profissionais liberais de cursos superiores correspondentes, como docentes de cursos técnicos, enquanto não houvesse número suficiente de licenciados formados pelos cursos superiores.

Passa a fazer parte da LDB, conforme artigo 79, a não mais se exigia, para a constituição de Universidades, a presença de uma faculdade de filosofia, e, a criação do Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação.

No ano de 1962, o Conselho Federal de Educação, no exercício da prerrogativa de estabelecer currículo mínimo e duração de cursos para ensino superior, emite em 14 e novembro o parecer 292 sobre as matérias pedagógicas para licenciatura.

O artigo 1º. da Resolução que acompanhava o parecer dizia, conforme Castro (1974).

Art. 1º — Os currículos mínimos dos cursos que habilitam ao exercício do magistério em escolas de nível médio abrangerão as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: de Educação organizado pela Lei nº 174 de 6-1-36, que por sua vez substituíra o anterior, da mesma denominação, criado pelo Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931. (in — LFES, 1934, p. 197). Suas funções são ampliadas e modificadas. 1. — Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem. 2. — Didática. 3. — Elementos de Administração Escolar. Parágrafo único — É também obrigatória, sob

a forma de estágio supervisionado, a Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional. (CASTRO, 1974, p. 638-639).

O regime militar iniciado em 1964 desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970.

Em 1965, Portaria ministerial n° 159 de 14 de junho determina a duração dos cursos superiores, em horas-aula, admitindo um tempo mínimo, médio e máximo para que o total fosse integralizado.

Castro (1974) relata que foram regulamentadas licenciaturas específicas para o curso de Desenho por meio do Parecer CFE 338/62, para Economia Doméstica e Educação Familiar com o Parecer CFE 352/66, para Educação Física e Desportos por meio do Parecer CFE 298/62, para Educação Musical com o Parecer CFE 383/62 e para o Teatro por meio do Parecer 608/65.

A Lei 5540 de 28 de novembro de 1968, por meio do artigo 26, orientou que o Conselho Federal de Educação fixasse conteúdos mínimos e duração de cursos superiores considerados necessários ao desenvolvimento nacional. A Lei 5692/71, em seu artigo 30, especifica como formação mínima para o exercício do magistério no ensino da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau, e, da 5ª à 8ª séries, habitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração, já para todo o ensino de 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação, correspondente à licenciatura plena. (BRASIL, 1968).

Em 1968, é promulgada a Lei Nº 5.540/68 estabelecendo uma reforma universitária de acordo com Guedes e Ferreira (2005)

Algumas inovações foram trazidas por esta Lei para o cotidiano das universidades, dentre inúmeras podemos destacar: implantação do sistema de créditos; a departamentalização; a manutenção dos cursos de pequena duração; manutenção da unidade de ensino e pesquisa; a obrigatoriedade de frequência. Foi ainda na vigência dessa Lei que se introduziu o Concurso Vestibular único e classificatório. (GUEDES; FERREIRA, 2005, p. 02).

O descontentamento pela falta de debates na aprovação da Lei Nº 5.540/68 e a aprovação da Lei 5692/71 mostrou descompasso entre a Lei e a

realidade sócio econômica e política do país, gerando o movimento de reformulação dos cursos de formação de professores no Brasil, tendo como alicerce a reformulação dos cursos de Pedagogia, e posteriormente das Licenciaturas em geral.

A Resolução nº. 1, de 17 de janeiro de 1972, do CFE resultou do entendimento pelo Conselho Federal de Educação que a duração dos cursos de Licenciatura poderia ser reduzida, tanto em carga horária quanto no tempo total do curso. Segundo Castro (1974),

admitiu-se que em áreas carentes poderia permitir a formação a curto prazo de pessoal docente, e para determinadas escolas trazia um afluxo de alunos interessados na rápida obtenção do diploma. Para sistemas já estruturados, e onde o mercado de trabalho se ressentia mais da falta de qualidade que da quantidade de professores, a permitida redução teve efeitos dramáticos. (CASTRO, 1974, p. 643).

A resolução nº 30, de 11 de julho de 1974, estipulou, para o mínimo de carga horária nos cursos de Ciências, 1.800 horas para exercício no 1º grau, e 2.800 horas para exercício no 2º grau, o que já constitui uma pequena elevação quanto às disposições de 1972 (CASTRO, 1974, p. 643).

A justificativa para a redução da carga horária dos cursos era suprir as necessidades de mão-de-obra qualificada naquelas habilitações. Esses cursos visavam à formação do professor ao nível de escolaridade em que ele deveria exercer a profissão. Atendendo assim a Lei nº 5692/71, que organizou a escola de primeiro grau em oito anos e o ensino em disciplinas específicas (CASTRO, 1974, p. 643).

O descontentamento ganhou força, em 1981 ocorreu a I Conferência Brasileira de Educação em São Paulo através do Comitê Nacional Pró-Formação da Educação, reunindo vários educadores para articular as atividades de professores e alunos tendo em vista a reformulação dos cursos de formação docente no Brasil. O comitê realizou vários seminários e dos encontros surgiu "o documento de Belo Horizonte", elevou-se para Comissão e em 1990 para Associação, fez frente a imposição governamental propondo alternativas no sentido de que as Diretrizes para os Cursos de Formação de Professores assumam uma postura única.

haverá uma única base comum nacional para todos os cursos de formação do educador. Esta base comum será aplicada em cada instituição, de forma a respeitar as especificidades das várias instâncias formadoras. (Escola Normal, Licenciatura em pedagogia, demais Licenciaturas específicas)" (ANFOPE, 1992, p. 14).

Guedes e Ferreira (2005) relatam que diante dos fatos as Universidades passaram a realizar debates para sobre as condições de formação.

É nesse contexto que se discute a função social da Universidade, a formação de professores críticos reflexivos capazes de promover a socialização dos conhecimentos historicamente adquiridos o que certamente gerará inúmeras transformações. (GUEDES; FERREIRA, 2005, p. 04)

Para Bernadete Gatti (2003) as alterações na legislação que envolvem a profissão docente no Brasil emanaram uma série de problemas com consequências graves para os cursos de licenciatura, merecendo destaque a mudança evidenciada no perfil do aluno que busca seguir o magistério.

O cenário das condições de formação dos professores não é animador pelos dados obtidos em inúmeras investigações. Mas, reverter um quadro estrutural de má formação ou de formação inadequada, fundado em pressupostos de mais de um século atrás, não é processo para um dia ou alguns meses, mas para décadas. Não se faz milagres com a formação humana mesmo com toda a tecnologia disponível. Esta tem que ser desenvolvida em longo processo de maturação. (GATTI, 2003, p. 244).

Concomitantemente, a Universidade Federal do Piauí - UFPI realizou debates em seminários destacando os pontos importantes sobre o perfil do dos cursos de licenciatura. Sobressaíram as questões do formar o educador e não o professor ou especialista e o estímulo e desenvolvendo uma consciência crítica, que deram origem as questões da necessidade de reformulação do currículo vigente, da transferência de algumas especializações para a pós-graduação, e, a criação de novas habilitações para atender as necessidades de recursos humanos qualificados em determinadas áreas da educação.

A partir da Lei 5540/68 e da Lei 5692/71 foram reestruturadas algumas áreas de licenciatura. No setor do "Núcleo Comum", segundo a Indicação CFE 23/73, ficaram o Curso de Ciências — Matemática, Física, Química, Biologia; no Curso de Estudos Sociais — Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil, Educação Moral e Cívica; no Curso de Letras — Língua Portuguesa,

Língua Estrangeira moderna, Língua Clássica com os necessários estudos literários; no Curso de Educação Artística — Música, Artes Plásticas, Desenho e Artes Cênicas; e no Curso de Educação Física — Ginástica e Atletismo, Técnica Desportiva, Recreação. (BRASIL, 1968).

Cabe aqui ressaltar que surgiu de novo a Educação Moral e Cívica, através da Resolução CFE nº 8/72 de 8-8-72, como habilitação de curso de Estudos Sociais (CASTRO, 1974, p. 647).

Fora da área do "Núcleo Comum", destaca-se a formulação de currículo especial para licenciatura em Enfermagem, e subsistem ainda as licenciaturas de Ciências Sociais, Filosofia, Psicologia e Pedagogia.

Maria Isabel da Cunha (2013), ao refletir sobre a formação de professores nos chama a atenção sobre a concepção de formação não ser neutra, portanto, imprescindível sua análise técnica e subjetiva, assim uma reflexão sistematizada pode assumir uma relativa contribuição para os processos educativos emancipatórios. Para esta autora, no início da década de 80, no Brasil, estabeleceram-se novos olhares para a função docente com a contribuição de Paulo Freire, pois o professor é um indivíduo “um ser em situação, um ser do trabalho e da transformação” (FREIRE, 1992, p. 28 apud CUNHA, 2013).

Em 1996 foi aprovada a LDBEN nº 9394, definindo carga horária para a prática, porém o Parecer CNE/CP 021/2001 fundamentado no artigo 12 do Parecer CNE/CP 009/2001 de 08/05/2001 redefine esta prática de ensino com um total de 800 horas.

A LDB de 1996 foi resultado de um longo processo legislativo na Câmara de Deputados, com início em 1988 (Projeto 1258/88). Este Projeto, por ter sofrido 1.275 destaques, foi arquivado e retomado, no Senado, como Projeto 67/1990, finalmente aprovado como Lei 9394/96.

Para Gatti (2003) as licenciaturas apresentam-se fragmentas com apêndices formativos pedagógicos colados a um currículo que se define por outros objetivos. É a necessidade de se considerar a questão de quem educa o educador e como. Suas pesquisas apontam referências a formação ainda falha dos docentes formadores dos futuros formadores dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Na segunda metade da década de 90, com “novas configurações inevitáveis e com facilidade se produziu um neotecnicismo pedagógico para

responder as exigências de mercado” (CUNHA, 2013, p. 616). Nesse contexto a formação docente com bases teóricas nas ideias de Coll (1987) e de Perrenoud (1993) materializa-se pela ação instrumental de favorecer o alcance das competências por parte de seus alunos.

Boaventura Souza Santos (2003) descreve com clareza o andamento da educação superior no Brasil, por meio do que ele denomina de transnacionalização do mercado da educação superior, sob a inúmera oferta de vagas se esconde

no Brasil em especial, matrizes curriculares bastante confusas e diversificadas, caracterizadas por múltiplas titulações, produzidas por meio de programas de formação com reduzido grau de articulação (SANTOS, 2013 p 153.).

Santos e Filho (2008) citam a instituição através do Decreto Presidencial nº. 6.096 de 24 de abril de 2007, do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). Criado para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior, sofreu intensa oposição de parte do movimento estudantil, porém apesar das reações negativas, todas as 54 universidades federais brasileiras aderiram ao Programa, ofertando novos cursos e ampliando a oferta de vagas dos cursos existentes deixando para se preocupar no decorrer com a estrutura para atender a nova demanda, seguido pela fase da interiorização da universidade brasileira, representando o poderoso indutor de eficiência institucional e de qualificação pedagógica.

A abertura na oferta e incentivos institucionais e acadêmicos encorajou docentes e técnicos, inspirados em modelos pedagógicos contemporâneos, a elaboram ricas propostas de renovação curricular construídos com base nos princípios da flexibilidade, autonomia, articulação e atualização (SANTOS; FILHO, 2008, p. 198)

A arquitetura curricular por ciclos na formação universitária não é inédita no Brasil ou no mundo. No Brasil, atualmente, a Universidade Federal do ABC já adota o Bacharelado Interdisciplinar como requisito para licenciaturas e engenharias; outras nove universidades federais apresentaram propostas ao REUNI incluindo, de modo ainda restrito, propostas similares ou convergentes como Bacharelados em Grandes Áreas. (SANTOS; FILHO, 2008, p. 198-199).

Sobre a Educação Superior, ao consultar a legislação na portal do Ministério da Educação e Cultura – MEC, encontra-se disponível para consulta 44 documentos divididos entre resoluções e pareceres datados a partir de 2001, dentre estes foi selecionado 12 que referem a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica nível superior em curso de licenciatura de graduação plena, conforme consta no anexo 5.

Estamos vivendo no Brasil, neste final da segunda década do século XXI, após ao Impeachment ilegítimo da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, a influência ultra neoliberal na economia, na saúde, na segurança e na educação. Diante dessa realidade, nos cabe analisar o currículo atual praticado nas Instituições de Ensino Superior e a legislação que interfere diretamente sobre ele, na tentativa de contribuir no avanço do processo que cabe à formação plena do indivíduo.

Para Cunha (2013), as pesquisas sobre a formação de professores no Brasil marcada pela ruptura com as práticas tradicionais de ensinar e aprender e com a criação da Associação Nacional de Formação de Professores – ANFOPE, reuniu pesquisadores envolvidos com a formação de professores que passaram a fazer a interlocução com aqueles que legislavam sobre o assunto, com a contribuição de Schulman (1989), Sacristán (1989), Novoa (1992), entre outros.

Neste período ganha força as ideias de Hargreaves (1999), segundo Cunha (2013), ele “afirmou que onde se situa e se distribui a formação de professores é uma questão tão importante como a que aborda quando se criou e como evoluiu essa formação em um entorno determinado.

Segundo Fernandes e Paludeto (2010, p.245), a formação de professores em direitos humanos, ainda se apresenta tímida e de acordo com Candau (2008, p. 83) é o ponto de partida fundamental é necessário que os professores sejam percebidos como profissionais agentes do processo.

O currículo é parte fundamental da educação, ele reflete a trajetória a seguir para se atingir objetivos nele dispostos, os quais se alteram de acordo com a cultura da época em que foi colocado em prática. Existem considerações acerca do que se trata por currículo e suas abordagens teóricas, de acordo com Sacristán (1998) “o currículo trata de como o projeto educativo é realizado nas

aulas” (SACRISTÁN, 1998, p. 123). No Brasil, o modelo praticado nas escolas adotou concepções diferentes no decorrer do tempo.

Para Moreira e Candau (2008)

Diferentes fatores sócio-econômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que o currículo venha a ser entendido como:(a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA; CANDAU, 2008, p. 17).

A palavra currículo vem do grego *currere*, que, segundo Sacristán (1998, p. 125), significa “carreira, a um percurso que deve ser realizado”. Quando os professores organizam uma sucessão de conhecimentos que os alunos precisam adquirir para alcançar determinados objetivos, os professores organizam o seu currículo, todavia ao longo do tempo essa noção foi pensada e organizada de modos diferentes. Lembrando que a escola no formato que conhecemos hoje é resultado de uma invenção do século XVI, como mencionado no capítulo anterior.

Por currículo, pode-se entender também, segundo Eynng (2012, p. 33), o “conjunto de conhecimentos, estratégias e aplicações, mais ou menos sistematizadas, em torno de determinadas propostas relacionadas ao processo pedagógico” (EYNG, 2012, p. 33). Esse conjunto pode ser compreendido sob diferentes teorizações, em diferentes momentos e aspectos.

Acerca da teorização de currículo, Eynng (2012, p. 34) elucida que são as chamadas teorias curriculares “os movimentos denominados tradicional, renovado, tecnicista, crítico e pós-crítico” (EYNG, 2012, p. 34), ressaltando que determinadas concepções podem existir num mesmo contexto histórico, assim se pode encontrar projetos pedagógicos embasados em teorias tradicionais ainda em tempos atuais.

A educação em direitos humanos caracteriza-se por medidas que empoderem as pessoas levando-as a se reconhecer como sujeitos de direitos e que ensinem outras sobre a empoderar-se. Segundo Candau. (2006, p.231), educar em direitos humanos é

Um processo sistemático e multidimensional orientado à formação de sujeitos de direito e à promoção de uma cidadania ativa e participativa; à articulação de diferentes atividades que desenvolvam conhecimentos, atitudes, sentimentos e práticas sociais que afirmem uma cultura de direitos humanos na escola e na sociedade; processos em que se trabalhe, no nível pessoal e social, ético e político, cognitivo e celebrativo, o desenvolvimento da consciência da dignidade humana década um; processos em que (...) estejam presentes uma: *pedagogia da indignação, *pedagogia da admiração, *pedagogia de convicções firmes; uma dinâmica educativa ativa e participativa que promova o trabalho coletivo, a autoestima e o autoconceito positivos, o “empoderamento” de todas as pessoas, particularmente das oriundas de grupos excluídos, e a valorização das diferentes culturas brasileiras.

Nesse sentido, a proposta de educação em direitos humanos passa pela lógica de produção curricular. No Brasil, diferentes concepções de currículo organizaram o trabalho pedagógico, e no sentido de propor a inserção da EDH nos currículos das IES, precisamos analisar concepções curriculares já adotadas.

O currículo configura-se no alinhamento das ideias de uma sociedade, configurado em conteúdos que visam atingir objetivos a serem colocados pela escola para oferecer aos estudantes. Nos últimos anos têm ocorrido debates em relação ao currículo resultantes de determinadas correlações de força que visam formatar, moldar, subjetivar o que é necessário proporcionar na escola para o cidadão que ocupará um determinado lugar na sociedade.

Então, o que o currículo propõe é o projeto de cidadão que ocupará um lugar nessa sociedade, porém, todos nós temos diversas visões sobre ela e uma grande parte de nós quer mudar a sociedade do modo em que está.

Para Freire (1987), currículo é um processo educacional autêntico fundamentado na cultura. A história nos permite constatar que as políticas curriculares sofrem influência dos setores governamentais, das características das comunidades, da igreja, entre outros, tornando necessário reconhecer essas influências e interpretar para onde que elas estão direcionando a organização dos currículos.

A Escola, instituição criada com o objetivo central de perpetuar uma maneira de ver o mundo, uma determinada concepção de sociedade e uma determinada cultura, assim, o modelo de currículo que se desenha no momento é o modelo de programa de curso de sequência de conhecimento a ser adquirido *via ratio studiorum*, classificado como de tendência tradicional, caracterizado por um conjunto de conhecimentos a ser adquiridos sem relação nenhuma com o

cotidiano. Diante disso, no Brasil, os componentes curriculares caracterizaram o cultivo na escola de uma determinada ação do grupo social de uma determinada condição de vantagem, durante um longo período.

Com o passar do tempo, no início do século XX, a sociedade brasileira inicia o processo de industrialização e urbanização simultaneamente e a função da escola muda “(...) era preciso insistir na consolidação destes novos tempos e administrar o atendimento das suas necessidades objetivas. A educação escolar não podia ficar à margem deste futuro.” (SANFELICE, 2007, p. 548).

A escola, que até então era ofertada a uma pequena parcela da população caracterizada por condições financeira mais avantajadas na escala social, agora com as mudanças no sistema econômico e o processo de industrialização, vai obrigar a escola a repensar suas maneiras de fazer educação, a repensar o seu currículo.

O novo desenho social marcado por uma sociedade organizada em classes enxerga que a escola deve assumir nova postura, para Libâneo (1983),

A tendência liberal tecnicista subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de "recursos humanos" (mão-de-obra para indústria). A sociedade industrial e tecnológica estabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a educação treina (também cientificamente) nos alunos os comportamentos de ajustamento a essas metas. No tecnicismo acredita-se que a realidade contém em si suas próprias leis, bastando aos homens descobri-las e aplicá-las. (LIBÂNEO, 1983, p. 03).

Naquele momento, a visão era a de que a escola não poderia mais continuar com a mesma proposta educacional, principalmente com a mesma ideia de currículo, esse pensamento dá origem a um movimento muito importante denominado Escola Nova.

Saviani (2007, p. 15) relata que

Desde a fundação até a IV Conferência Nacional de Educação realizada no Rio de Janeiro em dezembro de 1931, quando se deu o debate do qual resultou o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, católicos e escolanovistas conviveram no interior da ABE. Lançado o “Manifesto” em março de 1932, no final desse ano, ainda antes da V Conferência Nacional de Educação que se realizou em Niterói entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, os católicos foram se desligando em massa da ABE e acabaram por fundar, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação que organizou, já em 1934, o I Congresso Nacional Católico de Educação.

No Brasil entre as décadas de 20 e 40, vários intelectuais vinham discutindo a necessidade de construir uma escola diferente e produzem um documento chamado Manifesto dos Pioneiros. Deste documento, três elementos até hoje continuamos a defender que a educação deve ser pública, laica e gratuita. Conforme Vidal (2013, p. 579),

O *Manifesto* reivindicava a direção do movimento de renovação educacional brasileiro, como se indicia em seu próprio título. Vinha a público no âmago das disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil (1930) e seu texto exibiu um triplo propósito.

Uma perspectiva de escola que coloca o estudante como sujeito do processo vai buscar na psicologia fundamentos para as ações didáticas e em função do desenho social que estava estabelecido, começam a aparecer no ambiente educacional a construção do novo currículo que ofereça formação ao cidadão para aquele modelo de sociedade de classes sociais, ou seja, a escola como uma forma de garantir a perpetuação de um desenho social pautado num determinado sistema econômico para uma sociedade de classes.

A Guerra Fria, termo utilizado para denominar o período conforme Biagi “fenômeno determinante de grande parte das relações políticas mundiais depois do fim da Segunda Guerra Mundial até 1989 (...)” (BIAGI, 2007, p. 01), foi marcada pela corrida espacial e sua evolução tecnológica se reflete na escola, ela tende a buscar uma outra maneira de organizar seus conhecimentos para formar cidadãos com possibilidade em avançar no progresso. Estudiosos norte-americanos pesquisam teorias do currículo e propõem uma nova organização curricular baseada na ciência produzida por métodos, ou seja, o que deveria ser ensinado era o extraído da ciência com apoio do livro didático, esse modelo ficou conhecido como pedagogia tecnicista e seus defensores foram Bobbitt e Tyler. Uma característica do pensamento desses autores era a ideia de ciência que tinha como pressuposto a inserção na sociedade da mudança para uma sociedade cada vez mais elaborada. A preocupação era com o desenvolvimento com a eficiência social, com o lugar que aquele sujeito iria ocupar na sociedade para torná-la cada vez melhor.

O que podemos verificar nessa passagem é a mesma lógica do sistema fabril, o estudante só poderia avançar se absorvesse a contento o conhecimento

anterior, ou seja, na fábrica o produto só pode seguir para a sessão subsequente se ele for bem trabalhado. No percurso escolar eram trabalhados pedaços da ciência considerados relevantes para formação.

Verifica-se a concepção de avaliação como algo que fazemos para verificarmos se aquilo que nós organizamos em termos de experiência pedagógica corresponde aos objetivos, ou seja, a avaliação é uma forma de calibrar os objetivos. Essa é uma das marcas do pensamento de origem tecnicista presente nos dias atuais. Conforme Filho (2017)

Os estudos de Ralph Tyler inovaram essa ideia de mensuração com a concepção de que o processo avaliativo consiste basicamente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo atingidos pelos programas instrucionais. Nessa geração, chamada de descritiva, o avaliador preocupava-se em descrever padrões e critérios, embora ainda bastante técnico em sua atuação, influenciada fortemente pelo “modelo científico”. (FILHO, 2017, p. 50).

O novo currículo proposto pela Secretária da Educação do Paraná (SEED), o Currículo Referencial do Estado do Paraná (CREP) de 2020 é um exemplo concreto dessa realidade.

Da lógica fabril na organização do processo de ensino com base nas ideias iniciais de Taylor e Fayol (1903), é possível constatar por exemplo quando há interrompimento das atividades para fazer o planejamento baseado nos princípios do ensino-aprendizagem, na avaliação, no método e objetivos, como mecanismos que permitem identificar falhas que possibilitam a reorganização.

Na realidade, identificamos nesta forma de organizar o currículo a mesma perspectiva tradicional, ou seja, ela também não questiona o desenho social, ela atua procurando formar o cidadão para corresponder aos anseios da sociedade urbano industrial.

No Brasil, nos anos 60, 70 e 80, por conta das mudanças de novas concepções de mundo e dos vários movimentos sociais pela democratização, autores como Freire fizeram uma análise do funcionamento da organização da escola.

Na década de 70, questionamentos sobre currículo levam o professor Paulo Freire a contribuir na elaboração de uma pedagogia que caminha por uma mudança, ele passou a defender, a partir das suas pesquisas e dos seus trabalhos de campo realizadas no nordeste do Brasil e outros países, que os

conhecimentos daquelas pessoas que frequentavam a escola deveriam ser usados dentro currículo.

4.2 CURRÍCULO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Brasil, influenciado pelos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 60, que se estenderam pela década de 70, passou a ser um cenário propício para reformas do currículo, onde nasceu a pedagogia crítica, propondo um currículo voltado aos problemas sociais, econômicos e políticos da realidade. Paulo Freire, com o livro *Pedagogia do Oprimido* publicado em 1968, sustentou os debates da pedagogia crítica ao enfatizar a libertação do indivíduo, por meio do estudo crítico da realidade social, política e econômica, no sentido de sensibilizar as diferentes classes e estruturas sociais para a promoção da justiça social. Neste sentido, de acordo com Freire (1979, p. 31), “educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar este conhecimento.”

Desenvolver a consciência crítica do educando elevou a atenção para perspectivas diferentes de compreensão do currículo, e contar com a participação coletiva da comunidade escolar no processo de construção curricular não reduzindo mais à atividade de “poucos iluminados”, ou especialistas, como argumenta Freire (1979), foi a visão curricular que estendeu-se até os anos 90, muito embora ainda se viva em muitas escolas um currículo centrado em valores da educação tradicional e tecnicista.

Nesta perspectiva, assume-se que o currículo deveria ser organizado incluindo raça⁴, gênero, diferenças individuais, classe social, problemas sociais e justiça social ou equidade, baseado em princípios inspirados por Freire (1987), os quais se configuram como uma teoria crítica de currículo.

⁴ Atualmente utiliza-se a palavra Etnia, que segundo Santos *et. al.* (2010) refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Essas comunidades geralmente reclamam para si uma estrutura social, política e um território.

Texto completo em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000300015 acesso em: 6 de abril de 2020 às 13:05h.

Para Paulo Freire, a discussão do currículo precisava situar os conhecimentos vividos contextualizando com conhecimentos científicos, assim, por meio da escola reduziria a desigualdade social. Para tal, era fundamental que essas pessoas analisassem criticamente aquilo que estava sendo ensinado e que essas pessoas, analisando o contexto em que viviam e os modos de funcionamento daquela sociedade, poderiam muda-la, tornando-a menos desigual. Menezes e Santiago (2014, p. 04) salientam que

No Brasil, a partir dos finais dos anos de 1950, a educação, e particularmente a educação de adultos e a educação popular, encontrou em Paulo Freire a referência que formula as bases da educação libertadora como um paradigma que influencia o campo do currículo. A concepção freireana de educação, na qual as finalidades, os conteúdos, as ações estão articulados para possibilitar a humanização e a libertação dos sujeitos contribuiu na orientação das políticas curriculares, construindo um horizonte de possibilidades para a emancipação humana a serviço da transformação social.

Demerval Saviani e José Carlos Libâneo apostam na escola como uma forma de empoderamento das classes mais humildes, por meio dos conhecimentos científicos. Então, as teorias críticas do currículo veem na escola uma forma de mudança na sociedade. Os conhecimentos do povo presentes nos currículos e articulados com os conhecimentos científicos, abordados enquanto possibilidade de contribuir com a transformação do mundo do trabalho.

A partir do final dos anos 70 aconteceram debates estabelecendo a relação entre currículo, ideologia e hegemonia na análise do currículo das escolas americanas, destacando resistência, oposição e o papel da escola na produção do conhecimento (SILVA, 2006). Silva em sua análise histórica do currículo cita Macedo *et al.* (2005) para nos relatar que a tendência norte americana é identificada nas análises do currículo brasileiro realizada nos estudos do Grupo de Trabalho de Currículo da ANPED, nos anos 90. Segundo Silva (1999, p. 30), “para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de ‘como’ fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo ‘faz’”.

O Brasil nos anos 80, que se caracterizou pelo processo de redemocratização pós ditadura militar, foi incorporando cada vez mais a população na idade escolar obrigatória. Com um maior número de pessoas na escola, gerou-se uma demanda expressiva de profissionais capacitados,

exigindo das Instituições Superiores de Ensino, esforço descomunal para preencher essa grande lacuna.

O currículo para Miguel Arroyo (2011, p. 32) reflete

Práticas docentes que alargam concepções de conhecimento e de direito ao conhecimento na medida e que põem o foco nos educandos e nas suas vivências, que alargam fronteiras restritivas que não fogem de ensinar os conhecimentos curriculares, mas se sentem forçados a transcendê-los.

Atualmente, a grande maioria dos profissionais que atuam nas escolas do país, realizam sua formação superior para atender a uma demanda que já existe. Por exemplo, é muito comum que professores ainda em formação já atuem na área. Esses profissionais recém formados, ou em formação, colocam em prática as propostas curriculares que os sistemas públicos organizam. Esses sistemas mudam muito rápido, alterando seus modelos de avaliações ou sistemas apostilados com o objetivo de atender a um modelo de sociedade em constante alteração.

Na escola convive-se com competências e habilidades, materializado na possível capacidade do estudante saber usar recursos para resolver um novo problema que ele desconhece. Na medida em que ele obtém êxito e se aprimora, esse conhecimento se transforma em uma habilidade.

O currículo vigente, não foi organizado pelos professores, que é caracterizado por uma educação sem muita profundidade e sem muita reflexão, instrumentaliza o cidadão ou reflete interesses de grupos que almejam perpetuar sua concepção de mundo.

Temos percebido que grande parte da sociedade almeja um mundo mais humano e mais justo, de acordo com Figurelli e Porto (2008, p. 02),

Diante do presente cenário de depredação do meio ambiente e de grandes desigualdades sociais, não é mais possível fechar os olhos e seguir em frente da mesma forma. O mundo clama por uma nova ótica organizacional e ações concretas de preservação [ou seria mais coerente utilizar a palavra restauração?] não só do meio natural como também e, essencialmente, do homem em seus mais diversos aspectos e suas mais variadas relações.

Ao buscar compreender o que é e a função de currículo, para Sacristán (2013, p. 19),

Buscando a gênese desse conceito antigo e consolidado e considerando o acúmulo de significados que vêm sendo sobrepostos a ele, chegamos a uma primeira conclusão: o currículo proporciona uma ordem, por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido. À capacidade reguladora do currículo foram agregados os conceitos de classe, grau e método, cujas histórias estão entrelaçadas, formando todo o dispositivo para a normalização do que era ensinado, ou do que deveria ser ensinado. Como fazê-lo, e, uma vez que se fazia uma opção, também ficava determinado aquilo que não se podia ou não deveria ensinar nem aprender.

Cabe aqui refletir sobre a ação que provoca, produz ou estimula a elaboração de um significado em quem é sujeito às ações dessa influência, nas relações de causa e efeito que desejamos que ocorra, na intenção que se deseja alcançar êxitos. Para Sacristán (2013, p. 28) “Os currículos são complexos e existem variações entre os países”, vivemos o repensar sobre o progresso técnico-científico, pois persiste o aumento das desigualdades entre os indivíduos, o esgotamento dos recursos não renováveis, os perigos e impostos pela falta de valores morais trouxeram dúvida à ideia de progresso decorrente da tecnologia e ciência. Segundo Sacristán (2013, p. 33),

o desafio da educação continua sendo encontrar outras formas de conhecimento escolar, resgatar o sentido da formação geral, revisar a racionalidade baseada na chamada cultura erudita, sem renunciar a ela, mas admitindo a incapacidade da escola para, por si só levar a cabo a modernidade iluminista: algo que se costuma esquecer quando se pedem objetivos contraditórios como preparar para a vida, preparar para as profissões e fomentar em dependência do juiz riso dos cidadãos cultos.

O advento das novas tecnologias e os anseios da sociedade contemporânea têm impactado na educação. Essas transformações vivenciadas pela humanidade neste novo milênio estão diretamente ligadas ao desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e da informação. Diante desse contexto, as políticas curriculares, especialmente no ensino superior. Para Cunha (2008, p. 21),

Os desafios atuais da docência universitária parecem estar requerendo saberes que até então representam baixo prestígio acadêmico no cenário das políticas globalizadas, porque extrapolam a possibilidade de quantificar produtos. Assumem que a docência é uma ação

complexa, que exige saberes de diferentes naturezas, alicerçados tanto na cultura em que o professor se constitui, como na compreensão teórica que lhe possibilita justificar suas opções. Teoria e prática, articuladas entre si, sustentam os alicerces de sua formação.

A atualidade se caracteriza pela velocidade de mudanças e a formação de professores não pode ficar alheia a elas. Para Gesser e Ranguetti (2011, p. 04),

Diante dos desafios que o mundo atual nos apresenta, diante da nossa responsabilidade de formar profissionais para atuar frente às informações e mudanças que vêm ocorrendo freneticamente, urge a necessidade de se desenvolver currículos para a formação de profissionais no ensino superior aptos para assumir novos papéis. A sociedade contemporânea vem mudando sistematicamente e, com ela, a educação toma novos rumos e o currículo, como instrumento norteador das práticas de formação, carece de novos princípios organizadores. Apesar disso, a estrutura que sustenta a prática de formação observada nessa modalidade educacional ainda preserva princípios tradicionais, provocando um descompasso entre discurso, prática e demandas no âmbito da formação humana e profissional.

Para que ocorra a formação de pessoas capazes de intervenção social, visando elevar os indicadores sociais, os currículos precisam ser revistos. Conforme Zabala (2002, p. 53), “o currículo [...] precisa oferecer os meios para possibilitar a análise da situação mundial, criando uma consciência de compromisso ativo [...] possibilitando os instrumentos para a intervenção na transformação social”.

Segundo Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004, p. 136),

O currículo, mais que um conjunto de “competências que devem ser formadas”, constitui-se de experiências significativa, nas quais se constrói o fazer-pedagógico, em um contexto sócio-histórico dado, que se organiza de diversos modos para aproximar-se a intenção formativa do “modelo profissional” de cada agência formadora como espaço de inovação pedagógica.

Concluem Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004, p. 102-103),

[...] a formalização dos saberes necessários à execução das tarefas que são próprias ao trabalho docente é uma das condições essenciais à profissão, embora seja essa formalização uma tarefa que ainda desafia a construção do corpo teórico que defina a Pedagogia como uma das bases da formação docente.

As transformações estruturais com o advento das novas tecnologias no mundo contemporâneo, conseqüentemente na educação, vivenciadas pela humanidade, estão diretamente ligadas ao desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e da informação. Diante desse contexto, é necessário refletir sobre as políticas curriculares, especialmente no ensino superior, no sentido de atender as novas demandas sociais, humanas e profissionais que carecem de novas escolhas. Neste sentido Ranghetti e Gesser (2011) citados por Lopes (2004),

Toda política curricular é, assim, uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo. (LOPES, 2004, p. 111 apud RANGHETTI; GESSER, 2011, p. 06).

Em abril de 2017, o Ministério da Educação - MEC encaminhou ao Conselho Nacional de Educação - CNE a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, para realização de considerações e homologação. Neste documento o currículo apresenta-se como *referência nacional obrigatório*, conforme Stribel (2017, p. 9)

diversas críticas têm sido feitas ao documento, seja pela configuração de conteúdos selecionados para compô-lo, seja por seu caráter centralizador, normativo e inflexível, ou pela própria ideia de haver algo que seja considerado como básico, comum e nacional, portanto, algo absolutamente universal.

Ainda em Stribel (2017, p. 10), quanto às críticas a BNCC se dá pelo fato, entre outros, de fazer uso dos conhecimentos, para validar quem pode ou não prosseguir os estudos em nível superior ou de escolas receberão ou não financiamentos. Com relação a Educação em Direitos Humanos não parece ser uma preocupação, sendo classificada como um *tema contemporâneo*, é listada dentre outros temas.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes (Lei nº

8.069/199012), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199713), preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/199914), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200915), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200316), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Resolução CNE/CEB nº 7/201018). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades de todos os componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas possibilidades e especificidades, tratá-la de forma contextualizada. (BRASIL, 2017. p. 13-14)

Para Stribel (2017, p. 12), há presença de outros temas que incorporam a discussão dos direitos humanos, porém desta forma inviabiliza o caráter sistemático, multidimensional e pedagógico da educação em direitos humanos. Quanto aos conteúdos, a temática dos direitos humanos aparece em Língua Portuguesa e em História. Dando a falsa impressão que a BNCC promove uma proposta educacional coerente com a educação em direitos humanos.

Ao estabelecer formas específicas de construir conhecimento, que não podem se mover muito, apesar da impressão que o texto tenta passar em vários pontos, a BNCC impede outras formas de pensar a educação em nível de conteúdos ou competências, ou mesmo em outras instâncias, através de proposições que são inflexíveis.

Diante do exposto, tivemos subsídios teóricos para a análise dos currículos e das ementas dos cursos de Licenciatura em Geografia das universidades pesquisadas.



“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”.

Milton Santos

5 NOS CAMINHOS DA PESQUISA, O ENSINO DE GEOGRAFIA E O CURRÍCULO

Neste capítulo apresenta-se alguns apontamentos teóricos e metodológicos sobre a pesquisa documental, de abordagem qualitativa realizada. Trazemos aqui o caminho percorrido na análise dos currículos dos cursos de licenciatura em Geografia.

Primeiramente, conceituamos a pesquisa documental, para, em seguida, expor sobre o objeto analisado.

5.1 A METODOLOGIA

Essa pesquisa foi organizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, enquadra-se prioritariamente na abordagem qualitativa, mas pode utilizar-se também de abordagem quantitativa para a sistematização dos dados que estão em construção, e, segundo seus objetivos, trata-se de um estudo descritivo e exploratório que encontra guarida em Sacristán (1998, p. 201) porque,

o valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza, na forma como se concretiza em situações reais. O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significado e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida. Às vezes, também, à margem das intenções a prática reflete pressupostos e valores muito diversos.

No que diz respeito aos documentos, Severino (2007, p. 122) elucida, pode-se entender como sendo o tipo de pesquisa que tem como fonte documentos no sentido amplo, e não apenas aqueles documentos impressos. Assim, documentos legais e institucionais, foco dessa pesquisa, também podem ser caracterizados desta forma. E tem na análise qualitativa, conforme Bruchêz (2015, p. 03),

o enfoque qualitativo caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente a ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos (GODOY, 1995). Também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo

O campo do currículo é extenso e múltiplo, Sacristán (2000) afirma que o currículo compreende vários conceitos ao mesmo tempo: são ideias pedagógicas, estruturação de conteúdos e detalhamento deles, reflexo de aspirações educativas, estímulo de habilidades nos estudantes, entre outros. No entanto, ao contrário do que comumente se entende, o currículo não é um objeto estático materializado em um documento que indica uma sequência de conteúdos organizados em disciplinas, mas, sim, uma *práxis* – prática e expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem e que se expressa em comportamentos diversos.

Partindo deste pressuposto, Santomé (2013, p. 10) chama atenção para

Referir-se à justiça curricular implica considerar as necessidades do presente para em seguida analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida. Esta meta, é lógico, preocupa os professores comprometidos com a atribuição de poderes aos grupos sociais mais desfavorecidos e, portanto, com a construção de um mundo melhor e mais justo.

O currículo ainda no pensamento de Sacristán (2013, p. 16), também tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo.

O passo seguinte levou em conta Oliveira et al. (2003), ao orientar que o processo de investigação para descrição objetiva do conteúdo, é necessário identificar no texto, frequências ou ausências de itens, ou seja, categorizar para introduzir uma ordem, segundo certos critérios. Diante disso, antecedeu a análise, a organização do material de trabalho, a definição das unidades de registro e a definição e delimitação do tema.

A pesquisa se dá na área de Educação, justificando a utilização do método, conforme Oliveira et. al. (2003, p. 05),

Na área de educação, a análise de conteúdo pode ser, sem dúvida, um instrumento de grande utilidade em estudos, em que os dados coletados sejam resultados de entrevistas (diretivas ou não), questionários abertos, discursos ou documentos oficiais, textos literários, artigos de jornais, emissões de rádio e de televisão. Ela ajuda o educador a retirar do texto escrito seu conteúdo manifesto ou latente.

Considera-se que a temática voltada para os Direitos Humanos permitem um leque abrangente de disciplinas, entendendo-se aqui a necessidade de análise das ementas de todas as disciplinas ofertadas no curso de Licenciatura em Geografia das Universidades escolhidas. Dentro deste contexto consideramos utilizar a expressão Educação em Direitos Humanos, levando em consideração a Educação como processo social.

A coleta dos dados deu-se por meio de busca nos sítios eletrônicos específicos de cada Universidade selecionada e da solicitação das informações, por meio de correspondência eletrônica ao coordenador do curso de graduação.

Os dados referentes ao curso da UFPR foram coletados, por meio de *downloads* das informações disponíveis no sítio eletrônico da universidade. Os que não foram encontrados, ementas e bibliografias na sua totalidade, foram solicitadas, por meio de correspondência eletrônica ao coordenador do curso.

Referente às informações da UFC e da UFRR, estas foram encontradas eletronicamente na sua totalidade.

Os documentos coletados recebem a denominação de Projetos Político Curricular (PPC), nos quais constam de forma breve a história da Instituição, do curso, caracterizam o espaço físico, expõe com clareza os objetivos do curso, as matrizes curriculares, ementários e bibliografias indicadas.

Tendo por base as informações coletadas, elaborou-se tabela única (01) que visa concentrar as seguintes informações: Universidade, disciplinas, curso, natureza da disciplina, matriz/fonte, semestre, carga horária, ementas, bibliografia básica e bibliografia complementar. A partir dessa organização, foram feitas as análises tendo como aporte teórico os autores estudados.

Para a análise do currículo optou-se em analisar as matrizes de cursos de licenciatura de Geografia de três Universidades Federais do Brasil que disponibilizassem a Proposta Político Curricular atualizada com ementário em ambiente virtual e que contemplassem uma espacialização visando regiões diferenciadas no país. Assim sendo, as escolhidas foram, a Universidade

Federal do Paraná (UFPR), localizada em Curitiba, capital do Paraná, região sul do Brasil, a Universidade Federal do Ceará (UFC), localizada em Fortaleza, capital do Ceará, região nordeste, e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), localizada em Boa Vista, capital de Roraima, na região norte.

Abaixo o quadro 01 apresenta breve histórico de cada Universidade escolhida e a análise do ementário do curso de licenciatura em Geografia.

Quadro 01 - Universidades Federais e os Cursos de Geografia

| IES | UFPR | UFC | UFRR |
|--|--|--|---|
| PROJETO POLÍTICO CURRICULAR DE GEOGRAFIA – ANO DESCRIÇÃO | 2018 LICENCIATURA E BACHARELADO NUCLEO COMUM 4 PERÍODOS + 4 PERÍODOS ESPECIFICOS PARA LICENCIATURA OU BACHARELADO | 2018 LICENCIATURA E BACHARELADO NUCLEO COMUM 1º SEMESTRE + 7 SEMESTRES ESPECIFICOS PARA LICENCIATURA OU BACHARELADO | 2017 LICENCIATURA E BACHARELADO INDEPENDENTES |
| ANO QUE INICIOU A OFERTA DO CURSO PERÍODO DE EXISTÊNCIA | 1938 80 ANOS | 1963 55 ANOS | 1989 31 ANOS |
| QUANTIDADE DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS | 42 | 40 | 40 |
| QUANTIDADE DE DISCIPLINAS OPTATIVAS-ELETIVAS | 40 OBRIGATORIEDADE DE CURSAR 4 | 49 OBRIGATORIEDADE DE 208 Horas COMPLEMENTARES E 229 HORAS DE EXTENSÃO | 17 OBRIGATORIEDADE DE CURSAR 3 ELETIVAS E 1 OPTATIVA |

Organização: SANTOS, H. A. C. 2020.

Conforme o quadro 01, é possível observar dados relevantes sobre as três universidades pesquisadas, como a organização na formação para licenciados e bacharéis em Geografia, o tempo de existência das universidades, o ano de início de oferta dos cursos, aliás todos acima de 30 anos, e a quantidade

de disciplinas obrigatórias e optativas, dados estes essenciais para a continuidade desta pesquisa.

5. 2. O ENSINO DA GEOGRAFIA

A geografia reúne um conjunto de conhecimentos acumulados desde a antiguidade, sua importância na formação do cidadão fez com que fosse ensinada nas escolas, seus pensamentos foram influenciados pelo contexto histórico, político, social, cultural em que foi produzida e a sistematização destes vastos saberes na forma de uma ciência.

Na antiguidade podemos constatar a presença da geografia em Estrabão (64 a.C. – 24 d.C.) por exemplo, definindo-a, conforme Moreira (2009, p. 08),

a geografia familiariza-nos com os ocupantes da terra e dos oceanos, com a vegetação, os frutos e as peculiaridades dos vários quadrantes da terra; e o homem que a cultiva é um homem profundamente interessado no grande problema da vida e da felicidade.

Na trajetória histórica da geografia Moreira (2009) nos conta que a geografia moderna surge durante a revolução burguesa com Emanuel Kant e a ressignificação do espaço, portanto, caberia para “a geografia a descrição do espaço e a história a narrativa do tempo” (MOREIRA, 2009, p. 21), neste mesmo período, Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859) a transformam em um saber orientado pela teoria sistematizando-a levando em conta as contribuições de Kant.

Para Moreira Da descrição para a explicação dos fatos, por meio do método comparativo com Ritter e a relação entre a natureza e a sociedade com Humboldt,

a geografia passou a apresentar uma visão holística com esses dois grandes percussores, porém é esquecida por quase meio século com sociedade industrial que se instalou e caracterizou-se pela fragmentação do trabalho e pela fragmentação do conhecimento numa diversidade infinita de formas de ciência sob a influência do positivismo (MOREIRA, 2010, p. 16).

Segundo Andrade (2008, p. 01), “Admite-se que a Geografia se tornou uma ciência autônoma a partir do século XIX, graças aos trabalhos dos

geógrafos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter [...] Isto não quer dizer que não existisse um conhecimento [...]” (ANDRADE, 2008, p. 01).

Neste período a geografia teve grandes contribuições de Friedrich Ratzel e a concepção de espaço vital, com Eliséé Reclus e o caráter social e político e Paul Vidal de La Blache com as bases da geografia regional e os princípios da geografia humana com a colaboração na sistematização de De Martone. Com Jean Brunhes a reflexão geográfica estava na paisagem e em seu viés cartográfico. Com Carl Sauer a geografia ganha enfoque morfológico da paisagem e no decorrer desloca seu discurso dando origem as regiões culturais (MOREIRA, 2010.).

No século XX, nos Estados Unidos Richard Hartshorne, retoma as ideias de Ritter e no Brasil a geografia produzida tem a influência francesa de Pierre Monbeing, Pierre Deffontaines e Francis Ruelan, que trazem com eles a geografia de Vidal de La Blache, de Brunhe e de Reclus, acrescentando Sorre, George e Tricart, além do norte americano Hartshorne (MOREIRA, 2010, 23p.). Porém, Moreira (2010) afirma que não há unanimidade entre os pensadores.

No Brasil o saber geográfico começou a ser ensinado antes de se tornar uma disciplina independente. Em 1837, a Geografia foi implantada como disciplina escolar obrigatória pela primeira no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro com o objetivo de capacitação política de uma camada da elite brasileira que pretendia se inserir nos cargos políticos e nas demais atividades relacionadas. Por volta do ano de 1900, a ciência se consolidou nas escolas de praticamente todo o território brasileiro caracterizada pela disseminação da ideia de se conhecer os aspectos naturais regionais, com o intuito de criar no estudante um sentimento de patriotismo. Conforme Rocha (2015, p. 131),

Foi somente no século XIX que o ensino de geografia adquiriu maior importância na educação formal existente no país. Com a criação do Imperial Colégio de Pedro II, localizado na antiga Corte, a disciplina Geografia passa a ter um novo status no currículo escolar. Influenciado pelo modelo curricular francês, no novo estabelecimento de ensino predominavam os estudos literários, mas, apesar de não serem a parte mais importante daquele currículo, nele também estavam presentes as Ciências Físicas e Naturais, a História, as Línguas Modernas e a Geografia.

De acordo Silva (2007, p 38), foi em 1934 que a Geografia chegou às instituições universitárias com sua implantação na Universidade de São Paulo.

O quadro de professores era formado por docentes de tendências tradicionais, influenciados pela escola francesa.

Em 19 de dezembro de 1962 foi aprovado o Parecer no 412/62, no qual estava prescrito o primeiro currículo mínimo para o curso de licenciatura em Geografia. De acordo com o relator,

O currículo mínimo de Geografia que propomos não tem em vista a profissão de Geógrafo que ainda está para ser regulamentada em projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. Por enquanto só podemos cogitar do currículo destinado à formação do professor de Geografia nas escolas de nível médio que é, presentemente, o diploma oferecido pelos cursos de Geografia das Faculdades de Filosofia, para efeitos de exercício profissional, nos termos do art. 70 da Lei no 4.024." (PARECER n°412/62 apud ROCHA, 2000, p. 133).

Assim, respaldado pelo Parecer n°412/62, foi proposto um currículo mínimo para o curso de licenciatura em Geografia, com quatro anos de duração, abrangendo Geografia Física, Geografia Biológica ou Biogeografia, Geografia Humana, Geografia Regional, Geografia do Brasil, Cartografia. E, podendo escolher duas matérias entre Antropologia Cultural, Sociologia, História Econômica Geral e do Brasil, Etnologia e Etnografia do Brasil, Fundamentos de Petrografia, Geologia, Pedologia, Mineralogia e Botânica.

Em 19 de dezembro de 1962, o Parecer n°412/62 materializou-se na Lei n°5.540/68, mantendo o mínimo em vigor e acrescentou-se a obrigatoriedade do ensino-aprendizagem das matérias pedagógicas, Educação Física e Estudos de Problemas Brasileiros. (ROCHA, 2015, p. 133)

Para pensar o ensino de geografia e suas potencialidades educativas do nosso tempo, é fundamental a compreendermos dentro do contexto da Educação. Conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p. 26),

Para tanto, é preciso conhecer os marcos fundamentais da história da educação e a trajetória do ensino da Geografia nas últimas décadas, da ditadura militar até nossos dias, para compreender a tensão existente nas universidades e nas escolas superiores responsáveis pela formação docente.

No período militar vivido no Brasil, a Geografia e a História foram unificadas em uma única disciplina, denominada de Estudos Sociais, disciplinas consideradas como uma ameaça política daquele momento. Porém, neste

período, Milton Santos lança em 1978 o livro *Por uma Geografia Nova* despertando a importância das relações sociais e seus problemas e a necessidade de que houvesse mais estudos sobre o tema.

Em 1998 com os Parâmetros Nacionais Curriculares - PCN há oficialização dos objetivos da Geografia a serem trabalhadas nas escolas, afirmando que os educandos necessitam conhecer e compreender as relações entre a sociedade e também a dinâmica da natureza e suas paisagens.

Conforme Silva (2017, p. 01),

O Brasil tem passado por sucessivos momentos de reorientação de políticas que visam ordenar o currículo nas escolas. Podemos constatar esta afirmação nos documentos oficiais que sinalizam essa intencionalidade desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997; 1999), no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB e ENEM, 2000), nas Diretrizes Curriculares Nacionais exaradas pelo Conselho Nacional de Educação (1997, 1998, 2010, 2011, 2012), e, mais recentemente, no documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

No final do ano de 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a disciplina de Geografia, como as demais, passou a ser denominada de componente curricular e foram reorganizados conteúdos, conceitos e processo em Competências e Direitos de Aprendizagem ou Habilidades relativas a diversos objetos de conhecimento que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica.

Para Silva (2017) a BNCC traz consigo um histórico recheado de necessárias reflexões,

Observamos, no interior dos textos normativos, o emprego recorrente de alguns termos: “interdisciplinaridade”, “contextualização”, “eficácia”, etc. Uma das expressões reiteradamente usada é a de **competências**. Em que sentidos esta palavra tem sido usada com vistas à organização dos currículos escolares? Qual(is) o(s) seu(s) significado(s)? Em quais documentos oficiais podemos lê-la? Por que o termo competências tem sido tomado como referência para a formação humana? Em que medida seus enunciados evidenciam projetos em disputa quanto aos sentidos e finalidades da educação?” (SILVA, 2017, p. 01).

Nos atendo especificamente ao ensino da geografia, BNCC estipula como competências específicas para o ensino fundamental. Conforme

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios da Geografia e da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo. (BNCC, 2017, p. 337).

De acordo com o documento espera-se que o estudante exercite o pensamento espacial com a finalidade de compreensão dos aspectos fundamentais da realidade, localizando-o no tempo e no espaço e conectando-o entre a natureza e as ações antrópicas, no Ensino Fundamental conforme BNCC (2017, p. 359) descrito no anexo 6.

Para o Ensino Médio, conforme a BNCC (2017) estipula uma área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia (BNCC, 2017, p. 561).

A exploração dessas questões sob uma perspectiva mais complexa torna-se possível no Ensino Médio dada a maior capacidade cognitiva dos jovens, que lhes permite ampliar seu repertório conceitual e sua capacidade de articular informações e conhecimentos. O desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis –, além de um domínio maior sobre diferentes linguagens, o que favorece os processos de **simbolização** e de **abstração**.

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.

Regulamentando como competências específicas de ciências humanas aplicadas pra o Ensino Médio, conforme BNCC (2017).

- Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se

criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

- Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

- Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

- Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

- Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

- Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Para Silva (2017, p. 02)

Vamos, primeiramente, analisar um dos referenciais do termo competências utilizado especialmente na definição dos Parâmetros e das Diretrizes Curriculares Nacionais ao final da década de 90. Naquele momento, esses referenciais abrangiam apenas as prescrições normativas para o currículo do Ensino Médio e tomavam por base as tendências no campo da formação para o trabalho. Novas tecnologias - assentadas no emprego da microeletrônica - bem como novas estratégias de gestão e organização do espaço produtivo, estariam pondo como desafio demandas específicas de formação para o trabalho. Tais exigências recorriam ao chamado “modelo de competências” para delimitar esse novo perfil.

Diante do exposto, cabe agora analisar se a formação para licenciados em Geografia prepara o profissional do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação para atender a demanda legal explicitada na BNCC (2017) e a legislação específica para uma Educação em Direitos Humanos.

5.3. CURRÍCULO DAS UNIVERSIDADES

5.3.1 Universidade Federal do Paraná - UFPR

De acordo com a página oficial da Universidade Federal do Paraná, uma tentativa precursora de estabelecer uma universidade no Paraná já ocorrera em 1892, liderada pelo advogado, historiador e jornalista Francisco da Rocha Pombo. Intelectual paranaense foi membro da Academia Brasileira de Letras. Apesar de ter obtido a concessão do Governo do Paraná (Lei nº 63 de 10/12/1892), quando Curitiba contava com apenas vinte mil habitantes, a ideia não pôde ser concretizada. (Apud, UFPR 95 anos; UFPR 100 anos). Mas, é através da liderança de Victor Ferreira do Amaral e Silva, médico, deputado e diretor de Instrução Pública do Estado, que a criação da Universidade, sob o lema *Scientia et Labor – Ciência e Trabalho*, se concretiza em 19 de dezembro de 1912.

A Universidade Federal do Paraná – UFPR, começou a funcionar em 1913 como instituição particular, oferecendo os cursos Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia, sob a administração do reitor Victor Ferreira do Amaral. Através de empréstimo financeiro e com a doação de terreno pela prefeitura, iniciou a construção do prédio na atual Praça Santos Andrade, em terreno doado pela prefeitura.

Logo no início da sua existência precisou desmembrar a Instituição em faculdades autônomas para atender a legislação vigente evitando o fechamento, para isso, à estratégia de reformar seus Estatutos, separando as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, e concedendo-lhes autonomia de ensino, porém no mesmo edifício, sob uma única Diretoria. Foi deste modo que desenvolveu a educação superior por quase 30 anos, e, somente no fim da década de 40 com o apoio da imprensa e comunidade, foi restaurada e acrescidas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O fato da continuidade do funcionamento de todos os cursos dá à Universidade do Paraná a condição de mais antiga do país.

Sua restauração ocorre, após várias tentativas, em 06 de junho de 1946, pelo Decreto-Lei nº 9323 da União que reconhecia a Universidade do Paraná e

sua federalização, obtida em 04 de dezembro de 1950, pela Lei nº 1.254 do Governo Federal, a Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Em 1950, passou a chamar-se Universidade Federal do Paraná, instituição pública e gratuita. Ensino, Pesquisa e Extensão, foi escolhido para nortear as atividades da universidade em direção ao desenvolvimento da comunidade. Com a federalização, a instituição construiu o Hospital de Clínicas (1953), o Complexo da Reitoria (1958) e o Centro Politécnico (1961), acrescido do Campus Palotina (1993), Campus Jardim Botânico (1997), Campus UFPR Litoral (2005), Campus Rebouças (2008) e Campus Cabral (2011).

Durante seus pouco mais de 100 anos de funcionamento, caracteriza-se por espaço aglutinador da intelectualidade brasileira, com a clareza do dever em cumprir a função social na produção de conhecimento através do Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com o Projeto Político Curricular- PPC (2018) o curso de Geografia passou a ser ofertado metade do século XX, sob forte influência do modelo francês, porém o curso de Geografia da UFPR teve, por muito tempo, a influência alemã, sobretudo a partir do trabalho de Reinhard Maack. E iniciou com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1938, período em que a Geografia, segundo Moraes (1988, p. 130) foi “posta claramente como um instrumento de um Estado modernizante, impulsionador do desenvolvimento capitalista no país.”

O curso funcionou no Colégio Santa Maria, na Praça Santos Andrade, com a denominação de Curso de Geografia e História, foi reconhecido através do Decreto 5576 no ano de 1940, quando se formou a primeira turma de bacharéis em Geografia. Com sua federalização, a instituição passou por uma fase de expansão construindo o Hospital de Clínicas, o Complexo da Reitoria e do Centro Politécnico.

Na construção do Centro Politécnico, inaugurado em 1961, ficou registrado os avanços da engenharia e tecnologia, empregados nos 500 mil metros quadrados de espaço doados pela prefeitura, onde continuam sendo construídos espaços de ensino, convivência e desenvolvimento. Neste campus, em 1971, o Instituto de Geociências agrupou os cursos e departamentos de Geografia, Geologia, Ciências Geodésicas e Solos. Em 1973, foi criado o Setor

de Tecnologia, sendo o Instituto transformado em Departamento de Geociências, e, em 1985 foi criado o Departamento de Geografia.

Ainda de acordo com PPC, as últimas décadas trouxeram mudanças substanciais para a Geografia, através do debate sobre a relação da sociedade com o espaço. A partir de 1998, o curso passou a compor o Setor de Ciências da Terra. E a possibilidade na abordagem dos aspectos humanos e físicos permite uma visão holística, capaz de perceber o mundo, relacionando interação dos fatos naturais e da ação humana no planeta. Ao realizar análise dialética dos fenômenos, sob a ótica científica, a Geografia que alcança o século XXI “[...] procura esclarecer todos os fatores de distribuição e invoca para isso o conjunto de relações que os homens estabelecem entre si, com interesse central na análise da lógica do social e das suas implicações espaciais” (Schoumaker, 1999 apud PPC UFPR 2018, p.9)

A UFPR oferece desde 1998 Pós-graduação em Geografia e a partir de 2006 passou a oferecer doutorado, fatos que permitiram fortalecer pesquisas, presente nos diferentes Laboratórios, Núcleos e Coletivos.

Atualmente, a formação em Licenciatura em Geografia capacita para a atuação no magistério na educação básica e também na produção de materiais didáticos e em consultorias e assessorias pedagógicas, além de possibilitar a pesquisa em educação.

De acordo com o Projeto Pedagógico Curricular do curso de Geografia, disponível na página oficial da Universidade Federal do Paraná, na sua versão ano de 2018, está organizado em disciplinas divididas entre obrigatórias e optativas.

No primeiro semestre do curso de graduação em Geografia os acadêmicos devem cursar cinco disciplinas obrigatórias totalizando 330 horas, sendo elas: Interações e Dinâmicas Geográficas, Cartografia, História da Formação e Transformação do Espaço Brasileiro, Introdução a Estatística e Geologia Aplicada a Geografia. Ao analisarmos as ementas, encontramos na descrição dos conteúdos previstos, os termos “conflitos socioambientais”, “cultura e diversidade de sujeitos” (anexo 8), “sociedade” e “cultura” (anexo 9). Termos esses que nos levam a entender que contemplam Educação em Direitos Humanos (EDH), ao promover o debate na formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio da promoção e da vivência dos valores da

liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Solidificando nossa percepção a presença nas referências dos autores Boaventura Souza Santos e Maria Paula Meneses, com a obra *Epistemologias do Sul*, e, Sandra Baptista da Cunha e Antonio José Teixeira Guerra, com a obra *A questão ambiental*, proporcionam contribuição teórica que contribui na formação dos futuros professores empoderando-os substancialmente para além da sua atuação como cidadão, para o exercício futuro da profissão que escolheram. Nas disciplinas de Cartografia (anexo 10), Introdução a Estatística (anexo 11) e Geologia Aplicada a Geografia (anexo 12), não encontramos no ementário termos ou autores que pudéssemos constatar a abordagem da EDH.

De acordo com o PPC, no segundo semestre os graduandos do curso de Geografia da UFPR cursam as disciplinas obrigatórias Epistemologia e Filosofia da Geografia, Cartografia Temática, Climatologia, Geografia Cultural e Dinâmicas Geográficas no Espaço Paranaense, totalizando 375 horas aula. Com relação a análise dos conteúdos selecionados em cada uma das ementas encontramos os termos “paisagem” (anexo 13), “clima urbano” (anexo 14)”, “culturais” (anexo 15) e “espaços afro-brasileiros e indígenas no Paraná” (anexo 16), que nos levam a entender que abordam EDH, pois é, por meio da percepção das diversas paisagens, concretização antrópica, que não nos limitamos a uma visão tradicional de cultura como conservação, seja dos costumes, das tradições, das crenças e mesmo dos valores. Ao promover a construção do conhecimento destes temas, possibilita a construção da cultura de respeito à dignidade humana, orienta-se para a mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença. Para corroborar com nossa análise dos conteúdos, nas ementas constam bibliografias dos autores como Paul Claval com sua obra *Epistemologia da Geografia*, o que reforça nossa compreensão que a Geografia é uma ciência da observação, olhar ao redor, interrogar e escutar. Com os autores Francisco Mendonça e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro com sua obra *Clima urbano possibilita-se a reflexão sobre os prejuízos para a saúde daqueles que vivem nas áreas urbanas ao cimentar áreas de vegetação que promovem qualidade no ar ao filtrar poluentes e microrganismos nocivos à saúde*. Com Giuliana Andreotti e sua obra *Paisagens*

Culturais proporciona-se ao graduando reflexões sobre paisagem e o que ela nos revela, ética e estética, religiosa, histórica, provocando refletir sobre o contexto da sua produção. E com a obra *Paraná espaço e Memória: Diversos olhares históricos-geográficos* dos autores Adalberto Scotagagna, Cláudio Rezende e Rita Inocência Triches, os graduandos tem a possibilidade de conhecer a contribuição na construção do espaço territorial paranaense da diversidade cultural. Na disciplina de Cartografia Temática (anexo 17), não encontramos no ementário termos ou autores que pudéssemos constatar a abordagem da EDH.

No terceiro semestre os graduandos em Geografia cursam obrigatoriamente as disciplinas de Sensoriamento Remoto I, Dinâmicas Populacionais e Sociais de Geografia, Geografia Econômica, Geografia Urbana e Geomorfologia, somando 360 horas aulas. Nas ementas deste semestre encontramos na descrição dos conteúdos previstos os termos “uso da terra” (anexo 18), “categorias de socialidade” (anexo 19), “marginalista e marxista” (anexo 20), “conflitos e lutas no espaço urbano” (anexo 21) e “ação antrópica nas formas de relevo” (anexo 22), termos que nos fazem compreender que contemplam EDH, pois a preocupação com o papel do espaço na perpetuação da desigualdade social nas grandes cidades e nas áreas rurais mostram segregação de vários tipos aprofundando distâncias de natureza não apenas física, mas entre as coletividades humanas. No sentido de assegurar nosso entendimento, encontramos nas referências bibliográficas autores como Teresa Gallotti Florenzano com a obra *Imagens de Satélite para Estudos Ambientais*, José de Souza Martins com a obra *Exclusão social e novas desigualdades*, Antônio Márcio Buainain, Ademar Romero e Carlos Guazirolli com a obra *Agricultura Familiar e o novo mundo rural*, Antônio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha com a obra *Geomorfologia e Meio Ambiente*. Esses autores, por meio de suas obras proporcionam aos graduandos a visualização do resultado das ações humanas na natureza, como a concentração de terras pelo agronegócio e tudo o que o entendimento dessa realidade implica na vida humana. O crescimento urbano tem gerado cada vez mais processos de degradação ambiental, sobretudo, por meio de projetos de planejamento inadequados, que não conhecem as fragilidades e potencialidades do ambiente físico que compõem o sítio urbano.

O quarto semestre é composto pelas disciplinas obrigatórias Hidrologia, Sistemas de Informações Geográficas I, Geografia Rural, Biogeografia e Produção do Espaço Brasileiro, totalizando 345 horas aula. Nas ementas encontramos nos conteúdos os temas “condições hidrológicas” (anexo 23), “questão agrária” e “conflitos e mobilizações sociais no espaço rural” (anexo 24), “unidades de conservação da natureza” (anexo 25) e “espaços afro-brasileiros e indígenas no Brasil” (anexo 26), esses termos nos levam a entender a presença EDH, pois proporcionam reflexões sobre elementos essenciais à vida humana que precisam ser utilizados com responsabilidade para evitar a escassez, problemas coletivos devem ter visibilidade e pessoas dessas coletividades devem ser vistos e ouvidos para que soluções democráticas aconteçam. Além dos termos, encontramos na bibliografia os autores Walter Collischonn e Fernando Dornelles com a obra Hidrologia para engenharia e ciências ambientais, Bernardo Mançano Fernandes com a obra Campesinato e agronegócio na América Latina, Sueli Angelo, Rui Moreira com a obra Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problema de relação, e, José Murilo de Carvalho com a obra Cidadania no Brasil: o longo caminho, pois, que respalda nossa percepção sobre o objeto analisado. Pois, com esses autores e suas obras possibilitam refletir sobre a hidrologia no mundo em transformação, sobre o impacto causado pela monocultura controlada por transnacionais e os movimentos camponeses, discutir o desenvolvimento sustentável, os impactos socioeconômicos sobre a biodiversidade e as políticas e práticas ambientais no Brasil, com o propósito de promover a conservação da natureza, interpretações sobre aspectos relevantes do longo caminho da nossa sociedade, tais como: a gestação étnica do povo brasileiro e a produção da identidade cultural brasileira. Na ementa da disciplina deste semestre Sistemas de Informações Geográficas I (anexo 27) não encontramos relação com EDH.

No quinto semestre a graduação em Geografia na UFPR se divide em licenciatura e bacharelado, conforme a matriz curricular do PPC. A análise das ementas doravante descritas são das disciplinas da Licenciatura. Neste semestre o graduando cursa as disciplinas Políticas e Planejamento da Educação Brasileira, Geografia Política e Geopolítica, Didática, Psicologia da Educação e Metodologia do Ensino da Geografia, totalizando 300 horas aulas. Na descrição dos conteúdos abordados por estas disciplinas encontramos os

termos “políticas para o trabalho docente” (anexo 28), “práticas estatais e sociais na produção dos territórios” (anexo 29), “os sujeitos da educação” (anexo 30), que nos levam a entender que abordam a EDH, pois há profundas marcas na sociedade brasileira de exclusão social, econômica, política e cultural, que se fazem presentes no ambiente educacional. Os autores citados nessas ementas corroboram com a nossa percepção ao termos acima descritos, ao utilizar Carlos Roberto Jamil Cury e a obra *A educação básica como direito*, Milton Santos com a obra *Por uma outra globalização*, Antonio Flávio Moreira e Vera Candau com a obra *Políticas e Práticas*, Sônia Maria Merchiorato Carneiro com a obra *Importância educacional da Geografia*, pois com esses autores possibilita-se o entendimento que a educação é um direito constitucional respaldado na Constituição “ cidadã” brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes de bases 9394/1996, onde deve ser assegurado acesso, permanência e êxito respeitando as valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, que na era da globalização é necessário apropriação da tecnologia a favor da sustentabilidade e da promoção de uma sociedade menos desigual. Na disciplina *Metodologia do Ensino da Geografia* (anexo 31) e *Psicologia da educação* (anexo 32), não encontramos termos ou referencial teórico que nos levasse a entender a abordagem de EDH.

O sexto semestre é composto pelas disciplinas *Projeto de Pesquisa e Metodologia em Geografia*, *Laboratório de Transposição Didática*, *Didática em Geografia*, *Organização do Trabalho Pedagógico na Escola*, *Espaço Mundial e Problemáticas Globais*, e, uma optativa totalizando 405 horas aula, neste semestre o graduando deve cursar uma disciplina optativa. Nas quatro ementas das disciplinas obrigatórias para este semestre encontramos nos conteúdos os termos “conhecimentos científicos” e “saberes populares” (anexo 33), “gestão democrática” (anexo 34) e “problemáticas globais” (anexo 35), que nos levam a entender que abordam EDH, pois ao refletir sobre os diferentes tipos de conhecimento é possível compreender melhor as diferenças dentro da sociedade e refletir sobre a diversidade populacional. Ao compreender como é a realidade dentro do escolar, possibilita-se conhecer, debater e participar da organização da escola, ou seja, ensinar e exercitar a democracia, além de refletir e repudiar ações antidemocráticas locais, regionais e globais. Respaldando nossa percepção a respeito dos termos citados acima, encontramos nas

referências os autores Manoel Correa de Andrade com a obra Trajetórias e compromissos da geografia brasileira, Juarez Dayrell organizador da obra Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura, Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses com a obra Epistemologias do Sul. Com esses autores possibilita-se aos futuros professores analisar na trajetória da construção da geografia brasileira obras que descrevem a grande valor da contribuição dos diversos africanos na construção do Brasil, como também o sofrimento, a exclusão e o silenciamento de povos e culturas que, ao longo da história, imprimindo dominação política e cultural, ou ao oferecer reflexões sobre a diversidade cultural juvenil e o que buscam dentro do espaço escolar – acolhimento/repressão. Na ementa da disciplina deste semestre Projeto de Pesquisa e Metodologia em Geografia (anexo 36) não encontramos relação com EDH.

Para o sétimo semestre, as sete disciplinas obrigatórias são Comunicação em Língua Brasileira de Sinais – Libras, Educação Ambiental, Diversidade Étnico-Racial, Gênero e Sexualidade, Prática de Docência em Geografia Fundamental II, Estágio de Docência em Geografia I Fundamental II, Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura I), Estágio de Pesquisa em Educação Geográfica I e duas optativas, totalizando 480 horas aula, porém também deve cursar mais duas optativas. Com relação as disciplinas obrigatórias acima citadas, encontramos nos conteúdos das ementas os temas “produção cultural das comunidades surdas” (anexo 37), “educação ambiental” (anexo 38), “feminismo”, “antirracistas”, “étnico racial”, “desigualdade de gênero e sexualidade” (anexo 39), “enfrentamento das situações observadas” (anexo 40), entorno social (anexo 42), “consciência espacial” (anexos 43), termos que não deixam dúvidas sobre a abordagem da EDH, pois instrumentalizam os futuros professores para o conjunto de diversidades que encontrarão no exercício da profissão que escolheram. Além dos temas, os autores Sueli Fernandes com a obra Educação de Surdos, Enrique Leff com a obra Saber ambiental: Sustentabilidade - Racionalidade – Complexidade - Poder, Bell Hooks com a obra Ensinado a transgredir: a educação como prática da liberdade, Valdir Nogueira e Sônia Maria Marchiorato Carneiro com a obra Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã, possibilitam o debate sobre a Inclusão de alunos surdos, sobre as relações complexas gerada pela articulação

dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural, a exclusão nos sistemas educacionais, e, sobre a formação da consciência espacial-cidadã pelo sujeito-aluno, enquanto cidadão crítico, atuante e eticamente responsável em seus espaços de vida, complementam nossa compreensão das ementas. Nas ementas das disciplinas deste semestre, Estágio de Docência em Geografia I Fundamental II, Estágio de Pesquisa em Educação Geográfica I e Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia I (anexo 41) não encontramos relação com EDH.

No oitavo semestre, as seis disciplinas obrigatórias são Solos na Educação Básica A, Práticas de Docência em Geografia no Ensino Médio, Estágio de Docência em Geografia II no Ensino Médio, Educação em Direitos Humanos, Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia II, Estágio de Pesquisa em Educação Geográfica II e uma disciplina optativa totalizando 465 horas aula. Ao analisar os conteúdos nas ementas das disciplinas acima citadas encontramos os termos “direitos humanos” (anexo 44), “habilidades e competências da Licenciatura” (anexo 45) e “ambientes educativos” (anexo 46) que nos levam a constatar a abordagem da EDH, pois, por meio da leitura socioespacial é possível conhecer o entorno social, o que possibilita a compreensão de diversas realidades. Nas ementas encontramos os autores Igo F Lepsch com a obra Formação e conservação do solo (Anexo 47), Valdir Nogueira e Sônia Maria Marchiorato Carneiro com a obra Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã, Norberto Bobbio com a obra A era dos Direitos, Fábio Konder Comparato com a obra A afirmação histórica dos direitos humanos, Ingo Sarlet com a obra Dignidade da pessoa humana e de direitos fundamentais, Hannah Arendt com a obra A condição Humana, Celso Lafer com a obra Reconstrução dos Direitos Humanos, Flávia Piovesan com a obra Direitos humanos e direito constitucional internacional, Francisco Mendonça e Salete Kozel com a obra Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea, os quais fundamentam reflexões e proporcionam subsídios para a formação em EDH.

Além das disciplinas obrigatórias acima descritas, o curso de graduação em Geografia da UFPR oferece quarenta disciplinas optativas denominadas de América Latina: Geografias Diversas e Desiguais, Estudos de Percepção em Geografia, Geografia da África. Geografia da Religião, Geografia das Redes:

Transportes e Mobilidade Urbana, Geografia dos Movimentos Sociais, Geography and Cultural Studies of Brazil, Técnicas de Campo e Laboratório em Geografia Humana, Políticas Públicas Territoriais, Tópicos Especiais em Geografia Regional, Espaço Urbano-Metropolitano na Perspectiva Aplicada, Geografia urbana, Tópicos Especiais em Geografia Humana, Tópicos Especiais em Geografia Social, Tópicos Especiais em Epistemologia e Filosofia da Geografia, Tópicos Especiais em Geografia Cultural, Tópicos Especiais em Geografia Regional. Ecologia Urbana, Cartografia Temática, Estudo e Aplicações da Modelagem Digital do Relevo, Geomorfologia, Gestão de Bacias Hidrográficas, Climatologia e Geomorfologia, Mapeamento de Solos, Pedologia, Técnicas de Campo e Laboratório em Geografia Física, Sistemas de Informações Geográficas I, Hidrologia e Biogeografia, Teoria Geográfica da Paisagem, Biogeografia, Clima Urbano, Climatologia Aplicada, Modelagem de Desastres Naturais, Climatologia e Geomorfologia, Tópicos Especiais em Geografia Física, Evolução das Representações Espaciais e das Concepções da Forma da Terra, Estatística Espacial e Geoestatística, Sistemas de Informações Geográficas I e Introdução à Estatística, Exercício Profissional e Empreendedorismo, Geografia Aplicada ao Turismo, Geotecnologias no Ensino de Geografia, Sistemas de Informações Geográficas I e Cartografia, Leitura e Interpretação Cartográfica, Zoneamento Geográfico Ambiental, Sensoriamento Remoto II: Processamento Digital de Imagens aplicado à Geografia, Sensoriamento Remoto, Sistemas de Informações Geográficas II: Bancos de Dados e Análise, Sistemas de Informações, Tópicos Especiais em Geoprocessamento, Tópicos Especiais em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental, Agroecologia, Geoarqueologia, Topografia e Topografia II, entre as quais o graduando deve escolher pelo menos quatro para cursar obrigatoriamente. Ao analisar as ementas das disciplinas optativas encontramos nos conteúdos os termos “pobreza e desigualdade” (anexo 48), “atitudes ambientais” (anexo 49), “problemática ecológica, agrária, migratória” (anexo 50), “fenômeno religioso” (anexo 51), “sustentabilidade, mobilidade urbana” (anexo 52), “conflito social” (anexo 53), “cultura” (anexo 54), “observação participativa” (anexo 55), “políticas públicas” (anexo 56), “Estatuto da Cidade” (anexo 57), “qualidade ambiental urbana” (anexo 58), “meio ambiente” (anexo 59), “Usos da água” (anexo 60), “paisagem” (anexo 61), “clima urbano” (anexo 62),

“sistemas ambientais” (anexo 63), “representações espaciais” (anexo 64), “ética” (anexo 65), “impacto” (anexo 66), “ensino-aprendizagem” (anexo 67), “zoneamento ambiental” (anexo 68), “estudos ambientais” (anexo 69) e “gestão ambiental” (anexo 70), que nos levam a entender a abordagem da EDH, pois, por meio deles é possível refletir sobre desigualdade, degradação ambiental, diversidade cultural e possibilidades de reduzir a má qualidade de vida, empoderando os acadêmicos através da reflexão sobre o mundo que temos e o mundo que queremos. No sentido de aprimorar nossa análise, consultamos as bibliografias nas ementas e encontramos Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses com a obra *Epistemologias do Sul*, que possibilita ao estudantes refletir sobre a homogeneização cultural provocada pela globalização que destruiu algumas formas de saber local e inferiorizou outras. Com o autor Yu-Fu Tuan e a obra *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, que com sua leitura instiga a avaliar e questionar o modo como percebemos nossos valores ambientais. Com Renato Emerson dos Santos e a obra *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na geografia do Brasil*, possibilita a reflexão sobre como a produção de uma imagem de território que remete exclusivamente à colonização pela imigração europeia oculta a presença negra, apaga a escravidão da história da região e assim autoriza violências diversas. Com Eduardo Alcântara Vasconcellos e a obra *Construção das Políticas de Transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente*, possibilita os acadêmicos refletirem sobre consumo de tempo, espaço, energia e recursos financeiros e geração de externalidades negativas, como a poluição do ar, os acidentes de trânsito e os congestionamentos, sobre sistemas de mobilidade de baixa qualidade e de alto custo, fatores que reduzem a qualidade da vida urbana no país. Com Amalia Inés Geraiges, Jurandyr Luciano Sanches Ross e Aiton Lucchiari com a *América Latina: Sociedade e meio ambiente*, possibilita aos acadêmicos refletir sobre questões relacionadas a questões socioambientais. Com Ângelo. Serpa e o artigo *Políticas Públicas e o papel da Geografia*, possibilita o estudante a refletir sobre as relações entre culturas regionais e políticas públicas, através da participação popular na elaboração e na implementação de políticas. Com Orlando Alves e Daniel Montandon e a obra *Planos diretores municipais pós Estatuto das Cidades: balanço crítico e perspectivas*, possibilita o acadêmico

refletir sobre planejamento, gestão de cidades, direitos sociais e o estatuto da cidade. Com S. Mota e a obra *Urbanização e meio ambiente*, possibilita o debate sobre as características ambientais e a urbanização, o meio antrópico e natural. Com Antonio José Teixeira Guerra e a obra *Geomorfologia e Meio Ambiente*, possibilita ao estudante refletir sobre a geologia, geomorfologia, pedologia e dinâmica hidrológica com a finalidade de mostrar a importância da análise geomorfológica na caracterização ambiental. Com Aldo C. Rebouças, Benedito Braga e José Galizia Tundisi com a obra *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação* - possibilita refletir sobre a má distribuição de água. Com José Manoel Mateo Rodriguez, Edson Vicente da Silva e Agostinho Paula Brito Cavalcanti com a obra *Geoecologia das Paisagens*. Uma visão geossistêmica da análise ambiental, oferece aos estudantes uma contribuição essencial no conhecimento da base natural do meio ambiente, entendido como o meio global. Com Magda Adelaide Lombardo e a obra *Ilhas de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo* permite aos acadêmicos compreender a redução na qualidade de vida daqueles que lá vivem. Com Masato Kobiyama, et al com a obra *Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos*, permitem analisar conceitos e aplicações para diferentes casos na prevenção de desastres, com ênfase em recursos hídricos. Com Sandra Baptista Cunha e Antonio Teixeira Guerra e a obra *A questão ambiental*, e com Tereza Gallotti Florenzoni e a obra *Imagens de Satélite para Estudos Ambientais*, oferece subsídios para questões políticas ambientais. Nas disciplinas *Mapeamento de Solos* (Anexo 71), *Evolução das representações Espaciais e das concepções das Formas da Terra* (Anexo 72), *Leitura e interpretação cartográfica* (Anexo 73), *Tópicos Especiais em Geoprocessamento* (Anexo 74), *Geoarqueologia* (Anexo 75), *Topografia I* (Anexo 76), *Topografia II* (Anexo 77), *“Sistemas de Informações Geográficas II: Bancos de Dados e Análise”* (Anexo 78) e *“Técnicas de Campo e laboratório em Geografia Física”* (Anexo 79), não encontramos termos ou bibliografia que nos levassem a entender a abordagem em EDH. Nas disciplinas *Tópicos Especiais em Geografia Física* (Anexo 80), *Tópicos Especiais em Geografia Regional I* (Anexo 81), *Tópicos Especiais em Geografia Regional II* (Anexo 82), *Tópicos Especiais em Geografia Cultural* (Anexo 83), *Tópicos Especiais em Epistemologia e Filosofia Geografia*

(Anexo 84), Tópicos Especiais em Geografia Social (Anexo 85), e Tópicos Especiais em Geografia Humana (Anexo 86), não foi possível analisar as ementas por não apresentar conteúdos e referências.

5.3.2 Universidade Federal do Ceará - UFC

De acordo com as informações disponíveis na página oficial, a Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada pela Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954, e instalada em 25 de junho do ano seguinte em Fortaleza, sob a administração do Prof. Antônio Martins Filho, ofertando os cursos de Agronomia, Direito, Medicina e Farmácia e Odontologia. Atualmente possui os Campus Benfica, Pici e Porangabuçu, localizados no município de Fortaleza, e o Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Crateús e o Campus de Russas.

De acordo com o PPC (2018), o Curso de Licenciatura em Geografia foi criado junto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Ceará em janeiro de 1961, através da Lei nº 3866/61, e implantado em março de 1963. E o curso de Bacharelado em Geografia foi implantado em 1969. Porém, já existia desde 1947 em Fortaleza, o Curso de Geografia na Faculdade de Filosofia Católica do Ceará, mantida pelos Irmãos Maristas, anexado em 1975 a UFC, sob orientação da doutora em Geografia Física Amélia Alba Nogueira Moreira.

Amélia Alba Nogueira Moreira, trouxe a doutora em Geografia Humana Ana Carvalho, Milton Santos, Lysia Bernardes, Maria do Carmo Galvão, Caio Prado Jr., Tereza Cardoso, Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Roberto Lobato Corrêa, Jean Tricart, Michel Rochefort, Jacqueline B. Garnier, Orlando Ribeiro, para atuar nos cursos de curta duração.

Em 1983, com crescimento dos cursos de Geografia e de Geologia, o Departamento de Geociências foi desmembrado em dois Departamentos vinculados diretamente ao Centro de Ciências. O Departamento de Geografia, associado aos Departamentos de Biologia e Economia Agrícola, implantaram, em 1995, o programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Onde participam deste programa sete universidades do Nordeste do Brasil,

projeto pioneiro na região. Hoje Conta com duas revistas de expressão nacional: Mercator, avaliada Qualis A1, e Geosaberes, Qualis B2.

Em 2005, foi criado o curso de Especialização em Ensino de Geografia com o objetivo do curso era oferecer aos professores da rede Pública da Educação Básica uma formação mais qualificada para trabalhar a disciplina Geografia nas escolas.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia Licenciatura (PPC) da Universidade Federal do Ceará (UFC), atualizado em 2018, no primeiro semestre do curso é ofertado aos acadêmicos cinco disciplinas obrigatórias totalizando 330 horas, sendo elas: História do Pensamento Geográfico; Metodologia Científica; Geografia da População; Geologia Geral e Cartografia. Ao analisarmos as ementas das cinco disciplinas acima citadas, encontramos na descrição dos conteúdos previstos, os temas “natureza” (anexo 87), “desenvolvimento sustentável”, “diversidades étnicas” (anexo 88), e “conhecimento” (anexo 89 e 90). Temos esses que parecem contemplar a Educação em Direitos Humanos – EDH, pois abordam sustentabilidade, diferentes culturas e educação. Solidificando nossa percepção encontramos na bibliografia, autores como Paul Claval com a obra *As abordagens da Geografia Cultural*, que traz como a cultura é transmitida na sociedade. Pedro Demo e a obra *Pesquisa: princípio científico e educativo*, possibilita refletir sobre a Educação e a formação de cidadãos emancipados. Com F Press, R Siever, J Grotzinger e T Jordan com a obra *Para entender a Terra*, possibilita ao acadêmico compreender o planeta e os novos desafios da gestão ambiental. Com Olga Maria Schild Becker com a obra *Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos*, que visa a reflexão sobre fatos e consequências que provocam as migrações. Não encontramos na ementa termos ou bibliografia que nos levassem a compreender que ocorre abordagem em EDH na disciplina de Cartografia (anexo 91).

De acordo com o PPC, no segundo semestre os graduandos do curso de Geografia da UFC cursam as disciplinas História Econômica Social e Política do Brasil; Introdução à Filosofia; Introdução à Sociologia; Climatologia; Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Educação e Oficina geográfica I (Material Cartográfico), totalizando 384 horas aula. A análise dos conteúdos nas ementas das disciplinas encontramos os termos “sociedade, cultura” (anexo 92), “ética,

política” (anexo 93), “organização social” (anexo 94), “sociedade” (anexo 95), “educação” (anexo 96) e “comunidade” (anexo 97), que nos levam a entender que abordam EDH, pois possibilitam refletir sobre a qualidade no modo de vida em que os seres humanos estão inseridos. Para corroborar com o resultado da nossa análise dos conteúdos, nas ementas constam os autores Caio Navarro de Toledo com a obra *Visões críticas do golpe de 64*, e Lilia Lobo com a obra *Os infames da História – pobres, escravos e deficientes no Brasil*, que permitem ao graduando refletir sobre política e democracia, e sobre a população invisível partindo da pobreza e da escravidão. Jean-Pierre Vernant com a obra *As Origens do Pensamento Grego, Mito e Tragédia na Grécia Antiga*, que traz a reflexão sobre o surgimento da Polis e do debate político, símbolo maior da troca não só de mercadorias, como também de ideias. Com Stuart Hall com a obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, permite a reflexão sobre identidade e cultura situando entre a sociedade moderna e a tardia. João Lima Sant’anna Neto e João Afonso Zavantini com a obra *Variabilidade e mudanças climáticas implicações ambientais e socioeconômicas*, que parte da clareza e evidencia que as Alterações Climáticas possuem ecos para além da ciência do clima, adentrando a uma agenda política, econômica e social. Com Julio Groppa Aquino e a obra *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*, que aborda preconceito e cidadania. Antonio C Castrogiovanni, Helena C Callai e Nestor L Kawecher, com a obra *Ensino e Geografia - práticas e textualizações no cotidiano*, frisa a importância de ensinar Geografia a partir da realidade vivida com o objetivo de encontrar novas alternativas para mudanças necessárias.

No terceiro semestre a universidade disponibiliza aos graduandos as disciplinas Geografia Agrária; Geomorfologia; Ecologia; Estrutura Política e Gestão Educacional e Oficina geográfica II Educacional (Material Audiovisual) somando 320 horas aulas. Nas ementas deste semestre encontramos na descrição dos conteúdos previstos os termos “reforma agrária” (anexo 98), “sociedade” (anexo 99), “aprendizagem” (anexo 100) E políticas públicas (anexo 101), termos que nos fazem compreender que se inserem dentro da EDH, pois contemplam educação, acesso desigual a terra e ações que prejudicam a vida humana. No sentido de assegurar nosso entendimento, encontramos na referências destas ementas autores como Manuel Correia de Andrade com duas

obras, *A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*, e a obra, *O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?* e, com César Barreira a obra *Trilhas e atalhos do poder: Conflitos sociais no sertão*, conduz a refletir sobre a questão de acesso à terra. Valter Casseti a obra *Ambiente e Apropriação do Relevo*, possibilitando a discussão do papel exercido pelo relevo no contexto social, político, urbano, enfim, geográfico. Com Miguel Arroyo et. al. a obra *Da Escola Carente à Escola Possível*, permite a reflexão sobre o papel da escola democrática igual para todos. E com Antonio Castrogiovanni, Helena Callai e Nestor Kaercher e a obra *Ensino e Geografia, práticas e textualizando o cotidiano*, que traz reflexões onde o (a) graduando (a) possa refletir sobre sua prática profissional ser contextualizada com a realidade local como possibilidade de mudanças na realidade social vivida. A ementa da disciplina de Ecologia não foi possível analisar pois não está disponível digitalmente no ementário da Universidade.

O quarto semestre é composto pelas disciplinas obrigatórias Pedologia; Recursos Hídricos; Geografia Urbana e dos Serviços; Didática I; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência; e Oficina geográfica (Material de Geografia Humana), totalizando 384 horas aula. Nas ementas deste semestre encontramos nos conteúdos os termos “problemas conservacionais” (anexo 102), “recursos hídricos” (anexo 104), “problemas urbanos” (anexo 104), “educação” (anexo 105), “aprendizagem” (anexo 106) e “inclusivas” (anexo 107) esses termos nos levam a acreditar que haja presença da EDH, pois versam sobre a qualidade de vida no meio urbano, a disparidade na distribuição da água e a importância da aprendizagem na construção de um mundo mais igualitário. Além dos termos, encontramos nas ementas deste semestre os autores Pedro Henrique de Moura Ferreira com a obra, *Princípios de Manejo e de Conservação do Solo*, que possibilita a reflexão sobre a utilização do solo, sobretudo no que diz respeito a degradação ambiental. Com José Galizia Tundizi a obra, *A água no século XXI: enfrentando a escassez*, foca no debate sobre os recursos hídricos. David Harvey com *Espaços de Esperança*, que possibilita a reflexão sobre a globalização e os espaços desiguais. Com Regina Leite Garcia, com a obra *Educação escolar na virada do século*; o autor Philippe Aries e a obra, *História social da criança e da família*, e Celso Antunes, com a obra *Inclusão: o*

Nascer de uma Nova Pedagogia, permitindo a reflexão sobre a Educação e suas necessidades.

No quinto as disciplinas são: Geografia do Brasil; Geografia da Energia e das Indústrias; Geografia e Ensino I Fundamentos, Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I (Ensino Fundamental), e Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física), totalizando 304 horas aulas. Na descrição dos conteúdos abordados por estas disciplinas encontramos os termos “qualidade de vida, projetos socioambientais” (anexo 108), “impacto ambiental” (anexo 109), “sociocultural” (anexo 110) e “trilhas ambientais” (anexo 111), “ensino” (anexo 112), que nos levam a entender que abordam a EDH, pois abordam questões sociais, ambientais e educacionais. Os autores citados nessas ementas corroboram com a nossa percepção, ao utilizar Milton Santos e Maria Laura Silveira com as obras, O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI, e a obra, Uma reorganização produtiva do território. In: O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, e com a M. L. Souza e a obra Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos, possibilita aos acadêmicos a reflexão crítica sobre a produção e distribuição de renda no território brasileiro. Com Lana de Souza Cavalcanti e a obra Concepções teórico-metodológicas da Geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. In: Santos, Lucíola Paixão et all (orgs.) Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, permite refletir sobre a realidade profissional e a necessidade de se criar mecanismos para o avanço. Com Viviane Mosé e a obra, A escola e os desafios contemporâneos, possibilita a reflexão sobre a realidade educacional e principalmente sobre o papel da Escola. E com Antonio Castrogiovanni, Helena Callai e Nestor Kaercher e a obra Ensino e Geografia, práticas e textualizando o cotidiano, reforça a reflexão sobre a necessidade da prática profissional a partir da realidade vivida para ter significado e possibilitar transformações.

O sexto semestre é composto pelas disciplinas Geografia do Espaço Mundial; Metodologia e Técnica de Pesquisa em Geografia Humana; Metodologia e Técnica de Pesquisa em Geografia Física; Geografia e Ensino II e Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II totalizando 336 horas aula. Nas ementas das disciplinas obrigatórias para este semestre encontramos nos

conteúdos os termos “economia especulativa” (anexo 113) “projetos socioambientais” (anexo 114), “educação especial, indígena” (anexo 115) que nos levam a entender que abordam a EDH, pois ao refletir sobre o empobrecimento da população, preservação do ambiente e Educação especializada para grupos minoritários. Respalhando nossa percepção encontramos nas referências das ementas os autores Milton Santos com a obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, que chama atenção para a globalização, inclusive no que diz respeito aos malefícios. Com Pedro Demo e a obra *Metodologia científica em Ciências Sociais* que permite ao acadêmico produzir novas matérias contribuindo para o avanço científico. Projeto Radambrasil com a obra *Levantamento de Recursos Naturais*, com a reflexão sobre o tempo da natureza e o tempo humano, e a necessidade de preservação. Com Tomaz Tadeu da Silva e a obra *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*, que possibilita ao futuro professor pensar sobre o papel do currículo na Educação de qualidade. E com Paulo Freire e a obra *Ação cultural para a liberdade*, que chama para a reflexão sobre a proposta de educação preocupada com o engajamento do sujeito em sua realidade, para que se torne capaz de criticá-lo e transformá-lo. Nas disciplinas *Metodologia e Técnica de Pesquisa em Geografia Humana* (anexo 116) e *Geografia e Ensino II* (anexo 117), não encontramos dados que nos levasse a entender a abordagem em EDU.

Para o sétimo semestre, as disciplinas obrigatórias são *Geografia Regional*; *Geografia do Nordeste e do Ceará*; *Biogeografia*; *Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental)*; *Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I*, totalizando 400 horas aula. Com relação as disciplinas obrigatórias, encontramos nos conteúdos das ementas os termos “globalização” (anexo 118), “degradação, desertificação” (anexo 119) e “movimentos ambientalistas” (anexo 120), que parecem abordar a EDH, pois, por meio deles é possível refletir sobre a necessidade de preservação ambiental e conhecer a realidade das escolas como meio de propor novas alternativas. Além dos termos nas ementas, encontramos a bibliografia com os autores Milton Santos e a obra *Metamorfoses do espaço habitado*, proporcionando a reflexão sobre o homem como o principal modelador do espaço habitado, transformado com novos significados e funções. Milton Santos, Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira

e a obra Território, Globalização e fragmentação, contribuem para a reflexão territorial nos contextos políticos, socioeconômicos e culturais. Com Jurandyr Luciano Sanches Ross e a obra, Ecogeografia do Brasil - Subsídios para planejamento ambiental, direciona a reflexão para o impacto ambiental ao analisar os espaços naturais e a transformação agropecuária. A autora Maria Regina Vasconcelos Barbosa e a obra Análise das variações da biodiversidade do bioma caatinga: suporte a regionais de conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, possibilita a reflexão sobre a participação dos diversos, setores da sociedade civil, como Organizações não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, comunidades indígenas para a implementação de áreas protegidas. Com o autor Ricardo Tescarolo que chama o futuro professor para aprofundar sua análise acerca da estrutura e funcionamento a escola, considerando o magistério como ação e a escola se um sistema social, que integra o currículo, conteúdo, formação, planejamento e avaliação, os quais se manifestam pela ação das pessoas em seu interior, chamando a atenção para o fato de que essa integração garante que a escola evolua em sua sensibilidade, estrutura, organização e funcionamento, assim avançando na qualidade. E com Pedro Demo e a obra Pesquisa Participante: saber pensar e intervir, subsidia o estudante a refletir sobre a pesquisa social se encaixar na vida das pessoas e da sociedade para contribuir na mudança. Nas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental) (anexo 121) e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I (anexo 122) não encontramos termos ou bibliografia que nos levasse a entender a abordagem de EDH.

No oitavo semestre, as disciplinas obrigatórias são Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio), Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II totalizando 336 horas aula. Na nossa análise das ementas, encontramos nos conteúdos os termos “práticas educativas” (anexo 123) e “cultura e identidades surdas” (anexo 124) termos que se incluem na abordagem da EDH, pois, por meio deles, entendemos estar inseridos educação e inclusão. Além dos termos, encontramos nas referências os autores Vera Maria Candau com a obra Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas, possibilitando aos estudantes a reflexão sobre questões referentes a identidade, raça, gênero, sexualidade, religião, cultura juvenil e saberes. Com Lucinda Ferreira-Brito e a obra, Integração Social & Educação de

Surdos, permitindo a reflexão sobre a educação inclusiva. E com Pedro Demo e a obra Pesquisa: princípio científico e educativo, reforça a reflexão da teoria e prática para o avanço da cidadania. Na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II (anexo 125) não encontramos termos ou bibliografia que nos levasse a entender a abordagem de EDH.

Para as optativas, a UFC oferta para a escolha dos acadêmicos as disciplinas Geografia e Práticas Pedagógicas para educação do/no Campo; Conservação de Recursos Naturais; Geotecnologias, planejamento e instrumentos de ordenamento territorial; Tópicos Especiais; Bases Naturais da Geografia do Brasil; Geografia Política; Introdução à Oceanografia; Matemática para Geografia; Estatística para Geografia; Modelos Estatísticos em Geociência; Sociologia do Desenvolvimento Rural; Estatística Básica; Química Geral (Química para Geografia); Mineralogia Geral; Biologia Geral I; Climatologia Dinâmica; Geomorfologia Climática; Cartografia Digital; Geografia da Paisagem; Sensoriamento Remoto; Tecnologias da Geoinformação; Planejamento em Geografia; Geografia do Turismo; Geomorfologia Litorânea; Climatologia Urbana; Geografia do Espaço e Cidadania; Geografia Cultural; Educação Ambiental; Planejamento Ambiental; Prática de Geografia Humana I; Prática de Geografia Humana I; Geografia Ambiental; Planejamento Urbano e Regional I; Direito Ambiental; Introdução à Economia; Introdução à Antropologia; Cultura Brasileira; Tecnodocência; Educação a Distância; História dos Afrodescendentes no Brasil; História do Mundo Afro-Asiático; História do Ceará I; Psicologia da Educação II; Educação de Adultos; Educação Brasileira Contemporânea; Relações étnico-raciais e africanidades; Educação em Direitos Humanos; Novas Tecnologias e Educação à Distância e Topografia. Ao analisar os conteúdos nas ementas das disciplinas acima citadas encontramos os termos “conservação ambiental” e “prognósticos ambientais” (anexo 126), “degradação da vegetação” e “direito da cidadania” (anexo 127), “políticas sociais” (anexo 128), “projetos socioambientais” (anexo 129), “estatuto da cidade”, “políticas públicas”, “problemas ambientais”, “planejamento urbano” e “desafios sociais e cidadanias” (anexo 130), “questões étnicas”, “educação ambiental”, “planejamento ambiental”, “geografia urbana, geografia das indústrias”, “sustentabilidade ambiental”, “planejamento urbano” e “defesa ambiental” (anexo 131), “sociedade e cultura”, “organizações sociais”, “aprendizagem significativa”, “quilombos,

movimentos sociais”, “tráfico negreiro” e “desenvolvimento afetivo e social” (anexo 132), “educação de adultos”, “educação”, “direitos humanos” e “educação especial” (anexo 133), “geografia agrária” e “ações afirmativas” (anexo 134), que nos levam ao entendimento da abordagem da Educação em Direitos Humanos, pois, por meio deles, trata-se de questões sociais, culturais, ambientais e educacionais. Já nas ementas das disciplinas Tópicos Especiais e Introdução à Oceanografia (anexo 127), Matemática para Geografia, (anexo 134), Estatística para Geografia (anexo 127), Modelos Estatísticos em Geociências (anexo 128), Estatística BÁSICA (anexo 128), Química Geral (Química para Geografia) (anexo 128), Mineralogia Geral (anexo 128), Biologia Geral I (anexo 128), Climatologia Dinâmica (anexo 134), Geomorfologia Climática (anexo 128), Cartografia Digital (anexo 129), Sensoriamento Remoto (anexo 129), Tecnologias da Geoinformação, (anexo 130), Introdução à Economia (anexo 132), História do Ceará I (anexo 132) e Topografia (anexo 133) não encontramos termos que nos levassem a compreender possibilidades de relação com EDH. Cabe aqui mencionar que nas ementas das disciplinas optativas, não há descrição da bibliografia utilizada.

5.3.3 Universidade Federal de Roraima - UFRR

De acordo com o histórico, disponível na página oficial, a Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi implantada através a Lei nº 7364/85 e iniciou suas atividades ofertando 12 cursos, sendo sete licenciaturas, História, Ciências Biológicas, Física, Geografia, Letras, Matemática e Química. Em 1993, o curso de Pedagogia vem somar. Em 2001, foi implantado o curso de Licenciatura Intercultural para a formação de professores indígenas.

Entre 1992 e 2004, com a criação de nove polos em municípios do interior, onde foram oferecidos cursos na área de Letras, Pedagogia, Matemática e História, que habilitou 397 professores. Foram estabelecidos convênios para atendimento específico a professores leigos em exercício, tanto da rede estadual de Roraima quanto nos municípios.

De acordo com PPC (2017), a UFRR possui o campus Paricarana, o campus Cauamé e o campus Murupu, onze centros didáticos e institutos e doze núcleos e unidades de pesquisa. Oferece 47 cursos superiores, sendo 26

bacharelados, 20 licenciaturas e 1 tecnológico. Na pós-graduação, oferta 13 mestrados e doutorados em Agronomia, Educação em Ciências e Matemática, Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte e Recursos Naturais. Possui programas de intercâmbio, onde desenvolve ações relacionadas à internacionalização do ensino, recebendo alunos de outros países e continentes e enviando seus acadêmicos para estudar fora do país. Oferece também programas de assistência estudantil com auxílio moradia e alimentação, além de bolsas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com PPC (2017) em 2004 surgiu o Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima – IGEO/UFRR após a desvinculação dos cursos de bacharelado e de licenciatura em Geografia do Centro de Ciências Sociais – CCS/UFRR. Em seguida é criado o Departamento de Geologia, com seu respectivo curso de bacharelado. Sediados em espaço próprio, contemplando laboratórios específicos de Geologia e Geografia, salas de aula e salas de professores.

Em 26 de julho de 2004, um novo Projeto Pedagógico para o curso de Geografia foi aprovado pela resolução n°. 7/2004 – CEPE, e contemplava as modalidades de licenciatura em conjunto com o bacharelado. Em 2011, no entanto, os cursos passam a ser independentes.

O curso de licenciatura em Geografia faz parte do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências - IGEO, funciona campus Paricarana, e abrange o conhecimento geral da ciência geográfica e as disciplinas específicas para a formação do professor de Geografia.

De acordo com o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia – PPC da Universidade Federal de Roraima (UFRR) do ano de 2017, o primeiro semestre do curso é composto por seis disciplinas obrigatórias totalizando 330 horas, sendo elas: Introdução ao Pensamento Geográfico, Geoestatística, Produção de Texto Acadêmico, História da Educação, Introdução à Sociologia e Geologia Geral. Ao analisarmos as ementas das seis disciplinas acima citadas, encontramos em duas, na descrição dos conteúdos previstos, os termos “estruturas de classes” (anexo 135), “águas superficiais” (anexo 136) e “educação” (anexo 137) que nos levam a entender que contemplam a Educação em Direitos Humanos – EDH ao abordar as profundas diferenças de acesso a qualidade de vida entre as classes e distribuição desigual dos recursos hídricos.

Solidificando nossa percepção encontramos nas referências os autores Rui Moreira com a obra *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica (anexo 138), proporcionando ao acadêmico refletir sobre fatos que marcam o comportamento humano ao refletir sobre a construção histórica do pensamento geográfico e seus objetivos passados e presentes sob o olhar do autor. Maria Lúcia Aranha com a obra *História da Educação*, apresenta ao estudante o papel da educação nas diversas experiências sociais e culturais humanas. Com Florestan Fernandes com a obra *Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*, ao possibilitar a reflexão da marginalização do povo brasileiro nas condições sociais mais duras e precárias possíveis, o que acontecia numa sociedade de classes subdesenvolvida, periférica, de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. Marialice Foracchi a obra *A Participação social dos Excluídos*, proporcionando refletir sobre os diversos tipos de exclusão. Com Frank Press a obra *Para entender a Terra como um sistema interativo*, proporcionando a reflexão científica sobre o tempo que o planeta leva para produção dos recursos naturais essenciais a vida humana. Nas disciplinas *Geoestatística* (anexo 139) e *Produção de Texto Acadêmico* (anexo 140) não encontramos termos ou autores diretamente ligados ao contexto da EDH.

De acordo com o PPC, no segundo semestre os graduandos do curso de Geografia da UFPR cursam as disciplinas: *Dinâmica Atmosférica*, *Introdução à Cartografia*, *Geografia Econômica*, *Geografia da População*, *Teorias e Métodos em Geografia e Psicologia do Desenvolvimento*, totalizando 360 horas aula. Na análise dos conteúdos selecionados em cada uma das seis ementas das disciplinas do segundo semestre encontramos os conteúdos “clima, sociedade” (anexo 141), “centralização e descentralização econômica” (anexo 142), “gênero, família, trabalho, meio ambiente” (anexo 143), “conhecimento” (anexo 144) e “social” (anexo 145), que nos levam a entender que abordam EDH, pois é, por meio da reflexão sobre as organizações sociais e econômicas e as consequências dessas ações na qualidade de vida humana. Para corroborar com nossa compreensão dos conteúdos, nas ementas constam os autores Oldo Primavesi com a obra *Aquecimento global e mudanças climáticas*, que proporciona a reflexão sobre a sociedade e a natureza, sobre as normas e os princípios ecológicos que regem a vida, e o lucro ser dependente de pessoas

que vivam em ambiente que apresente características essenciais que permitam a vida diversificada e a produtividade. Com os autores Francisco Mendonça e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro com sua obra *Clima Urbano* que possibilita ao acadêmico refletir sobre alagamentos, inundações, deslizamentos, desmoronamentos, consequentes pela falta de planejamento adequado, fato que coloca a vida da população em risco. Com Bertha K Becker e Mariana Miranda com a obra *A Geografia Política e o desenvolvimento Sustentável*, que permite entender relações políticas em diversas escalas sob o território, as das estatais, as das grandes corporações, ou dos movimentos de organização e resistência sociais. Com Ricardo Ojima e R L Carvalho a obra *Gênero, família e meio ambiente*, possibilita, por meio da análise do processo da transição demográfica incentivar o aumento nos fatores de impacto ambiental com a elevação do padrão de consumo. Com Antônio Carlos Robert Moraes a obra *Meio Ambiente e Ciências Humanas*, proporcionando aos acadêmicos analisar a questão ambiental como objeto econômico político e cultural. Com Marta Kohl Oliveira a obra *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*, ao abordar a forma de compreender os processos psicológicos, permitindo a reflexão do homem enquanto ser biológico e ser social, sendo possível refletir sobre a possibilidade de mudanças na sua postura. Na disciplina *Introdução a cartografia* (anexo 146) não encontramos dados que nos levassem a entender abordagem em EDH.

No terceiro semestre os graduandos em Geografia cursam obrigatoriamente as disciplinas Geografia Agrária, Geomorfologia Geral, Hidrografia e Recursos Hídricos, Regionalização do Espaço Brasileiro, Geografia Urbana e Psicologia da Aprendizagem somando 360 horas aulas. Nas ementas deste semestre encontramos na descrição dos conteúdos previstos os termos “reforma agrária” (anexo 147), “fatores endógenos” (anexo 148), “intervenção antrópica” (anexo 149), “desigual, meio ambiente” (anexo 150) e “aprendizagem” (anexo 151), termos que nos fazem compreender que contemplam EDH ao abordar as desigualdades no acesso à terra, os prejuízos para qualidade de vida com ações humanas no meio e a aprendizagem na construção de alternativas que visam os direitos humanos. No sentido de assegurar nosso entendimento, encontramos nas referências destas ementas os autores como Arioaldo Umbelino de Oliveira com a obra *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e*

Reforma Agrária, possibilitando a reflexão sobre o campesinato na sociedade capitalista contemporânea. Antônio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha com a obra Geomorfologia e Meio Ambiente, sobre estudos e relatórios de impactos ambientais, com Jurandyr Luciano Sanches Ross e a obra Geomorfologia: Ambiente e Planejamento possibilita ao acadêmico refletir sobre os impactos no ambiente natural em diferentes níveis causados pelas ações humanas, podendo gerar consequências ambientais irreversíveis. Com S. M. Branco e as obras Hidrologia Ambiental e Água: origem, uso e preservação, (anexo 152) possibilita os acadêmicos refletir sobre a necessidade de preservação e cuidados com a água mencionando que algumas epidemias mais generalizadas que flagelaram as populações humanas, são originárias em sistemas de distribuição de água. Com Milton Santos e a obra A Urbanização brasileira, é proporcionado o debate sobre as disparidades regionais no processo de urbanização. Com Ana Fani Alessandri Carlos e Amália Ines Geraiades Lemos e a obra Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade, com Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Sposito com o artigo A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, com Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa com a Brasil: questões atuais da reorganização do território. Com Paulo Cesar da Costa Gomes e a obra A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade, e com Henry Lefebvre com a obra O direito à cidade, possibilita ao acadêmico aprofundar a compreensão sobre os inúmeros problemas urbanos que acarretam na privação dos direitos humanos, e com a autora Elizabeth Piemonte Constantino e a obra Um olhar a Psicologia sobre a Educação, proporciona aos acadêmicos a compreensão de como as diferentes formas do conhecimento podem promover a inclusão social.

O quarto semestre é composto pelas disciplinas obrigatórias Geografia dos Solos, Biogeografia, Introdução ao Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, Geografia da Amazônia, Recursos Naturais e Sustentabilidade e Didática Geral, totalizando 390 horas aula. Nas ementas encontramos nos conteúdos os temas “recursos naturais” (anexo 153), “biodiversidade” (anexo 154), “desenvolvimento sustentável” (anexo 155) e “trabalho pedagógico” (anexo 156) esses termos nos levam a entender a

presença da EDH, pois proporcionam apropriação de meios para levantar informações sobre o território, analisar os dados coletados sob a ótica de preservação de elementos essenciais para a vida humana, e, conduzem a refletir sobre os objetivos da Educação escolar. Além dos termos, encontramos nas ementas deste semestre os autores José Bertoni e Francisco Lombardi Neto com a obra *Conservação dos solos* (anexo 157) oferecendo aos acadêmicos, reflexão sobre a degradação do solo e a uma nova possibilidade de conservação. Com os autores André Luiz Conceição Santos, Celso Morato de Carvalho e Thiago Morato de Carvalho com a obra *Importância de Remanescentes Florestais para Conservação da Biodiversidade: Estudo de caso na Mata Atlântica em Sergipe*, por meio do Sensoriamento Remoto, possibilita o debate sobre aspectos relevantes de fragmentos florestados para a conservação da biodiversidade. Eneas Salati, Ângelo Santos com a obra *Por que salvar a floresta Amazônica*, proporciona refletir sobre aspectos ambientais, sociais e econômicos para os quais a permanência de áreas florestadas é fundamental. Com Clóvis Cavalcanti e a obra *Desenvolvimento e natureza – Estudos para uma sociedade sustentável*, proporciona ao acadêmico a reflexão sobre sustentabilidade o que ela representa na sua essencialidade. E com o autor Carlos Rodrigues Brandão e a obra *O que é o método Paulo Freire*, permite a reflexão dos acadêmicos do porquê e para que ensinar. Na *Introdução ao Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento* (anexo 166) não encontramos

No quinto semestre o graduando cursa as disciplinas Geografia de Roraima, Metodologia de Ensino de Geografia I, Análise de Material Didático em Geografia, Introdução à Libras e Organização da Educação no Brasil, totalizando 330 horas aulas, além das citadas, o estudante deve cursar uma disciplina de sua escolha entre as disciplinas eletivas ofertadas pela UFRR. Na descrição dos conteúdos abordados pelas disciplinas obrigatórias mencionadas, encontramos os termos “sócio-econômica” (anexo 158), “ensino” (anexo 159), “observação, crítica” (anexo 160), “inclusão social” (anexo 161) e “educação” (anexo 162), que nos levam a entender que abordam a EDH, pois nos remetem a compreensão sobre o direito a educação com ensino de qualidade, o direito de liberdade de expressão ao emitirmos críticas, e ao direito ao acesso social e econômico. Os autores citados nessas ementas corroboram com a nossa percepção aos termos acima descritos, ao utilizar Reinaldo Imbrosio Barbosa e V. Melo com a obra

Roraima: homem, ambiente e ecologia, possibilita a reflexão sobre a economia da mineração e sua influência no uso e posse da terra na Amazônia e os impactos sociais e ambientais que o setor de mineração informal (garimpagem) provoca em diferentes partes da Amazônia e, em especial, no Estado de Roraima. A autora Jerusa Vilhena de Moraes com a obra *A alfabetização científica, a resolução de problemas e os exercícios da cidadania: uma proposta para o ensino de geografia*, proporciona a reflexão sobre a alfabetização científica e o exercício da cidadania. As autoras Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira, com a obra *Educação Inclusiva e Igualdade Social*, possibilita aos acadêmicos futuros professores em sua prática de ensino atender pessoas com necessidades especiais, superando assim a etapa da mera formalidade e proporcionar, ao aluno, condições efetivas para a realização integral de suas potencialidades. Com Antonio Joaquim Severino e a obra *Os embates a cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, chama atenção a reflexão sobre os avanços no contexto histórico da educação.

O sexto semestre é composto pelas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado I, Trabalho de Conclusão de Curso I e Metodologia de Ensino de Geografia II, totalizando 450 horas aula, sendo que o acadêmico, neste período de escolher entre as disciplinas eletivas, cursar mais duas disciplinas. Nas três ementas das disciplinas obrigatórias para este semestre encontramos nos conteúdos os termos “realidade socioeconômica” (anexo 163) e “temas transversais” (anexo 164) que nos levam a entender que abordam EDH, pois proporcionam refletir sobre as disparidades econômicas da população, e questões urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana, que abordam valores referentes à cidadania, tais como, ética, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural. Respalhando nossa percepção a respeito dos termos citados acima, encontramos nas referências os autores Paulo Freire com a obra *Pedagogia do Oprimido*, uma de suas principais obras, escrita no exílio, chama atenção para o conformismo social - opressor e oprimido, baseado no processo de desumanização causada pelo opressor a seus oprimidos. E, com Milton Santos e a obra *O espaço cidadão*, possibilitando a reflexão sobre cidadania. Na disciplina Trabalho de Conclusão de curso I (anexo 165) não encontramos indicações de abordagens a EDH.

Para o sétimo semestre, as disciplinas obrigatórias são Regionalização do Espaço Mundial, Geografia Política, Estágio Curricular Supervisionado II, Trabalho de Conclusão de Curso II e Atividades acadêmico-científico-culturais, totalizando 830 horas/aula. Encontramos nas ementas os temas “socioeconômicos” (anexo 167) e “geopolítica” (anexo 168), termos que se inserem dentro das discussões sobre EDH, pois chamam a refletir sobre os diferentes contextos sociais e das consequências das interferências político econômicas nos países com baixo índice de desenvolvimento humano. Além dos temas, encontramos nas referências os autores Milton Santos com a obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência Universal*, que permite refletir sobre o lado perverso da globalização e a necessidade de apropriação das tecnologias. Com o artigo da Bertha Kolffmann Becker denominado *A Geografia e o resgate da geopolítica*, permite aos acadêmicos refletir gestão democrática e a necessidade dos movimentos sociais possam atuar com eficácia. Com Ilma Passos Alencastro Veiga e a obra *Didática: o ensino e suas relações*, possibilita o acadêmico refletir sobre a importância da formação adequada para os futuros professores em atuação profissional em escolas situadas em contextos sociais, econômicos e culturais diversos. Na ementa das disciplinas deste semestre. Estágio Curricular Supervisionado II (anexo 168) Trabalho de Conclusão de Curso II (anexo 169) não encontramos relação com EDH.

Para as eletivas I, II e III, A UFRR oferta para a escolha dos acadêmicos as disciplinas Ensino de Geografia em contextos não escolares, Linguagem Cartográfica no Ensino de Geografia, Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Geografia, Educação, Ambiente e Sociedade, Atividades Geográficas aplicadas a Comunidades, Geografia das Populações Indígenas e Ribeirinhas, Geografia Cultural, Geografia do Nordeste e Centro-Sul, Produção do Espaço Regional, Geografia do Turismo, Povos, culturas e Demografia Amazônica, Geografia e Riscos Socioambientais na Amazônia Setentrional, Tópicos Especiais em Geografia I, Tópicos Especiais em Geografia II, Mineralogia para Geografia, Introdução à Antropologia, Fundamentos de Educação Especial e História da Educação Brasileira. Ao analisar os conteúdos nas ementas das disciplinas acima citadas encontramos os termos “unidade de conservação” (anexo 170), “fenômenos socioambientais” (anexo 171),

“informática educativa” (anexo 172), “desenvolvimento sustentável” (anexo 173), “integração de movimentos da sociedade civil” (anexo 174), “dinâmica socioeconômica e ambiental” (anexo 175), “cultura, identidade” (anexo 176), “meio ambiente” (anexo 177), “vulnerabilidades” (anexo 178), “diversidade cultural” (anexo 179), “inclusão-exclusão” (anexo 180) e “políticas públicas” (anexo 181) que nos parece abordar a EDH, pois possibilitam reflexões sobre a necessidade de conservação do meio ambiente de forma sustentável, abordam questões culturais que carecem de amplo debate como a inclusão. Nas ementas encontramos os autores Roberto Lobato Corrêa e Zeni Rosendahl com a obra *Religião, identidade e território*, traz a reflexão sobre o sagrado e o profano considerando a fé católica no contexto político-religioso no território brasileiro. Juan Carlos Tedesco com a obra *Educação e novas Tecnologias: esperança ou incertezas*, possibilita a reflexão sobre o uso de novas tecnologias de comunicação e informação. Genebaldo Freire Dias com a obra *Educação ambiental: Princípios e Práticas*, proporciona ao acadêmico a reflexão sobre desequilíbrio ambiental, da erosão cultural, da injustiça social e econômica, do avanço da violência, do empobrecimento ético e espiritual. Roniel Vitor de Oliveira com a obra *O papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis – Roraima*, possibilitando a reflexão sobre ocupação humana, desconsiderando as características da floresta e de uma população já existente. Mauro W B Almeida. In Manuela Carneiro da Cunha com a artigo *Populações Tradicionais e Conservação Ambiental*, possibilita o debate sobre propriedade da terra e práticas de subsistências. Tomaz Tadeu Silva com a obra *Identidade e diferença*, possibilita o debate sobre identidade. Maria Flora Gonçalves com a obra *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*, possibilita a reflexão sobre o impacto da urbanização na vida humana. Eric Hobsbawm com a obra *Nações e Nacionalismo*, chama para a reflexão sobre critérios do pensar a nação de forma subjetiva. L Seabra com a obra *Turismo sustentável: planejamento e gestão*, possibilita o debate sobre economia e sustentabilidade. Reinaldo Imbrosio Barbosa, Efen Jorge Gondim Ferreira e E G Castellón com a obra *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*, permite a reflexão sobre a sustentabilidade e a questão cultural. Yvete Veyret com a obra *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*, chama atenção para a reflexão sobre os seres humanos, pelo viés da

perspectiva do agressor e da vítima do meio ambiente. J G Aquino com a obra *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*, traz a reflexão sobre a necessidade de valorização das diferenças na Escola. E, com Dermeval Saviani com a obra *Escola e Democracia*, possibilita a reflexão sobre educação de qualidade e acessível para todos brasileiros. Os quais fundamentam nossas reflexões e proporcionam subsídios para a formação em EDH. Na ementa das disciplinas *Introdução à Antropologia* (anexo 182), *Mineralogia para Geografia* (anexo 183), *Tópicos Especiais em Geografia I* (anexo 184), *Tópicos Especiais em Geografia II* (anexo 185), *Geografia do nordeste e do Centro-Sul* (anexo 186) e *Produção do Espaço Regional* (anexo 187), não encontramos relação com EDH.

6. RESULTADOS

No sentido de atender o objetivo proposto nesta pesquisa, de acordo com o Projeto Pedagógico dos Cursos de Geografia – Licenciatura e Bacharelado de 2018, com relação as ementas do curso de Licenciatura da Universidade Federal do Paraná (UFPR), constatamos que vinte e duas das disciplinas correspondem ao núcleo comum, ou seja, corresponde a formação inicial tanto para futuros licenciados como aos futuros bacharéis. Á partir do quinto semestre que as disciplinas se distinguem, e, nós redirecionamos a pesquisa nas disciplinas ofertadas na formação para a licenciatura.

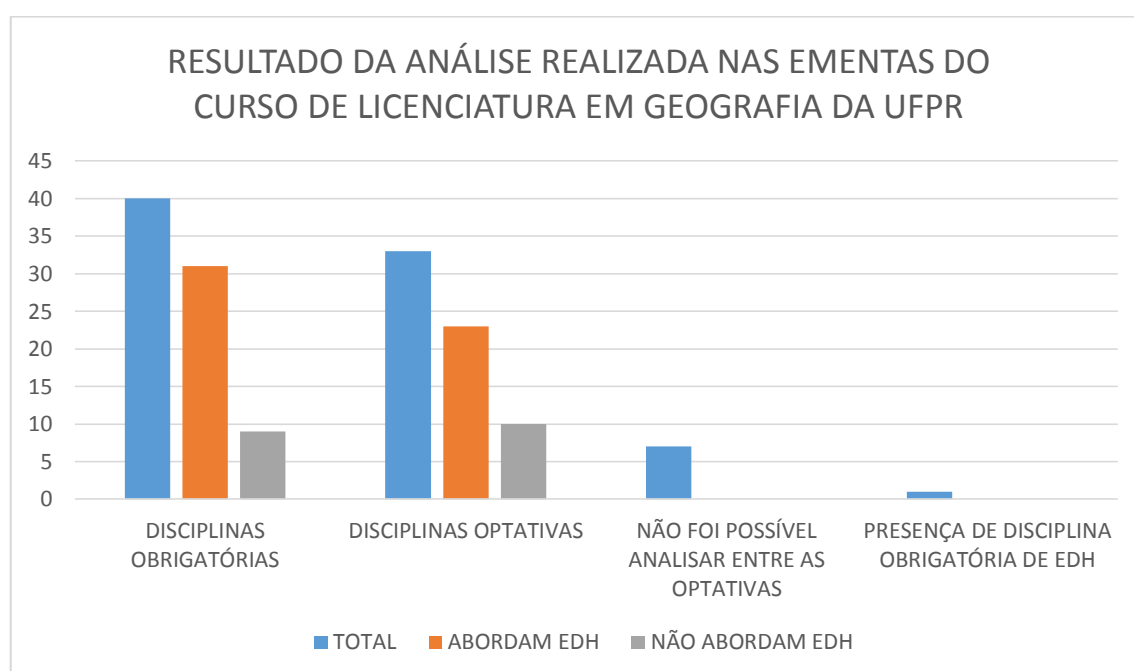
Para efeito de registro das nossas análises, com relação as disciplinas obrigatórias, optamos realizar por semestre, e as optativas realizamos em um único registro, sempre indicando a ementa a qual nos referimos e a anexando nesta dissertação.

No primeiro semestre composto por cinco disciplinas encontramos em duas termos e bibliografia, no segundo semestre encontramos termos nas cinco disciplinas e referências em quatro delas. No terceiro semestre encontramos termos e autores em todas. No quarto, encontramos termos e autores em quatro delas. No quinto semestre encontramos termos e bibliografia em três. No sexto

semestre, entre as quatro disciplinas obrigatórias, encontramos termos e bibliografias em três ementas. No sétimo semestre, entre as sete disciplinas obrigatórias, encontramos em seis ementas termos e bibliografia. No oitavo semestre, entre as seis disciplinas obrigatórias, encontramos termos e bibliografia em quatro.

Com relação as quarenta disciplinas optativas, encontramos termos em vinte e três, em sete não foi possível realizar a análise devido não apresentar detalhes sobre o conteúdo a ser desenvolvido e não disponibilizar a bibliografia a ser utilizada, e, nove não encontramos termos e bibliografia que nos levasse a entender a abordagem de EDH.

Analisamos oitenta e duas ementas, entre elas quarenta e duas referente a disciplinas obrigatórias, nas quais encontramos indícios de abordagem EDH em trinta e uma delas, sendo que entre essas está incluído a disciplina obrigatória de Educação em Direitos Humanos, com uma carga horária de trinta horas aula. Entre as quarenta disciplinas optativas, pudemos analisar trinta e três delas e encontramos indícios de EDH em vinte e três.



Organizadora: Santos (2020).

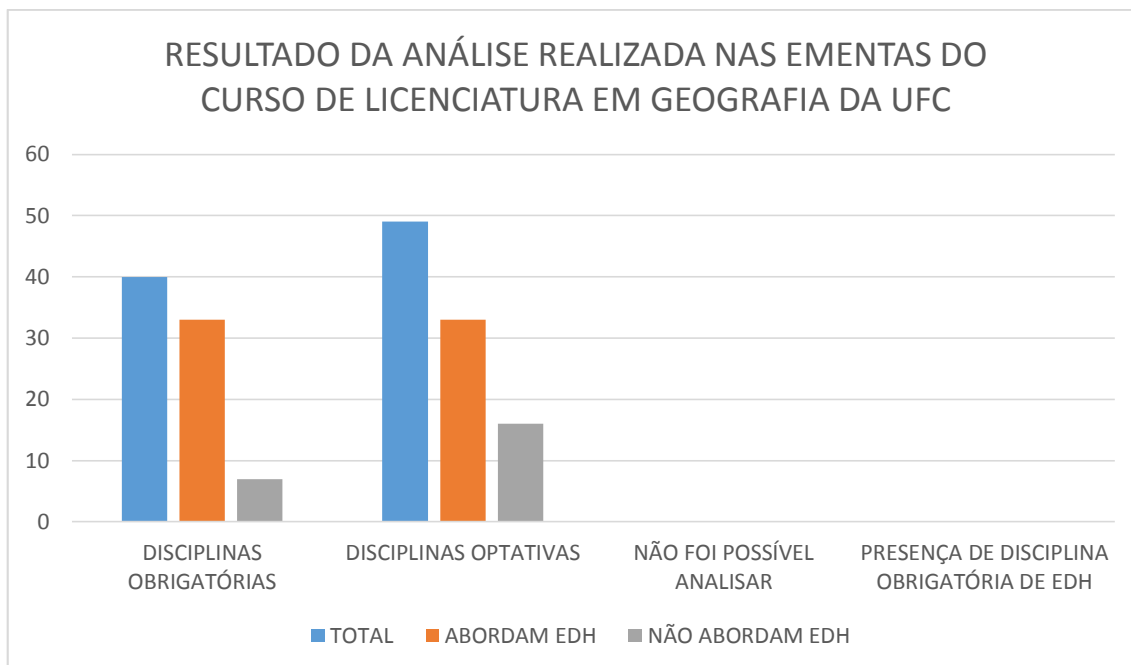
Concluimos que a UFPR atende a legislação vigente a respeito do EDH, por meio de uma disciplina obrigatória específica, porém, corroboram com o tema 71,42% das demais disciplinas obrigatórias e 57,5% das disciplinas optativas analisadas.

De acordo com as ementas disponíveis no Projeto Político Pedagógico de Curso - Geografia – Licenciatura - PPC 2018 da Universidade Federal do Ceará (UFC), os estudantes do curso de licenciatura e bacharelado é composto por um núcleo comum no primeiro semestre e somente a partir do segundo semestre que os acadêmicos passam a frequentar as disciplinas específicas para cada formação.

Analisamos as ementas das disciplinas pertinentes a formação para Licenciatura, buscando termos e bibliografias, e aqui registramos nossa análise por semestre e as optativas optamos por um único registro, indicando-as e anexando-as.

No primeiro semestre em que Licenciatura e Bacharelado participam das mesmas disciplinas encontramos em quatro delas e bibliografia que acentuaram nossa compreensão e, em uma disciplina não identificamos abordagem em EDH. No segundo semestre encontramos termos e referências em todas. No terceiro semestre encontramos termos e bibliografias e quatro, em uma disciplina não identificamos abordagem em EDH. No quarto semestre encontramos quatro termos e seis bibliografias. No quinto semestre encontramos cinco termos e bibliografias. No sexto semestre, encontramos três termos em três e cinco bibliografias e, em duas disciplinas não identificamos abordagem em EDH. No sétimo semestre encontramos dois termos e seis bibliografias e, em duas disciplinas não identificamos abordagem em EDH. No oitavo semestre, encontramos dois termos e três bibliografias e, em uma disciplina não identificamos abordagem em EDH.

Analisamos oitenta e nove ementas, entre elas, quarenta com disciplinas obrigatórias, nas quais encontramos indícios de abordagem EDH em trinta e três delas. Com relação as quarenta e nove disciplinas optativas, em dezesseis não encontramos termos e não foi possível realizar a análise bibliográfica devido não estar mencionado na ementa. Cabe aqui ressaltar que entre as optativas está incluído a disciplina de Educação em Direitos Humanos.

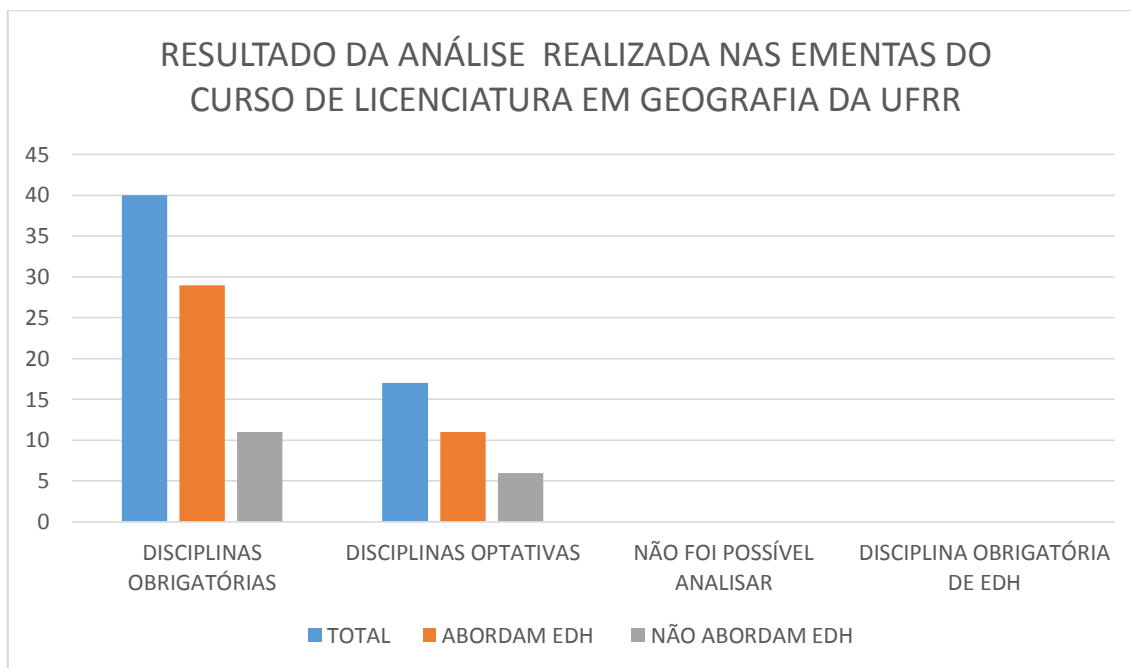


Organizadora: Santos (2020)

Concluimos que a UFC atende a legislação vigente a respeito do EDH, por meio de uma disciplina obrigatória específica, porém, corroboram com o tema 82,5% das demais disciplinas obrigatórias e 67,34% das disciplinas optativas analisadas.

Com relação as ementas do Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), disponíveis no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (PPC) 2017, constatamos nas ementas do primeiro semestre, três termos, quatro bibliografias e não identificamos em duas abordagem em EDH. No segundo semestre encontramos cinco termos e cinco referências, também e não identificamos em uma abordagem em EDH. No terceiro semestre encontramos termos e bibliografia em todas as ementas. No quarto semestre encontramos quatro termos e cinco bibliografias, também e não identificamos em uma abordagem em EDH. No quinto semestre encontramos seis termos e seis bibliografias, no sexto semestre, encontramos um termo em três e três bibliografias, e não identificamos abordagem em EDH em uma delas. No sétimo semestre encontramos dois termos e bibliografias também e não identificamos em uma abordagem em EDH. No oitavo semestre, encontramos dois termos e três bibliografias, também e não identificamos abordagem em EDH em duas ementas.

Analizamos cinquenta e sete ementas, entre elas quarenta com disciplinas obrigatórias, nas quais encontramos indícios de abordagem EDH em vinte e nove delas. Com relação as dezessete disciplinas optativas, em seis não encontramos termos nem bibliográfica.



Organizadora: Santos (2020)

Concluimos que as 72,5% das disciplinas obrigatórias e 54,54% das disciplinas optativas abordam EDH do curso de Licenciatura em Geografia da UFRR.

7. PRODUTO

7.1 DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA CURSOS DE LICENCIATURA

O produto desta dissertação consistiu na elaboração e disponibilização de uma disciplina sobre Educação em Direitos Humanos (EDH), com ementa, referências, aulas organizadas em slides e avaliações, voltada para acadêmicos de cursos de licenciatura, com carga horária de 60 horas, que pode ser aplicado nos formatos de Educação a Distância (EAD), híbrido e presencial.

O objetivo foi possibilitar que os acadêmicos reflitam sobre a Educação voltada aos Direitos Humanos e também terem acesso a algumas sugestões didáticas para uso nos exercícios da profissão e do dia a dia, além de fazerem uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). A oferta deste produto resultou da nossa análise realizada e relatada nesta dissertação, onde constatamos que a oferta da disciplina está entre as optativas ou, quando obrigatória, sua carga horária é reduzida. Para Fernandes de Oliveira, Santos e Nalepa (2020, p. 391),

Fomentar a temática da educação em direitos humanos nas Instituições de ensino superior não significa apenas informar e formar os profissionais em conhecimento histórico, mas tornar o educando em sujeito ativo ao desenvolver nele valores e atitudes que corroborem para construção de uma sociedade democrática e pacífica. As universidades são espaços de práticas educativas emancipatórias, já que se configuram em ambientes de construção de conhecimentos e práxis educacionais.

Acreditamos que o fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, do pleno desenvolvimento da personalidade humana e senso de dignidade, da prática da tolerância, do respeito à diversidade de gênero e cultura, da amizade entre as nações, povos indígenas, etnias, grupos religiosos, entre outros, e à possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre, está na Educação, para tanto é necessário que futuros profissionais da Educação recebam formações substanciais em Educação em Direitos Humanos.

A disciplina foi organizada e encontra-se disponível no Google Sala de Aula, ambiente virtual de aprendizagem gratuito, está dividida em três módulos

com quatro aulas em cada módulo. Consiste em uma sala de aula virtual, na qual o (a) professor(a) organiza suas turmas, insere e-mails dos estudantes ou envia convites com código de acesso. Neste ambiente o professor acompanha o desenvolvimento de todas as atividades desenvolvidas pelos alunos, podendo acrescentar comentários e atribuir notas para aquilo que é produzido por eles (SCHIEHL; GASPARI, 2016). Além do que, o ambiente pode ser utilizado como apoio para as atividades realizadas nas aulas presenciais, proporcionando aos estudantes a possibilidade de reverem o material indicado pelos professores, realizarem leituras indicadas, assistirem vídeos e sanarem dúvidas.

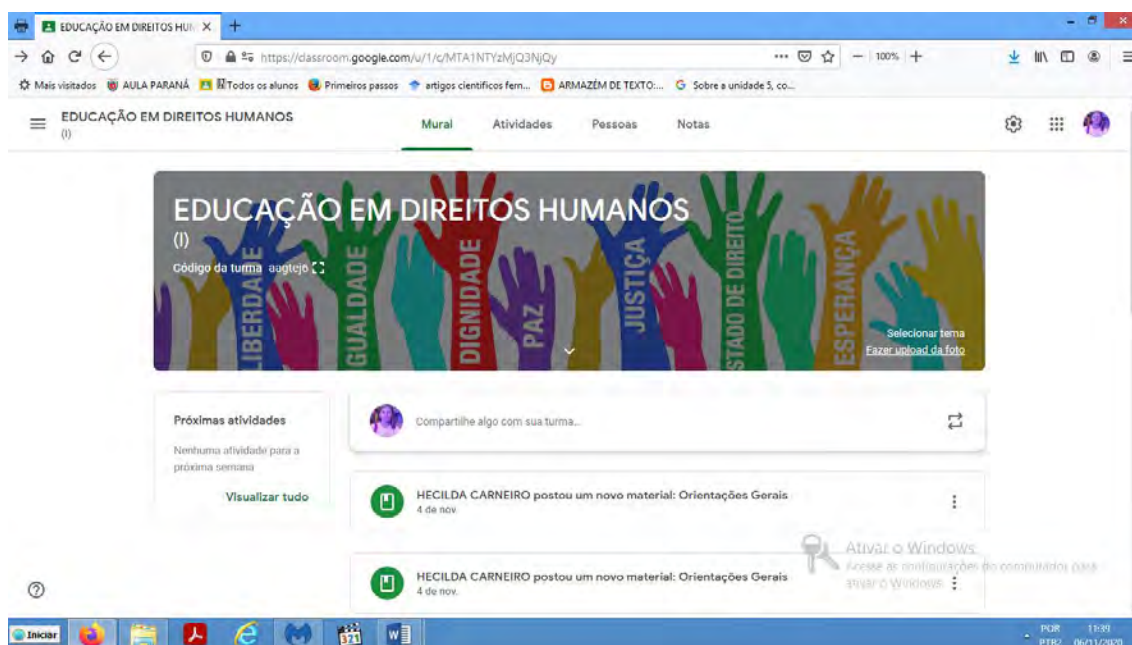
A sala de aula permite um ambiente integrativo em conjunto com outras ferramentas disponibilizadas pelo *Google*, tais como *Google Docs* que é um editor de textos, *Google Drive* que serve para armazenamento de arquivos e dados na nuvem, *Google Sheets* que produz planilhas, *Google Slides* que oferece a criação de apresentações de slides, *Google Forms* que auxilia na criação de formulários online, entre outros (IFTAKHAR, 2016), proporcionando assim a otimização do tempo, o armazenamento e disponibilização de forma criativa das informações, além da inserção dos estudantes na utilização das novas tecnologias, conforme, Junior, Lisbôa e Coutinho (2011) “a variedade de ferramentas que a Google oferece é tamanha que permite aos utilizadores realizarem praticamente todas as atividades de criação, edição, gravação, divulgação e armazenamento de arquivos diretamente a partir da Web”.

Dentre os benefícios do uso da sala de aula do *Google* como ferramenta educacional estão a facilidade de seu uso, a integração com as demais ferramentas já mencionadas que acabam por economizar tempo tanto para o aluno como para o professor, a vantagem de ser uma tecnologia *cloud based*, ou seja, todos os arquivos e as informações contidas neles quando utilizadas em qualquer uma das ferramentas ficam salvos na nuvem e é uma ferramenta denominada *mobile friendly*, podendo ser usado em dispositivos móveis como celulares e tablets o que acaba sendo um atrativo para seus usuários (IFTAKHAR, 2016).

Dessa forma, vemos que é uma ferramenta que pode ser facilmente integrada como alternativa de ensino-aprendizagem em um contexto de ensino híbrido.

Cabe aqui mencionar que a mestranda colocou em prática a alternativa de ensino híbrido, em uma turma de ensino médio na rede pública estadual, em 2019 e apresentou juntamente com sua equipe os resultados sob o título “A sala de aula do Google usada como ferramenta de ensino híbrido: relato de experiência” no Programa de Pós graduação de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, na disciplina de Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional Uninter, no qual obteve resultados significativos.

A disciplina deste produto de pesquisa, está disponível para visualização no link <https://classroom.google.com/c/MTA1NTYzMjQ3NjQy?cjc=aagtej6> com o código de turma para acesso- *aagtej6*. Nas orientações gerais do curso estão disponíveis, a ementa da disciplina com os objetivos, referências bibliográficas básico e complementar.



The screenshot shows a Google Classroom interface for a course titled "EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS". The "Atividades" (Activities) tab is active. The main content area displays "MÓDULO I" with a list of activities. The "1ª AULA" activity is selected and expanded, showing a document titled "A ORIGEM." with the text "Última edição: 3 de nov.". The left sidebar lists various topics and lessons, including "MÓDULO I", "1ª AULA", "2ª AULA", "3ª AULA", "4ª AULA", "Atividade Final MÓD...", "MÓDULO II", "5ª AULA", and "6ª AULA". The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date 06/11/2023 and time 11:40.

This screenshot provides a detailed view of the "1ª AULA" activity. The activity title is "A ORIGEM." and it was last edited on 3 de nov. The activity details include:

- Sem data de entrega** (No due date)
- Assistir e refletir.** (Watch and reflect.)
- A YouTube link: <https://youtu.be/yCzIKK0rb4c>
- A progress indicator showing 0 "Entregue" (Submitted) and 1 "Trabalho atribuído" (Assigned work).
- Attachments:
 - "A História dos Direitos H..." - Vídeo do YouTube 9 minut...
 - "A ORIGEM DOS DIREIT..." - PowerPoint
 - "EXERCÍCIOS" - Formulários Google
- A "Ver atividade" (View activity) button at the bottom.

 The left sidebar is partially visible, showing "3ª AULA", "4ª AULA", "Atividade Final MÓD...", "MÓDULO II", "5ª AULA", "6ª AULA", "7ª AULA", "8ª AULA", "Atividade Final MÓD...", "MÓDULO III", and "9ª AULA". The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date 06/11/2023 and time 11:41.

The screenshot shows a Google Classroom interface. At the top, the browser address bar displays the URL: <https://classroom.google.com/u/1/w/MTA1NTYzMjQ3NjQy/te/MTE2NjMzMEQ0MTk>. The page title is 'Atividade Final MÓDULO I'. The left sidebar lists the course structure: 'MÓDULO I' (1ª AULA to 4ª AULA), 'Atividade Final MÓ...', 'MÓDULO II' (5ª AULA, 6ª AULA). The main content area is titled 'ATIVIDADE' and contains the following text: 'Rascunho', 'A avaliação do módulo I consistirá', 'a) na leitura do artigo', 'b) elaboração de uma síntese sobre o tema até aqui abordado e postar nos comentários da turma.', 'c) comentar a síntese postada por um colega'. Below the text is a PDF document titled 'Direitos fundamentais (3... PDF'. The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date 'POR 11/11/2020' and time '11:47'.

Esta disciplina de educação superior, está disponível gratuitamente para interessados de cursos de Geografia e demais licenciaturas, com o intuito de colaborar para uma Educação voltada para as práticas dos direitos humanos que são intrínsecos a todas as pessoas, pautadas no respeito à pluralidade,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa representa as inquietudes dessa mestrandia e da orientadora dessa dissertação, duas professoras de Geografia, militantes das causas sociais. Resulta das leituras, estudos e debates realizados no Grupo de pesquisa - Ciência, Tecnologia e Interculturalidade na Educação; e em especial no projeto de Educação em Direitos Humanos, do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, do Centro Universitário Internacional – UNINTER.

Nos capítulos, buscamos registrar respaldo para o nosso entendimento sobre a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio do criar, influenciar, compartilhar, sensibilizar, consolidar hábitos, atitudes, costumes e comportamentos, imensamente necessários para construir um futuro melhor. É em Immanuel Kant, defensor da ideia de que é, por meio do educar que ocorre avanços no processo de humanização, que nos levou a entender a necessidade de aprofundar nossa compreensão sobre o significado de educação como prática social, para na sequência aglutinar com a Educação em Direitos Humanos.

Encontramos em Paulo Freire (1979); Saviani (2007); Gadotti (2003); Gatti (2013) entre outros, a definição para Educação, as características da sua implantação e organização no espaço brasileiro, desde sua implantação até os dias atuais. Nessa pesquisa, nos deparamos com a imensa luta para que a Educação institucionalizada no Brasil, se tornasse acessível para todas e todos e a importância do currículo na sua organização. Mencionamos a imensa dificuldade de implantação, organização e desenvolvimento dos cursos superiores, principalmente dos cursos de licenciaturas.

Sempre com o olhar sobre o que nos torna mais humanos, e de posse sobre as características da Educação, lançamos o olhar para a necessidade de compreender o papel do currículo nesse contexto. Foi por meio dos estudos de Sacristán (2013) que encontramos a definição de que o currículo se caracteriza em conteúdos organizados, de que o estudante deverá aprender e superar, e em que ordem deverá fazê-lo. A partir de então, entendemos o currículo como instrumento imprescindível, utilizado para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação do conhecimento.

A partir desse ponto, com a clareza sobre o papel do currículo na Educação, e dela na construção de uma sociedade mais justa, aprofundamos nossa pesquisa sobre os avanços nas políticas públicas no que diz respeito a Educação em Direitos Humanos (EDH) e ao currículo no Brasil, a qual nos trouxe maior compreensão dos avanços e estagnação na EDH e da sobrecarga político ideológico, sempre presente no currículo.

Incorporando essa pesquisa e de posse da revisão bibliográfica, passamos a analisar a prática da EDH nas universidades, sob a ótica da última versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos III. Analisamos o ementário de três cursos de Licenciatura em Geografia, de três universidades brasileiras, por três motivos: o primeiro, pelo fato de que é na formação acadêmica que os professores absorvem respaldo para a atuação profissional; o segundo motivo, é o campo de estudo geográfico que contribui para o desenvolvimento dos cidadãos como sujeitos históricos, aptos para atuarem na resolução de conflitos individuais e coletivos, de forma consciente, responsável e participativa na sociedade; e o terceiro, pela formação das pesquisadoras envolvidas nessa dissertação.

Os achados dessa pesquisa nos mostrou que muito foi feito, pois existem nos três currículos, disciplinas voltadas para o contexto dos direitos humanos, mas ainda há por se fazer. Das ementas analisadas das três universidades, apenas em uma delas a disciplina de EDH faz parte das obrigatórias, mesmo assim, sua carga horária é de apenas 30 horas.

Se para Gatti (2013), é necessário repensar o currículo dos cursos de licenciatura no Brasil, para Kant (2006), é no educar que há possibilidade de avançar no processo de humanização, e para Sacristán (2013), o currículo representa organização do que deve ser apreendido. E nós que queremos um mundo mais justo, precisamos empoderar os futuros professores, por meio da EDH, que se caracteriza pela formação, por meio de práticas de vivência dentro de valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a EDH deve estar contida nos currículos para a efetivação das mudanças necessárias.

Desse modo, nessa dissertação contêm os resultados da análise dos currículos pelo dispositivo dos Direitos Humanos, a análise das ementas das disciplinas e das referências do currículo, dentro do contexto dos Direitos

Humanos. E concluímos com a disponibilização de uma disciplina de Educação em Direitos Humanos, na plataforma Google Sala de Aula, voltado ao público interessado na temática.

Iniciamos essa pesquisa por acreditar que a Educação Superior tem fundamental importância no fortalecimento da Educação em Direitos Humanos, na sociedade brasileira. Constatamos no decorrer da pesquisa, a inexistência de produção científica específica sobre EDH nos cursos de Licenciatura em Geografia, na Biblioteca Digital e da CAPES. Diante disso, os resultados dessa propõe assumir o amadurecimento do debate sobre os EDH nas universidades, reconhecendo como indispensável para a promoção desses direitos, advogando em favor da ampliação da cidadania, da democracia e do desenvolvimento das sociedades.

Defendemos a implantação de uma disciplina obrigatória de EDH, com carga horária mínima de 60 horas, nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia, sobretudo pelas questões fundamentais de preocupação com essa ciência, como o espaço, território, natureza, paisagem, região, dentre outros, voltados principalmente para o contexto social e cultural, para que o espaço acadêmico amplie e propicie a reflexão e ação, pois nele há condições para solucionar os empecilhos atuais que não permitem a apreensão na sua totalidade dos DH, contribuindo para que os futuros profissionais atuem com maior profundidade na construção de uma sociedade mais justa, que respeite as pluralidades, promova a democracia e a cidadania, considerados aqui como essenciais para humanidade.

Entendemos que a Educação em Direitos Humanos no Brasil é o instrumento fundamental para empoderar brasileiros para enfrentar as violações de direitos, pois precisa-se construir uma nova trajetória de promoção e de garantia dos Direitos Humanos. É nas universidades e IES, um dos espaços possíveis para essa formação, os professores precisam sair instrumentalizados para sua atuação profissional. Devem ser muito bem preparados, pois atualmente os que exercem a função, sofrem acusações e perseguições de serem doutrinadores ideológicos. Há desafios fundamentais para o desenvolvimento da educação em Direitos Humanos apontados por autores e educadores, como Vera Candau, Suzana Sacavino, Boaventura Souza Santos,

dentre outros, é urgente discutir tais desafios e suas implicações, para o avanço da Educação em Direitos Humanos.

Na gravidade desse momento conservador em que o país está passando, cabe a reflexão sobre qual país queremos viver e o que estamos fazendo para que isso aconteça. Certamente, queremos uma país organizado, por meio de valores democráticos, da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Então, refletir sobre o que estamos fazendo enquanto professores e coordenadores das universidades e IES e para que isso aconteça, é parte essencial desse processo.

A trajetória da construção dos Direitos Humanos nos leva a considerar que a prática da educação, quando impregnada pelos seus princípios fundamentais, leva os indivíduos a se sentirem preparados para se compreenderem como sujeitos de direitos, de modo que possam assegurá-los para si e para a coletividade, promovendo, quando necessário, iniciativas de enfrentamento a todos os tipos de violações.

Concluimos que se faz necessário a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, fundamentada em valores essenciais da liberdade, do respeito, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação da tolerância e da paz, ou seja, uma Educação em Direitos Humanos e nesse sentido, disponibilizaremos via *Google sala de Aula*, um produto no formato de disciplina, intitulado “Educação em Direitos Humanos”, com carga horária de 60 horas, voltado para cursos de licenciatura de Universidades, Instituições de Educação Superior e demais interessados.

REFERÊNCIAS

ABREU, V. K.; et al. **A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar - Minas Gerais (1969-1993)**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/13751/1/dis.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ALCÂNTARA, G. Universidades medievais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 09, n. 01, p. 09-19, 1975.

ARANHA. M. L. A. **História da Educação**. Curitiba: Editora Moderna, 2006.

ARAÚJO, E.; et al. Ensino mútuo: Análise dos relatórios provinciais do Brasil (1830 a 1845). **Educação no Século XXI**, v. 25, p. 64, 2019.

ARROYO, M. **Currículo, territórios em disputa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **O percurso da democracia brasileira**. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=281038>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BASTOS, M. H. C. Maria Lúcia de Arruda Aranha e a história da educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n. 2, 27 fev. 2015.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BNCC. 2017.

BOBBIO, N. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2004.

BONETE, W. J.; FERNANDES, D. JUNIOR, J. História e Geografia: elementos para um ensino humanista. **Historiæ**, Rio Grande, v. 04, n. 02: 39-58, 2013.

BRASIL. **Primeira página do Regimento de Dom João III entregue a Thomé de Sousa, em 1548**. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/colonia/constituicao-imagem.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/4/1931, Página 5800 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Diário Oficial - 4/6/1931, Página 9219 (Republicação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial - 1/5/1931, Página 6945 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 452, de 5 de julho de 1937**. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/4/1939, Página 7929 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.454, de 24 de julho de 1941**. Dispõe sobre a realização simultânea de cursos nas faculdades de filosofia, ciências e letras. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/7/1941, Página 15010 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3454-24-julho-1941-413403-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <file:///C:/Users/ra/Downloads/Del4244.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945**. Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/12/1945, Página 19207 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8457-26-dezembro-1945-416374-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.092, de 26 de março de 1946**. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/3/1946, Página 4565 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9092-26-marco-1946-416948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.303, de 27 de maio de 1946**. Suprime os exames de licença ginásial e licença colegial, e dá outras providências. Diário Oficial da

União - Seção 1 - 29/5/1946, Página 7961 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9303-27-maio-1946-417555-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n. 9.053 – de 12 de março de 1946**. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/534091/publicacao/15637142>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 34.330, de 21 de outubro de 1953**. Regulamenta a Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/11/1953, Página 18590 (Republicação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34330-21-outubro-1953-326101-republicacao-60374-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953**. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/3/1953, Página 4505 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-norma-pl.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 159 de 14 de junho de 1965**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Coleção A. E. C. Rio de Janeiro, GB, 3. ed., 1968, p. 104.

BRASIL. **LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.622%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202005.&text=Regulamenta%20o%20art.,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **PNEDH: II Educação Superior.** 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/pnedh/integral/educacao_superior.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Parecer homologado: despacho do ministro, publicado no D.O.U. de 30 mai. 2012, Seção 1, pág. 33. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura, da Paz e dos Direitos Humanos**. 2017. Disponível em: <http://edh.mec.gov.br/pacto/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **PNEHD: Eixos orientadores do PNDH 3**. 2013. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/pndh/1interacao/index.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Parecer CFE 81/65**. Portaria Ministerial n° 46 de 26-2-65.

BRASIL. **Parecer CFE 106/66**. Portaria Ministerial n° 117 de 3-5-66.

BRASIL. **Parecer n° 236/65**. Portaria Ministerial n° 168 de 23-6-65.

BRASIL. Essa resolução foi baixada de acordo com o Parecer 895/71 de 9-12-71 e Indicação 7/71 do Conselheiro Valnir Chagas. *Op. cit.* pg. 21 e sgs.

BRITO, S. H. A. **A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. 2006.

BRUCHÊZ, A.; et al. Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação-análise bibliométrica. In: Mostra de iniciação científica, pós-graduação, pesquisa e extensão, 2015. **Anais**, v. 15, 2015.

CACETE, N. H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 04, p. 1061-1076, 2014.

CAMILO. 2013.

CAMPOS, F. Discurso do Ministro Francisco Campos ao assumir a pasta da Educação e Saúde Pública em 18-11-1930. In: **Boletim do Ministério de Educação e Saúde Pública**, ano I, n. 1 e 2, jan.-jun., 1931, p. 05.

CANDAU, V. M. **Educação em Direitos Humanos: políticas curriculares**. In: Lopes, Alice C. e Macedo, Elizabeth (orgs.) Políticas de Currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez. 2006.

CANDAU, V.M.F. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. In: SCAVINO, S.; CANDAU, V.M.F. (Org.). **Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas**. Petrópolis: DP et alii, 2008.

CANDAU, V. M. **Novos Rumos da Licenciatura**. Brasília: INEP; Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1987.

CANDAU, V. M. F. Ideias-força do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 32, n. 01, p. 15-34, 2016.

CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo. (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 285-298.

CAPES. **Estabelecimentos de ensino superior**. Série Informação, n° 07, Rio de Janeiro, 1960.

CARNEIRO, I. O Ensino Técnico-Profissionalizante no Brasil: das Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs) aos Institutos Federais (IFs). In: Congresso Nacional de Educação (III CONEDU). 2016, Rio Grande do Norte. Disponível em: <file:///C:/Users/ra/Downloads/ArtigoIgtalanConedu2016EAAs-IFs.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista brasileira de história da educação**, v. 6, n. 1 [11], p. 169-195, 2006.

CLARK, J. U. *A Primeira República, as Escolas Graduadas e o Ideário do Iluminismo Republicano: 1889-1930*. **Rev. HISTEDBR On-line**, v. 09, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

CLAUDE, P. C. Direito à educação e educação para os direitos humanos. SUR - Revista Internacional De Direitos Humanos, ano 02, n. 02, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

COSTA, E. B. O.; RAUBER, P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS, v. 11, n. 21, p. 241-253, 2009.

CUNHA, M. I. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. **6º Caderno de Pedagogia Universitária**. Pró-reitoria de Graduação, 2008. Disponível em: http://www.prrpg.usp.br/uploads/Caderno_6_PAE.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências no campo da pesquisa e na ação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, Ahead of print, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/2013nahead/aop1096.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

DA ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. O Colégio Pedro II e a institucionalização da geografia escolar no Brasil Império. **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 1, n. 1, p. 15-34, 2014

ENS, R. T.; MIRANDA, S. A profissão de professor e o contexto dos ciclos de vida profissional. **Desafios e trajetórias para o desenvolvimento profissional docente**. Curitiba/PR: Editora da UTFPR, 2013, p. 137-166.

FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. C. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea.** *Cadernos Cedes*, v. 30, n. 81, p. 233-249, 2010.

FERNANDES DE OLIVEIRA, Marcia Maria Fernandes de; SANTOS, Hecilda Aparecida Carneiro; NALEPA, Michelle. **Educação em direitos humanos no ensino superior: uma abordagem.** *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v, 7, p. 384-394, jan./dez., 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.4547. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>. e-ISSN: 2359-2087.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos Cedes*, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008.

FERREIRA, M. S.; GUEDES, N. C. **História e construção da profissionalização nos cursos de licenciaturas.** 2005. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3112.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FERREIRA, A. R. Educação pós-ditadura: qualidade para todos. 2013, **Revista Nova Escola.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3432/educacao-pos-ditadura-qualidade-para-todos>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FIGURELLI, A. H.; PORTO, I. A relação entre Turismo e Educação Ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 20, jan./jun., 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/ra/Downloads/3859-10746-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FILHO, L. G. S. Concepções de professores de matemática e química sobre avaliação de aprendizagem: estudo de caso em um curso de licenciatura plena em química. 2017. 144 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde com associação entre IES da UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163726/001024862.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FILHO, M. G. F. **Direitos humanos fundamentais.** São Paulo: Saraiva Educação SA, 2005.

FORNAZIERI, L. L. **O governo geral e a consolidação da colonização brasileira.** 2011. Disponível em: <https://historiandonanet07.wordpress.com/2011/04/17/o-governo-geral-e-a-consolidacao-da-colonizacao-brasileira/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Edição Paz e Terra, São Paulo, 1979.

FREIRE, P. **Ação Cultural para Liberdade**. 5. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. *Institut International des Droits de L'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005*.

GATTI, B.. A formação de professores: seus desafios, a pesquisa e seus contornos sociais. **Educação e filosofia**, v. 17, n. 34, p. 241-252, 2003.

GATTI, B. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, n. 100, p. 33-46, 2014.

GUIMARÃES, E. F. A construção histórico-sociológica dos direitos humanos. **ORG & DEMO**, Marília, v. 11, n. 02, p. 95-112, jul./dez, 2010.

HONORATO, T. A Reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 04, p. 1279-1302, out./dez. 2017.

HUBERMAN, M. O ciclo da vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. **Vida de professores**. 2. ed. Porto: Editora Lisboa, 1995.

HUMEREZ, D. C.; JANKEVICIUS, J. V. Evolução histórica do ensino superior no brasil. 2015. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html. Acesso em: 30 mar. 2019.

JAEGER, W. **Paidéia** - A formação do homem grego. Tradução de: PARREIRA, A. M. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JARDIM, F. A. A.; ALMEIDA, W. M. Expansão recente do ensino superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? **Linhas Críticas**, v. 22, n. 47, p. 63-85, 2016.

KANT, I. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução de: NAVES, R.; TERRA, R. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Tradução de: FONTANELLA, F. C. 5. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2006.

LAGE, A. C. P. **Pedagogia escolanovista**. Não datado. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_escolanovista.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

LAMPERT, E. A universidade: da Idade Média à época atual. **História da Educação**, v. 01, n. 02, p. 69-81, 1997.

LIBÂNERO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da Associação Nacional de Educação – ANDE**, v. 03, p. 11-19, 1983.

LIMA, J. O. G.; LEITE, L. R. Historicidade dos cursos de licenciatura no Brasil e sua repercussão na formação do professor de química. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 09, n. 03, p. 143-162, 2018.

LOMBARDI, J. C. **Periodização na história da educação brasileira**: aspecto polêmico e sempre provisório. Campinas: HISTEDBR, 2005.

LUSTOZA, R. M. R.; CALIMAN, G. **Percepções sobre direitos humanos por parte de jovens universitários em cursos de licenciatura. Juventude universitária**: Percepções sobre Justiça e Direitos Humanos, 1. ed. Brasília: Liber Livro, 2016.

MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 01, n. 01, p. 8-22, 2008.

MANACORDA, M. A. **História da Educação da antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. Editora Cortez, 1989.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65, n. 150, mai./ago. 1984. p.407-425. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/mapion.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MARTINS, A. M. S. **A educação libertária na Primeira República**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos em Educação Brasileira-NEB-UNIRIO, 2006.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

NASCIMENTO, P. H. R.; et al. Direitos humanos em tempos de ignorância política. **Educaapes**, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432006/1/EDUCAPES.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1992.

NUNES, R. A. C. **História da educação na Idade Média**. Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

ORLANDIN, P. V. A. O Nascimento das Primeiras Universidades Europeias. In: LAMPERT, E. A universidade: da Idade Média à época atual. **História da Educação**, v. 01, n. 02, p. 69-81, 1997.

OLIVEIRA, E.; et al. Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação. **Revista diálogo educacional**, v.0 4, n. 09, p. 11-27, 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PEREIRA, V. A.; CERDA, C. D. C. A importância das teorias da educação na formação do educador: reflexões Brasil-Nicarágua. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 27, n. 2, p. 352-368, 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. **Direitos humanos**, v. 1, p. 15-37, 2006.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

PRYJMA, M.; GARCIA, C. M. Aprendizagem docente e os programas de desenvolvimento profissional. In: **Desafios e Trajetórias para o desenvolvimento profissional docente**. Curitiba: Editora da UTFPR, 2013. Páginas 37–53.

RAMALHO, B. L.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ROCHA, G. O. R. Uma breve história da formação do (a) professor (a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, n. 15, p. 129-144, 2015.

ROCHA, G. O. R. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Plano do currículo, plano do ensino: o papel dos professores/as**. In: SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e Transformar o Ensino*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 197-232

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo-: Uma Reflexão sobre a Prática**. Penso Editora, 2000.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, António (org.). Profissão professor. Coleção Ciências da Educação. Porto, Porto Editora, 1991. p.61-92

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2000.

SANFELICE, J. L. **O manifesto dos educadores (1959) à luz da história. Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 542-557, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a13v2899.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SANTI, D. N.; CASTANHA, A. P. O método Lancaster no Brasil: Da apologia à crítica. In: JORNADA DO HISTEDBR, 11., 2013, Cascavel. **Anais**, Cascavel: Unioeste, 2013. p. 01-15.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Tradução de: SALVATERRA, A. Revisão técnica de: HYPOLITO, Á. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/i/n/iniciais_2_jj.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

SANTOS, B. S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 39, p. 105-124, 1997.

SANTOS, B.S: FILHO, N. A. A universidade do século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Século%20XXI.pdf>. Acesso em 06 jul.2020

SÃO PAULO. **Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934**. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Publicado na Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, São Paulo aos 25 de janeiro de 1934. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto nº 39 de 3 de setembro de 1934**. Aprova os estatutos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-39-de-3-de-setembro-de-1934>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto do Interventor Federal do Estado de São Paulo nº 6512 de 22-6-1934**. Determinou que, quando houvesse licenciados, esses deveriam apresentar certificados de curso de licenciatura e de formação pedagógica para o exercício de magistério.

SAVATER. F. O aprendizado humano. In: SAVATER. F. **O valor do educar**. Tradução de: STAHEL M. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012, p.23-36.

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D; NASCIMENTO, M. I. M. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, p. 01-29, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Comunicação coordenada**. 2006.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. Ebook.

SAVIANI, D. O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição. **Educação e Filosofia**, v. 21, n. 42, p. 13-35, 2007.

SAVIANI, D. Epistemologia e teorias da educação no Brasil. **Pro-posições**, v. 18, n. 1, p. 15-27, 2007.

SAVIANI, D. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, educação e saúde**, v. 6, n. 2, p. 213-232, 2008.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS Revista Científica**, v. 10, n. Esp, p. 147-167, 2008.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SAVIANI, D. **Políticas Educacionais Brasileiras**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhomL5IUoFk&t=3015s>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SCHEFFER, G. Pedços do tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 02, p. 292-311, 2013.
SCHMIDT, I. A. John Dewey e a educação para uma sociedade democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 2009.

SCHOUMAKER, B. M. **Didáctica da Geografia**. Lisboa: Edições ASA, S.A. 1999.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. Marquês de pombal e a reforma educacional brasileira. Não datado. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA UFPB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA DEMOCRACIA, 09., 2016, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/ixsidh/ixsidh>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. M. M.; TAVARES, Celma. **Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites**. Educação, v. 36, n. 1, p. 50-58, 2013.

SILVA, M. A. **Educação em direitos humanos na formação de docentes: da universidade à prática pedagógica**. 2016.

SILVA, A. M. M.; et al. **Educação superior: espaço de formação em direitos humanos**. Cortez Editora, 2016.

SILVA, J. C. **Estado, sociedade e educação: o público e o privado na constituição de 1891**. 2009.

SILVA, J. C. C.; NETA, O. M. M. O Ensino de Desenho no Brasil Império (1879-1889). **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, v. 1, n. 3, 2019.

SILVA, J. S. Habitus docente e representação social do ensinar Geografia na Educação Básica de Teresina-Piauí. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14138/1/JoseliaSS.pdf>. Acesso em: 50 jul. 2020.

SILVA, M. A. **História do currículo e currículo como construção histórico-cultural**. 2006.

SILVA, M. A. O. Construções discursivas: as biografias plutarquianas de Teseu e Licurgo. **Anos 90**, v. 16, n. 30, p. 45-60, 2009.

SILVA, A. M. M. **Educação superior: espaço de formação em direitos humanos**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SILVA, V. A. Direitos fundamentais. **Conteúdo essencial, restrições e**, 2009.

SIQUEIRA, D. P.; PICCIRILLO, M. B. Direitos fundamentais: a evolução histórica dos direitos humanos, um longo caminho. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 61, p. 06, 2009.

SOUZA, E. M. Cursos de Curta duração. In: **Seminário de Assuntos Universitários**, 7. 1974.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. Unesp, 1998.

STRIBEL, G. P. Currículo de Educação em Direitos Humanos: Algumas Considerações Sobre Documentos Curriculares—UERJ Fundação Carlos

Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro–FAPERJ <https://wp.ufpel.edu.br/imagensdajustica/files/2018/05/CURR%C3%8DCULO-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O-EM-DIREITOS-HUMANOS-ALGUMAS-CONSIDERA%C3%87%C3%95ES-SOBRE-DOCUMENTOS-CURRICULARES.pdf> . Acesso em 05.06.2020.

SUCUPIRA, N. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, MEC/INEP, v. 51, n. 114, abr.-jun., 1969, p. 261.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012

TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 70, n. 166, 1989. p. 435-462.

TEIXEIRA, G.; ZAFALON, Z. R. **Análise crítica do ensino superior brasileiro**. São Paulo, 2005.

TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ, Mônica; ZENAIDE, Maria de Nazaré. Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. **João Pessoa: UFPB**, 2014.

TRINDADE, A. A. Balanço dos resultados da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena; 1993. **Revista IIDH**, v. 18, p. 11-28, 1993.

UNESCO. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**. 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

UNESP. **Caderno de Formação**: Formação de professores educação, cultura e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

VAILLANT, D.; GARCIA, C. M. **Ensinando a Ensinar – As quatro etapas de uma aprendizagem**. Curitiba/PR, Editora UTFPR, 2012.

VERAS, D. B. Projeto Rondon e Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária: extensão universitária em tempos de ditadura militar. 2018.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 03, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VIOLA, S. E. A.; PIRES, T. V. Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil. **Sociedade e Cultura**, v. 16, n. 02, p. 329-339, 2013.

ZABALZA, M. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

ANEXOS 01

**Evolução do número de instituições por natureza e dependência
administrativa: Brasil (1980-1995)**

| Ano | Total geral | Universidades | | | | | Faculdades integradas e centros universitários | | | | Estabelecimentos isolados | | | | |
|------|-------------|---------------|---------|----------|-----------|---------|--|----------|-----------|---------|---------------------------|---------|----------|-----------|---------|
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Total | Estadual | Municipal | Privada | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| 1980 | 882 | 65 | 34 | 9 | 2 | 20 | 20 | 1 | - | 19 | 797 | 22 | 43 | 89 | 643 |
| 1981 | 876 | 65 | 34 | 9 | 2 | 20 | 49 | 1 | 1 | 47 | 762 | 18 | 68 | 126 | 550 |
| 1982 | 873 | 67 | 35 | 10 | 2 | 20 | 51 | - | 2 | 49 | 755 | 18 | 70 | 122 | 545 |
| 1983 | 861 | 67 | 35 | 10 | 2 | 20 | 57 | - | 1 | 56 | 737 | 18 | 69 | 111 | 539 |
| 1984 | 847 | 67 | 35 | 10 | 2 | 20 | 59 | - | 1 | 58 | 721 | 18 | 64 | 108 | 531 |
| 1985 | 859 | 68 | 35 | 11 | 2 | 20 | 59 | - | 1 | 58 | 732 | 18 | 64 | 102 | 548 |
| 1986 | 855 | 76 | 35 | 11 | 3 | 27 | 65 | - | 2 | 63 | 714 | 18 | 79 | 115 | 502 |
| 1987 | 853 | 82 | 35 | 14 | 4 | 29 | 66 | - | - | 66 | 705 | 19 | 69 | 99 | 518 |
| 1988 | 871 | 83 | 35 | 15 | 2 | 31 | 67 | - | 1 | 66 | 721 | 19 | 72 | 89 | 541 |
| 1989 | 902 | 93 | 35 | 16 | 3 | 39 | 64 | - | - | 64 | 745 | 19 | 68 | 79 | 579 |
| 1990 | 918 | 95 | 36 | 16 | 3 | 40 | 74 | - | - | 74 | 749 | 19 | 67 | 81 | 582 |
| 1991 | 893 | 99 | 37 | 19 | 3 | 40 | 85 | - | 3 | 82 | 709 | 19 | 63 | 78 | 549 |
| 1992 | 893 | 106 | 37 | 19 | 4 | 46 | 84 | - | 3 | 81 | 703 | 20 | 63 | 81 | 539 |
| 1993 | 873 | 114 | 37 | 20 | 4 | 53 | 88 | - | 3 | 85 | 671 | 20 | 57 | 80 | 514 |
| 1994 | 851 | 127 | 39 | 25 | 4 | 59 | 87 | - | 3 | 84 | 637 | 18 | 48 | 81 | 490 |
| 1995 | 894 | 135 | 39 | 27 | 6 | 63 | 111 | 5 | 5 | 101 | 648 | 18 | 44 | 66 | 520 |

Fonte: Inep, MEC e Seep

ANEXO 02

Evolução das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, por organização acadêmica (1996- 2005)

| Ano | Universidades | Centros universitários | Faculdades integradas | Faculdades, escolas e institutos | Centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia |
|------|---------------|------------------------|-----------------------|----------------------------------|--|
| 1996 | 138 | 0 | 143 | 643 | 0 |
| 1997 | 150 | 13 | 78 | 659 | 0 |
| 1998 | 153 | 18 | 75 | 727 | 0 |
| 1999 | 155 | 39 | 74 | 813 | 16 |
| 2000 | 156 | 50 | 90 | 865 | 19 |
| 2001 | 156 | 66 | 99 | 1.036 | 34 |
| 2002 | 162 | 77 | 105 | 1.240 | 53 |
| 2003 | 163 | 81 | 119 | 1.403 | 93 |
| 2004 | 169 | 107 | 119 | 1.474 | 144 |
| 2005 | 176 | 114 | 117 | 1.574 | 184 |

Fonte: MEC, Inep e Deaes.

ANEXO 03

**Número de IES por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa:
Brasil (2003-2013)**

| Ano | Instituições | | | | | | | | |
|------|--------------|--------------|---------|----------------------|---------|-----------|---------|------------|---------|
| | Total | Universidade | | Centro universitário | | Faculdade | | IF e Cefet | |
| | | Pública | Privada | Pública | Privada | Pública | Privada | Pública | Privada |
| 2003 | 1.859 | 79 | 84 | 3 | 78 | 86 | 1.490 | 39 | - |
| 2004 | 2.013 | 83 | 86 | 3 | 104 | 104 | 1.599 | 34 | - |
| 2005 | 2.165 | 90 | 86 | 3 | 111 | 105 | 1.737 | 33 | - |
| 2006 | 2.270 | 92 | 86 | 4 | 115 | 119 | 1.821 | 33 | - |
| 2007 | 2.281 | 96 | 87 | 4 | 116 | 116 | 1.829 | 33 | - |
| 2008 | 2.252 | 97 | 86 | 5 | 119 | 100 | 1.811 | 34 | - |
| 2009 | 2.314 | 100 | 86 | 7 | 120 | 103 | 1.863 | 35 | - |
| 2010 | 2.378 | 101 | 89 | 7 | 119 | 133 | 1.892 | 37 | - |
| 2011 | 2.365 | 102 | 88 | 7 | 124 | 135 | 1.869 | 40 | - |
| 2012 | 2.416 | 108 | 85 | 10 | 129 | 146 | 1.898 | 40 | - |
| 2013 | 2.391 | 111 | 84 | 10 | 130 | 140 | 1.876 | 40 | - |

Fonte: MEC e Inep.

ANEXO 04

Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2018

| Unidade da Federação / Categoria Administrativa | Instituições | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------|---------|----------|---------------|---------|----------|------------------------|---------|----------|------------|---------|----------|------------|---------|----------|
| | Total Geral | | | Universidades | | | Centros Universitários | | | Faculdades | | | IF e CEFET | | |
| | Total | Capital | Interior | Total | Capital | Interior | Total | Capital | Interior | Total | Capital | Interior | Total | Capital | Interior |
| Brasil | 2.537 | 904 | 1.633 | 199 | 87 | 112 | 230 | 97 | 133 | 2.068 | 690 | 1.378 | 40 | 30 | 10 |
| Pública | 299 | 98 | 201 | 107 | 49 | 58 | 13 | 2 | 11 | 139 | 17 | 122 | 40 | 30 | 10 |
| Federal | 110 | 66 | 44 | 63 | 31 | 32 | 2 | 1 | 1 | 5 | 4 | 1 | 40 | 30 | 10 |
| Estadual | 128 | 32 | 96 | 40 | 18 | 22 | 2 | 1 | 1 | 86 | 13 | 73 | - | - | - |
| Municipal | 61 | - | 61 | 4 | - | 4 | 9 | - | 9 | 48 | - | 48 | - | - | - |
| Privada | 2.238 | 806 | 1.432 | 92 | 38 | 54 | 217 | 95 | 122 | 1.929 | 673 | 1.256 | - | - | - |

Fonte: Censo da Educação Superior 2018.

ANEXO 05

AUTORIZAÇÃO UFPR

Gmail - Solicitação para o coordenador Prof. Dr. Marcos Alberto Torres <https://mail.google.com/mail/u/1?ik=6b3386afad&view=pt&search=all...>



HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

Solicitação para o coordenador Prof. Dr. Marcos Alberto Torres

4 mensagens

HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

3 de agosto de 2020 13:49


Para: marcostorres.geo@gmail.com

Olá Marcos! Como você está? Em meu nome Hecilda Carneiro e da minha orientadora, em documento anexo, venho respeitosamente realizar a solicitação de uso do nome desta renomada Universidade na minha dissertação de mestrado.

Aproveito este email para solicitar as ementas das disciplinas optativas.

Agradeço desde já sua atenção,

Hecilda Aparecida Carneiro Santos

 **Carta Solicitação Universidade UFPR.doc**
184K

Marcos Torres <marcostorres.geo@gmail.com>

3 de agosto de 2020 16:32

Para: HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

Boa tarde, Hecilda.

Em nome da coordenação dos cursos de Geografia da UFPR, autorizo o uso do nome da UFPR em sua pesquisa. Envio em anexo os documentos referentes às disciplinas optativas, conforme solicitado.

Qualquer dúvida, estou a disposição.

Abraço,

Marcos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

—

Marcos Torres

Departamento de Geografia

Sector de Ciências da Terra - UFPR

2 anexos

 **Optativas1.pdf**
9057K

 **Optativas2.pdf**
11590K

HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

12 de novembro de 2020 10:03

Para: MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com>

ANEXO 6

AUTORIZAÇÃO UFC

Gmail - Solicitação de autorização de pesquisa sobre o curso de Licenciatura... <https://mail.google.com/mail/u/1?ik=6b3386afad&view=pt&search=all...>



HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

Solicitação de autorização de pesquisa sobre o curso de Licenciatura em Geografia

3 mensagens

MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com> 19 de agosto de 2020 19:40
 Para: "coordgeo@ufc.br" <coordgeo@ufc.br>, "geografia@ufc.br" <geografia@ufc.br>
 Cc: "hecildacarneiro@gmail.com" <hecildacarneiro@gmail.com>


Prezados, boa noite!

Meu nome é Marcia e estou orientando uma dissertação que pesquisa os currículos de Geografia de 3 universidades de destaque no Brasil e uma delas é a UFC, as informações que utilizaremos na pesquisa encontram se disponibilizadas nos sites das universidades.

Encaminho anexo uma carta de solicitação para sabermos da possibilidade de divulgação do nome do curso e da universidade para a realização dessa pesquisa.

Por gentileza, confirmar recebimento.
 Grata pela atenção.

Profª Drª Marcia Maria Fernandes de Oliveira
 Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
 Centro Universitário Internacional Uninter
 Campus Garcez
 Centro, Curitiba/PR

 **Carta solicitação de autorização - UFC.pdf**
 131K

MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com> 21 de agosto de 2020 20:28
 Para: coordgeo UFC <coordgeo@ufc.br>, "hecildacarneiro@gmail.com" <hecildacarneiro@gmail.com>

Olá, boa noite!

Muito grata pela resposta e atenção. Após a defesa final, enviaremos uma cópia!

Bom final de semana!

Profª Drª Marcia Maria Fernandes de Oliveira
 Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
 Centro Universitário Internacional Uninter
 Campus Garcez
 Centro, Curitiba/PR

De: coordgeo UFC <coordgeo@ufc.br>
Enviado: sexta-feira, 21 de agosto de 2020 18:37

Gmail - Solicitação de autorização de pesquisa sobre o curso de Licencia... <https://mail.google.com/mail/u/1?ik=6b3386afad&view=pt&search=all...>

Para: MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com>

Assunto: Re: Solicitação de autorização de pesquisa sobre o curso de Licenciatura em Geografia

Olá Marcia, não vemos problemas na divulgação dos nomes já que, como você mesma informou, as informações que vocês necessitam estão disponíveis no site da Universidade e, portanto, são públicas. Pedimos para, quando possível, nos divulguem o trabalho realizado para que o tenhamos em nossos arquivos.
Cordialmente.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

12 de novembro de 2020 10:14

Para: Giovane Santos <Gil_snts@hotmail.com>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO DA UFRR

Gmail - Autorização para divulgação do Curso de Geografia e da Univer... <https://mail.google.com/mail/u/1?ik=6b3386afad&view=pt&search=all...>



HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>

Autorização para divulgação do Curso de Geografia e da Universidade.

3 mensagens

MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com> 19 de agosto de 2020 19:47
 Para: "geografia.licenciatura@ufr.br" <geografia.licenciatura@ufr.br>
 Cc: "hecildacarneiro@gmail.com" <hecildacarneiro@gmail.com>

Prezado, boa noite!


Meu nome é Marcia e estou orientando uma dissertação que pesquisa os currículos de Geografia de 3 universidades de destaque no Brasil e uma delas é a UFRR, as informações que utilizaremos na pesquisa encontram se disponibilizadas nos sites das universidades.

Encaminho anexo uma carta de solicitação para sabermos da possibilidade de divulgação do nome do curso e da universidade para a realização dessa pesquisa.

Por gentileza, confirmar recebimento.

Grata pela atenção!

Profª Drª Marcia Maria Fernandes de Oliveira
 Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
 Centro Universitário Internacional Uninter
 Campus Garcez
 Centro, Curitiba/PR

 **Carta Solicitação UFRR.pdf**
130K

MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com> 18 de setembro de 2020 20:25
 Para: Coordenação - Licenciatura em Geografia <geografia.licenciatura@ufr.br>, "hecildacarneiro@gmail.com" <hecildacarneiro@gmail.com>

Prezado Prof. Elton, boa tarde!

Agradeço muito a sua atenção. Enviaremos sim uma cópia da dissertação depois de pronta!

Grata pela atenção e gentileza.

Bom final de semana!

Profª Drª Marcia Maria Fernandes de Oliveira
 Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
 Centro Universitário Internacional Uninter
 Campus Garcez
 Centro, Curitiba/PR

Gmail - Autorização para divulgação do Curso de Geografia e da Univer... <https://mail.google.com/mail/u/1?ik=6b3386afad&view=pt&search=all...>

De: Coordenação - Licenciatura em Geografia <geografia.licenciatura@ufr.br>
Enviado: sexta-feira, 18 de setembro de 2020 17:38
Para: MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA <MARCIA.O@uninter.com>
Assunto: Re: Autorização para divulgação do Curso de Geografia e da Universidade.

Estimada Profa. Márcia,
muitíssimas desculpas pela demora!

É com muita satisfação que autorizo a divulgação do nome do nosso curso e da UFRR na pesquisa de sua orientanda, para a qual já encaminhei a mesma autorização. Mas, acaso a senhora prefira um documento "mais oficial", poderei encaminhá-lo também. Permita-me solicitar-lhe, depois de concluída a pesquisa, o compartilhamento da dissertação em questão.

Com um abraço e o desejo de toda a boa sorte em suas pesquisas e nas de seus orientandos,
Elton Carlos de Oliveira Borges.

De: "MARCIA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA" <MARCIA.O@uninter.com>
Para: "Coordenação" <geografia.licenciatura@ufr.br>
Cc: "HECILDA CARNEIRO" <hecildacarneiro@gmail.com>
Enviadas: Quarta-feira, 19 de agosto de 2020 19:47:48
Assunto: Autorização para divulgação do Curso de Geografia e da Universidade.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

HECILDA CARNEIRO <hecildacarneiro@gmail.com>
Para: Giovane Santos <GiL_snts@hotmail.com>

12 de novembro de 2020 10:21

[Texto das mensagens anteriores oculto]

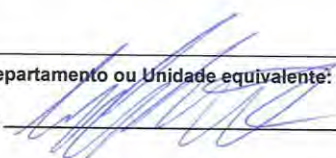
ANEXO 8

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---|---|-------------------|--|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Interações e Dinâmicas Geográficas | | | | Código: GB801 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 60* | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 05 | (*): 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Diálogos entre a geografia escolar e a geografia acadêmica. Relação sociedade/natureza. Fundamentos naturais e socioeconômicos da Geografia. Escalaridade dos processos geográficos. Estrutura e Dinâmica da Paisagem. Interações geossistêmicas. Conflitos socioambientais. Produção social do espaço. Território, Cultura e diversidade de sujeitos. Construção do saber científico e relação com saberes populares. Ciência ao serviço da sociedade. A pesquisa e a extensão na universidade, ferramentas e formas de sistematização. Metodologias de estudos e de trabalhos acadêmicos. Produção, plágio e normas da pesquisa e apresentação universitária. Trabalho de campo em geografia. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | Prof. Dr. Sívio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sívio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | |
| Assinatura: | |  | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).**Laboratório (LB):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.**Campo (CP):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.**Estágio (ES):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.**Orientada (OR):** conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.**Práticas Específicas (PE):** conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.**Estágio de Formação Pedagógica (EFP):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Aula de Geografia**. Campina Grande: Bagagem, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. AGB – Seção São Paulo, Nº 84, 2006.

BRANDAO, Carlos Rodrigues, STECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante – o saber da partilha**. Campina: Ideias & Letras, 2006.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas**. Compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

VENTURI, L.A.B. **Praticando Geografia – técnicas de campo e laboratório**. São Paulo, Oficina de Textos, 2005. 239p.

ANEXO 9

SEI/UFPR - 1271529 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

https://sei.ufpr.br/sei/web/controlador.php?acao=documento_imprimir...

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História

| Ficha 1 (permanente) | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------------------------|---------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: História da Formação e Transformação do Espaço Brasileiro | | | | | | Código: HH835 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH Semanal: 04 | | | | | | | |
| EMENTA | | | | | | | |
| Sociedade, espaço, economia, religião e cultura na formação histórica brasileira. | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por RAFAEL FARACO BENTHIEN, CHEF DEPTO HISTORIA, em 26/09/2018, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador 1271529 e o código CRC 353F5475.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura

ANEXO 10

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--|---------------------------------------|------------------|--|----------------------|-----------------------------|---|
| Disciplina: Cartografia | | Código: GB802 | | | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () 20% EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 40* | Laboratório (LB): 20 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 15 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 05 | (*) 36h teóricas 4h práticas (componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Conceitos básicos (Histórico; Diferença entre Cartografia, Cartografia Digital, SIG e topografia; Sistema GNSS; Classificação dos produtos cartográficos), Elementos de Geodésia (Forma da Terra; Representações cartográficas; Superfícies de referência; Superfícies de projeção), Sistema UTM (Características do Sistema UTM; Transformações), Tipologia e modelos de dados (Dados matriciais: estrutura de dados matriciais; Dados vetoriais: estrutura de dados vetoriais), Escala (dados analógicos; dados vetoriais e dados matriciais; Acurácia posicional vertical e horizontal - ET-CQDG), Edição de dados vetoriais (Normas brasileiras e internacionais - ET-EDGV, ET-ADGV, ISOs..., Qualidade de dados cartográficos digitais, Consistência lógica, Completude, Linhagem e metadados, Generalização Cartográfica). Cartografia aplicada ao ensino. Atividades práticas e de campo.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. **Cartografia Geral e Temática**. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

MATOS, J. L. DE. **Fundamentos de informação geográfica**. 5o ed. Lisboa: Lidel, 2008.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. **Roteiro de Cartografia**. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

IBGE. **Avaliação da Qualidade de dados Geoespaciais**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101152.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CONCAR. **Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil**. Disponível em: <http://www.concar.gov.br/pdf/111@Perfil_MGB_homologado_nov2009_v1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO - DSG. **Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV)**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2. ed. 2016.

DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO. **Especificação técnica para a aquisição de dados geoespaciais vetoriais (ET-ADGV)**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2. ed. 2016.

FGDC. **Geospatial Positioning Accuracy Standards Part 3** : National Standard for Spatial Data Accuracy. Disponível em: <<https://www.fgdc.gov/standards/projects/accuracy/part3/chapter3>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ANEXO 11

SEI/UFPR - 1273165 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

https://sei.ufpr.br/sei/web/controlador.php?acao=documento_imprimir...

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS
Departamento de Estatística

| Ficha 1 (permanente) | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|---------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Introdução à Estatística | | | | | | Código: CE009 | |
| Natureza: | | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | |
| (X) Obrigatória | | | | () Optativa | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: _____ | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH Semanal: 04 | | | | | | | |
| EMENTA | | | | | | | |
| Estatística Descritiva e Exploratória. | | | | | | | |
| Probabilidades e Variáveis Aleatórias. | | | | | | | |
| Inferência Estatística: Estimação e Testes de Hipóteses. | | | | | | | |
| Aplicações. | | | | | | | |

I - NOÇÕES DE PROBABILIDADES: Definições e principais teoremas. Variáveis aleatórias, função de probabilidade e de densidade de probabilidades, função de distribuição acumulada. Esperança e variância. Distribuições teóricas de probabilidade.

II – ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS: Introdução, tipos de variáveis estatísticas. Medidas de tendência central, medidas de dispersão, assimetria, curtose, quantis. Distribuição de frequências e representações gráficas de dados.

III- INTRODUÇÃO A INFERÊNCIA ESTATÍSTICA: Introdução. Amostragem: técnicas de amostragem probabilística. Distribuições amostrais: da média, das proporções, das diferenças entre médias e entre proporções.

IV - ESTIMAÇÃO: Introdução. Propriedades de estimadores e métodos de estimação. Estimação pontual e por intervalo. Construção dos intervalos de

confiança da média, da proporção, da variância. Dimensionamento de amostras.

V - TESTES DE HIPÓTESES: Definições. Testes para a média, para a proporção e para a diferença entre médias e entre proporções. Testes de aderência e independência.

VI – MÉTODOS E APLICAÇÕES: Introdução à análise de variância. Introdução à análise de regressão e correlação.

**OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.*



Documento assinado eletronicamente por FERNANDA BUHRER RIZZATO, VICE / SUPLENTE CHEF DEPTO ESTATISTICA, em 27/09/2018, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador 1273165 e o código CRC 3406128B.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

- BUSSAB, W. O., MORETIN, P. A. *Estatística Básica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MAGALHÃES, M. M., LIMA, A. C. P. *Noções de Probabilidade e Estatística*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- Pagano, M., Gauvreau, K. *Princípios de Bioestatística*. THOMSON PIONEIRA. 2004. ISBN: 85-221-0344-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

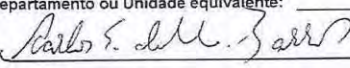
- COSTA NETO, P. L. de O. *Estatística Básica*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2002.
- MORETIN, L. G. *Estatística Básica*. São Paulo: Pearson Education Br, 2000.
- SOARES, J. F., FARIAS, A. A., CESAR, C. C. *Introdução à Estatística*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- COSTA NETO, P.L. de O. *Probabilidades*. 2. ed. São Paulo. : Edgard Blücher Ltda, 2006.
- TRIOLA, M. F. *Introdução à Estatística*. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ANEXO 12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
Departamento de Geologia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | |
|--|---------------------|--|-------|---------|-----------|--------------------|
| Disciplina: GEOLOGIA APLICADA À GEOGRAFIA | | | | | | Código: GC045 |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: NT | Co-requisito: NT | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () ___ % EaD* | | | | |
| CH Total: 60 | Padrão | Laboratório | Campo | Estágio | Orientada | Prática Específica |
| CH semanal: 04 | (PD): | (LB): | (CP): | (ES): | (OR): | (PE): |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | |
| Características estruturais e origem da Terra. Dinâmica interna: geologia estrutural e deformação da crosta terrestre. Noções de mineralogia e de hidrogeologia. Classificação e reconhecimento das rochas ígneas, metamórficas e sedimentares. Intemperismo. Geologia do Brasil e Geologia do Paraná. Aula de Campo | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: _____ | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | |
| Prof. Dr. Carlos Eduardo de M. Barros Chefe do Departamento de Geologia Setor de Ciências da Terra | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA PÁGINA SEGUINTE]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. **Para entender a Terra**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. (orgs.). **Decifrando a Terra**. 2ed., São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

WICANDER, R.; MONROE J.S. **Fundamentos de geologia**. São Paulo: Cengage, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEINZ, V. L. **Geologia geral**. Ed. Nacional, São Paulo, 14ª edição, 2001, 399p.

POPP, J.H. **Geologia geral**. LTC, São Paulo, 1998, 295p

Carlos E. de M. Barros
Prof. Dr. Carlos Eduardo de M. Barros
Chefe do Departamento de Geologia
Setor de Ciências da Terra

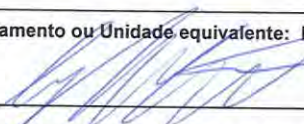
ANEXO 13

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Epistemologia e Filosofia da Geografia | | | | | | Código: GB803 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Opativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 05 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 15 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Bases filosóficas e epistemológicas da Geografia. Concepções e métodos fundantes: Paisagem, território e região. Hermenêutica do texto geográfico. Estruturação das correntes e tendências do pensamento geográfico. Espaço e lugar na análise geográfica. A Geografia no contexto das ciências humanas, das ciências da natureza, da interdisciplinaridade. Perspectivas teóricas/conceituais e empíricas/aplicadas da Geografia contemporânea. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade**. Recife: Editora da UFPE, 2008.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Atica, 2004.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: UFSC, 2014.

REALE, G. ANTISERI, D. **História da Filosofia**, vol. 2 & 3 São Paulo: Paulus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L.(org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAYGILL, H. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHRISTOFOLLETI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

CLAVAL. Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Ed 70, 2006

MARX, K. **A Ideologia Alemã**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, F. **Geografia Física : Ciência humana?** São Paulo: Contexto, 2010.

MENDONÇA, F. & KOEZEL, S. (org.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**, Curitiba: Editora UFPR, 2002.


SOKOLOWSKI, R. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo, Loyola, 2010

ANEXO 14



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--|--|-------------------|--|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Climatologia | | Código: GB805 | | | | | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 05 | Padrão (PD): 60* (* 56h teóricas 4h práticas (como componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Climatologia e Meteorologia: histórico, conceitos e métodos. Redes meteorológicas. Formação, estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores do clima. Circulação e dinâmica atmosférica: Massas de ar, frentes e zonas de convergência. Classificações climáticas. Escalas espaço-temporais do clima. Áreas de atuação da climatologia: clima urbano, agroclimatologia, saúde, ensino e paleoclimatologia. Variabilidade e mudança climática. Teoria e análise rítmica. Trabalhos de campo em climatologia. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I.M. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo, Oficina de textos, 2007.
- NERY, J. T. e GARFAN, A. C. **Glossário de Termos Técnicos em Meteorologia e Climatologia**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- STEINKE, E. T. **Climatologia Fácil**. Editora Oficina de Textos, São Paulo – SP, 2012.
- VAREJÃO-SILVA, M.A. **Meteorologia e climatologia**. Vs. 2. Recife, 2006. Disponível em: [http://www.agritempo.gov.br/publish/publicacoes/livros/METEOLOGIA E CLIMATOLOGIA VD2 Mar 2006.pdf](http://www.agritempo.gov.br/publish/publicacoes/livros/METEOLOGIA_E_CLIMATOLOGIA_VD2_Mar_2006.pdf)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CASTELHANO, F. J; ROSEGHINI, W. F. F. **A questão da escala no ensino de climatologia no ensino fundamental e médio**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 20, p. 39, 2016.
- CAVALCANTI, I.F.A.; FERREIRA, N.J.; DIAS, M.A.S.; SILVA, M.G.A.J. **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- MONTEIRO, C. A. F. **De tempos e ritmos: entre o cronológico e o meteorológico para a compreensão geográfica dos climas**. Geografia. Rio Claro, v. 26, n. 3, 2001.
- MONTEIRO, C.A.F. e MENDONÇA, F. **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MENDONÇA, F. (Org.). **Os climas do Sul – Em tempos de mudanças climáticas globais**. São Paulo: Paco Editorial, 2014.
- PBMC. **Base científica das mudanças climáticas**. Contribuição do GT 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas [Ambrizzi, T; Araújo, M.(eds.)]. COPPE. UFRJ, Brasil. <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/>
- SUGUIO, K. **Mudanças Ambientais da Terra**. São Paulo: Instituto Geológico, 2008.
-

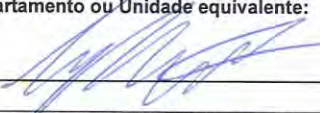
ANEXO 15

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | |
|---|---|---------------------------------------|--|
| Disciplina: Geografia Cultural | | Código: GB806 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | |
| Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 05 | Padrão (PD): 60* (* 56h teóricas 4h práticas (como componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 |
| | | Prática Específica (PE): 0 | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | |
| Bases teóricas e conceituais das abordagens culturais na Geografia. Percepção, memória e identidade. Significação e simbolismo e <i>performances</i> na Geografia. Espacialidades das produções, práticas e manifestações culturais (religião, artes, literatura). Lugar, paisagem e simbolismos. Ciberespaço e cibercultura. Espaços do medo e da morte. Geografia das emoções e do afeto. Trabalho de campo em Geografia popular. Geografia cultural no ensino. | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

DARDEL, E. **O homem e a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ANDREOTTI, G. **Paisagens culturais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CORRÉA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GIL FILHO, S. F. **Espaço sagrado**. Curitiba: IBPEX, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Centauro, 2005.

KOZEL, S.; SILVA, J. C., GIL FILHO, S. F. (Orgs.) **Da percepção & cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

SERPA, A. (org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

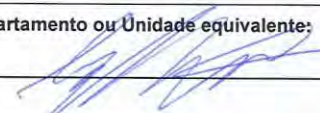
ANEXO 16

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---|------------------------|--|---|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Dinâmicas Geográficas no Espaço Paranaense | | | | | | Código: GB807 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 05 | Padrão (PD): 60* (* 56h teóricas 4h práticas (como componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15* (* 4h práticas (componente curricular) | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| O conceito regional do Paraná. O Paraná e suas interrelações ao nível brasileiro e mundial. O espaço ambiental do Paraná. Ecossistemas e suas dinâmicas. As transformações históricas e atuais do espaço paranaense: agroecossistemas, economia e formações sociais. Políticas regionais. O imaginário do Paraná. Espaços afro-brasileiros e indígenas no Paraná. Trabalho de campo em geografia no Paraná. Espaço paranaense e ensino. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE.]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

SCOTAGAGNA, Adalberto, REZENDE, Cláudio J., TRICHES, Rito Inocêncio. **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Bagozzi, 2005.

IPEA e outros. **Redes urbanas Regionais – Sul**. Brasília: IPEA, 2000.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa oficial, 2002 (orig. 1968).

CIGOLINI, Adilar, MELLO, Laércio de, LOPES, Nelci. **Paraná. Quadro Natural, transformações territoriais e economia**. Curitiba: Renascer. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território**. População e Migrações. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

IBGE. **Geografia do Brasil. Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

PAROLIN, Mauro; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília, LEANDRINI, Josimeire Aparecida (orgs.). **Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná**. Campo Mourão: FECILCAM, 2010.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LÖWEN SAHR, Cícilian Luíza. **Espaço e Cultura. Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas; MIOURA, Rosa (orgs.). **Curitiba: transformações na ordem urbana** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: UEL, 2004.

PERIS, Alfredo Fonseca. **Estratégias de desenvolvimento regional. Região Oeste do Paraná**. Cascavel: UNIOESTE, 2003.

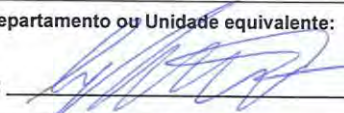
ANEXO 17

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---|---------------------------------------|------------------|--|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Cartografia Temática | | Código: GB804 | | | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () 20% EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 50* | Laboratório (LB): 25 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 05 | (*) 46h teóricas 4h práticas (como componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Conceitos básicos (Cartografia Temática e Cartografia Sistemática; Linguagem Gráfica), Nível de Organização dos Componentes da Informação, Organização de dados em tabelas, Linguagem gráfica (Semiologia gráfica, Níveis de leitura e representação), Diagramas, Cartografia de Síntese (Análise multicritério, Discretização de dados, Número de Classes, Intervalo de Classes), Geovisualização, Layout, legenda e teorias da percepção, Etapas de construção do material gráfico e elementos necessários. Cartografia Temática aplicada ao ensino.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BERTIN, J. *Sémiologie graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes*. Paris: Mouton/Gauthier-Villars, 1967.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. *Cartografia Geral e Temática*. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SLOCUM, T. A. *Thematic Cartography and Visualization*. [s.l: s.n]. 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Cartografia Escolar*. São Paulo. Editora Contexto. 2007. 224p.

MARTINELLI, M. *Curso de Cartografia Temática*. São Paulo, 1991.

MARTINELLI, M. *Cartografia Temática: Caderno de Mapas*. Vol. 47. EDUSP, 2003.

ROBINSON, A.H. et. al. *Elements of Cartography*. 6th ed. USA. 1995, 647p.

LONGLEY, P., GOODCHILD, M. F., MAGUIRE, D.J., RHIND, D. W. *Sistemas e ciência da informação geográfica*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ANEXO 18

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--|---------------------------------------|----------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Sensoriamento Remoto I | | | | Código: GB808 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: Cartografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 30* | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 05 | (* 26h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Histórico e conceitos básicos de Sensoriamento Remoto. Princípios Físicos do Sensoriamento Remoto. Características dos sistemas sensores. Características e tipos de produtos do Sensoriamento Remoto. Propriedades espectrais dos alvos. Fotointerpretação: conceitos e técnicas. Fases e elementos de reconhecimento. Fotointerpretação aplicada a estudos ambientais, levantamento de recursos naturais e uso da terra. Classificação automática de imagens. Aplicação dos produtos do sensoriamento remoto para o estudo da Geografia.</p> | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| Assinatura: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| | | | | Chefe do Departamento de Geografia | | | |
| | | | | Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

- FLORENZANO, T. G. **Imagens de Satélite para Estudos Ambientais**. São Paulo. Oficina de Textos.
- LOCH, C. **A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis. Editora da UFSC, 1993.
- MARCHETTI, D. & GARCIA, G. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo, Editora Nobel, 1977.
- NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento Remoto: Princípios e aplicações**. São Paulo. Edgard Blücher.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

- AMERICAN SOCIETY OF PHOTOGRAMMETRY. **Manual of photografic interpretation**. Fall Church, ASP, 1980.
- CROSTA, A. P. **Processamento Digital de Imagens**. Ed. Ver. – Campinas, SP: SP: IG/UNICAMP, 1993.
- GARCIA, Gilberto J. **Sensoriamento remoto**. São Paulo: Nobel, 1982.
- OLIVAS, M. **Fundamentos de fotogrametria**. UFPR: Setor de Ciências da Terra, 1999.
- RICCI, M. & PETRI, S. **Princípios de aerofotogrametria e fotointerpretação geológica**. São Paulo, Editora nacional, 1965.
- ROSA, R. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. Uberlândia: EdUFU.
-

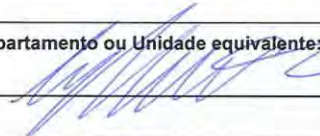
ANEXO 19

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|--|--|-------------------|---|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Dinâmicas Populacionais e Sociais na Geografia | | | | Código: GB809 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 60* (* 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| População, sociedade e espaço. Bases teóricas e conceituais dos estudos populacionais. Processos demográficos e transição demográfica. Categorias da socialidade: indivíduo, comunidade, sociedade, massa. Categorias sociais: classe e trabalho, corpo e gênero, etnia e raça. Ciclos de vida. Teoria social e Geografia. Abordagens da Geografia Social. Dinâmicas migratórias: modalidades, escalas, teorias, políticas. Dinâmicas populacionais e sociais no ensino. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

DAMIANI, A. L. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 1998.

FORACCHI, M. M & MARTINS, J. de S. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia. São Paulo: LTC Editora, 1977.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população. SP: Ed. Martins Fontes, 2008.

SAYAD, A. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BAENINGER, R. (org.). Migração Internacional. NEPO/UNICAMP, 2013.

BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia de População. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

SANTOS, J. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

OLIVEIRA, F. de. "Malthus e Marx: falso encanto e dificuldade radical". Campinas: NEPO, UNICAMP, 1985 (Textos NEPO 4).

MARTINS, J. de S. Exclusão social e nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo: EDUSP, 2012.

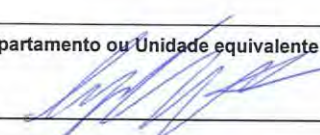
ANEXO 20

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra.
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|--|---|------------------|---|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Geografia Econômica | | | | Código: GB810 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60* (* 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Levar o aluno a conhecer as duas principais teorias do valor (marginalista e marxista) e as consequências da aplicação de cada uma na Geografia Econômica (definição do objeto de estudo e dos métodos de pesquisa). Teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Geografia das atividades econômicas, com ênfase no caso brasileiro. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância. Matrícula UFPR n.º 122351

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

DINIZ FILHO, L. L. Os equívocos da noção de "regiões que exploram regiões": crítica ao conceito de transferência geográfica de valor de Edward Soja. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 13, 1999.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos, v. 5).

SHOSTAK, F. A utilidade marginal não é nenhuma astronáutica. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=269>> Acesso em: 22 ago. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

IBGE. **Censo agropecuário**: agricultura familiar, primeiros resultados 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IPARDES. Arranjos produtivos locais do estado do Paraná: identificação, caracterização e construção de tipologias. Curitiba: IparDES, 2006.

DINIZ FILHO, L. L. **A dinâmica regional recente no Brasil**: desconcentração seletiva com "internacionalização" da economia nacional. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001,

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

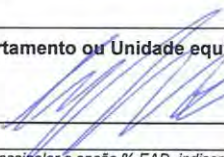
ANEXO 21

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|--|------------------------|---------------------------------------|--|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Geografia Urbana | | | | | | Código: GB811 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 50* (* 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Geografia Urbana: origem e paradigmas principais. A cidade na história. A cidade e o urbano: abordagens teórico-conceituais. As escalas de análise do urbano: o interurbano e o intraurbano. A produção do espaço urbano. Conflitos e lutas no espaço urbano. Elementos da rede urbana brasileira e paranaense. Trabalho de campo no espaço urbano. Temas de geografia urbana no ensino. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

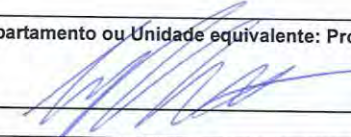
Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

ANEXO 22



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--|---------------------------------------|----------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geomorfologia | | Código: GB812 | | | | | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: Geologia Aplicada à Geografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () 20% EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 05 | Padrão (PD): 50* (* 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Natureza da geomorfologia e seus postulados. Escala tempo-espacial nos estudos geomorfológicos. Processos endógenos na elaboração do relevo. Controle estrutural, tectônico e litológico. Controle climático. Agentes modeladores do relevo: glacial, costeiro, fluvial, árido/semiárido. Unidades de relevo do Brasil e do Paraná. A ação antrópica nas formas de relevo. Trabalho de campo em geomorfologia. Abordagens transversais da geomorfologia no ensino.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho</p> <p>Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de formação pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CASSETI, V. *Geomorfologia*. [S.l.], 2005. (ebook: formato digital) disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia/>

CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. 2.ed. São Paulo, Edgard Blücher, 1980, 188p.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.) *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BIGARELLA, J.J.; BECKER, R.D.; SANTOS, G. F. *Estruturação e origem das paisagens tropicais e subtropicais – volume 01*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; PASSOS, E. *Estruturação e origem das paisagens tropicais e subtropicais – volume 02*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

BIGARELLA, J. J. *Estruturação e origem das paisagens tropicais e subtropicais – volume 03*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

CASSETI, V. *Elementos de Geomorfologia*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs) *Geomorfologia do Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.) *Geomorfologia e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GUERRA, A. J. T., MARÇAL, M. S. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

FAIRBRIDGE, R.W. *Encyclopedia of Geomorphology*. New York, Reinhold Book Corporation, 1968. 1295p.

FLORENZANO, T.G. (Org.) *Geomorfologia – Conceitos e Técnicas Atuais*. São Paulo, Oficina de Textos, 2008. 320p.
GROTZINGER, J.; JORDAN, T. *Para entender a Terra*. 6ª ed. Bookman Companhia Editorial, 2013, 768p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual Técnico de Geomorfologia*. Rio de Janeiro : Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manuais Técnicos de Geociências, n. 5, 2009.

MAACK, R. *Geografia física do Paraná*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MODENESI-GAUTTIERE, A.C.; BARTORELLI, A.; MANTESSO-NETO, V.; CARNEIRO, C.D.R.; LISBOA, M.B.A.L. (orgs.) *A obra completa de Aziz Nacib Ab'Sáber*. São Paulo : Beca-BALL, 2010, 558p.

OKA-FIORI, C.; SANTOS, L. J. C.; CANALI, N. E.; FIORI, A. P.; SILVEIRA, C. T.; SILVA, J. M. F.; ROSS, J. L. S. *Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná*: escala base 1:250.000, modelos reduzidos 1:500.000. Curitiba: Minerais do Paraná SA – Mineropar, 2007.

PENTEADO, M. M. *Fundamentos de Geomorfologia*. 3 ed. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989.

ROSS, J. L. S. *Geomorfologia Ambiente e Planejamento*. São Paulo : Contexto, 1990.

ROSS, J. L. S. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. *Decifrando a Terra*. São Paulo : IBEP Nacional, 2009, 624p.


ANEXO 23

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---|---------------------------------------|---------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Hidrologia | | Código: GB813 | | | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: Climatologia e Geomorfologia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60* | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 04 | (* 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular)) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Fundamentos de hidrologia. Ciclo hidrológico e balanço hídrico. Processos hidrológicos e hidrologia de encosta. (Precipitação, interceptação, evapotranspiração, infiltração, dinâmica da água no solo, mecanismos de geração de escoamento, processo chuva-vazão e regime hidrológico). Hidrometria. Análise de bacias hidrográficas. Interpretação das condições hidrológicas das bacias fluviais. Noções de transporte de sedimentos e de qualidade da água. Educação hidrológica. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

COLLISCHONN, W.; DORNELLES, F. **Hidrologia para engenharia e ciências ambientais**. Porto Alegre: ABRH, 2013. 336 p.

LIMA, W.P. **Hidrologia florestal aplicada ao manejo de bacias hidrográficas**. Piracicaba: USP, 2008. 245 p. (acesso livre)

TUCCI, C. E. M. (Org.). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 4.ed. Porto Alegre: ABRH, 2013. 943 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

COLLISCHONN, W.; TASSI, R. **Introduzindo hidrologia**. 6. ed. Porto Alegre, RS: IPH UFRGS, 2008. 274 p.

BAIRD, A.J.; WILBY, R.T. (eds.) **Eco-Hydrology**. New York: Routledge, 1999. 402p.

BARTH, F.T.; POMPEU, C.T.; FILL, H.D.; TUCCI, C.E.M.; KELMAN, J.; BRAGA JR, B.P.F. **Modelos para gerenciamento de recursos hídricos**. São Paulo: Nobel/ ABRH, 1987. 526p.

BRAGA, B. et al. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 318p.

BRUTSAERT, W. **Evaporation into the atmosphere**. London: D. Reidel Pub. Co., 1982. 299p.

CARVALHO, N.O. **Hidrossedimentologia prática**. Rio de Janeiro: CPRM, 1994. 372p.

CAUDURO, F.A.; DORFMAN, R. **Manual de ensaios de laboratório e de campo para irrigação & drenagem**. Porto Alegre: PRONI/ IPH-UFRGS, 216p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial. V.1. O canal fluvial**. São Paulo: Edgar Blucher, 1988. 313p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1980. 188p.

COELHO NETTO, A.L. Hidrologia de Encostas na Interface com a Geomorfologia, in **"Geomorfologia - Uma atualização de bases e conceitos"**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DEBARRY, P.A. **Watersheds: processes, assessment and management**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2004. 700p.

GARCEZ, L.N.; ALVAREZ, G.A. **Hidrologia**. 2ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1988. 291p.

GORDON, N.D.; McMAHON, T.A.; FINLAYSON, B.L. **Stream hydrology. An introduction for ecologists**. Chichester: John-Wiley, 1994. 526p.

HEWLETT, J.D. **Principles of forest hydrology**. Athens: The Univ. Georgia Press, 1981. 183p.

HORNBERGER, G.M. RAFFENSPERGER, J.P.; WIBERG, P.L.; ESHLEMAN, K.N. **Elements of Physical Hydrology**. Baltimore: John Hopkins Univ. Press., 1998. 302p.

KIRKBY, M.J. (ed.) **Hillslope hydrology**. Chichester: John-Wiley, 1978. 389p.

LEOPOLD, L.B. **A view of the river**. London: Harvard University Press, 1996. 298p.

LINSLEY, R.K.; FRANZINI, J.B. **Engenharia de recursos hídricos**. São Paulo: EDUSP, 1978. 798p.

[Digite texto]

MENDES, C.A.B.; CIRILO, J.A. **Geoprocessamento em recursos hídricos: princípios, integração e aplicação**. Porto Alegre: ABRH, 2001. 536p.

PAIVA, J.B.D.; PAIVA, E.M.C.D. (orgs.) **Hidrologia aplicada à gestão de pequenas bacias hidrográficas**. Porto Alegre: ABRH, 2001. 625p.

PEREIRA, A.R.; VILLA NOVA, N.A.; SEDIYAMA, G.C. **Evapo(transpi)ração**. Piracicaba: FEALQ, 1997. 183p.

PORTO, R.L.L.; ZAHED FILHO, K.; MARCELLINI, S.S. **Hidrograma Unitário**. (Apostila da disciplina PHD-307 da USP) 45p. www.phd.pol.usp.br/grad/disciplinas

PREVEDELLO, C.L. **Física do solo**. Curitiba, 1996. 446p.

RAMOS, F.; OCCHIPINTI, A.G.; VILLA NOVA, N.A.; REICHARDT, K.; MAGALHÃES, P.C.; CLEARY, R. **Engenharia hidrológica**. Rio de Janeiro: ABRH; Editora da UFRJ, 1989. 404p.

RASCÓN, L.E.M.; ROMÁN, A.J. **Principios de hidrogeografía: estudio del ciclo hidrológico**. Cidade do México: UNAM, 2005. 102p.
<http://www.igeograf.unam.mx/instituto/publicaciones/libros/hidrogeografia/hidrogeografia.htm>

RIGHETTO, A.M. **Hidrologia e recursos hídricos**. São Carlos: EESC-USP, 1998. 840p.

ROCHA, J.C.; ROSA, A.H.; CARDOSO, A.A. **Introdução à química ambiental**. Porto Alegre: Buokman, 2004. 154p.

SANTOS, I.; FILL, H.D.; SUGAI, M.R.V.B.; BUBA, H.; KISHI, R.T.; MARONE, E.; LAUTERT, L.F. **Hidrometria aplicada**. Curitiba: LACTEC, 2001. 372p.

SOUZA PINTO, N.; HOLTZ, A.C.T.; MARTINS, J.A. **Hidrologia básica**. São Paulo: Edgar Blucher, 1980. 180p.

VILLELA, S.M.; MATTOS, A. **Hidrologia Aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975. 245p.

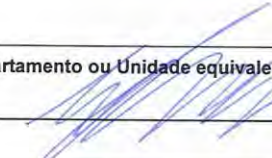
ANEXO 24

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--|-------------------------------------|-------------------|---|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Geografia rural | | Código: GB815 | | | | | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 60* (* 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Panorama da produção do espaço rural no Brasil: Estado, mercado e sociedade. Abordagens dos estudos rurais. Geografia e espaço rural. Expansão do capitalismo no campo (mercado de terras, formas de produção, comércio, tecnologia e trabalho) e questão agrária. Principais sujeitos e entidades na produção do espaço rural. Atualidade e atualização da questão agrária (gênero, educação do campo, agroecologia, alimentação, povos e comunidades tradicionais, etc.). O rural não agrário (mineração, grandes infraestruturas, etc.). Conflitos e mobilizações sociais no espaço rural. Trabalho de campo no espaço rural. Geografia rural no ensino. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; FRANCO GARCÍA, María; VIANA, Pedro Costa Guedes (org) **A questão agrária no século XXI**. Escalas dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

CADERNO CONFLITOS NO CAMPO. Goiânia: CPT, 1985- Anual.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América latina**: a questão agrária atual. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor, 2007.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

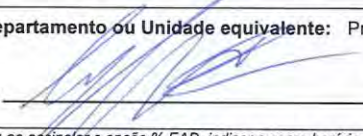
ANEXO 25

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|---|--|-------------------|--|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Biogeografia | | Código: GB816 | | | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: Climatologia Sensoriamento Remoto I Geomorfologia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 60* | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 05 | (*) 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Biogeografia Histórica (origem, evolução e distribuição dos seres vivos no tempo e no espaço), Biogeografia Ecológica (fatores limitantes da distribuição dos seres vivos), os grandes biomas terrestres, classificação oficial da vegetação brasileira, conservação da natureza, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Teoria do Equilíbrio da Biogeografia de Ilhas, Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos do Brasil, Métodos e técnicas de levantamento de dados no trabalho de campo em Biogeografia. Biogeografia aplicada ao ensino. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

AB'SABER, A.N. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.

COX, C.B.; MOORE, P.D. **Biogeografia** – uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. **Manuais Técnicos em Geociências**, nº 1. Rio de Janeiro, 2012 (2ª ed.).

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

WALTER, H. **Vegetação e zonas climáticas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ANGELO-FURLAN, S.; NUCCI, J.C. **A conservação das florestas tropicais**. São Paulo: Atual/Saraiva, 1999.

BROWN, J.H.; LOMOLINO, M.V. **Biogeografia**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2006.

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S.M.; FOX, G.A. **Ecologia Vegetal**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.


ANEXO 26

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|---|---------------------------------------|----------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Produção do Espaço Brasileiro | | | | Código: GB817 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 45* | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 30 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 05 | (*) 41h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Bases históricas da formação territorial brasileira: geopolítica colonial, Estado territorial e construção da nação brasileira. Ordenamento da terra, regulação do território e conflitos territoriais. Espaços afro-brasileiros e indígenas no Brasil. Dinâmicas econômicas, políticas, populacionais, sociais, culturais e ambientais na produção do espaço brasileiro. Problemáticas regionais e mundiais na produção do espaço brasileiro. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BECKER, B., EGLER, C. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, W. M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LIMONAD, E.; HAESBART, R.; MOREIRA, R. (Org.) Brasil, Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MORAES, A. C. R. Território e história no Brasil. 2ª ed., São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. Formação espacial brasileira. Uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

_____. Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSS, J. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

AB'SÁBER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária do Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, A. B. de. 7 ensaios sobre a economia brasileira (vol. II). Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÉA, R. L. (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHAUÍ, M. S. Brasil: o mito fundador e a sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHRISTOFOLETTI, A., BECKER, B. K., DAVIDOVICH, F. R., GEIGER, P. P. (Org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995.

DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DINIZ, C. C. Dinâmica espacial e ordenamento do território. CEPAL (escritório no Brasil), 2006.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2010.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, J. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

[Digite texto]

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINS, J. de. S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, D. O Brasil como problema. São Paulo: Global, 2015.

_____. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

TORRES, M. Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

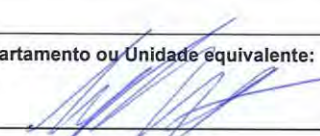
ANEXO 27

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---|----------------------|---------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Sistemas de Informações Geográficas I | | | | | | Código: GB814 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Cartografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 30* | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 04 | (* 26h teóricas; 4h práticas (componente curricular)) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Conceitos básicos (Introdução; Histórico; fundamentos teóricos dos sistemas de informações geográficas), A natureza dos dados espaciais (Modelos de dados geoespaciais – OMT-G e Linguagem/Diagrama UML), Modelos de dados: geo-campo/geo-objeto), Entrada, armazenamento e saída de dados em SIG, Recursos básicos de SIG (Manipulação de dados em SIG; Visualização; Análise espacial; Operadores espaciais de proximidade; Operações com dados matriciais), SIG aplicado ao ensino.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, M. Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos-SP, INPE. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>>, 2001.

LONGLEY, P., GOODCHILD, M. F., MAGUIRE, D.J., RHIND, D. W. Sistemas e ciência da informação geográfica. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MATOS, J. Fundamentos de informação geográfica. Lisboa: Lidel, 2008.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. **Cartografia Geral e Temática**. Disponível em: <<http://www.prrpg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-etematica-b.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ARONOFF, Stan. **Geographic Information Systems: a Management Perspective**, Ottawa, WDL Publications, 1995.

ASSAD, E.D., SANO, E.E. **Sistemas de Informações Geográficas - Aplicações na Agricultura**. 2. ed. Brasília, EMBRAPA, 1998.

BURROUGH, P.A.; McDONNELL, R. **Principles of Geographical Information Systems**. Oxford, University Press, 1998.

DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO - DSG. **Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV)**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2. ed. 2016.

DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO. **Especificação técnica para a aquisição de dados geoespaciais vetoriais (ET-ADGV)**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2. ed. 2016.

MAGUIRE, D.; GOODCHILD, M.; RHIND, D. (eds). **Geographical Information Systems: Principles and Applications**. New York: John Wiley and Sons, 1991.

TOMLINSON, R. **Thinking About GIS, Geographic Information System for Managers**. New York: ESRI Press, 2003.

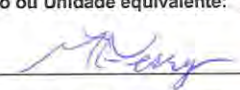
ANEXO 28

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Educação.
Departamento de Planejamento e Administração Escolar

Ficha 1 (permanente) – 2018 – (Alteração Final em Reunião 30/11/2017)

| | | | | | | | |
|---|--|--|------------------|--|----------------------|---------------------------------|---|
| Disciplina: Política e Planejamento da Educação Brasileira | | | | | | Código: Código: EP124 | |
| | | | | | | *Disciplina equivalente a EP073 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão* (PD): 60 *30h teóricas *30h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Política, Estado e Democracia: relações com a educação. Síntese histórica da organização do sistema educacional brasileiro. Legislação e reformas educacionais. Políticas educacionais, Desigualdade e Diversidade. Planejamento, financiamento, avaliação e gestão dos sistemas educacionais. Políticas para o trabalho docente. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: <u> Marcos Alexandre dos Santos Ferraz</u> | | | | | | | |
| Assinatura:  | | Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz Chefe do DEPLAE Matrícula: 140228 | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE.]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA EP124 - 2018

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>.

SAVIANI, D. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação*: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas/SP. Autores Associados, 2014.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Org.). *Políticas educacionais: conceitos e debates*. Curitiba: Appris, 2011. v. 1. 216p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. *Em Aberto*, v. 28, p. 45-65, 2015. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2457/2414>>

JACOMINI, M.; ALVES, T.; CAMARGO, R. B. Remuneração docente: Desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da meta 17 do Plano Nacional de Educação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, p. 73, jul. 2016. ISSN 1068-2341. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/2386/1798>>

OLIVEIRA, D. A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul.-set, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00625.pdf>

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB*. São Paulo: Xamã, 2007. v. 1. 143 p

PINTO, J. M. R. *Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios*. *Cadernos de Pesquisa*. v.44 n.153 p.624-644 jul./set. 2014 625. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a08v44n153.pdf>

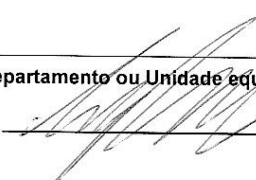
ANEXO 29

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|---|---------------------|---------------------------------------|--|-------------------|--------------------------|---|
| Disciplina: Geografia Política e Geopolítica | | | | | | Código: GB818 | |
| Natureza: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: <input checked="" type="checkbox"/> Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60* | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 04 | (*): 56h teóricas; 4h práticas (componente curricular) | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Bases conceituais e teóricas da geografia política e da geopolítica. Teorias geopolíticas clássicas. As geopolíticas contemporâneas, atores e estratégias. Organização do Estado e do território no Brasil. Práticas estatais e sociais na produção dos territórios, em múltiplas escalas. Divisão territorial (fronteira). O ensino da geopolítica. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

COSTA, Wanderley. **Geografia política e Geopolítica**. Edusp; São Paulo, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Edit. Ática, 1993.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

GIROTTI, E. D. SANTOS, D. A. A geopolítica e o ensino de geografia: estratégias didáticas para a retomada do diálogo. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n.3, set./dez. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do discurso único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000a.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996c.

SAQUET, Marcos; SPOSITO, E. **Território e territorialidades – teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

ANEXO 30

11/06/2018

SEI/UFPR - 0919541 - PROGRAD FORMULÁRIO FICHA 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
Departamento de Teoria e Prática de Ensino

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|--------------------|----------------------|---|---|-----------------|-----------------------------|--|
| Disciplina: Didática | | | | | | Código: EM 204 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: | | Correquisito: | | Modalidade: () Presencial () Totalmente EAD () *CH em EAD: | | | |
| CH Total: 60 CH Semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): |
| EMENTA | | | | | | | |
| O conhecimento didático e suas relações com as demais áreas do conhecimento. A produção do conhecimento didático. Educação, escolarização e formalização da ação didática. Os sujeitos da educação. A formação docente e suas especificidades no mundo contemporâneo. A ação didática. | | | | | | | |

**OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.*

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

https://sei.ufpr.br/sei/web/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=9454128&infra_siste... 1/2

11/06/2018

SEI/UFPR - 0919541 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de “práticas de docência” e “práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar”, envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. A invenção da sala de aula. Uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.
LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papyrus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

GRUPO TRANSVERSAL (FE-UNICAMP). Educação menor: conceitos e experimentações. 2. ed. Curitiba: Appris, 2015.
LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.
MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera. Currículo – Políticas e Práticas. Campinas: Papyrus, 2013.
OLIVEIRA, Maria Rita Neto e ANDRADE, Marli Elisa (Orgs.). Alternativas do ensino de Didática. Campinas: Papyrus, 1997.
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ANEXO 31

21/09/2018

SEI/UFPR - 0989000 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
Departamento de Teoria e Prática de Ensino

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---|-------------------|---------------------------------------|---|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|
| Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia | | | | | | Código: EM152 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: | | Correquisito: | | Modalidade: () Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD*: | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 30 h teóricas 30 h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): |
| CH Semanal: 04 | | | | | | | |
| EMENTA | | | | | | | |
| <p>Contextualização histórica do ensino de Geografia.</p> <p>Análise da situação do ensino de Geografia no Brasil.</p> <p>Alternativas teóricas e metodológicas para o ensino de Geografia</p> <p>Avaliação no ensino de Geografia.</p> | | | | | | | |

OBS: *(1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância. **(2): em acordo com a Resolução CNE

02/2015



Documento assinado eletronicamente por RAFAEL GINANE BEZERRA, CHEF DEPTO TEORIA E PRATICA ENSINO, em 15/06/2018, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador 0989000 e o código CRC 14E732EF.

21/09/2018

SEI/UFPR - 0989000 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1



Art. 9º da Resolução 30/90 – C/PE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de “práticas de docência” e “práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar”, envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ALMEIDA, R. D. e PASSINI, E. Y. **Espaço geográfico: ensino e representação**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CARNEIRO, S. M. M. Importância educacional da Geografia. **Educar**, Curitiba, nº 09, p. 121-125, 1993. (disponibilizado em arquivo digital).

CARVALHO, A. L. P. A finalidade da Geografia na escola. In: ----- **Geomorfologia e Geografia Escolar: o Ciclo Geográfico Davisiano nos manuais de metodologia do ensino (1925-1993)**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia)–CFH/UFSC. (disponibilizado em arquivo digital).

CARVALHO, A. L. P. A relação entre conteúdo acadêmico e conteúdo escolar no ensino da Geografia. **Revista Paranaense de Geografia**, nº 5, 2000, p. 73-79. (disponibilizado em arquivo digital).

CARVALHO, A. L. P. Conceito de Metodologia do Ensino de Conteúdos Específicos ou Didática Especial e a sua relação com a Didática Geral. In: ----- **Geomorfologia e Geografia Escolar: o Ciclo Geográfico Davisiano nos manuais de metodologia do ensino (1925-1993)**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia)–CFH/UFSC. (disponibilizado em arquivo digital).

CARVALHO, A. L. P. **O raciocínio escalar: lembrando possibilidades teórico-metodológicas no ensino da geografia**. 2006. (disponibilizado em arquivo digital).

CARVALHO, A. L. P.; FILIZOLA, R. **A avaliação em Geografia nas séries iniciais**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005. <http://www.cinpop.ufpr.br/pdf/colecao_1/geografia_4.pdf>

DECLARAÇÕES internacionais de Educação Geográfica (1992, 2000, 2007, 2015, 2016) <<http://www.igu-cge.org/charters.htm>>

PEREIRA, D. Geografia Escolar: identidade e interdisciplinaridade. In: **Anais ... 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**, vol. 1. 1994. p. 76-83. (disponibilizado em arquivo digital).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CARNEIRO, S. M. M. A dimensão ambiental da Educação Geográfica. **Educar**, Curitiba, n. 19, p. 39-51. 2002.

CASTELLAR, S. M. V. Alfabetização em Geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, nº 37, p. 29-46.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, L. S. **Temas da geografia na escola básica**. Campinas: Papirus, 2013.

21/09/2018

SEI/UFPR - 0989000 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

KATUTTA, A. M. O ensino e aprendizagem das noções, habilidades e conceitos de orientação e localização geográficas: algumas reflexões. *Geografia*, Londrina, v. 09, nº 1, p. 05-24, jan./jun. 2000.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. *Didáctica de Geografia*. Porto: Asa Editores, 1999.

PASSINI, E. Y. *Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma análise crítica*. Belo Horizonte: Lê, 1994.

PEREIRA, D. Paisagens, lugares e espaços: a Geografia no ensino básico. *Boletim Paulista de Geografia* nº 79, p. 09-21, 2003.

PEREIRA, R.M.F.A *Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna*. 4ª ed. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2010.

PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (orgs.) *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002

RUA, J. et al. *Para ensinar Geografia*. Rio de Janeiro, Access, 1993.

ANEXO 32



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação - DTFE

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|-----------------------------------|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Psicologia da Educação | | | | | | Código: ET084 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: | | Co-requisito: | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total: 60 CH Semanal: 04 | Padrão (PD): 45 | Laboratório (LB): 15 ¹ | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA | | | | | | | |
| Contribuições da Psicologia da Educação para a formação docente. Concepções teóricas contemporâneas sobre desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações pedagógicas. Noções introdutórias à educação especial e inclusão. | | | | | | | |
| ¹ Carga horária de 15h de Laboratório (LB) corresponde à Prática como Componente Curricular (PCC). | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por JOSAFÁ MOREIRA DA CUNHA, CHEF DEPTO - TEORIA FUNDAMEN EDUCACAO, em 17/05/2018, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador 0963944 e o código CRC 81ACC8C8.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

SALVADOR, César Coll et al. Psicologia da educação. Penso Editora, 2016.

GUZZO, Raquel Souza Lobo et al. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 26, n. 25ANOS, p. 131-142, 2010.

MINDAL, Clara Brenner. Introdução ao estudo da psicologia da educação. In: RAMOS, E. C.; FRANKLIN, K. Fundamentos da Educação: os diversos olhares do educar. Curitiba : Jurua, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CARRARA, Kester et al. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

COLL, C.; MARTÍ, E. Aprendizagem e desenvolvimento: a concepção genético cognitiva da aprendizagem. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.E.; MARCHESI, A. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar – Vol. 2. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação-Vol. 3: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Penso Editora, 2016.

CUBERO, R.; LUQUE, A. Desenvolvimento, educação e educação escolar: a teoria sociocultural do desenvolvimento e da aprendizagem. In: COLL, C.; PALACIOS, J.E.; MARCHESI, A. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar – Vol. 2. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SANTROCK, John W. Psicologia educacional. McGraw-Hill Editora, 2009.

ANEXO 33

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--|--|---------------------------------------|--|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|
| Disciplina: Laboratório de Transposição Didática em Geografia | | | | Código: GB820 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 15* | Laboratório (LB): 60* | Campo (CP): | Estágio (ES): | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): |
| CH semanal: 05 | (* 15 práticas (componente curricular) | (* 30h laboratório; 30h práticas (componente curricular) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Produção de conteúdo didático pedagógico (textos, vídeos, oficinas, etc.) em Geografia com base no conhecimento científico e saberes populares, destinado à educação formal e não formal. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será a distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. Transposição Didática - Por Onde Começar? Cortez editora. 2ª edição, São Paulo. 2007. 72 p.

ANDRADE, M. C. de. Trajetórias e compromissos da geografia brasileira. In: Carlos, Ana Fani Alessandri et. al. (org.). A geografia na sala de aula. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-13.

CASTROGIOVALNNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. (org.). Ensino de geografia: práticas e textualização no cotidiano. 10.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CHEVALLARD, Y. La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: Ed. La Pensée Sauvage, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTROGIOVANI, Antônio Carlos (org). Geografia em Sala de Aula. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FREIRE, P. pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. 36.ed. São Paulo: paz e terra, 1996.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STEFANELLO, A. C. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANEXO 34

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Educação.
Departamento de Planejamento e Administração Escolar

Ficha 1 (permanente) – 2018 (Alteração Final em Reunião 30/11/2017)

| | | | | | | |
|--|---|---|------------------|--|----------------------|--|
| Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola | | | | | | Código: EP126 |
| | | | | | | *Disciplina equivalente a EP074 e EP125 |
| Natureza: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa | | <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: <input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> Totalmente EaD <input type="checkbox"/> % EaD* | | |
| CH Total: 120 CH semanal: 08 | Padrão * (PD): 60 *30h teóricas *30h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 60 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica Pedagógica (PE): 0 Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA | | | | | | |
| A organização do trabalho pedagógico na educação básica, nas suas etapas e modalidades. As formas de gestão escolar e os desafios implicados na gestão democrática. Elementos da cultura escolar que intervêm na organização da escola: projeto político-pedagógico, currículo, planejamento, avaliação, tempos e espaços, diferença e diversidade. Os sujeitos da comunidade escolar e suas relações. Dimensões coletivas do trabalho escolar.. | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: <u> Marcos Alexandre dos Santos Ferraz</u> | | | | | | |
| Assinatura:  Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz Chefe do DEPLAE Matrícula: 140228 | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será em EAD.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).**Laboratório (LB):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.**Campo (CP):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.**Estágio (ES):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.**Orientada (OR):** conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.**Práticas Específicas (PE):** conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.**Estágio de Formação Pedagógica (EFP):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. Transposição Didática - Por Onde Começar? Cortez editora. 2ª edição, São Paulo. 2007. 72 p.

ANDRADE, M. C. de. Trajetórias e compromissos da geografia brasileira. In: Carlos, Ana Fani Alessandri et. al. (org.). A geografia na sala de aula. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-13.

CASTROGIOVALNNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. (org.). Ensino de geografia: práticas e textualização no cotidiano. 10.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CHEVALLARD, Y. La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: Ed. La Pensée Sauvage, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTROGIOVANI, Antônio Carlos (org). Geografia em Sala de Aula. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FREIRE, P. pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. 36.ed. São Paulo: paz e terra, 1996.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STEFANELLO, A. C. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia. São Paulo: Saraiva, 2009.

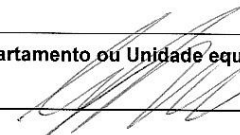
ANEXO 35

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|---|------------------------|---------------------------------------|--|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Espaço Mundial e Problemáticas Geográficas Globais | | | | | | Código: GB821 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60* (* 48h teóricas; 12h práticas (componente curricular) | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| O espaço mundial e sua conceituação. A relação sociedade-natureza e a produção do espaço mundial. Regionalizações mundiais (clima, vegetação, econômica e política). Processos de globalização e mundialização. As dinâmicas socioeconômica e sociocultural e a diversidade regional do mundo. Diversas problemáticas globais. Espaço mundial no ensino. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será a distância. Matrícula UFPR n.º 122351

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LOVELOCK, James. **Gaia**. Cura para um planeta doente. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paul: Contexto, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**. Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.

KHAPOYA, Vincent B. **A experiência africana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MITTER, Rana. **China Moderna**. Porto Alegre: L & PM, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2004.

ANEXO 36

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--------------------|-------------------|---|--|-----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Projeto de Pesquisa e Metodologia em Geografia | | | | | | Código: GB819 | |
| Natureza: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa | | | <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: <input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> Totalmente EaD <input type="checkbox"/> % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 15 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| A construção do conhecimento científico. Métodos de Pesquisa; Características da Pesquisa Científica; A Estrutura do Projeto de Pesquisa; As Modalidades de Trabalhos Científicos; Método e Pesquisa na Geografia; A Pesquisa e o Trabalho de Campo na Geografia. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia | | | |
| *OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância. Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª Ed., 2008.

SOUZA, G. S. D.; SANTOS, A. R. D.; DIAS, V. B. **Metodologia da pesquisa científica: a construção do conhecimento e do pensamento científico no processo de aprendizado**. Porto Alegre: Animal, 2013.

VENTURI, L.A.B. **Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório**. Oficina de Textos: São Paulo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. Número 84, São Paulo, Jul. 2006.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos de cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [Ebook]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998. YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 37



Ministério da Educação
 Universidade Federal do Paraná
 Setor de Ciências Humanas
 Coordenação do Curso de Licenciatura Letras Libras

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Comunicação em Língua Brasileira de Sinais - Libras/Fundamentos da educação bilíngue para surdos | | | | | | Código: LIB038 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilinguismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos linguísticos da língua de sinais brasileira: teoria e prática. | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: <u>André Nogueira Xavier</u></p> <p style="text-align: center;"><i>André Nogueira Xavier</i></p> <p>Assinatura: _____</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA PÁGINA SEGUINTE]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, Audrei. **Libras - Que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

FELIPE, Tanya; MONTERIO, Myrna Salermo. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. Curitiba: IBPEX, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto Federal 5626/2005**. Regulamenta a Lei de Libras e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil.../decreto/d5626.htm

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001. 2v.

FERNANDES, Sueli. **Comunicação em Língua Brasileira de Sinais - Libras**. 2.ed. Curitiba: UFPR, Setor de Educação, Coordenação de Políticas de Educação a Distância. Magistério da Ed. Infantil e Anos Iniciais do EF, 2012.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. Curitiba/ PB, Mãos Sinais, Vol. 1 e 2, 2009.

ANEXO 38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação - DTFE

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|---------------------------------|---------------------------------------|---------------|--|----------------------|----------------------------|--|
| Disciplina: Educação Ambiental | | Código: ET173 | | | | | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: | | Co-requisito: | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total: 30 CH Semanal: 02 | Padrão (PD): 30 ¹ | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA | | | | | | | |
| <p>Marcos epistemológicos, conceituais, políticos, legais e pedagógicos da Educação Ambiental. A questão ambiental e a educação. Fundamentos para o educador pensar a temática ambiental a partir da abordagem socioambiental. Ambiente e Saúde. Projetos, práticas e metodologias em Educação Ambiental.</p> | | | | | | | |
| <p>¹ 30 h de Carga horária Padrão (PD) distribuídas em 20 horas teóricas e 10 horas de Prática como Componente Curricular (PCC).</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por JOSAFÁ MOREIRA DA CUNHA, CHEF DEPTO TEORIA FUNDAMEN EDUCACAO, em 17/05/2018, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [online](#) informando o código verificador 0963948 e o código CRC E06CB3A5.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120 p.

LEFF, E. Saber ambiental: Sustentabilidade. Racionalidade. Complexidade. Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOUREIRO, C. F. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo, Cortez, 2004.

PEDRINI, A. G e SAITO, C. H. (orgs.) Paradigmas metodológicos em Educação Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CASCINO, Fabio. Educação ambiental: Princípios, história e formação de professores. São Paulo, Senac. 1999.

CASTRO, Ronaldo Souza de; LAYRARGUES, Philippe Pomier; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo, 2009.

DIEGUES, Antonio C. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORIN, Edgar et al. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Cortez Editora, 2014.

PHILIPPI Jr. Arindo, SILVA NETO, Antônio J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.

REIGOTA, Marcos; PRADO, Bárbara Heliodora Soares do. Educação ambiental: utopia e práxis. In: Cultura, memória e currículo. Cortez, 2008.

RUSCHEINSKY, Aloisio. Educação ambiental: abordagens múltiplas. São Paulo: Artmed, 2002. 183 p.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TIRIBA, Léa. Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em Direitos Humanos. Cortez Editora, 2015.

ANEXO 39



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------|---|--|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|
| Disciplina: Diversidade Étnico-Racial, Gênero e Sexualidade | | | | | | Código: ET170 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: | | Co-requisito: | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total:30 | Padrão (PD): | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): |
| CH Semanal:02 | 30 ¹ | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| EMENTA | | | | | | | |
| <p>Diversidade e educação: dimensões teóricas e políticas. Cultura, identidade e transformações sociais na perspectiva educacional. Introdução às teorias feministas, queer, antirracistas e da colonialidade no campo sociológico. Construção sócio-histórica da ideia de raça, de identidade étnico-racial e das desigualdades de gênero e sexualidade. Heteronormatividade e direitos sexuais. Perspectivas de Interseccionalidades: especificidades em raça, gênero, classe, sexualidade e outras formas de vulnerabilidades sociais.</p> | | | | | | | |
| <p>¹ As 30 horas de carga horária Padrão (PD) são distribuídas em 20h Teóricas e 10h de Prática como Componente Curricular (PCC).</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por **JOSAFÁ MOREIRA DA CUNHA, CHEF DEPTO TEORIA FUNDAMEN EDUCACAO**, em 17/05/2018, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **0963945** e o código CRC **3B41B120**.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Ed. 8. São Paulo- SP: Ática, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, Miguel Vale de. O manifesto do corpo. In: Revista Manifesto. V.5, Lisboa, 2004, p.17-35.

ALONSO, Graciela B.; ZURBRIGGEN, Ruth. Transformando corporalidades: desbordes a la normalidad pedagógica. Educar em Revista. Curitiba, n. 1, p. 53-69, 2014.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. A reivindicação da não violência. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; LUZ, Nanci Stancki da (org.). Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para a educação. Volumes 1 a 4. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

CELENTANI, Francesca Gargallo. Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderlys (coord). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

GOELLNER, Silvana V.. O esporte e a cultura fitness como espaço de generificação dos corpos. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2007, Recife. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007. v. 1, p. 1-9.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan/jun.). 1988b, p. 69-82.

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bilita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MARTIN, Emily. O óvulo e o esperma: como a ciência construiu um romance baseado em papéis estereotípicos macho-fêmea. Tradução de Fernando Manso. [Publicação original: MARTIN, Emily. "The Egg and the Sperm: How Science has Constructed a Romance based on Stereotypical Male-Female Roles". In: KELLER, Evelyn F., e LONGINO, Helen E. (eds.). Feminism and Science. New York: Oxford University Press, 1996, p. 103-20.]

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44.

SILVA, F. F. da.; MELLO, E. M. B. (Orgs.). Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org). A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. Tomar-se negro. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRUTH, Sojourner; WELLS, Ida; COLLINS, Patricia Hill; DAVIS, Angela; STACK, Carol; CARBY, Hazel; PARMAR, Pratibha; IFEKWUNIGWE, Jayne; ANG-LYGATE, Magdalene. Feminismos negros. Una antología Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

WALSH, Catherine (ed.) Pedagogias decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II. Serie Pensamiento Decolonial. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017.

ANEXO 40

21/09/2018

SEI/UFPR - 0986613 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
Departamento de Teoria e Prática de Ensino

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--------------|---------------------|-------------------------------------|--|-----------------|--------------------------|--|
| Disciplina: Prática de Docência em Geografia - Ensino Fundamental II | | | | | | Código: EM286 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Oportiva | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Não há | | Co-requisito: EM285 | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total: 90 CH Semanal: 06 | Padrão (PD): | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 90 |
| EMENTA | | | | | | | |
| A prática de docência e a produção de saberes na escola. Diagnóstico do entorno social e da escola-campo. Elaboração de projeto para a ação docente em turmas de Ensino Fundamental II. Elaboração e execução de plano de aulas para enfrentamento didático-metodológico das situações observadas em campo. | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por JULIANA GISI MARTINS DE ALMEIDA, CHEF DEPTO TEORIA E PRÁTICA ENSINO, em 21/09/2018, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador 0986613 e o código CRC 895B0E13.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

21/09/2018

SEI/UFPR - 0986613 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

KIMURA, S. *Geografia no ensino básico: questões e propostas*. São Paulo: Contexto, 2014.

LÓPEZ, N. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: RIBEIRO, L.C.Q., KAZTMAN R. (orgs.). *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital : FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008. p.327-345

MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.) *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MONTEIRO, A.M. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In: CANDAU, V.M. (org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 127-147

NOGUEIRA, V., CARNEIRO, S.M.M. *Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

PASSINI, E. et al (orgs.). *Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, L. *Percepção do meio ambiente e geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

TUAN, Y-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLAR, S. (org.). *Educação geográfica: teoria e prática docentes*. São Paulo: Contexto, 2005

CAVALCANTI, L.S. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

GIORDANI, A.C. et al (orgs.). *Aprender a ensinar geografia: a vivência como metodologia*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

LESTEGÁS, F.R. Propostas para uma didática do espaço: um enfoque crítico e construtivista. In: BARBERÁ, E. et al.(orgs.). *O construtivismo na prática*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 103-115

PONTUSCHKA, N.N. et al (orgs.). *Para ensinar e aprender geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M.C.B. (org.). *Práticas pedagógicas e elementos articuladores*. Curitiba: Universidade Thuiti do Paraná, 2016.

ANEXO 41



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|----------------|---------------------|---------------------------------------|--|---|----------------------------|---|
| Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia I | | | | | | Código: GB822 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Projeto de Pesquisa e Metodologia em Geografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 90 | Padrão (PD): 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 90* (* 60h práticas (componente curricular)) | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Definição de temática e áreas de pesquisa. Normas para elaboração e execução dos projetos. Desenvolvimento supervisionado das pesquisas. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BEAUD, Michel. **A Arte da Tese** – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

BAUER, MARTIN W; GASKELL, GEORGE. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual pratico**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KUHN, T. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

HEEMANN, Ademar; VIEIRA, Loeciléa Aparecida. **A roupagem do texto científico**. Ed. Do Autor, Curitiba:IBPEX, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª Ed. Atlas, 1991.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (org.) **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.) **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica – a construção do conhecimento**. DP&A Editora, Curitiba, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

ANEXO 42

21/09/2018

SEI/UFPR - 0986926 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
Departamento de Teoria e Prática de Ensino

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|--------------|---------------------|-------------------------------------|--|-----------------|--------------------------|---|
| Disciplina: Prática de Docência em Geografia - Ensino Médio | | | | | | Código: EM288 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Não há | | Co-requisito: EM287 | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total: 90 CH Semanal: 06 | Padrão (PD): | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 90 |
| EMENTA | | | | | | | |
| A prática de docência e a produção de saberes na escola. Diagnóstico do entorno social e da escola-campo. Elaboração de projeto para a ação docente em turmas de Ensino Médio. Elaboração e execução de plano de aulas para enfrentamento didático-metodológico das situações observadas em campo. | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por JULIANA GISI MARTINS DE ALMEIDA, CHEF DEPTO TEORIA E PRÁTICA ENSINO, em 21/09/2018, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida seu informando o código verificador 0986926 e o código CRC D5895266.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

https://sei.ufpr.br/sei/web/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1020274&infra_siste... 1/3

21/09/2018

SEI/UFPR - 0986926 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

LÓPEZ, N. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades grandes. In: RIBEIRO, L.C.Q., KAZTMAN, R. (orgs.). *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008. p. 327-345

MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.) *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MONTEIRO, A.M. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In: CANDAU, V.M. (org.) *Didática, currículo e saberes escolares*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 127-147

NOGUEIRA, V., CARNEIRO, S.M.M. *Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

OLIVEIRA, L. *Percepção do meio ambiente e geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

PASSINI, E. Y. et al. (orgs.). *Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007.

REGO, N. et al. (orgs.) *Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TUAN, Y-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLAR, S. (org.) *Educação geográfica: teorias e práticas docentes*. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, L.S. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

GIORDANI, A.C. et al. (orgs.) *Aprender a ensinar geografia: a vivência como metodologia*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

KIMURA, S. *Geografia no ensino básico: questões e propostas*. São Paulo: Contexto, 2014.

LESTEGÁS, F.R. Propostas para uma didática do espaço: um enfoque crítico e construtivista. In: BARBERÁ, E. et al. (orgs.). *O construtivismo na prática*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 103-115

PONTUSCHKA, N.N. et al. (orgs.). *Para ensinar e aprender geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M.C.B. (org.) *Práticas pedagógicas e elementos articuladores*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

ANEXO 43

05/10/2018

SEI/UFPR - 0991782 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
Departamento de Teoria e Prática de Ensino

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--------------|---------------------|-------------------------------------|--|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|
| Disciplina: Estágio de Docência em Geografia II: Ensino Médio | | | | | | Código: EM287 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Opcional | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Não há | | Co-requisito: EM288 | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: | | | |
| CH Total: 30 CH Semanal: 02 | Padrão (PD): | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): 30 | Orientada (OR): | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): |
| EMENTA | | | | | | | |
| Observação de aulas em escolas de Ensino Médio da comunidade. Construção de diário de campo. Análise do uso das relações espaciais por parte de alunas e alunos, para seleção de aspectos relevantes no tocante à formação da consciência espacial e à leitura socioespacial em uma perspectiva multiescalar. | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por JULIANA GISI MARTINS DE ALMEIDA, CHEF DEPTO TEORIA E PRÁTICA ENSINO, em 03/10/2018, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2005.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **0991782** e o código CRC **5DAABB56**.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

05/10/2018

SEI/UFPR - 0991782 - PROGRAD: FORMULÁRIO FICHA 1

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.) *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MAITOS, C.L.G., FONTOURA, H.A. *Etnografia e educação: relatos de pesquisa*. Rio de Janeiro: 2009.

NOGUEIRA, V., CARNEIRO, S.M.M. *Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

OLIVEIRA, L. *Percepção do meio ambiente e geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

TUAN, Y-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, R. D. *Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola*. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, L.S. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15 p. 139-154, março/2002.

GIORDANI, A.C. et al (orgs.). *Aprender a ensinar geografia: a vivência como metodologia*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

LESTEGÁS, F.R. *Propostas para uma didática do espaço: um enfoque crítico e construtivista*. In: BARBERÁ, E. et al (orgs.). *O construtivismo na prática*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 103-115

ANEXO 44

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Coordenação do Curso de Geografia Departamento de Geomática

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------------------------|---------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Educação em direitos humanos | | | | Código: GA-163 | | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 30 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>História de construção de direitos humanos. Leitura geracional dos direitos humanos, indissociabilidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Normas, estatutos, sistemas e políticas de proteção e educação em direitos humanos. Princípios e democracia no constitucionalismo contemporâneo. Direitos humanos territoriais, socioculturais e meio ambiente. Movimentos sociais e a emergência de sujeitos coletivos de direito. Direitos humanos identitários: gênero; liberdade religiosa; etnia; imigrantes e refugiados. Direitos humanos, violência e sanção. Direitos humanos contemporâneos: reconhecimentos, linguagens e afirmações.</p> | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: _____ | | | | | | | |
| Assinatura: _____ | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
 COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2008.
 FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais. São Paulo: Lumen juris, 2009.
 GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
 SARLET, Ingo. Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALFONSIN, Jacques Távora. O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.
 ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
 AVELÁS NUNES, Antônio José. Neoliberalismo e direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
 BORGES, Leonardo Estrela. O Direito Internacional Humanitário: a proteção do indivíduo em tempo de guerra. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
 CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.
 CASTEL, Robert. A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.
 DANTAS, F. A. C.; AVRITZER, L. (Org.); GOMES, L. C. B. (Org.); MARONA, M. C. (Org.). O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
 LAFER, Celso. Reconstrução dos direitos humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.
 SOUZA FILHO, C.F.M de. O renascer dos povos indígenas para o direito. 1. ed. Curitiba: Juruá, 1998.
 MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). A construção dos novos direitos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.
 MIAILLE, MICHEL. Introdução crítica ao direito. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
 PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
 SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
 SARMENTO, Daniel. IKAWA, Daniela e PIOVESAN, Flávia. Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
 TODOROV, Tzvetan. A vida em comum: ensaio de antropologia geral. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ANEXO 45



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|----------------|---------------------|---------------------------------------|---|--|----------------------------|---|
| Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia II | | | | | | Código: GB835 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Projeto de Pesquisa e Metodologia em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia I | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 120 CH semanal: 08 | Padrão (PD): 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 120* (* 90 práticas (componente curricular) | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Definição de temática e áreas de pesquisa. Normas para elaboração e execução dos projetos. Desenvolvimento supervisionado das pesquisas relacionadas aos objetivos, habilidades e competências da Licenciatura. Realização de trabalho final. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura: _____ | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será a distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de “práticas de docência” e “práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar”, envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BEAUD, Michel. **A Arte da Tese** – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

BAUER, MARTIN W; GASKELL, GEORGE. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual pratico**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KUHN, T. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

HEEMANN, Ademar; VIEIRA, Loeciléa Aparecida. **A roupagem do texto científico**. Ed. Do Autor, Curitiba:IBPEX, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª Ed. Atlas, 1991.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (org.) **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.) **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

RUDIO, Franz Víctor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica – a construção do conhecimento**. DP&A Editora, Curitiba, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

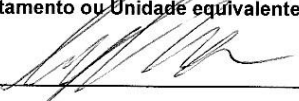
ANEXO 46

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|----------------|--|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Estágio de Pesquisa em Educação Geográfica II | | | | | Código: GB825 | | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Estágio de Pesquisa em Educação Geográfica I | | Correquisito: Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia II | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 5 | Padrão (PD): 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 75 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Observação e vivência de espaços escolares e ambientes educativos da comunidade. Construção de diário de campo. Análise e seleção de aspectos relevantes das situações observadas para subsidiar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | | | | | |
| Assinatura:  | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será a distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- CAVALCANTI, L.S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papyrus, 2008.
- DUSSEL, I., CARUSO, M. **A invenção da sala de aula**. Uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.
- FALKEMBACH, E.M.F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. Revista **Contexto/Educação**, Ijuí, Unijuí, v. 7, s.d.
- NOGUEIRA, V., CARNEIRO, S.M.M. **Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- STEFANELLO, A. C. **Didática e Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Geografia**. Curitiba: IBPEX, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, R.D. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLAR, S. (org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GIORDANI, A.C. et al (orgs.). **Aprender a ensinar geografia: a vivência como metodologia**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- KIMURA, S. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2014.
- LESTEGÁS, F.R. Proposta para uma didática do espaço: um enfoque crítico e construtivista. In: BARBERÁ, E. et al (orgs.). **O construtivismo na prática**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.103-115
- PEREIRA, R. M. F. A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009
- PONTUSCHKA, N.N. et al (orgs.). **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ANEXO 47



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE SOLOS E ENGENHARIA AGRÍCOLA

Ficha 1

| | | | | | | | |
|--|-----------------|-------------------------|-------------------|--|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: Solos na Educação Básica A | | | | | | Código: AL 064 | |
| Natureza: (X) Obrigatória: Geografia (licenciatura) (X) Optativa: Ciências Biológicas (licenciatura) | | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: () Presencial () Totalmente EaD (X) 25 % EaD | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 36 | Laboratório (LB): 16 | Campo (CP): 08 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA | | | | | | | |
| Inserção do tema solo na educação básica. Principais aspectos físicos, químicos e biológicos do solo. Estratégias para o ensino de solos na educação básica. | | | | | | | |
| Suplente da Chefia do Departamento: Renato Marques | | | | | | | |
| Assinatura: _____ | | | | | | | |

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEPSCH, I.F. **Dezenove lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 440 p.

LIMA, V.C.; LIMA, M.R.; MELO, V.F. (Eds.). **O solo no meio ambiente**: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007. 130 p.

LIMA, M.R. de. (Org.). **Conhecendo os solos**: abordagem para educadores no ensino de solos na modalidade à distância. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2014. 167 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual técnico de pedologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 430 p. (IBGE. Manuais Técnicos em Geociências, 04).

JERÔNIMO, D.D.; PEROZZI, A.B.; NUNES, J.O.R. **Trilhando os solos**: atividades lúdicas e jogos no ensino de solos. São Paulo: Cultura Acadêmica; UNESP, Pró Reitoria de Graduação, 2012. 56 p.

LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178 p.

MUGGLER, C. C., PINTO SOBRINHO, F. A.; MACHADO, V. A. Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 30, p. 733-740, 2006.

RESENDE, M., CURTI, N., REZENDE, S.B., CORREA, G.F. **Pedologia**: base para distinção de ambientes. 6. ed. Lavras: Editora da UFLA, 2014. 378 p.

ANEXO 48

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: América Latina: Geografias Diversas e Desiguais | | | | | | Código: GB850 | |
| Natureza: (X) Obrigatória () Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 04 | | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>América Latina: gênese territorial e discursiva. Desenvolvimento geográfico desigual na América Latina. Propostas teórico-metodológicas de análise das dinâmicas territoriais latino-americanas. A extração dos recursos naturais (mineração, água, etc.). Transformações rurais e urbanas. Pobreza e desigualdade na América Latina. América Latina no contexto geopolítico global. Políticas de integração regional e acordos comerciais. Giro territorial nos movimentos sociais latino-americanos.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho</p> <p style="text-align: right;">Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> <p>Assinatura: </p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o Imaginário** – Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
 LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. 130p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>> Acesso em: 23/04/2018. .
 SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALIMONDA, Héctor La naturaleza colonizada. Ecología Política y Minería en América Latina, Buenos Aires: CLACSO-CICCU, 2011.
 ALMEYRA, Guillermo; CONCHERO BÓRQUEZ, Luciano; MENDES PEREIRA, João Márcio, PORTO GONCALVES, Carlos Walter (Coord.). **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana (Xochimilco), CLACSO, Peña Lillo Continente, 2014.
 ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: o caso do projeto de integração? **Geotextos**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 13-26, jun. 2017.
 DAZA, Mar; VARGAS, Virginia; HOETMER, Raphael (eds.). **Crisis y movimientos sociales em Nuestra América: cuerpos, territorios e imaginarios em disputa**. Lima: PDTG y Coordinadora Interuniversitaria de Investigación sobre Movimientos Sociales y Cambios Político-Culturales, 2011.
 GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 11 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980
 HARVEY, David. **El cosmopolitismo y las geografías de la libertad**. MADRI: Akal, 2017.
 LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura [org.] **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.
 LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura [org.] **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.
 LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ROSS, Jurandy Luciano Sanches; LUCCHIARI, Aiton. **América Latina: Sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.
 MIGNOLO, Walter D. **La Idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa (2007).
 RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latinoamericana**. Florianópolis: Insular, 2011
 SADER, EMIR; JINKINGS, Ivana (coords.). **Latinoamericana – Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro: UERJ/ALPAC, São Paulo: Boitempo, 2006
 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del sur, Lima: Programa Democracia y Transformación Global/Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

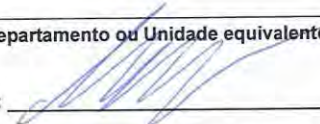
ANEXO 49

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|----------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Estudos de Percepção em Geografia | | | | | | Código: GB851 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 52 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 08 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Bases teóricas e conceituais da percepção. A percepção e as atitudes ambientais. Percepção das imagens espaciais. Mapas mentais. Percepção e a gestão espacial. Percepção e sua aplicação pedagógica. Pesquisa em Geografia da Percepção. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sílvio Paschoa Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE.]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Stúdio Nobel, São Carlos: UFSCar, 1996.

KOZEL, S.; GIL FILHO, S. F.; SILVA, J. C. (Orgs.) *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

OLIVEIRA, L.; *Percepção do meio ambiente e Geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

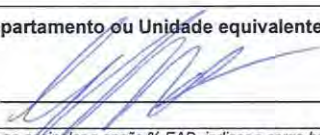
ANEXO 50

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geografia da África | | | | | | Código: GB852 | |
| Natureza: (x) Obrigatória () Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Caracterização do continente africano. Formações étnica e cultural na África. Organização e problemas políticos: estados tradicionais, Estado-nação e a globalização. Diversidade regional do continente africano. A problemática ecológica e agrária. A problemática migratória. O papel da África no sistema mundial e a relação da África com o Brasil. A cultura afro-brasileira. A questão quilombola.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |
| <p>Assinatura: </p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

HERNANDEZ, Leila Leite. **África na sala de aula**. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MEREDITH, Martin. **O destino da África**. Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Dos SANTOS, Renato Emerson (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNESCO. **História Geral da África**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2011. (principalmente Vols. 6-8)

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**. Do Barroco ao Moderno 1492-1800.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

MINTZ, Sidney W. & Richard PRICE. **O nascimento da cultura afro-americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

PANTOJA, Selma. **Uma antiga civilização africana**. História da África Central Ocidental. Brasília: UNB, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A revolução sul-africana**. Classe ou raça, evolução social ou libertação nacional? São Paulo: UNESP, 2012.

KHAPOYA, Vincent B. **A experiência africana**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Atica, 2012.


ANEXO 51

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geografia da Religião | | | | | | Código: GB853 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 45 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Bases epistemológicas e metodológicas da Geografia da Religião. O categorial espacial no estudo do campo religioso. Espacialidades do fenômeno religioso. Territorialidades do fenômeno religioso no Brasil. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matricula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. *Espaço Sagrado - Estudos em Geografia da Religião*. 2. ed. CURITIBA: INTERSABERES, 2012.

PEREIRA, Clevisson J. *Geografia da Religião e a Teoria do Espaço Sagrado*: a construção de uma categoria de análise e o desvelar de espacialidades do protestantismo batista. Curitiba: Editora CRV, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião*. São Paulo: Paulus, 1985

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELIADE, M.. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

STARK, R. & BAINBRIDGE, W. S. *Uma teoria da religião*. São Paulo: Paulinas, 2008

ROSENDAHL, Z. . *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

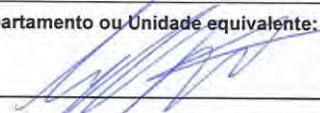
ANEXO 52

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|----------------------|------------------------|-------------------------------------|---|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geografia das Redes: Transportes e Mobilidade Urbana | | | | | | Código: GB854 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Opativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Os Sistemas de transporte e as configurações espaciais que engendram. Os fluxos globais, internacionais, regionais, metropolitanos e urbanos de pessoas, bens e serviços. A mobilidade urbana: aspectos históricos, as crises no trânsito e os congestionamentos. Urbanismo e mobilidade. Sustentabilidade, mobilidade urbana e o transporte não motorizado. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CORRÊA, Roberto Lobato. **Dimensões de análise das redes geográficas**. Trajetórias Geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Construção das Políticas de Transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente**. 2014

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade Urbana e Cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012. 216 p. ISBN978-85-7458-318-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

GUIMARÃES, Geraldo Spagno. **Comentários À Lei de Mobilidade Urbana – Lei Nº 12.587/12 – Essencialidade, Sustentabilidade**. Editora Forum, 2012.

MIRANDA, Antônio Carlos. **Brasil não motorizado**: coletânea de artigos sobre mobilidade urbana. Curitiba: LaBmon, 2013.p.127-126.

PINHEIRO, Armando Castelar; FRISCHTAK, Cláudio. **Mobilidade Urbana - Desafios e Perspectivas Para As Cidades Brasileiras**. Elsevier: São Paulo, 2015.

SILVA, Eduardo Fernandes. **Meio Ambiente e Mobilidade Urbana**. Editora Senac. São Paulo, 2014.

TERAN, José Angel. **Mobilidade Urbana Sustentável**. Scortecci Editora, 2014.

SCHOPPA, R. F. (2004) 150 Anos do Trem no Brasil, edição do autor, patrocínio Votorantim Participações S.A., São Paulo, 2004

VIANA, G. (2007) O Mito do Rodoviarismo Brasileiro, NTC Associação Nacional dos Transportadores de Carga, São Paulo,

ANEXO 53

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|----------------------|------------------------|-------------------------------------|---|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geografia dos Movimentos Sociais | | | | | | Código: GB855 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 45 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Ação e conflito social na produção do espaço. Teorias dos Movimentos Sociais. Classe e identidade na formação dos Movimentos Sociais. Movimentos sociais na teoria geográfica. Movimentos sociais no campo e na cidade. Escala e movimentos sociais. Cotidiano e movimentos sociais. Cartografias dos movimentos sociais. O Comum e a Justiça espacial. Trabalho de campo junto a movimentos sociais.</p> | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |
| Assinatura: | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o Imaginário** – Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. 130p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>> Acesso em: 23/04/2018. .

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALIMONDA, Héctor La naturaleza colonizada. Ecología Política y Minería en América Latina, Buenos Aires: CLACSO-CICCUS, 2011.

ALMEYRA, Guillermo; CONCHERO BÓRQUEZ, Luciano; MENDES PEREIRA, João Márcio, PORTO GONCALVES, Carlos Walter (Coord.). **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana (Xochimilco), CLACSO, Peña Lillo Continente, 2014.

ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: ocaso do projeto de integração? **Geotextos**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 13-26, jun. 2017.

DAZA, Mar; VARGAS, Virginia; HOETMER, Raphael (eds.). **Crisis y movimientos sociales em Nuestra América: cuerpos, territórios e imaginarios em disputa**. Lima: PDTG y Coordinadora Interuniversitaria de Investigación sobre Movimientos Sociales y Cambios Político-Culturales, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 11 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

HARVEY, David. **El cosmopolitismo y las geografías de la libertad**. MADRI: Akal, 2017.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura [org.] **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006..

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura [org.] **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCCHIARI, Aiton. **América Latina: Sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **La Idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa (2007).

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latinoamericana**. Florianópolis: Insular, 2011

SADER, EMIR; JINKINGS, Ivana (coords.). **Latinoamericana – Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro: UERJ/ALPAC, São Paulo: Boitempo, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del sur. Lima: Programa Democracia y Transformación Global/Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.


ANEXO 54

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------------|---------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geography and Cultural Studies of Brazil Regional | | | | Código: GB857 | | | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 45 | Padrão (PD):45 | Laboratório (LB): | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade) | | | | | | | |
| Introductory remarks. Physical environment of Brazil. The historical formation of the country. Economic formations: agriculture, industrialization, commerce and services. The socio-economic regionalization of Brazil – Northeast Brazil: the cultural heartland; South-east Brazil: the economic center; Northern Brazil: the ecological reserve, Central-western Brazil: agricultural expansion and frontiers; Southern Brazil: ethnic plurality. Diversity of Brazilian cultures: indigenous, African and immigrant groups in. Cultural contradictions: elite vs. popular cultures. International relations and policies. Field trip in Curitiba. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n° 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

Basic Bibliography

FAUSTO, Sergio. **A Concise History of Brazil**. 2nd. Ed. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2012.

LEVINE, Robert M., CROCITTI, John. **The Brazil Reader: History, Culture, Politics**. Durham: Duke University Press, 1999.

MORITZ SCHWARCZ, Lilia, STARLING, Heloisa Maria Muriel. **Brazil: a Biography**. New York: Farrer, Strauss & Giroux, 2017.

Complementary Bibliography

ALBUQUERQUE, Severino J.; BISHOP-SANCHEZ, Kathryn. **Performing Brazil: Essays on Culture, Identity, and the Performing Arts**. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 2015.

ALSTON, Lee J., MELO, Marcus André, MUELLER, Bernardo, PEREIRA, Carlos. **Brazil in Transition: Beliefs, Leadership, an Institutional Change**. Princeton, Oxford: Princeton Univ. Press, 2016.

LESSER, Jeffrey. **Immigration, Ethnicity, and National Identity in Brazil, 1808 to the Present (New Approaches to the Americas)** New York, Cambridge; Cambridge University Press, 2013.

PAGE, Joseph H. **The Brazilians**. Boston: Da Capo Press, 1996.

REID, Michael. **Brazil: The Troubled Rise of a Global Power** New Haven: Yale University Press, 2016.
ROHTER, Larry. **Brazil on the Rise. The story of a country transformed**. New York: St. Martin's Press, 2012.

SKIDMORE, Thomas S. **Five centuries of Change**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1999.

WOLFE, Joel. **Autos and Progress. The Brazilian Search for Modernity**. New York: Oxford University Press.

Some Classics

CUNHA, Euclides da. **Backlands. The Canudos Campaign**, New York: Penguin, 2010.

DEAN, Warren. **With Broadax and Firebrand. The destruction of the Atlantic Rain Forest**. Berkeley, Los Angeles: Univ of California Press, 1995.

FREYRE, Gilberto. **The Masters and the Slaves (Casa-Grande & Senzala): A Study in the Development of Brazilian Civilization**. Oakland: Univ. of California, 1987.

FURTADO, Celso. **The Economic Growth of Brazil: A Survey from Colonial to Modern Times**. Berkeley: University of Chicago Press, 1965.

JACKSON, David. **Anthology of the Brazilian Short Story**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.

LINS, Paulo. **The City of God**. New York: Grove Press, 2006.

VELOSO, Caetano. **Tropical Truth. A story of Music and Revolution in Brazil**. New York: da Capo Press, 2003.

ANEXO 55

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|---------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina Técnicas de Campo e Laboratório em Geografia Humana | | | | | | Código: GB857 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 04 | | | | | | | |
| EMENTA (Unidade) | | | | | | | |
| A interação pesquisador/a-pesquisada/os. Pesquisas quantitativas e qualitativas na Geografia Humana. Observação e observação participativa. Surveys, questionários e entrevistas. Métodos hermenêuticos e interpretativos em texto, imagem e som. Análise do discurso. Pesquisa participativa. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2018 (13. Ed.)

CRESWELL, John W., CLARK, V.L.P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013 (2. Ed.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos).

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

BARBETTA, Pedro Alberta. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2012.

ORLANDI, Eni R. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015 (3ª. ed.).

ROBERTT, Pedro, RECH, Carla M., FACHINETTO, Rochele Fellini (orgs.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje** Jundiaí: Paco, 2102 (Vol. 1), 2016, (Vol. 2)

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRANDAO, Carlos Rodrigues, STECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante – o saber da partilha**. Campina: Ideias & Letras, 2006.

PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. C. N. (orgs.) **Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. São Paulo, n. 84, 2006. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf

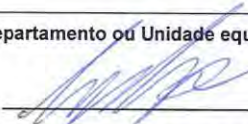
ANEXO 56

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------------|---------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Políticas Públicas Territoriais | | | | | | Código: GB858 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Estado e políticas públicas. Formulação de políticas públicas. Participação, conselhos e audiências como parte das políticas públicas. Políticas públicas em escala nacional, estadual e municipal: planos diretores e zoneamento, desenvolvimento territorial rural, políticas patrimoniais, políticas de desenvolvimento regional, políticas sociais, etc. Atuação do geógrafo na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade - Para uma Teoria Geral da Política**. 13. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online). São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

SERPA, Ângelo. Políticas Públicas e o papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADFORD, M. G; KENT W. A. **Geografia Humana - Teorias e Suas Aplicações**. Editora: Gradiva, 1.^a edição, 1988.

CASTRO. Iná Elias de. **Geografia e Política**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE DA SILVA, A. G. ARAÚJO, L. et all. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017.

HISSA, V., C. E. Geografia e planejamento: entre o puro e o aplicado. **Revista Geonomos**, v.06, n.2 (2017). Instituto de Geociências, UFMG, 1998.

FREIRE DA SILVA, A. G. ARAÚJO, L. et all. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

RUCKERT, Aldomar. A política Nacional de Ordenamento Territorial contemporânea em construção. **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía e ciências sociales**. Universidad de Barcelona, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm>.

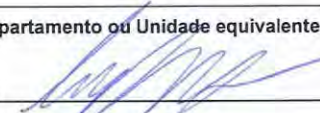
ANEXO 57

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------|---------------------------------------|--|--------------------|--|---|
| Disciplina: Espaço Urbano-Metropolitano na Perspectiva Aplicada | | | | | | Código: GB860 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Geografia Urbana | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): | Campo (CP): | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 30 | Prática Específica Pedagógica (PE): 30 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Metrópole e região metropolitana. Políticas e planejamento urbano-metropolitano. Campos de intervenção do geógrafo/a na realidade urbano-metropolitana: demandas e instrumentos relacionados ao Estatuto da Cidade (Plano Diretor, Estudo de Impacto de Vizinhança, Operações Urbanas Consorciadas, dentre outras) e ao Estatuto da Metrópole (PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado). Metodologias de análise sobre rede urbana, gestão do território e centralidade.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho</p> <p>Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

DEÁK, C. SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FIRKOWSKI, O. L. C de Freitas; MOURA, R. (Org.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de (editores); **Território metropolitano, políticas municipais. Por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: IPEA, 2013.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, 319 p.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SANTOS JR., Orlando Alves e MONTANDON, Daniel (Org.) **Planos diretores municipais pós Estatuto das Cidades: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BRENNER, Neil. **A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Européia**. Cadernos Metrópole. São Paulo, n. 24, p. 535-564, jul/dez 2010.

COELHO, L. X. P. (org.). **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**. Curitiba: Terra de Direitos, 2015.

COSTA, M. A. & TSUKUMO, I. T. L. (orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília, Ipea, 2013.

DI MÉO, Guy. **Introdução ao debate sobre a metropolização**. Confins [on-line], n. 4, São Paulo, 2008.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KLINK, Jeroen J. **Novas governanças para as áreas metropolitanas. O panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro**. Cadernos Metrópole. São Paulo, n. 22, p. 415-433, jul/dez 2009.

LEFÈVRE, Christian. **Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos**. Cadernos Metrópoles. São Paulo, n. 22, p. 299-317, jul/dez 2009.

MOURA, R.; DE FREITAS-FIRKOWSKI, O. L. C. **Curitiba: entre transformações e permanências**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. e RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.


ANEXO 58

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Ecologia Urbana | | | | | | Código: GB866 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Oportiva | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Cartografia Temática | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Especifica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Ordenamento físico da paisagem urbana com ênfase nos aspectos ecológicos. Conservação da natureza e ordenamento do verde urbano. Conflitos entre as potencialidades (limites e aptidões) do meio físico e as necessidades do ser humano. Adensamento urbano, verticalização das edificações e impactos ambientais negativos. Vegetação Urbana. Drenagem Urbana. Espaços Livres. Qualidade Ambiental Urbana. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

HOUGH, M. **Naturaleza y ciudad**. Planificación y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

LEONARD, Annie. **A História das coisas**. Da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 1999.

NUCCI, J.C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: UFRGS/FINEP, 2002.

NUCCI, J. C. (Org.) **Planejamento da Paisagem como subsídio para a participação popular no desenvolvimento urbano**. Estudo aplicado ao bairro de Santa Felicidade – Curitiba/PR. Curitiba: LABS/DGEOG/UFPR, 2010.

SPIRN, A.W. **O Jardim de Granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EDUSP, 1995.

SUKOPP, H.; WERNER, P. **Naturaleza en las ciudades**. Madrid: MOPT, 1991.

TROPPEMAIR, H. **Metodologias simples para pesquisar o meio ambiente**. Rio Claro: ed. do autor, 1988.

VALASKI, S.; NUCCI, J. C. **Estrutura e dinâmica da paisagem do município de Curitiba/PR**. Subsídios para participação popular no desenvolvimento urbano. 1. ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018.


ANEXO 59

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra.
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------------|---------------------------------------|---|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Estudo e Aplicações da Modelagem Digital do Relevo | | | | | | Código: GB867 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Geomorfologia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 4 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de Modelos Digitais de Elevação/Terreno; Estudo e obtenção de atributos topográficos (variáveis geomorfométricas); A análise digital do relevo e suas aplicações. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura: Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgar Bucher Ltda, 1999.

FLORENZANO, T.G. (Org.) **Geomorfologia: Conceitos e Tecnologias Atuais**. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2008.

GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (Org.) **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

HENGL, T.; REUTER, H.I. (eds) **Geomorphometry: Concepts, Software, Applications**. Amsterdam: Elsevier, 2009.

WILSON, J.P.; GALLANT, J.C. (eds.) **Terrain Analysis: Principles and Applications**. New York: John Wiley & Sons, 2000.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.) **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CASSETI, V. **Elementos de Geomorfologia**. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia Ambiente e Planejamento**. São Paulo : Contexto, 1990.

ANEXO 60

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Gestão de Bacias Hidrográficas | | | | | | Código: GB868 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Climatologia e Geomorfologia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Gestão das águas no contexto da política ambiental. A bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Recursos hídricos no Brasil e no Mundo. Usos da água. Instrumentos de gestão dos recursos hídricos no contexto de bacias hidrográficas. Gestão dos recursos hídricos no Brasil e no estado do Paraná. Crise da água e bacias críticas. | | | | | | | |
| CHefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o

[Digite texto]

contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

MUÑOZ, H.R. (org). **Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da Lei de Águas de 1997**. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000. 2ª ed.

REBOUÇAS, A.C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras, 2006. 748p. 3ª ed.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017**. Brasília: ANA, 2017. 169 p. (acesso livre)

BARLOW, M. **Água, pacto azul: A crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo**. São Paulo: M. Books, 2009. 200p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ANDRIOLI, C.V.; CARNEIRO, C. (Ed.) **Gestão integrada de mananciais de abastecimento eutrofizados**. Curitiba: Sanepar, 2005. 500p.

BARTH, F.T. et al. **Modelos para gerenciamento de recursos hídricos**. São Paulo: Nobel : ABRH, 1987. 526p.

BORGHETTI, N.R.B.; BORGHETTI, J.R.; ROSA FILHO, E.F. **Aqüífero Guarani: a verdadeira integração dos países do mercosul**. Curitiba, 2004. 214p.

CAVALCANTI, A.P.B. et al. **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC - Imprensa Universitária, 1997. 86p.

CLARKE, R.; KING, J. **O Atlas da água: o mapeamento completo do recurso mais precioso do planeta**. São Paulo: Publifolha, 2005. 128p.

FALADORI, G. **Los límites del desarrollo sustentable**. Montevideo: Banda Oriental, 1999. 224 p.

LANNA, A.E. **Instrumentos de planejamento e gestão ambiental para a Amazônia, Cerrado e Pantanal : demandas e propostas : metodologia de gerenciamento de bacias hidrográficas**. Brasília : Ed. IBAMA, 2001. 59p. (Série meio ambiente em debate; 36).

LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342p.

LEI 12.726/99 da Política Estadual de Recursos Hídricos.

LEI 9.433/97 da Política Nacional de Recursos Hídricos.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Gestão do território e manejo integrado das águas urbanas**. Brasília: SNSA, 2005. 270p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Conjunto de normas legais: recursos hídricos**. Brasília: MMA, 2008. 442p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Plano nacional de recursos hídricos**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2004. 306p.

MÜLLER-PLANTENBERG, C.; AB'SABER, A.N. (org.). **Previsão de impactos**. São Paulo: Edusp, 1998. 569p.

PEREIRA, P.A.S. **Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: AGE, 2000. 348p.

PIMM, S. **Terras da terra: o que sabemos sobre nosso planeta**. Londrina: Editora planta, 2006. 310p.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 648p.

[Digite texto]

- PORTO, R.L. (org.). *Hidrologia ambiental*. São Paulo: EDUSP : ABRH, 1991. 411p.
- SANTOS, I.; CIGOLINI, A. Tudo o que existe é: considerações sobre a idéia de natureza em Milton Santos. In: SCHEIBE, L.F.; DORFMAN, A. (Org.). *O Curso da Teoria: ensaios a partir d'A Natureza do Espaço*. Florianópolis, 2006. (no prelo).
- SETTI, A.A.; LIMA, J.E.F.W.; CHAVES, A.G.M.; PEREIRA, I.C. *Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos*. Brasília: ANEEL, 2001. 2ª ed.
- SILVA, D.D.; PRUSKI, F.F. (ed.). *Gestão de recursos hídricos: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais*. Brasília: SRH, 2000. 659p.
- TUCCI, C.E.M.; HESPANHOL, I.; CORDEIRO NETTO, O.M. *Gestão da água no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2001. 156p.
- VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. 500p.
- ZATZ, I.G. *Desafios da sociedade na gestão participativa da água*. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2003, Curitiba. Curitiba: ABRH, 2003. p. 1-18.
-

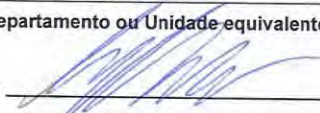
ANEXO 61

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|---------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Teoria Geográfica da Paisagem | | | | | | Código: GB871 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Biogeografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Reflexão sobre a pertinência da paisagem como objeto de investigação geográfica. Níveis de integração das forças físicas, biológicas e antrópicas nas ordenações vertical e horizontal da paisagem. Leis que regem a forma e o movimento da paisagem. Taxonomia e avaliação da paisagem. Derivações antropogênicas na paisagem. Ordenamento da paisagem. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

[Digite texto]

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global – Esboço metodológico. Trad. Olga Cruz. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo: IGEOG/USP, 13:1-27, 1972.

HAAREN, C. v.; GALLER, C.; OTT, S. (2008) **Landscape planning**. The basis of sustainable landscape development. Leipzig: Gebr. Klingenberg Buchkunst – GmbH. Federal Agency for Nature Conservation. Field Office Leipzig, 2008.

KLINK, H.J. **Geoecology and natural regionalization** – bases for environmental research. Applied Sciences and Development, Tübingen: v. 4, p. 48-74, 1974.

MATEO RODRIGUEZ, J.M.; SILVA, E.V.; CAVALCANTI, A.P.B. **Geoecologia das Paisagens**. Uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Ed. UFC, 2004.

MCHARG, Ian L. **Proyectar con la Naturaleza**. Bases Ecologicas Para El Proyecto Arquitectonico. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

MONTEIRO, C.A.F. **Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BAHIA-SEPLANTEC. **Qualidade ambiental** – Recôncavo e regiões limítrofes. Orientação Prof. Dr. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. Salvador: Centro de Estatística e Informática/SEPLANTEC, 1987, 48p, ilustr., 3 cartas.

BEDÊ, L.C.; WEBER, M.; RESENDE, S. PIPER, W. SCHULE, W. **Manual para mapeamento de biótopos no Brasil**. Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente Ltda, 1994.

BOLÓS, M. de (Org.) **Manual de Ciência del Paisaje**. Teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

DELPOUX, M. **Ecossistema e Paisagem**. Trad. M.C. Modenesi. Métodos em Questão, São Paulo: IGEOG/USP, 13:1-23, 1974.

MATEO RODRIGUEZ, J.M.; SILVA, E.V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Ed. UFC, (2ª Ed. reimpressão), 2010.

MONTEIRO, C.A.F. Derivações antropogênicas nos sistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas. In: Simpósio sobre a comunidade vegetal como unidade biológica, turística e econômica, **Anais**, São Paulo: ACIESP, nº 15, 1978. p. 43-74.

SANTOS, Rosely F. dos. **Planejamento Ambiental** - Teoria E Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

SOTCHAVA, V.B. O estudo de geossistemas. **Métodos em Questão**, São Paulo: IGEOG/USP, n. 16, 1977.

ANEXO 62



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------------|-------------------------------------|--|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Clima Urbano | | | | | | Código: GB872 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Climatologia aplicada | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 32 | Laboratório (LB): 16 | Campo (CP): 12 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Nesta disciplina o aluno terá contato com os conceitos e métodos do estudo do clima urbano, possibilitando a aplicação das técnicas através de aquisição de dados e monitoramento em trabalho de campo, além do uso de ferramentas de geoprocessamento em laboratório, no intuito de compreender a influência das cidades no clima nas escalas local e regional.</p> | | | | | | | |
| <p>Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo, Oficina de textos, 2007.

MONTEIRO, C. A. F. Adentrar a cidade para tomar-lhe a temperatura. Geosul, Florianópolis, n. 9, p. 61-79, 1990.

MONTEIRO, C. A. F. e MENDONÇA, F. Clima urbano. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CAVALCANTI, I.F.A.; FERREIRA, N.J.; DIAS, M.A.S.; SILVA, M.G.A.J. Tempo e clima no Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

LOMBARDO, M. A. Ilhas de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1985.

MENDONÇA, F. (Org.). Riscos climáticos. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

NERY, J. T. e GARFAN, A. C. Glossário de Termos Técnicos em Meteorologia e Climatologia. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

OKE, T.R. Boundary layer climates. Second Ed. London: Methuen, p. 435, 1987.

VAREJÃO-SILVA, M.A. Meteorologia e climatologia. Vs. 2. Recife, 2006. Disponível em: http://www.agritempo.gov.br/publish/publicacoes/livros/METEOROLOGIA_E_CLIMATOLOGIA_VD2_Mar_2006.pdf

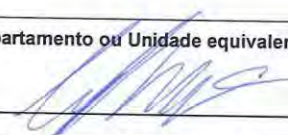
ANEXO 63

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Modelagem de Desastres Naturais | | | | | | Código: GB873 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Climatologia e Geomorfologia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 40 | Laboratório (LB): 20 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Fundamentos de modelagem e de análise sistêmica. Características e potencial da modelagem. Caracterização dos sistemas ambientais. Definição, caracterização e classificação de desastres naturais. Medidas estruturais e não-estruturais, modelagem como ferramenta de prevenção e mapeamento. Monitoramento e modelagem de sistemas ambientais aplicados à prevenção de desastres naturais. | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |
| Assinatura: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura: Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o

[Digite texto]

contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

KOBIYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D.A.; MARCELINO, I.P.V.O.; MARCELINO, E.V.; GONÇALVES, E.F.; BRAZETTI, L.L.P.; GOERL, R.F.; MOLLERI, G.; RUDORFF, F. **Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006. 109 p. (acesso livre)

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. 1ª ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1999. 236p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALCANTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disaster in developing countries. **Geomorphology**, v. 47, 2002. p. 107-124.

CALÇADA, M.; PORTELA, M.; MATOS, J. Análise de Cheias e Delimitação de Zonas Inundáveis em Timor-Leste: Abordagem por Modelação Geográfica. In: **7º Congresso da Água**, Portugal, 2003

GOERL, R.F.; KOBIYAMA, M.; CORREA, G.P.; ROCHA, H.L.; GIGLIO, J.N. **Desastre hidrológico resultante das chuvas intensas em Rio dos Cedros – SC**. In XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (2009: CampoGrande) Campo Grande: ABRH, Anais, 2009. CD-rom. 19p.

MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. Natural Hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, v. VII nº. 2, 2004. p. 95-109.

MARCELINO, E. V. **Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos básicos**. Santa Maria: CRS/INPE, 2007. 20p

MARCELINO, E. V., NUNES, L.H., KOBIYAMA, M. **Banco de dados de desastres naturais: Análise de dados globais e regionais**. Caminhos da Geografia (UFU. Online), Uberlândia, v.7, n.19, p.130 - 149, 2006

MARCELINO, E. V., NUNES, L.H., KOBIYAMA, M. **Mapeamento de risco de desastres naturais do estado de Santa Catarina**. Caminhos da Geografia (UFU. Online), Uberlândia, v.7, n.17, p.72 - 84, 2006

MICHEL, G.P.; GOERL, R.F.; KOBIYAMA, M. **Aplicação do SINMAP (Stability Index Mapping) na bacia do rio Cunha, Rio dos Cedros, para previsão de áreas susceptíveis a escorregamentos**. In: VIII Simpósio Nacional de Geomorfologia, III Encontro latino Americano de Geomorfologia, I Encontro Ibero-Americano de Geomorfologia, I Encontro Ibero-Americano do Quaternário. (2010: Recife) Recife SINAGEO: Anais, 2010. 17p. (CD-rom).

RENNÓ, C. R.; SOARES, J. V. **Modelos hidrológicos para gestão ambiental**. Relatório técnico parcial. INPE, 2001. 65p.

SANTOS, I.; KOBIYAMA, M. Aplicação do TOPMODEL para determinação de áreas saturadas da bacia do rio Pequeno, São José dos Pinhais, PR, Brasil. **Revista Ambi-Água**, v.3, n.2, p.77-89, 2008.

TASCA, F.; GOERL, R.; KOBIYAMA, M. **Prevenção de desastres naturais através da educação ambiental com ênfase na ciência hidrológica**. In: Simpósio de Engenharia Sanitária e Meio Ambiente da Zona da Mata Mineira. (2010:Juiz de Fora). Juiz de Fora: SESMAZ, Anais. CD-rom. p. 15

UNDP. **Development Program. Reducing disaster risk: a challenge for development**. New York: UNDP, 2004. 130p.


ANEXO 64

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------------|-------------------------------------|---|----------------------|--------------------------|---|
| Disciplina: Estatística Espacial e Geoestatística | | | | | | Código: GB876 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - SIG I e Introdução à Estatística | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Estatística descritiva. Medidas de concentração, espalhamento e de correlação espacial para atributos qualitativos. Regressão. Erro e resíduo. Amostragem. Normalidade para dados espaciais. Processo pontual marcado e não marcado. Geoestatística e variáveis regionalizadas. Variograma e Semivariograma. Interpoladores (determinísticos e Geoestatísticos) e modelos candidatos. Validação cruzada. Remoção de tendência. Análise estrutural. Padrões espaciais. Correlação espacial. Análise espacial de dados envelopados: Moran I, High/low, LISA. Modelos de Regressão Espacial. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BRASIL. Introdução à Estatística Espacial para a Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

SOARES, A. Geoestatística para as ciências da Terra e do ambiente. Portugal. Instituto Superior Técnico. 2000. 155 p.

YAMAMOTO, J. K., LANDIM, P. M. B. Geoestatística: conceitos e aplicações. Ed. Oficina de Textos. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ANDRIOTTI, J. L. S. Fundamentos de estatística e Geoestatística. Rio Grande do Sul: Ed. UNISINOS, 2003. 126 p.

CÂMARA, G.S., CARVALHO, E.J. Análise de dados espaciais. Brasília: Embrapa, 2001. 255 p.

CAMARGO, E. C. G. 1998, Geoestatística: Fundamentos e Aplicações. Disponível em: www.dpi.inpe.br/gilberto/tutoriais/gis_ambiente/5geoest. Acesso em: 03/08/2006.

CAMARGO, E.C.G. et al. Integração de Geoestatística e Sistemas de Informação Geográfica: uma necessidade. 1999. Disponível em: www.dpi.inpe.br/geopro/trabalhos/gisbrasil99/geoest-gis. Acesso em: 22/08/06.

CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de Sistemas Ambientais. São Paulo, Ed. Edgar Blucher, 2002.

DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G. & MONTEIRO, A.V.M. Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília: EMBRAPA, 2004.

LANDIM, P. M. B. Análise geoestatística de dados geológicos. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. Aplicações da Geoestatística. Disponível em: www.ibb.unesp.br/eventos/rbras/documentos/c9. acesso em: 03/08/2006

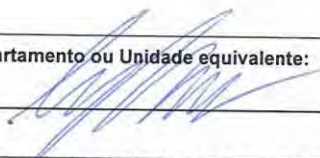
ANEXO 65

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|------------------------|-------------------------------------|--|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Exercício Profissional, Inovação e Empreendedorismo | | | | | | Código: GB877 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Atual profissional. Normas éticas e jurídicas. Ética. Legislação profissional. Instrumentos e práticas profissionais. Organizações formais e informais. Empreendedorismo. Habilidade, competência e criatividade. Atuação em equipe. Análise de mercado e oportunidades. Marketing. Plano de negócios. Qualidade. <i>Startups</i> e ações de inovação. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

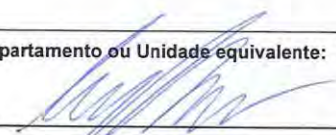
ANEXO 66

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|-------------------------|-------------------------------------|--|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geografia Aplicada ao Turismo | | | | | | Código: GB878 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD (X) 20% EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 15 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Turismo: conceitos, teorias e a abordagem geográfica; turismo, paisagens e percepção do espaço; mobilidade espacial e atratividade turística dos lugares; turismo e representações cartográficas do espaço; globalização dos fluxos e dos lugares turísticos; turismo e impactos da apropriação do território; turismo, planejamento e desenvolvimento territorial; o turismo no Brasil e no Paraná: arranjo espacial e desenvolvimento. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CORIOLOANO, Luzia Neide Meneses.; MELLO E SILVA, Sylvio Carlos Bandeira. *Turismo e Geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: Ed.UECE, 2005.

HOERNER, Jean-Michel. *Geopolítica do Turismo*. São Paulo: Ed. Senac, 2011.

PEARCE, Douglas. *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. *Geografia aplicada ao turismo. Fundamentos teórico-práticos*. Curitiba: Editora InterSaberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, Regina Araújo. *Geografia e cartografia para o turismo*. São Paulo: IPSIS, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Geografias do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

DEPREST, Florence. *Inquérito sobre o turismo de massa: a ecologia face ao território*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico. Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, C. Michael; PAGER, Stephen. *The Geography of Tourism & Recreation: Environment, Place and Space*. London & New York, Routledge, 2006.

YÁZIGI, Eduardo et al (org.), *Turismo e Paisagem*. São Paulo. Editora Contexto, 2000.

LEW, Alan; HALL, C. MICHAEL; WILLIAMS, Allan. *Compêndio de Turismo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2007.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TULIK, Olga. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

VERA, Fernando et al. *Análisis territorial del turismo. Una nueva Geografía del Turismo*. Barcelona: Ariel, Col. Geografía, 2007.

VIEIRA, João Martins. *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo*. Lisboa, Editorial Verbo, 2007.

ANEXO 67

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------------|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geotecnologias no Ensino de Geografia | | | | | | Código: GB879 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: SIG I e Cartografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagens das geotecnologias no ensino. Recursos das geotecnologias para leitura e representação do espaço geográfico. Instrumentos de geotecnologia no processo de ensino-aprendizagem da Geografia. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura: Chefe do Departamento de Geografia Assinatura: Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CASTROGIOVANI, Antônio Carlos (org). Geografia em Sala de Aula. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FRICK, E. de C. de; ISHIKIRIYAMA, F. e FRICK, P. R. Abordagens metodológicas diferenciadas para e no ensino de Geografia. In: Lorenzetti (et al.) (orgs). Disseminando Conhecimentos e Práticas: o PIBID na UFPR. 1. Ed., Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 175-194.

NOSOLINE, I. M. O uso das geotecnologias como recurso didático nas aulas de geografia: Uma experiência em Guiné-Bissau e Brasil. Editora: Novas Edições Acadêmicas, 2014, 212p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ARCHELA, Rosely Sampaio; GOMES, Sirlaine. As metodologias freinetianas e as tecnologias do século XXI no ensino de geografia. In: TORRES, Eloiza Cristiane; SALVI, Rosana Figueiredo; LIMA, Rosely Maria. Múltiplas Geografias. Londrina: Midiograf, 2010. V.6, p.69-98.

CAVALCANTE, M.B. "As Geotecnologias no Ensino de Geografia no Século XXI". Revista Saber Acadêmico, 12 de Junho, p. 37-40, 2011.

BARROZO, Vanderleia Moreira. A Leitura de Imagem no Contexto Escolar. In: Revista Científica de Educação a Distância. Edição especial de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/leitura-de-imagem-no-contexto-escolar/73722/>>. Acesso em: dez. 2015.

FLORENZANO, T. Gallotti. Iniciação em Sensoriamento Remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SANTOS, Vânia Maria Nunes dos. O uso escolar das imagens de satélite: socialização da ciência e tecnologia espacial. In: Penteadó, Heloisa Dupas. Pedagogia da comunicação. São Paulo: Cortez, 1998. p.197-215.

SIMIELLI, M. E. Ramos. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: CARLOS, Ana F. Alessandri. A Geografia na Sala de aula. São Paulo: Contexto, 2010.

ANEXO 68

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra.
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|---------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Zoneamento Geográfico Ambiental | | | | | | Código: GB881 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 40 | Laboratório (LB): 15 | Campo (CP): 5 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Os fundamentos teóricos e conceituais. Normas e Legislação no Zoneamento Ambiental. Tipologias e classificação do Zoneamento Ambiental: urbano, rural e costeiro. Escalas e variáveis no Zoneamento Ambiental - estabelecimento de recursos e limites. Zoneamento Ambiental e ordenamento territorial. Exemplos práticos de aplicação do Geoprocessamento em Zoneamento Ambiental. | | | | | | | |
| Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[Digite texto]

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

PHILIPPI, A. ROMÉRIO, M. BRUNA, G. **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2007.

CUNHA, S. P.; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, A. **Zoneamento ecológico-econômico – à luz dos direitos socioambientais**. Curitiba: Juruá, 2006.

BRANCO, S. **Ecosistêmica**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1999.

LONGLEY, P. *et al.* **Sistemas e ciência da informação geográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FIGUEIREDO, G.J.P. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

IBGE. **MANUAL TÉCNICO DE USO DA TERRA (terceira edição)** www.ibge.gov.br

ANEXO 69

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|---|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Sensoriamento Remoto II: Processamento Digital de Imagens Aplicado à Geografia | | | | | | Código: GB882 | |
| Natureza: <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa | | | (x) Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Modular | | | | |
| Pré-requisito: Sensoriamento Remoto I | | Co-requisito: - | | Modalidade: <input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Introdução e conceitos básicos de sensoriamento remoto (SR) e Processamento Digital de Imagens (PDI). Características das imagens de SR. Técnicas de PDI: Pré-processamento de imagens, Realce de imagens, Operação entre bandas, Técnicas de Classificação automática de imagens. Metodologias de aplicação do SR para o estudo na Geografia e em Estudos Ambientais. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CENTENO, J. A. S. Sensoriamento Remoto e Processamento de Imagens Digitais. Departamento de Geomática. UFPR. Curitiba, 2003.

CRÓSTA, P. 1992. Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto. IG/UNICAMP. 170 p.

FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélite para Estudos Ambientais. São Paulo. Oficina de Textos, 2002.

JENSEN. J. Sensoriamento Remoto do Ambiente: uma perspectiva em Recursos Terrestres. São José dos Campos: Parêntese Editora, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BLASCHKE, T.; KUX. H. Sensoriamento Remoto e SIG Avançados: Novos Sistemas Sensores, Métodos Inovadores. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

GARCIA, Gilberto J. Sensoriamento remoto. São Paulo: Nobel, 1982.

MENESES, Paulo Roberto. Natureza da radiação eletromagnética. In: MENESES, Paulo Roberto; ALMEIDA, Tati de. Introdução ao processamento de imagens de Sensoriamento Remoto. Brasília: Unb, 2012. p. 4-20.

MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 4.ed. Viçosa: Editora UFV, 2012.

NOVO. E. M. L. M. Sensoriamento Remoto: Princípios e aplicações. 4ª Ed. São Paulo. Edgard Blücher, 2010.

ROSA, R. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Uberlândia: EdUFU.

ANEXO 70

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental | | | | | | Código: GB885 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao Planejamento Territorial e da Gestão Ambiental. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| Assinatura: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

ANEXO 71

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Mapeamento de Solos | | | | | | Código: GB869 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - Pedologia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial (..) Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 75 | Padrão (PD): 45 | Laboratório (LB): 15 | Campo (CP): 15 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Sistema Brasileiro de Classificação de Solos "SiBCS". Ordens de solos: primeiro ao quarto nível categórico. Chave para classificação e diferenciação de solos. Relação solo-paisagem. Sistemática de trabalho e o mapeamento de solos. Mapeamento clássico e mapeamento digital de solos. Base cartográfica e mapeamentos preexistentes. Sensores remotos. Escala de mapas ou cartas e produtos de sensores. Fotointerpretação ou interpretação de imagens. Procedimentos pré-campo. Material e Planejamento dos trabalhos de campo. O mapeamento dos solos no campo. A elaboração das legendas do mapa de solos. A construção do mapa de solos. Aulas práticas.</p> | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Manual técnico de pedologia – IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2015.

Sistema Brasileiro de Classificação de Solos; Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Embrapa Solos, 2013

PROCEDIMENTOS normativos de levantamentos pedológicos. Rio de Janeiro. EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 1995. 116 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

LEPSCH, I. F. et al. **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1983.

Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo – 6ª edição revisada e ampliada. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2013.

MUNSELL soil color charts. Baltimore: Munsell Color, 1994.

Pedologia – fundamentos / Editores João Carlos Ker... (et al.). – Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2012.

Pedologia – Solos dos biomas brasileiros / Editores Nilton Curi... (et al.). 1ª edição – Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2017.

ANEXO 72

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra.
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Evolução das Representações Espaciais e das Concepções da Forma da Terra | | | | | | Código: GB875 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Introdução a história das representações do espaço terrestre e das concepções sobre a forma da Terra. As concepções sobre a forma da Terra e as representações espaciais dos povos primitivos. As concepções sobre a forma da Terra e representações espaciais gregas. As representações espaciais romanas. As concepções sobre a forma da Terra e representações espaciais na idade média. As concepções sobre a forma da terra e representações espaciais árabes durante os séculos VIII até XIII. As concepções sobre a forma da Terra e representações espaciais no renascimento. O desenvolvimento das representações espaciais na Europa pós-descobrimentos. As concepções sobre a forma da Terra e as representações espaciais durante o estado moderno. As concepções sobre a forma da Terra e as representações espaciais do século XIX. O problema da determinação da longitude no século XIX. As representações cartográficas contemporânea e as pesquisas para a determinação do geóide no século XX.</p> | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| Assinatura: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| | | | | Matricula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

THROWER, N.J.W. *Mapas y civilización. Historia de la cartografía en su contexto cultural y social*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

RAISZ, ERWIN. *Cartografia Geral*. Rio de Janeiro. Científica, 1969.

CASTRO, JOSÉ F. M. *História da Cartografia e Cartografia Sistemática*. Belo Horizonte: Ed.PUC Minas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

RICOBOM, ARNALDO. *Apostilas de Cartografia Geral*. Edição do próprio autor, Curitiba, 2001/2011.

GURGEL ABILIO C. *Mercator e sua Contribuição à Cartografia e ao Estudo dos Mapas*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. (dissertação). Mestrado em História da Ciência, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, CÉURIO DE. *Curso de Cartografia Moderna*. Rio de Janeiro, Moderna, 1988.

ANDERSON, PAUL S. *Princípios de Cartografia*. IBGE, 1982, disponível em <http://lilt-vetri.lilt.ilstu.edu/psanders/> acessado em 20/04/2005.

MENEZES, PAULO MÁRCIO LEAL DE; MANOEL DO COUTO FERNANDES. *Roteiro de Cartografia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

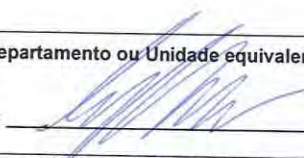
ANEXO 73

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|---------------------------------------|---|-------------------|-----------------------------|---|
| Disciplina: Leitura e Interpretação Cartográfica | | | | | | Código: GB880 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 75 CH semanal: 05 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 15 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Os elementos essenciais na leitura e interpretação cartográfica. A escala e a generalização cartográfica. A cartometria - medições lineares e avaliação de áreas. As Coordenadas e a localização de pontos. As projeções e a análise das deformações. As regras de interpretação dos traçados e da utilização dos símbolos e convenções. A leitura e interpretação do meio físico natural e do ambiente cultural. Trabalho prático da restituição da terceira dimensão visando a interpretação e a análise do modelado do relevo, com base nas folhas topográficas. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

MENEZES, PAULO MÁRCIO LEAL DE. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

CASTRO, JOSÉ FLAVIO MORAIS. **História da cartografia e cartografia sistemática**. Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 2012.

OLIVEIRA, CÉURIO DE. **Curso de Cartografia Moderna**. Rio de Janeiro, Moderna, 1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ROBINSON, A. H. e SALE, R. D. **Elements of Cartography**. New York, John Wiley, 1969.

BOTELHO, Carlos. **Elementos para leituras de cartas**, in Curso para professores de Geografia. 15, Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

SIERRA, Ernesto Raguerra. **A interpretação de mapas**, in Boletim Geográfico, 25 (190): jan-fev, Rio de Janeiro, IBGE, 1966.

KELLER, Elza. **Interpretação de cartas**, in Curso para professores de Geografia. 16, Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

MOREIRA, A. Nogueira. **Leitura e interpretação de cartas de 1:50.000**, in Curso para professores de Geografia. 16, Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

ANEXO 74

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geoprocessamento | | | | | | Código: GB884 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo do Geoprocessamento. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 12251 | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

ANEXO 75



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

Ficha 1

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|---|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Geoarqueologia | | | | | | Código: HS300 | |
| Natureza: <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa | | | (X) Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: <input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> Totalmente EaD <input type="checkbox"/> % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| CH semanal: 04 | | | | | | | |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| <p>Conexões metodológicas e técnicas da interdisciplinariedade na arqueologia. Princípios de geoarqueologia. Métodos geoarqueológicos de registro, levantamento, prospecção e delimitação. Arco temporal da expansão humana no globo através dos conceitos básicos das ciências da terra aplicados a pesquisa arqueológica: paleoclima, formas do relevo, estratigrafia, sedimentologia, geocronologia, topografia, tafonomia. Estudo dos processos de formação do registro arqueológico (naturais e culturas) e problemáticas interpretativas. Diálogos entre conhecimentos científicos e tradicionais, geoetnoarqueologia, práticas culturais e as transformações no meio natural.</p> | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | | | <i>Eva Scheligan</i> | |
| Assinatura: _____ | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, A. G. M. As geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, suplemento 3:35-45, 1999.
- BICHO, N. *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- KIPNIS, R.; SCHEEL-YBERT, R. Arqueologia e Paleoambientes. In: SOUZA et al. (org). *Quaternário do Brasil*. ABEQUA: Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005. p. 343-362.
- LUCENA, V. Estratigrafia arqueológica: processo de constituição e interpretação. *Clio*, 1(8):69-88, 1992.
- MACHADO, J.S. Processos de formação: hipóteses sobre a variabilidade do registro arqueológico de um montículo artificial no sítio Hatahara, Amazonas. *Revista de Arqueologia*, v. 18, p.. 9-24, 2005.
- RUBIN, J. C. de; SILVA, R. T. (org.). *Geoarqueologia - Teoria e Prática*. 2ª.ed. Goiânia: Católica de Goiás, 2013.
- VILLAGAN, X.S. *Estratigrafia que falam. Geoarqueologia de um sambaquí monumental*. São Paulo: Anna Blume, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARAÚJO, A. G. M. . Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum. *Revista de Arqueologia*, v. 14/15, p. 7-28, 2002.
- _____. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas observações sobre a natureza flexível do registro arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 5, p. 3-25, 1995.
- _____; NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. Eventos de seca no Holoceno e suas implicações no povoamento pré-histórico do Brasil Central. *Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*. 2003.
- BROWN, A. G. *Alluvial Geoarchaeology: Floodplain Archaeology and Environmental Change*. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge University Press. 1997
- BUTZER, K.W. Geo-archaeology in practice. *Reviews in Anthropology*, 4:125-131. 1977.
- _____. *Archaeology as Human Ecology*. New York: Cambridge University Press, 1982.
- GOLDBERG, P.; MACPHAIL, R. *Practical and Theoretical Geoarchaeology*. Ed: Wiley-Blackwell, 2006.
- LEACH E.K., On definition of geoarchaeology, *Geoarchaeology. An International Journal*, 7: 405-417, 1991.
- MISKOVSKY J.C. (Ed.). *Géologie de la Préhistoire: méthodes, techniques, applications*, Paris, Ass. pour l'Etude de l'Environnement Géologique de la Préhistoire, 2002.
- RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica*. Ediciones Akal, S.A. 1993.
- RENFREW, C. Archaeology and the Earth Sciences. In *Geoarchaeology*, ed. D.A. Davidson and M.L. Shackley, 1-5. Boulder, Colo: Westview Press, 1976.
- SCHIFFER, M.B. Toward the Identification of Formation Processes. *American Antiquity*, 48 (3): 675-706, 1983.
- _____. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SOUZA, C. R. G.; SUGUIO K.; SANTOS, A. M.; OLIVEIRA, P. E. *Quaternário do Brasil*. ABEQUA / Holos Editora, 382 p. 2005,
- TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. Editora Odysseus, São Paulo, 2004.
- WATERS, M.R. *Principles of Geoarchaeology: A North American Perspective*. Tucson: University of Arizona Press, 1992.
- _____; KUEHN, D. The Geoarchaeology of place: The Effect of Geological Processes on the Preservation and Interpretation of the Archaeological Record. *American Antiquity*, 61 (3): 483-497, 1996.

ANEXO 76

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geomática

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--------------------|------------------------|-------------------------------------|--|----------------------|-------------------------------|---|
| Disciplina: Topografia I | | | | | | Código: GA 170 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 30 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Introdução. Aplicações da Topografia medidas diretas de distâncias. Medidas de ângulos horizontais. Orientação: Norte Magnético, Geográfico e de quadricula. Planimetria: Poligonais aberta, fechada, em quadrada. Irradiação, Intersecção a vante. Levantamento topográfico planimétrico. Desenho topográfico. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: _____ | | | | Prof. Dr. Alex Sérgio Medina Chefe do Departamento de Geomática Matrícula UFPR 158518 | | | |
| Assinatura: _____ | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

- BORGES, A. C. **Exercícios de Topografia**. São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1994.
BRINKER, R. C.; WOLF, P. R. **Elementary Surveying**. New York, Harper & Row, 1977. 568 p.
LOCH, C.; CORDINI, J. **Topografia Contemporânea**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1995.
VEIGA, L. A. K, ZANETTI, M. A. Z, FAGGION, P. L. **Fundamentos de Topografia**. Apostila. Universidade Federal do Paraná, Curso de Engenharia Cartográfica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13133:Execução de levantamento topográfico**. Rio de Janeiro, 1994. 35p.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14166:Rede de referência cadastral municipal - procedimento**. Rio de Janeiro, 1998. 23p.
FONSECA, R. S. **Elementos de Desenho topográfico**. MacGraw Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1973. 192p.
GHILANI, C. D.; WOLF, P. R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13 ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2012. 958p.
KAHMEN, H.; FAIG, W. **Surveying**. Berlin: Walter de Gruyter, 1988. 578 p.
NADAL, C.A. **Topografia. Uma opção para o cálculo de poligonais topográficas**. DAEC, UFPR, Curitiba, 1993, 40 p.
SÃO JOÃO, J.C. **Topografia**. UFPR, Curitiba, 1996, 114p.
-


ANEXO 77

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geomática

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|--------------------|--|-------------------------------------|--|----------------------|-------------------------------|--|
| Disciplina: TOPOGRAFIA II | | | | | | Código: GA-171 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - GA-170 | | Co-requisito: - Modalidade: () Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | | | |
| CH Total: 60 CHsemanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 30 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Altimetria. Nivelamento geométrico, trigonométrico e taqueométrico. Representação do relevo. Locação. Topografia automatizada. Conceitos básicos de Sistema de Projeção Universal Transverso de Mercator (UTM). | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: _____ | | | |  Prof. Dr. Alex Soria Medina Chefe do Departamento de Geomática Matrícula UFPR 158518 | | | |
| Assinatura: _____ | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

Art. 9ª da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta do docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

- BORGES, A. C. **Exercícios de Topografia**. São Paulo, Editora Edgard Blücher, 1994.
- BRINKER, R. C.; WOLF, P. R. **Elementary Surveying**. New York, Harper & Row, 1977. 568 p.
- LOCH, C.; CORDINI, J. **Topografia Contemporânea**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1995.
- VEIGA, L. A. K, ZANETTI, M. A. Z, FAGGION, P. L. **Fundamentos de Topografia**. Apostila. Universidade Federal do Paraná, Curso de Engenharia Cartográfica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13133:Execução de levantamento topográfico**. Rio de Janeiro, 1994. 35p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14166:Rede de referência cadastral municipal - procedimento**. Rio de Janeiro, 1998. 23p.
- FONSECA, R. S. **Elementos de Desenho topográfico**. MacGraw Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1973. 192p.
- GHILANI, C. D.; WOLF, P. R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13 ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2012. 958p.
- KAHMEN, H.; FAIG, W. **Surveying**. Berlin: Walter de Gruyter, 1988. 578 p.
- NADAL, C.A. **Topografia. Uma opção para o cálculo de poligonais topográficas**. DAEC, UFPR, Curitiba, 1993, 40 p.
- SÃO JOÃO, J.C. **Topografia**. UFPR, Curitiba, 1996, 114p.

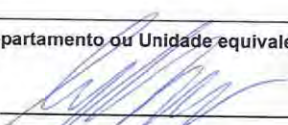
ANEXO 78

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Técnicas de Campo e Laboratório em Geografia Física | | | | | | Código: GB870 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: SIG I Hidrologia Biogeografia | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () 20% EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 20 | Laboratório (LB): 20 | Campo (CP): 20 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Instrumentos, técnicas e procedimentos metodológicos utilizados em trabalhos de campo e laboratório em Geografia. Prática de levantamento, processamento, pós-processamento e análise de dados. Trabalho aplicado e elaboração de relatório técnico. | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |
| Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do

[Digite texto]

planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CARVALHO, N. O. Hidrossedimentologia Prática. Rio de Janeiro, Interciência, 2008. 602p.

SANTOS, I.; FILL, H.D.; SUGAI, M.R.v.B.; BUBA, H.; KISHI, R.T.; MARONE, E.; LAUTERT, L.F. Hidrometria Aplicada. Curitiba, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, 2001. 372p.

VENTURI, L.A.B. Praticando Geografia – técnicas de campo e laboratório. São Paulo, Oficina de Textos, 2005. 239p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2.ed. São Paulo, Edgard Blücher, 1980, 188p.

FAIRBRIDGE, R.W. Encyclopedia of Geomorphology. New York, Reinhold Book Corporation, 1968. 1295p.

FLORENZANO, T.G. Geomorfologia – Conceitos e Técnicas Atuais. São Paulo, Oficina de Textos, 2008. 320p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual Técnico de Pedologia. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 2007. 316p. (Manuais Técnicos em Geociências, 4)

SUGUIO, K. Introdução à Sedimentologia. São Paulo, Edgard Blucher / Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p45-63.

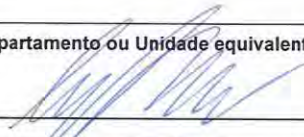
ANEXO 79

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------------|---------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Sistemas de Informações Geográficas II: Banco de Dados e Análise Espacial | | | | | | Código: GB883 | |
| Natureza: () Obrigatória (x) Optativa | | | (x) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: Sistemas de Informações Geográficas I | | Co-requisito: - | | Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 30 | Laboratório (LB): 30 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Arquiteturas de SIG (Padronização (OGC, FGDC...); Infraestrutura de dados Geoespaciais; WebSIG – Geoserviços; Verificação de topologia; Análise espacial (Álgebra de mapas; Operadores pontuais, zonais e de vizinhança; Redes; Interpolação; Interpolação), Banco de dados geoespaciais. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho | | | |
| Assinatura:  | | | | Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do

[Digite texto]

planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, M. Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos-SP, INPE. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>>, 2001.

FERREIRA, M. C. Iniciação à análise geoespacial, teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LONGLEY, P., GOODCHILD, M. F., MAGUIRE, D.J., RHIND, D. W. Information Science and Systems. Wiley. Fourth Edition, 2015.

LONGLEY, P., GOODCHILD, M. F., MAGUIRE, D.J., RHIND, D. W. Sistemas e ciência da informação geográfica. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MATOS, J. Fundamentos de informação geográfica. Lisboa: Lidel, 2008.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. **Cartografia Geral e Temática**. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ARONOFF, Stan. **Geographic Information Systems: a Management Perspective**, Ottawa, WDL Publications, 1995.

ASSAD, E.D., SANO, E.E. **Sistemas de Informações Geográficas - Aplicações na Agricultura**. 2. ed. Brasília, EMBRAPA, 1998.

BURROUGH, P.A.; McDONNELL, R. **Principles of Geographical Information Systems**. Oxford, University Press, 1998.

CARVALHO, M. S.; PINA, M. F.; SANTOS, S. M. **Conceitos Básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia Aplicados à Saúde**. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. Brasília. Ministério da Saúde. 2000.

DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO - DSG. **Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV)**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2. ed. 2016.

DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO. **Especificação técnica para a aquisição de dados geoespaciais vetoriais (ET-ADGV)**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2. ed. 2016.

MAGUIRE, D.; GOODCHILD, M.; RHIND, D. (eds). **Geographical Information Systems: Principles and Applications**. New York: John Wiley and Sons, 1991.

TOMLIN, D. **GIS and Cartographic Modeling**. New York: Esri Press, 2013.

TOMLINSON, R. **Thinking About GIS, Geographic Information System for Managers**. New York: ESRI Press, 2003.

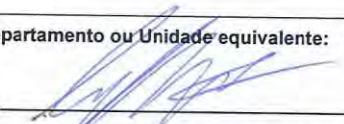
ANEXO 80

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geografia Física | | | | | | Código: GB874 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos da Geografia Física | | | | | | | |
| <p>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Matrícula UFPR n° 122351 Chefe do Departamento de Geografia</p> | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

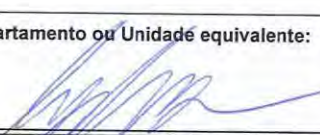
ANEXO 81

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geografia Regional I | | | | | | Código: GB859 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos de Geografia Regional | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

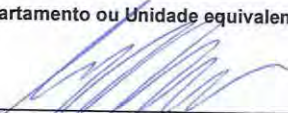
ANEXO 82

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geografia Regional II | | | | | | Código: GB065 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Oportativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos da Geografia Regional com abordagem mais avançada. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |

*OBS (1): éo assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE.]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.


ANEXO 83

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|----------------------|------------------------|-------------------------------------|---|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geografia Cultural | | | | | | Código: GB864 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos da Geografia Cultural. | | | | | | | |
| Assinatura:  | | | | | | | |
| Matrícula UFPR n.º 122351 Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

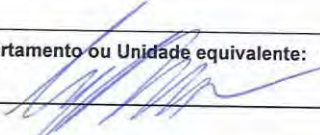
ANEXO 84

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|---|----------------------|------------------------|-------------------------------------|---|----------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Epistemologia e Filosofia da Geografia | | | | | | Código: GB863 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD ()..... % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 0 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos de Epistemologia e Filosofia da Geografia | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: <u>Prof. Dr. Sérgio Fausto Filho</u> Assinatura:  <u>Prof. Dr. Sérgio Fausto Filho</u> Chefe do Departamento de Geografia Matrícula UFPR n.º 122351 | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

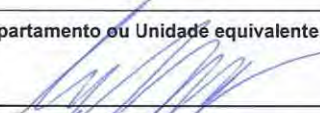
ANEXO 85

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geografia Social | | | | | | Código: GB862 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos da Geografia Social. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta do docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.


ANEXO 86

[Digite texto]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia

Ficha 1 (permanente)

| | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------|----------------------------|---|
| Disciplina: Tópicos Especiais em Geografia Humana | | | | | | Código:GB861 | |
| Natureza: () Obrigatória (X) Optativa | | | (X) Semestral () Anual () Modular | | | | |
| Pré-requisito: - | | Co-requisito: - | | Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EaD () % EaD* | | | |
| CH Total: 60 CH semanal: 04 | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB): 0 | Campo (CP): 0 | Estágio (ES): 0 | Orientada (OR): 0 | Prática Específica (PE): 0 | Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0 |
| EMENTA (Unidade Didática) | | | | | | | |
| Abordagem de temas especiais relacionados ao campo de estudos da Geografia Humana. | | | | | | | |
| Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Assinatura:  Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho Matrícula UFPR n.º 122351 Chefe do Departamento de Geografia | | | | | | | |

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de "práticas de docência" e "práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar", envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

[Digite texto]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

Em função da proposta ampla e diversa dessa disciplina, a bibliografia básica será indicada em função da proposta específica ofertada.

ANEXO 87

EMENTA

CJ0062 – Metodologia Científica.

Noções de história e filosofia da ciência. O conhecimento científico. Métodos. Introdução prática ao trabalho científico. Ciência geográfica: natureza e objetivos. Saber, ética e produção intelectual. Trabalho científico: linguagem, redação, apresentação e normalização. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT: História da normalização brasileira. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2011. 112 p. LUNGARZO, Carlos. O que é ciência. São Paulo: Brasiliense, 1989. 86p.
MARCONI, M. de Andrade, LAKATOS, E. Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
SANTOS, Milton. Espaço e Método. Nobel, São Paulo, 1985, (3ª edição: 1992). SEVERINO, A. Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras. 12a ed. São Paulo: Brasiliense, sd.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. 174 p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 17. Ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1991. 252 p.

ANEXO 88

EMENTA

CJ0123 – Geografia da População.

Teorias clássicas e contemporâneo sobre população: Malthus, Neomalthusianismo Cornucopiana, Clube de Roma, Marx, Pegada Ecológica, Desenvolvimento

Sustentável. Dinâmicas populacional. Transições demográfica e o processo de globalização. Desenvolvimento e estruturação da população no espaço geográfico. Migrações. Diversidades étnicas. Os povos invisíveis: negro, índio, ciganos, moradores em situação de rua, moradores das periferias. As questões do gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fernando Lopes de; FERNANDES, Francisco R. Chaves (orgs.). Smith, Ricardo e Malthus. A Economia Clássica. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1978.

BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et alí. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. População residente nos núcleos urbanos do Nordeste (1970 – 1980). Recife: SUDENE, 1983.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In AFFONSO, Rui de B. A. & SILVA, Pedro L. B. (Org.) Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/Editorada Universidade Estadual Paulista, 1995 (Federalismo no Brasil)

MOREIRA, Rui Ideologia e política dos estudos de população. In O discurso do Avesso. (Para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987. REVISITA TRAVESSIA. Publicação do Centro de Estudos Migratórios.

ROSSINI, Rosa Ester. Brasil: tendência atual da queda de fecundidade. São Paulo: USP, 1985 (Mimeo).

ANEXO 89

EMENTA

CG0500 – Geologia Geral

Geologia: definições, subdivisões e breve histórico. A origem do universo e o sistema Terra-Lua. A Terra em conjunto e a litosfera. Meteoritos. O tempo geológico. Minerais. Rochas. A origem das montanhas e teorias geotectônicas. Intemperismo e formação do solo. Hidrosfera. Atmosfera. Biosfera. Atividades geológicas dos rios. Atividades geológicas dos ventos. Atividades geológicas do gelo. Atividades geológicas do mar. Atividades geológicas dos organismos. O magma. Vulcanismo. Plutonismo. Terremotos. Pirogênese. Deformação das rochas. Análises geológicas em atividades práticas de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARTHAUD, M.H. Geologia Geral, Notas de Aulas. Fortaleza, DEGEO, 2002. CASTRO, D. L. – 004 – Geologia Geral, Notas de Aulas. Fortaleza, DEGEO. 62 p.

TEIXEIRA, W.; Toledo, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; Taioli, F. Decifrando a Terra. São Paulo, USP: Companhia Editora Nacional. 2009. Oficina de Textos. 2ª Edição. 623p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA NETO, J. A.; Ponzi, Vera, R. A.; Sichel, S. E. Introdução à Geologia Marinha. Editora Interciência Ltda. Rio de Janeiro, 2004, 279p.

LEINZ V. & AMARAL S. S. Geologia Geral. São Paulo, Editora Nacional. 2004, 399 p. MC ALESTER, Al. L. História Geológica da Terra. São Paulo, Editora Edgar Blücher, 1996, 173 p.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J. e JORDAN, T. Para Entender a Terra. 4ª Edição, Bookman. 2006.

JAMES S. MONROE. Fundamentos de Geologia. Editora: Cengage Learning, 2010.

ANEXO 90

EMENTA

CJ0059 – História do Pensamento Geográfico.

A trajetória do conhecimento geográfico. A sistematização da Geografia como campo de conhecimento. As diferenciações metodológicas e conceituais nas distintas Escolas geográficas. A Geografia na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERY, Maria Amália, MICHELETTO, Nilza e outras. Para compreender a Ciência. Rio de Janeiro: Espaço Tempo/PUC-SP. 1988.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural, In: CASTRO, Iná Elias de et ali. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. RJ: Guanabara, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. RJ: Bertrand Brasil, 1997. BLACHE, P.V. Princípios de geografia humana. Lisboa: Cosmos 1956.

GOMES, Paulo C. da Costa. Geografia e Modernidade. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARTSHORNE, Richard. Propósito e natureza da Geografia. SP: HUCITEC- Edisp- Se. 1979.

MOREIRA, Ruy. Geografia teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

ANEXO 91

EMENTA

CJ0060– Cartografia.

Princípios e conceitos de Cartografia. Elementos técnicos da ciência cartográfica. Sistema de coordenadas geográficas e sistema UTM. Projeções cartográficas. Principais componentes de uma carta. Nomenclatura de cartas. Uso prático de cartas. Introdução às técnicas de representação da Cartografia temática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, P. S. Princípios de Cartografia Básica. IBGE/DSG: 1982.
http://jvali.fcav.unesp.br/sgcd/Home/departamentos/engenhariarural/TERESA_CRISTINATARLEPISSARRA/Cartografia-Basica.pdf

DUARTE, P.A . Cartografia Temática. Santa Catarina: Editora UFSC, 1991.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. Canoas: Centro Universitário La Salle,2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do Desenho ao Mapa. Iniciação Cartográfica na Escola. SP: Ed. Contexto, 2001.

MARTINELLI, Marcello. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. SP: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Ceurio. Curso de cartografia moderna. IBGE. Rio de Janeiro, 1988. SOUZA, José Gilberto de & KATUTA, Angelina Massumi. Geografia e Conhecimento Cartográfico. A Cartografia no movimento de renovação da Geografia Brasileira e a importância do Uso de Mapas. SP: Ed. UNESP, 2001.

LIBAULT, André. Geocartografia. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1975.

ANEXO 92

EMENTA

HI0054 – História Econômica, Social e Política do Brasil.

Liberalismo oligárquico, movimentos religiosos, operariado e crise no domínio oligárquico na Primeira República. Revolução de 1930, Estado Novo e manifestações culturais nas décadas de 1930 e 1940. Redemocratização, Ditadura Militar, sociedade e cultura no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 2. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política - 1956-1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BORGES, Nilson. Doutrina de Segurança Nacional. In: Jorge Ferreira (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. In: Jorge Ferreira (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). Visões críticas do golpe de 64. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, Col. Tudo é História 48, 1982.

LOBO, Lília. Os Infames da História – pobres, escravos e deficientes no Brasil. RJ: FAPERJ/Lamparina, 2008.

ANEXO 93

EMENTA

ICA1660 – Introdução à Filosofia.

O que diferencia a atitude filosófica da apreensão cotidiana do mundo? Qual a especificidade da Filosofia em relação ao pensamento mítico ou religioso? Qual a origem da Filosofia? Quais são suas condições de surgimento? É possível definir o que é Filosofia? Quais são algumas das questões norteadas de cada período da História da Filosofia? Onde está a Filosofia? A Filosofia vive? Como atua um filósofo hoje? É possível viver profissionalmente da Filosofia? Nosso propósito é orientar os alunos recém-chegados nas temáticas mais gerais concernentes à História da Filosofia e ao cotidiano do estudante, pesquisador ou profissional de Filosofia, abordando, além dos temas sugeridos acima, tópicos significativos e distintivos de cada um dos grandes períodos da História da Filosofia. Compreensão da singularidade do saber filosófico em relação aos demais saberes (religioso, literário e científico). Enfoque dos seus principais campos (ética, estética, política, lógica, metafísica, epistemologia e religião).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Atica, 1999.

SILVA-CHAUÍ, F-M. Primeira Filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

VERNANT, J-P. (1) As Origens do Pensamento Grego. Mito e Tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: BB, 1994 e Perspectiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PRE-SOCRÁTICOS. Fragmentos. Col. Pensadores. São Paulo. P, D. Aristóteles. Lisboa: Don Quixote, 1987.

WOLFFLATA O. Diálogos-Apologia de Sócrates. Nova Cultural, 1996. ANNAS, J. Introduction à La République de Platon. Paris: PUF, 1994. ROSS, F. Aristóteles e a Política. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

GOLDSCHMIDT, V. Tempo lógico e Tempo Histórico na interpretação dos sistemas filosóficos, in A Religião de Platão. São Paulo: Difel, 1963.

ANEXO 94

EMENTA

HD0957 – Introdução à Sociologia.

Os processos de transformação social. A democratização: o papel do Estado e das organizações civis. As concepções de pessoa, mundo e sociedade e as questões de poder e distribuição do trabalho. A organização social. Os meios de comunicação de massa e as tendências à globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Carlos Alberto. A cabeça do brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2007. DIAS, Reinaldo. Introdução à sociologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21ªed. Rio de Janeiro: LTC, 1986. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 29ªed. São Paulo: Brasiliense, 1991. RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Aflição e ajuda mútua em tempos de globalização. Estudos de Sociologia. Recife, v. 10, n.1 e 2, p. 155-184, 2004.

QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ªed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; ESTRAMIANA, José Luis Álvaro. Consumo, narcisismo e identidades contemporâneas: uma análise psicossocial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

SILVA, Alberto da Costa. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. Mimeo. Disponível: em 4shared.com. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

ANEXO 95

EMENTA

CJ0063 – Climatologia

Domínios e métodos. Atmosfera e superfície da terra. Análise dos elementos climáticos e a interferência dos fatores geográficos. Classificações climáticas. O estudo das condições climáticas e suas influências sobre o meio e a sociedade. As condições climáticas como elemento organizador do espaço geográfico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOADE, J. Introdução à climatologia para os trópicos. 2ª edição. São Paulo: Ed. Bertrand do Brasil, 1988.

DEMILLO, R. Como funciona o clima. Tradução: Túlio Camargo da Silva]. São Paulo: Quark Books, 1998.

MONTEIRO, C. A. de. F. Teoria e clima urbano. São Paulo: IGEOG/USP, 1976. (Série Teses e Monografia, 25).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, J. B. Clima e meio ambiente. São Paulo: Atual Editora, 1988, 88p.

OLCINA, A. G. & CANTOS, J. O. Climatologia general. Barcelona: Editora Ariel, 1997. SANT'ANNA NETO, J. L. & ZAVATINI, J. A. (Orgs.). Variabilidade e mudanças climáticas implicações ambientais e socioeconômicas. Maringá: EDUEM, 2000.

SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.). Os climas das cidades brasileiras. Presidente Prudente, 2002.

VAREJA O-SILVA, M. A. Meteorologia e climatologia. Brasília: INMET, Gráfica e Editora Pax, 2001.

ANEXO 96

EMENTA

PB0091 – Estudos Socio-Históricos e Culturais da Educação.

Conceitos fundamentais à Sociologia, História e Antropologia para a compreensão da relação entre Educação e Sociedade. A interdisciplinaridade do pensamento pedagógico. Multiculturalismo e políticas educacionais de ação afirmativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PILETTI, Nelson. Sociologia da educação. 18ª. ed. São Paulo: A tífica. 2004. 264p. CASTRO, A. M.; DIAS, E. Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 5ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 160p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Ester; SOUSA, Inar de. Sociologia da educação. Fortaleza: UVA. 2000. (Curso de Pedagogia em Regime Especial).
GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: A tífica. 1993. 319p. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna. 1996. 255p. WULF, Christoph. Antropologia da educação. Campinas: Alínea. 2005. 212p. (Coleção educação em debate).
AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summos, 1998.

ANEXO 97

EMENTA

CJ0113 – Oficina Geográfica I (Material Cartográfico).

Estudo e discussão de temáticas que integrem os conhecimentos geográficos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas do semestre anterior e em curso. A partir disso, viabilizar situações de estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica. Elaborar e executar atividades práticas com as temáticas da Área Geografia e Metodologias. Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia no contexto da Educação Básica. Metodologias para estudar o lugar: o bairro, a cidade, o município e o estado. Construção de conceitos básicos como comunidade, grupo, espaço, tempo,

paisagem. Procedimentos para operacionalização do estudo do lugar: trilhas geográficas, excursões, trabalhos de campo, estudo do meio. Ensino de Geografia e as representações gráficas e cartográficas: mapas mentais, croquis, plantas, maquetes, desenhos, globo terrestre. Cartografia escolar: a criança e as relações espaciais topológicas. Leitura e interpretação de mapas. Trabalhar com os conteúdos das disciplinas do semestre anterior e em curso numa perspectiva interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa. Iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.
 CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor L. (Orgs.). Ensino e Geografia. práticas e textualizando o cotidiano. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.
 PASSINI, Elza; ALMEIDA, Rosângela de. O espaço geográfico. Ensino e representação. 10 ed. São Paulo: Contexto., 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REICHWALD JR. Guilherme. Leitura e escrita na geografia ontem e hoje. 2 ed. In: NEVES, Lara C. B. et al (Orgs.). Ler e escrever. Compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
 REGO, Nelson (Orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geografizando em educação o local e o global. Porto Alegre: Ufrgs, 2003.
 STRAFORINI, Rafael. Ensinar geografia o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.
 CASTELLAR, S. Educação geográfica: teoria e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2007.
 SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 92-108.

ANEXO 98

EMENTA

CJ0069 – Geografia Agrária.

Geografia Agrária, Agrícola e Rural. Produção espacial, territorial e a propriedade da terra. Formação espacial, territorial do Brasil e as relações de produção no campo brasileiro. A renda fundiária. A formação da estrutura agrária brasileira e cearense. Agricultura familiar camponesa. Agronegócio e agroecologia. Convivência com os semiáridos, os sertões. Os conflitos socioespaciais, socioterritoriais e pastorais no campo. As políticas de reforma agrária no Brasil e no mundo.

Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Segredos Íntimos: A gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.
BARREIRA, César. Trilhas e atalhos do poder: Conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Correia de. O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária? Cadernos Guararapes. V.2. Recife: Guararapes, 1981.
DINIZ, J.A. Filizola; Geografia da agricultura. 2ª edição. S. Paulo: Difel, 1986. KAUSTRY, Karl. A questão agrária. 3ª edição. SP: Proposta Editorial, 1980. GRAZIANO NETO, Francisco. A tragédia da terra. O fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: Iglu, 1991.
LAMARCHE, Hughes (coord.) A agricultura familiar: Comparação internacional. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed UNICAMP, 1993.

ANEXO 99

EMENTA

CJ0070 – Geomorfologia

Bases conceituais e metodológicas da geomorfologia: critérios de classificação das formas de relevo; os fatores da geomorfogênese e da morfodinâmica atual; as litologias e suas propriedades geomorfológicas; o significado geomorfológico da estrutura geológica; a análise morfodinâmica; processos aerolares e processos lineares; noções de geomorfologia litorânea; os preceitos normativos dos levantamentos geomorfológicos e as principais aplicações práticas desses levantamentos. A geomorfologia como recurso de interpretação dos fenômenos naturais e seus reflexos sobre a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOLOS, M. de. Manual de Ciência del paisaje. Barcelona: Masson, S.A, 1992. CHRISTOFOLLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgar Blucher.
DERRUAU, Max. Geomorfologia. Barcelona: Ed. Ariel, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASSETI, Valter. Ambiente e Apropriação do Relevo. São Paulo: Contexto, 1981.
CHRISTOFOLLETTI, Antônio. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blucher, 1981.
CUNHA, Sandra Batista e GUERRA, Antônio José Teixeira. Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994. CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. Geomorfologia do Brasil. RJ: Bertrand Brasil, 1998. CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. Geomorfologia: uma atualização de bases. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.

ANEXO 100

EMENTA

CJ0114 – Oficina Geográfica II (Material Audiovisual).

Estudo e discussão de temáticas que integrem os conhecimentos geográficos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas do semestre anterior e em curso. A partir disso, viabilizar situações de estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica. Elaborar e executar atividades práticas com as temáticas da Área de Geografia e Ensino. Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia no contexto do ensino fundamental e ensino médio. A relação teoria e prática: o conhecimento acadêmico, o saber escolar e a transposição didática. A didática da Geografia e a Geografia escolar. Aprender e ensinar Geografia utilizando as mensagens e informações veiculadas através de: TV, música, jornais, revistas, histórias em quadrinhos (HQs), charges, outdoors. O uso da linguagem cinematográfica e literatura (romances, contos, prosa, poemas) no ensino de Geografia. Análise das imagens, dos personagens e do enredo dos filmes e das obras como uma possibilidade para abordar os conteúdos geográficos. Trabalhar com os conteúdos das disciplinas do semestre anterior e em curso numa perspectiva interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor L. (Orgs.). Ensino e Geografia. práticas e textualizando o cotidiano. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.
 PONTUSCHKA, Nidia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.
 REGO Nelson (Orgs.). Ambiências Geográficas. Porto Alegre: Ufrgs, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA Benhur Pinós da, PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (organizadores). Maneiras de ler: Geografia e cultura [recurso eletrônico] / – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. (PDF)
 SILVA, Juremir M.. As Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre: Edições Sulinas, 2006.
 REGO, Nelson (Orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geografizando em educação o local e o global. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
 CASTELLS, Manuel (Org.). A galáxia internet: Reflexões sobre internet, Negócios e Sociedades. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004. Rita Espanha.
 PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T.I.; CACETE, N.H. A linguagem cinematográfica no ensino de Geografia. In: PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T.I.; CACETE, N.H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007. p. 259-287.

ANEXO 101

EMENTA

PB0092 – Estrutura, Política e Gestão Educacional.

A Educação no contexto sócio, econômico, político, histórico e legal brasileiro; Conceito de Sistema e organização escolar – o Sistema Educacional Brasileiro; A legislação educacional; As políticas públicas para a educação; Gestão educacional; Financiamento da educação; Formação do profissional da educação; A estrutura e as políticas para a educação no Estado do Ceará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Nilda e VILLARDI, Raquel. *Múltiplas Leituras da Nova LDB*. São Paulo: Ed. Dunya, 1998.
ARROYO, Miguel et al. *Da Escola Carente à Escola Possível*. São Paulo, Loyola, 1991. CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB Fácil – Leitura Crítica*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. *A Nova LDB – Ranços e Avanços*. São Paulo: Papirus, 1997.
FAVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras*. Campinas, São Paulo. Ed. Autores Associados. GA, 1993.
FREITAS, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, EDART, 1978.
KUENZER, Acácia. *Ensino de 2º Grau. O Trabalho como Princípio Educativo*. São Paulo. Cortez, 1988. DOTT, Moacir. *Organização do Trabalho na Escola. Alguns Pressupostos*. São Paulo, Ática.

ANEXO 102

EMENTA

CJ0091 – Pedologia.

A pedologia - conceitos, objetivos e relações interdisciplinares. Os constituintes do solo: horizontes e camadas; descrição do perfil do solo. Relações solo-água-planta. Noções de química e mineralogia dos solos. Pedogênese - fatores e processos pedogenéticos. classificação dos solos – princípios e critérios básicos. Principais classes de solos do Brasil. Solos e problemas conservacionistas. O significado do trabalho pedológico para a Geografia. Estudo do solo como ferramenta natural para inter-relações com os outros componentes da natureza e sua interferência na organização funcional das atividades econômicas. As potencialidades e limitações do solo. Práticas de campo realizadas com a participação de estudantes do ensino fundamental e representantes das comunidades rurais, demonstrando a necessidade do uso adequado do solo como um recurso natural não renovável no curso do tempo histórico. Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, Nyle C. Natureza e Propriedades dos Solos, Rio de Janeiro– RJ, 1983. Biblioteca Universitária Freitas Bastos, 647p.

EMBRAPA. Sistema Brasileiro de classificação de Solos. EMBRAPA. Rio de Janeiro. 412p. 1999.

MONIZ, A. C. Elementos de Pedologia. Ed. Livros Técnicos e científicos Editora S. A. Campinas, 1972. 459p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIGARELLA J.J.; BECKER R.D. E PASSOS E. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais. Vol. II – Intemperização Biológica, Pedogênese, Laterização, Bauxitização e Concentração de Bens Minerais. Ed. da UFSC. 875p. 1996.

DUCHAU FOUR, P. Edafologia.1. Edafogenesis y clasificación. Ed. Masson S.A. Barcelona, 1984. 483p.

FERREIRA, P. H. de Moura. Princípios de Manejo e de Conservação do Solo. Nobel, 3ª ed. São Paulo, 1992.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. E BOTELHO, R.G. M. (Org.). Erosão e Conservação dos Solos. Conceitos, Temas e aplicações. Ed. Bertrand Brasil. São Paulo, 1999. 339p. JACOMINE P.T.K. (Coord.). Levantamento Exploratório - Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará. Vol. I, DPP, MA/DNPEA -SUDENE Bol. técnico 28. Recife, 301 p. 1973.

ANEXO 103

EMENTA

CJ0072 – Recursos Hídricos.

Conceito, campos e métodos da Hidrologia. Interações com outras ciências e suas diferentes etapas. Ciclo hidrológico. Águas superficiais: condicionantes do escoamento fluvial. Fatores, regimes e classificação dos cursos d'água e das águas subterrâneas. Noções gerais de oceanografia e limnologia. Os lagos. Aspectos básicos da hidrografia brasileira. Análise dos recursos hídricos como contribuinte para o entendimento das atividades econômicas e relações internacionais. Alternativas de gestão dos recursos hídricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHRISTOFOLETTI, A. A geomorfologia fluvial. São Paulo: Ed. Edgar Blucher, 1981. FEITOSA F. A. C. & MANOEL FILHO, J. (coords.) Hidrogeologia - conceitos e aplicações. Fortaleza: CPRM/REFO, LABHID-UFPE, 2000.

GUERRA, A.T. & CUNHA, S. B. da Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PORTO, R. (org.) et al. Hidrologia ambiental. São Paulo: Editora Universidade de SP: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 1991.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. Academia Brasileira de Ciências, Inst. Estudos Avançados/USP, Ed. e Distribuidora de Livros Ltda., 1999.

SUGUIO, K. & BIGARELLA, J. J. Ambientes fluviais. Florianópolis: Editores UFPR/UFSC, 1990.

TUCCI, C. E. M. (Org.) Hidrologia – ciência e aplicação. São Paulo. Ed. Da Universidade e Edusp. 1993.

TUNDISI, J. G. Água no século XXI: enfrentando a escassez. São Carlos: RiMa, IIE, 2003.

ANEXO 104

EMENTA

CJ0023 – Geografia Urbana e dos Serviços.

A Geografia Urbana e dos Serviços no contexto da Geografia. O processo de urbanização. Urbanização na América Latina. A urbanização e metropolização. O espaço urbano e sua estrutura. Problemas urbanos. As cidades e a organização do espaço. Conceito e classificação das funções urbanas. Os espaços públicos e os lazeres na cidade e no urbano. As condições socioambientais no urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COSTA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA; Pequeno, L.R.B. (Org.) . Fortaleza: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatorio das Metrópoles, 2015.
- DANTAS, E. W. C. ; COSTA, M. C. L. ; SILVA, J. B. . De cidade a metrópole. (Trans)formações urbanas em Fortaleza.. 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2009.
- LENCIONI, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SOUZA, M. L. Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade contemporânea : segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRENNER, N. Teses sobre urbanização. Revista E-metropolis. Rio de Janeiro. n. 19, ano 5, 2014. p. 6-26.
- CORREA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, M. C. L. Capítulos de geografia histórica de Fortaleza. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- DANTAS, E. W. C. ; COSTA, M. C. L. ; ZANELLA, M. E. Vulnerabilidade socioambiental e qualidade de vida em Fortaleza. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.
- LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. MERCATOR: Revista do Departamento de Geografia da UFC. Fortaleza: UFC, 2018.

Disponível em: <www.mercator.ufc.br>.

- PEREIRA A. Q. A urbanização vai à praia. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SPÓSITO, M. E. B; CARLOS, A. F. A; SOUSA, M. L. (org.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto. 2015.

ANEXO 105

EMENTA

PC0208 – Didática I.

Educação e didática na realidade contemporânea: o professor, o estudante e o conhecimento. A natureza do trabalho docente. Concepções de ensino. A sala de aula e seus eventos. Planejamento e gestão do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL – MEC, Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1998.

BRASIL – MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999

LIBANEO, JoséCarlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEBAN, Maria Tereza (org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GENTILI, Pablo. O Consenso de Washington e a crise da educação na América Latina. In: GENTILI, Pablo. A Falsificação do Consenso. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. GARCIA, Regina Leite. A Educação Escolar na Virada do Século. In: COSTA, Marisa Vorraber. (org.) Escola Básica na Virada do Século. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia. Globalização e Educação. In: Anais do IX ENDIPE. A'guas de Lindóia, SP, 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação, Linguagens e Tecnologias: mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método. In: Anais do X ENDIPE, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANEXO 106

EMENTA

PB0090 – Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência.

Conceito e características de psicologia e de adolescência. Desenvolvimento biológico e psicológico do ser na adolescência. Desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo. Crises na adolescência. Fatores psicológicos no processo

ensino/aprendizagem: percepção, atenção, motivação, memória, inteligência e personalidade. Distúrbios na aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABERASTURY, Arminda et al. Adolescência. Trad. Ruth Cabral. Edição. Porto Alegre, Artes Médicas. 1990.

ARIE S, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, LTC. 1986. BECKER, Daniel. O que é adolescência. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, 159)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGHIROLI (PISANI), Elaine M^ª. et al. Psicologia geral. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. BEE, Hellen e MITCHELL, Sandra K. A pessoa em desenvolvimento. São Paulo. Hbra. 1984.

CAMPOS, Dinah M. S. Psicologia da aprendizagem. 38. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. CHARLES, C. M. Piaget ao alcance dos professores. Rio de Janeiro. Ao livro técnico. 1975.

COLL, César; MARCHESI, A' Ivaro; PALACIOS, Jesús (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 2. ed. Porto Alegre. Artes Médicas, 2004.

ANEXO 107

EMENTA

CJ0115 – Oficina Geográfica III (Material de Geografia Humana).

Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia. A relação teoria e prática: o conhecimento acadêmico, o saber escolar e a transposição didática. A didática da Geografia e a Geografia escolar. O aprender e ensinar Geografia utilizando os textos de circulação social. Os Roteiros de trabalho de campo (Trilhas urbanas/rurais) e os conteúdos das disciplinas do semestre anterior e em curso numa perspectiva interdisciplinar. As Tecnologias da Informação e Comunicação e o Ensino-Aprendizagem na Geografia. Os Jogos, maquetes e o uso de diferentes linguagens na problematização dos conteúdos de Geografia Humana. O contexto de Inclusão e Pluralidade e os Recursos didáticos nas aulas de Geografia. Envolve construção de recursos e a realização de práticas de Extensão através das trilhas e intervenção nas escolas inclusivas, com atividades orientadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTUNES, Celso. *Inclusão: o Nascer de uma Nova Pedagogia*. São Paulo: Principis, 2008.
- FERNANDES, Manoel. *Aula de Geografia e algumas crônicas*. Campina Grande: Bagagem, 2003.
- GONDIM, Lucas Bezerra ; DIAS, Raimundo Helion Lima ; MUNIZ, Alexsandra. M. V. . O Uso da Maquete e das Revistas em Quadrinhos No Ensino de Geografia. *Revista Geoaraguaia* , v. 3, p. 46-55, 2013.
- MUNIZ, A. M. V. . A Mú sica nas Aulas de Geografia. *Revista de Ensino de Geografia* , v. 3, p. 80-94, 2012.
- VIEIRA, Carlos Eduardo; Sá, Medson Gomes de. Recursos didáticos: do quadro- negro ao projetor, o que muda? In: PASSINI, Elza Yasuko (Org.). *Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVES, E. R. ; CARNEIRO, M. B. ; CRUZ, F. H. A.; MUNIZ, ALEXSANDRA M. V.
- Contribuição ao Estudo da Cartografia Tátil na Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência Visual: Estudo de Caso Realizado no Instituto Hélio Góes (Fortaleza- Ce). In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia*. Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 203-213.
- ANTUNES, Celso. *A sala de aula de geografia e história: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competências no dia-a-dia*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- KAERCHER, Nestor André. Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em Geografia para além do livro didático. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.) *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 3 ed. Porto Alegre:Mediação, 2003. p. 135-169.
- KLIMECK, R. L. C. Como aprender Geografia com a utilização de jogos e situações-problema. In: PASSINI, Elza Yasuko (Org.). *Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, Vlândia ; MUNIZ, A. M. V. . A Geografia Escolar e os Recursos Didáticos: O Uso das Maquetes no Ensino-Aprendizagem da Geografia. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoescolares* , v. 3, p. 62-68-68, 2012

ANEXO 108

EMENTA

CJ0074 – Geografia do Brasil.

A natureza do território brasileiro. A formação territorial do Brasil. As divisões regionais brasileiras. O povo brasileiro: diversidade cultural e imigração, Dinâmica populacional, mercado de trabalho. Imagem e imaginário do Brasil. O Estado, a nação e o nacionalismo e a identidade do Brasil. O Brasil urbano e industrial: novos investimentos industriais, rede urbana brasileira, qualidade de vida nas cidades, a industrialização do campo. Circulação e transportes no Brasil. A inserção do Brasil do mercado mundial: potencialidades e dificuldades.

Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, Antonio C. R. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. Editora Record: São Paulo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma Formação Econômica do Brasil. 11ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nacional, 1972.

MORAES, Antônio C. R. Ideologias geográficas. São Paulo: Anablume, 2005. MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo/SP: Fundação Editora UNESP & Editora Moderna, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

ANEXO 109

EMENTA

CJ0081 – Geografia da Energia e das Indústrias.

A industrialização brasileira. A concentração geográfica da indústria no Sudeste. A redivisão inter-regional da indústria no Brasil. A industrialização no Nordeste. A reestruturação Produtiva e Espacial e o mercado de trabalho. A agroindústria e as relações campo-cidade. O processo de industrialização relacionado com o uso da energia. Energia: fonte, transporte, controle e impacto ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: Ceará: um novo olhar geográfico/organizadores, SILVA, José Borzacchiello da Silva, CAVALCANTE, Tércia Correia, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, SOUSA, Maria Salete de [ET AL] Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. Espaço e indústria. São Paulo: EditoraContexto/Edusp, 7ª edição 1997.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 5ª ed. São Paulo, Loyola, 1995.

MUNIZ, Alexandra M. Vieira; Silva, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. Boletim Goiano de Geografia, v.31, p. 13/1-25, 2011. HTTP: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15395>.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza - um olhar orientado pelo processo de industrialização. Fortaleza [recurso eletrônico]: transformação e na ordem urbana / [edição] Maria Clélia Lustosa Costa, Renato Pequeno. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MUNIZ, Alexandra M. Vieira. Produção do Espaço Metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

. CEARA STATE AND THE TEXTILE INDUSTRY IN TIME-SPACE/O CEARA E A INDUSTRIA TEXTIL NO ESPAÇO-TEMPO/. Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 36, p. 420-443, 2016.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. Uma reorganização produtiva do território. In: O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2002.

.O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. O novo mapa da indústria no início do século XXI. 1.ed.São Paulo: Editorada Unesp Digital, 2015.

ANEXO 110

EMENTA

CJ0077 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I (Ensino Fundamental)

O espaço escolar como uma construção sociocultural e política. Relações internas e externas: os múltiplos sujeitos. A observação direta sobre as estruturas administrativas e pedagógicas da escola pública e particular. O conhecimento das diversas atividades escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

LIBANEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

PASSINI, E.Y. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Maria Edivani Silva. A Geografia na Escola: Espaço, Tempo e Possibilidades. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v.7, n.12, p.xx, jan./jun. 2016.

FREIRE, Paulo. Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar. 21 ed. São Paulo: Editora Olho d'água, 2009.

KIMURA, Shoko. Geografia no ensino básico: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

MOSE, Viviane. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MCLAREN, Peter. A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Tradução Lucia Pellanda Zimmer et al. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NOVOA, Antônio (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações

Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional. 1995.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANEXO 111

EMENTA

CJ0116 – Oficina Geográfica IV (Material de Geografia Física).

Estudo e discussão de temáticas que integrem os conhecimentos geográficos estudados com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas dos semestres anteriores em curso. A partir disso, viabilizar situações de estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica. Elaborar e executar atividades práticas com as temáticas da Área de Geografia e Natureza. Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia no contexto da Educação Básica. Metodologias para estudar a paisagem com ênfase nos aspectos socioambientais. Técnicas de trabalho de campo em Geomorfologia, Pedologia, Biogeografia, Climatologia e Estudo de Bacias Hidrográficas. Elaboração de roteiro para observações, descrições e interpretações de fatos geomorfológicos, geológicos e pedológicos. A importância do desenho para elaborar perfis. Leitura e interpretação de mapas temáticos. Organização de trilhas ambientais. Relato do trabalho de campo: sistematização, análise, interpretação e síntese. Instrumentos de apoio ao trabalho de campo: GPS, máquina fotográfica, uso de vídeo, caderneta de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor L. (Orgs.).

Ensino e Geografia. práticas e textualizando o cotidiano. 3 ed. Porto Alegre:

Mediação, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. REGO Nelson (Orgs.). Ambiências Geográficas. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Ana Maria Radaelli da. Sobre discontinuidades no Ensino da Geografia. Passo Fundo: Clío livros, 2002.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar Geografia o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

Sites: AGB Nacional / ANPEGE / ANPEDE

Revistas: Boletim Gaúcho (UFRGS), Espaço e Cultura (UERJ), Geographia (UFF), GEOUSP (USP), MERCATOR (UFC), Terra Livre (AGB).

SILVA, Vlândia ; MUNIZ, A. M. V. . A Geografia Escolar e os Recursos Didáticos: O Uso das Maquetes no Ensino-Aprendizagem da Geografia. Geosaberes: Revista de Estudos Geoescolares, v. 3, p. 62-68-68, 2012.

ANEXO 112

EMENTA

CJ0117 – Geografia e Ensino I (Fundamentos).

Os caminhos do ensino da Geografia. O professor de Geografia e sua formação: dificuldades e desafios. A questão teórico-metodológica no ensino da Geografia. Estudo dos Parâmetros Curriculares de Geografia (PCN) na Educação Básica. Os conceitos norteadores do ensino da Geografia Escolar: espaço, território, lugar, paisagem, região. práticas institucionais da Geografia em diferentes órgãos da Educação do Estado e dos Municípios

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARLOS, Ana Fani, OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.). Reformas no mundo da educação. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTROGIVANNI, Antonio et al (Orgs.). Geografia em Sala de aula. Porto Alegre: AGB, 1998.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Escola, geografia e construção de conhecimentos. Campinas, SP. Papirus: 1998.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções teórico-metodológicas da Geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. In: Santos, Luciola Paixão et al (orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Pp. 370-391.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: Geografia: conceitos e temas. Castro, Iná Elias et al (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Pp. 309-353.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e Ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: CARLOS, A.F. e OLIVEIRA, A.U. (orgs.). Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. Pp. 43-67.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A formação geográfica e pedagógica do professor. In: SILVA, J. B. LIMA, L. C. e DANTAS, E.W. C. (orgs.). Panorama de Geografia Brasileira 2. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 269-279.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARLOS, Ana Fani A. (org.). A geografia na sala de aula. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- . Novos Caminhos da Geografia. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- VESENTINI, José William (Org.). Geografia e ensino: textos críticos. 4 ed. Campinas: Papirus, 2002.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib et al. (org.) Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROCHA, Genilton Odilon Rego. Uma breve história da formação do professor de Geografia no Brasil. In: Terra Livre, n.15, São Paulo, 2000. Pp. 129-144.
- SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. In: Terra Livre, n.15, São Paulo, 2000. Pp. 09-20.
- Sites: AGB Nacional / ANPEGE / ANPEDE Revistas: Boletim Gaúcho (UFRGS) / Espaço e Cultura (UERJ) / Geographia (UFF) / Geosp (USP) / Mercator (UFC) / Terra Livre (AGB).

ANEXO 113

EMENTA

CJ0092 – Geografia do Espaço Mundial.

As dimensões da globalização no espaço geográfico em suas diversas ordens. O Estado – Nação no contexto da globalização. Alteração na divisão internacional do trabalho (DIT). Comércio Internacional: suas configurações, suas redes e suas relações de poder. Economia especulativa. A formação dos blocos econômicos: suas territorialidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAESBAERT, Rogério (org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 15ªed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. C. Imperialismo e fragmentação do espaço. São Paulo: Contexto, 1988.
BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século. XXI. 2ªed. São Paulo, Hucitec, 1999.
GOMES, H. A produção do espaço geográfico no capitalismo. São Paulo: Contexto, 1990.
HARVEY, David. Condição pós-moderna. 5ªed. São Paulo, Loyola, 1995. HAESBAERT, Rogério. Blocos internacionais de poder. São Paulo: Contexto, 1991. HAESBAERT, Rogério (org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
SANTOS, Milton et al (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.
SANTOS, Milton et al (orgs.). Fim do século e Globalização. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2000. SCARLATO, Francisco C. et al (orgs.). Globalização e espaço Latino-Americano. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2000.

ANEXO 114

EMENTA

CJ0108 – Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia Física.

A Geografia Física: questões conceituais e metodológicas. O campo de ação da Geografia Física. Análise geossistêmica, ecodinâmica e geoecológica da paisagem. Os trabalhos de gabinete, de campo e de laboratório em Geografia Física. A execução de mapeamento temático e a preparação de relatórios setoriais e integrativos. Geografia Física e análise ambiental: aplicações práticas de pesquisa. Elaboração de pesquisas visando a interação entre o conhecimento teórico e prático da Geografia Física. Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CEOTMA. Guia para la elaboración de estudios del Medio Físico: Contenido y Metodología. Madrid: MOPU, 1984.

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Vols. 21 e 23. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1981.

RUIZ, João A Ivaro. Metodologia científica. Guia para experiência nos estudos. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTRAND. G. Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico 13 – Caderno de Ciências da Terra. São Paulo: Instituto de Geografia-USP, 1972.

GEVERTZ, R. et al. Em busca do conhecimento ecológico. Uma introdução à Metodologia. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1983.

RELATÓRIOS DE PESQUISAS elaborados pela UFC, UECE, FUNCEME, IBAMA, SEMACE, SEDURB e outros.

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.

SOTCHAVA, V.B. Por uma Teoria de Classificação de Geossistemas de vida terrestre – 14 Biogeografia – São Paulo: Instituto de Geografia-USP, 1978.

ANEXO 115

EMENTA

CJ0119 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II.

Noções básicas de Legislação e Ensino da Geografia. O ensino da Geografia no contexto sociopolítico brasileiro. O ensino da Geografia nos diversos programas educacionais (educação especial, indígena, à distância, infantil, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AB SABER, Aziz e MENEZES, Cynara. O que é ser geógrafo. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo, 2007.
- CALLAI, Helena C. A formação do profissional da Geografia. Ijuí, RS, Editora Unijuí, 2013.
- CAVALCANTI, Lana. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PONTUSCHKA, Nidia Nacib (org.). Ousadia no diálogo. Edições Loyola. São Paulo, 1993..
- PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA. Tomaz Tadeu (org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, J. P.; ROCHA, I. S.; PEIXOTO, S. A. Uma reflexão acerca do ensino de Geografia e da inclusão de alunos surdos em classes regulares. Revista Brasileira de Educação em Geografia. Campinas, v. 3, n. 5, p. 98-118, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/113>> Acesso em: 28 set. 2017.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia étnica: a África, o Brasil e os territórios dos quilombos. In: SILVA, J.B.; LIMA, L.C. e DANTAS, E.X.C. (orgs.) Panflora da Geografia brasileira II. São Paulo: Annablume, 2006. p. 199- 213.
- CANDA, Vará M. (orga.) Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MOREIRA, Antônio Flávio B. (org.). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José (org.). Movimentos sociais y conflito em América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 261-277.
- RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. In: Terra Livre. Ano 26, v. 1, n.34. São Paulo, 2010. Pp. 125-140.

ANEXO 116

EMENTA

CJ0109 – Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia Humana.

Pesquisa e ideologia. O significado da fundamentação teórico-conceitual e as grandes correntes metodológicas. O planejamento e as etapas da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTIE, J. Algumas reflexões sobre a Pesquisa em Geografia Humana. In: Boletim Geografia n. 234, Rio de Janeiro: IBGE; 1973.

BRANDA~ O, Carlos Rodrigues. (Org.). Pesquisa Participante. 8a edição. SP: Brasiliense, 1990.

GEORGE, Pierre. Tradução de Helogra de Lima Dantas. Os Métodos da Geografia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

CAPITALISMO: uma história de amor. Direção: Michael Moore. Estados Unidos da America: [S. n.], 2009. 1 DVD (127 min.), son., color.

CARLOS, A. F. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. Terra Livre, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178, 2002.

DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. SP: Atlas, 1980.

GOMES, H. A Pesquisa Geográfica. In: Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, 1982.

ANEXO 117

EMENTA

CJ0118 – Geografia e Ensino II (Pesquisa).

A produção didática e paradidática no ensino da Geografia: histórico, políticas públicas, várias possibilidades de leituras. Os artefatos culturais e o ensino de Geografia. Momentos da aula: motivação, introdução, escolha dos conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliação. As diversas linguagens no ensino da Geografia: os textos midiáticos. Práticas institucionais da Geografia Escolar: experiências curriculares regionais e projetos inovadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros didáticos e currículos de Geografia, Pesquisas e usos: uma história a ser contada. In: TONINI, Ivaine Maria et al (org.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 155-168.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. Tradução Vinicius Figueira. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

COLL, César et al. O construtivismo na sala de aula. Tradução Cláudia Schilling. 6.ed. São Paulo: Ática, 2009.

ECO, Umberto e BONAZZI, Marisa. Mentiras que parecem verdades. Tradução de Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980.

ENGUITA, Mariano Fernandez. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

LIBA NEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

ANEXO 118

EMENTA

CJ0096 – Geografia Regional.

Espaço e Geografia. Espaço e região. A região como objeto de análise espacial. As diferentes abordagens de regionalização. A regionalização brasileira. A região frente ao processo de globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César C. e Corrêa, Roberto L. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORREA, Roberto Lobato. Região e Organização espacial. São Paulo: Atica, 1986. SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. SP: HUCITEC, 1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORA Zenilde Baima, COSTA Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades Médias: Espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993. LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 1999.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura. Território, globalização e fragmentação. 4ª ed. SP: Hucitec, 1998.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Atica, 1993.

ANEXO 119

EMENTA

CJ0095 – Geografia do Nordeste e do Ceará.

Os elementos condicionantes naturais e socioeconômicos das paisagens nordestinas e cearenses. As regiões naturais: litoral, sertão, agreste, serras, chapadas e planalto – suas configurações e inter-relações. Conservação e degradação ambiental: a necessidade de conservar; processos de degradação e Desertificação de ambientes naturais – causas e implicações socioambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB'SABER, Aziz Nacib. Os Domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife/São Paulo, Massangana/Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed. Atlas, 1986.

. Formação Territorial do Brasil. In: Becker, Berta K. et al. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 163-180.

CASTRO, Iná Elias de. O Mito da Necessidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989. NASCIMENTO, Flávio R. do. O Fenômeno da Desertificação. CEGRAF: Goiânia, 2013. 240p.

. Os semiáridos e a Desertificação no Brasil. IN: Revista Eletrônica do PRODEMA. V. 9, n. 2. Fortaleza: UFC. 2015. p. 9-26.

ROSS, Jurandyr Luciano S. Natureza e sociedade nos espaços agroambientais do Brasil. IN: Ecogeografia do Brasil. Subsídios para planejamento ambiental. SP: Oficina de Textos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AB'SABER, Aziz Nacib. Províncias geológicas e Domínios Morfoclimáticos do Brasil. In: Geomorfologia (20). São Paulo: USP – I.G., 1970.

. Sertões e Sertanejos: uma Geografia humana sofrida. In: Revista Estudos Avançados. Dossiê Nordeste seco. 13 (36), São Paulo: Centro de Estudos Avançados, 1999. p. 7 – 59.

CUNHA, Sandra B. da. Bacias hidrográficas. IN: Cunha, S.B. da. e Guerra, A. J. T. (orgs.). Geomorfologia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 229-276.

DUQUE, José G. Solo e Água no Polígono das Secas. Mossoró : Coleção Mossoroense, Vol. CXLII. 5ª. Ed. 1980. 273p.

GONÇALVES, Carlos, W. P. Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 148p.

NASCIMENTO, Flávio R. NASCIMENTO, Flávio R. do. Os recursos hídricos e o trópico semiárido no Brasil. Geographia (UFF), v. 14, p. 82-109, 2012.

Bacias hidrográficas intermitentes sazonais e potencialidades hidroambientais no nordeste setentrional brasileiro. GEOgraphia (UFF), v. 16, p. 90-118, 2014.

SOUZA, Marcos J. N. de. et al. Redimensionamento da Região semi-árida do Nordeste brasileiro. In: Conferência Nacional e Seminário Latino-Americano da desertificação (CONSLAD).

Esquel; PNUD; Governo do Estado do Ceará e Banco do Nordeste. Fortaleza – CE, 1994. 27p.

VERISSIMO, Maria E. Z. As características climáticas e os recursos hídricos do Ceará. IN: Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edição es Demócrito Rocha, 2005. p. 169-188.

ANEXO 120

EMENTA

CH0771 – Biogeografia

Biogeografia como ciência. Os ciclos biogeoquímicos. Mapeamento e distribuição dos seres vivos. Fatores externos e internos da distribuição. As grandes biocenoses terrestres. Dinâmica das comunidades. Noções gerais sobre a Fitogeografia do Brasil. A análise da vegetação e suas relações com o ensino da interpretação das paisagens naturais. Os movimentos ambientalistas. As unidades de conservação. Os impactos ambientais em relação com a sociedade. Metodologia científica. Ciência geográfica: natureza e objetivos. Saber, ética e produção intelectual. Trabalho científico: linguagem, redação, apresentação e normalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROWN, J.H. & LOMOLINO, M.V. Biogeografia. 2ª edição. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2006.

CAMARGO, J.C.G. Considerações a respeito da Biogeografia. Caderno de Geografia da PUC Minas, vol. 4, nº 5: 41 a 50. (disponível na internet)

COLE, M.M. 1960. Cerrado, Caatinga and Pantanal: The Distribution and Origin of the Savanna Vegetation of Brazil. The Geographical Journal, 126 (2): 168-179.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, F.S.; RODAL, M.J.N.; BARBOSA, M.R.V.; MARTINS, F.R. 2005. Repartição da flora lenhosa no domínio da Caatinga. In: ARAUJO, F.S.; Rodal, M.J.N. &

BARBOSA, M.R.V. (Org.). Análise das variações da biodiversidade do bioma caatinga: suporte a regionais de conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p. 15-33.

CABRERA, A.L. & WILLINK, A. 1980. Biogeografia de América Latina. Monografia

13. Organización de los Estados Americanos, Washington, D.C. 1980. 122p. (disponível na biblioteca) FERNANDES, A. & BEZERRA, P. 1990. Estudo fitogeográfico do Brasil. Stylus Comunicações, Fortaleza. (disponível na biblioteca UFC)

FERNANDES, A. 1990. Temas fitogeográficos. Stylus Comunicações, Fortaleza. (disponível na biblioteca)

FIGUIREDO, M.A. 1997. A cobertura vegetal do Ceará: unidades fitoecológicas. IPLANCE. (eds.) Atlas do Ceará, Fortaleza. p 28-29. (disponível na biblioteca UFC).

ANEXO 121

EMENTA

CJ0120 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental II).

Preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola, do ensino fundamental. Vivência da prática educativa. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais, execução e avaliação. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, Lana. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia: Alternativa, 2002. CARVALHO, Maria Inez. Fim de século. A escola e a Geografia. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2003 KAERCHER, Nestor André. Iconoclastia constante na (de)formação de professores de Geografia. In: DALLA ZEN, Maria I. H.; SOUZA, Nadia G. S. de práticas de ensino na UFRGS.
MOREIRA, Ruy. O Discurso do Averso. São Paulo: Ed. Contexto 2014. OLIVEIRA, C. D. M. de. Sentidos da Geografia Escolar. Fortaleza: Edufc, 2009.
PASSINI, Elza Y (Org) Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Ed. Contexto, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALLAI, Helena C. A formação do profissional da Geografia. Ijuí: Unijuí, 1999. PONTUSCHKA, N; PAGANELLI, T; CACETE, N. Para Ensinar e Aprender Geografia. São Paulo: Ed. Cortez, 2007
BARBOSA, E; BULCA O, M. Bachelard: Pedagogia da Razão e Pedagogia da Imaginação. Petrópolis, Ed. Vozes, 2004
TESCAROLO, R. A escola como sistema complexo: a ação, o poder e o sagrado. São Paulo: Escrituras Ed., 2004.
CASTELLAR, S.M. V.; MUNHOZ, G.B. (Orgs.). Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.
Revista Geosaberes: www.geosaberes.ufc.br/

ANEXO 122

EMENTA

CJ0129 - Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)

Elaboração do projeto de pesquisa: definição do objeto de estudo; identificação do problema, problematização e contextualização, justificativa e objetivos. Construção do referencial teórico-metodológico: revisão bibliográfica, definição do tipo de pesquisa, abordagem e procedimentos; cronograma de atividades. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados (Apêndices). Proposta de Sumário para o TCC II, no caso de Monografia e memorial. Proposta de tópicos no caso de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.
 GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010. RIQUE, Lenira. Do senso-comum à geografia científica. São Paulo, Ed: Contexto, 2004.
 SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.
 SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 01. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. v. 01. 218p .
 UFC – Normalização de Trabalhos Acadêmicos. UFC – Guias de Normalização
 UFC – Normas Técnicas

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Pesquisa Participante: saber pensar e intervir. Brasília, DF: Editora Liber Livro, 2005.
 ESTRELA, Albano. Teoria e prática de observação de classes: uma estratégia de formação de professores. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.
 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2009.
 MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
 YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO 123

EMENTA

CJ0121 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio).

Preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola, do ensino médio. Vivência da prática educativa da Geografia. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais, execução e avaliação. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

CANDAUI, Vera Maria. (orgs.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBANEO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Heccus

Editora, 2013 (p.255-264).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem: São Paulo: Editora Libertad, 2006.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução Ernani F. da F.Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALARCA O, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CANDAUI, Vera (org.). Reinventar a escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TONINI, L. GOULART, L.B.; MARTINS, R.E.M.W.; CASTROGIOVANNI, A.C.;

KAERCHER, N.A. (Orgs.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ANEXO 124

EMENTA

HLL0077 – Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Fundamentos histórico culturais da Libras e suas relações com a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Diálogos em língua de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando. C; RAPHAEL, Walkyria. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008

FELIPE, Tânia Amara. Libras em Contexto: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007 LABORIT, Emmanuelle. O Vôo da Gaivota. Best Seller, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

CHAVES, Ernando P. Sinaliza, surdo!: caracterização da construção de um modelo de escola de surdos. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, UFC. 2003. 110 p.

FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003 FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração Social & Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

ANEXO 125

EMENTA

CJ0130 - Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

Elaboração do TCC conforme o desenvolvimento do projeto elaborado no TCC I. Execução da pesquisa. Coletando dados, observação, entrevista, questões expositivas, questionário, registro dos dados. Revisão de Literatura. Categorização, produção e tratamento de dados. Análise, interpretação e síntese. A construção do texto. A apresentação gráfica geral do trabalho. Submissão do TCC à banca examinadora com defesa pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa. Metodologia da investigação em educação. Curitiba: InterSaberes, 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settinieri, Porto Alegre. RS: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

STAKE, Robert E. Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Tradução Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Sousa. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Como Escrever Trabalhos de Conclusão de Curso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, Marco Antônio. Metodologias de Pesquisa em Ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia M.; FARIAS, M. Isabel Sabino de.; NUNES, João Batista Carvalho. (Orgs.). Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto. Fortaleza: EdUECE, 2011.

MORIN, Edgar. O método 3. O conhecimento do conhecimento/1. Portugal: Publicações Europa-América, LTDA, 1996.

ANEXO 126

Geografia e Práticas Pedagógicas para educação do/no Campo. Geografia e práticas pedagógicas para educação do/no campo. O Ensino de Geografia e a Educação do e no Campo. Políticas Públicas para a educação do campo e no campo. Histórico da educação do campo no Brasil. Currículo, Princípios, Conceitos e práticas. A educação como ferramenta de luta das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Práticas pedagógicas voltadas para a educação básica do e no campo.

Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

CJ0131 - Conservação de Recursos Naturais. Dialética da relação sociedade/natureza e recursos naturais; Recursos naturais e suas bases conceituais; classificação de recursos naturais; Recursos naturais e serviços ambientais; legislação ambiental, recursos naturais e conservação ambiental; escalas, metodologias e macro-paisagens; Conflitos de usos dos recursos naturais e conservação ambiental.

CJ0124 - Geotecnologias, planejamento e instrumentos de ordenamento territorial. Elementos teóricos e conceituais relativos ao geoprocessamento, planejamento ambiental aplicado ao ordenamento territorial e da abordagem geográfica. Desigualdades espaciais, regulação do território e planejamento. Marcos teórico e legal do planejamento ambiental e ordenamento do território. Metodologias de análises integradas e inferências espaciais para o planejamento urbano e rural. Tecnologias da geoinformação aplicadas à elaboração de diagnósticos, modelagens e prognósticos ambientais. Elaboração de planos, programas, projetos e atividades práticas mediante estudo de caso.

ANEXO 127

CJ0089 – Tópicos Especiais. Possibilita a discussão geográfica de diferentes temas em Geografia. Passível de ser oferecida por docente interessado em ministrar conteúdo não abordados por outras disciplinas presentes na matriz.

CJ0067 – Bases Naturais da Geografia do Brasil. Os atributos naturais da paisagem brasileira: a estrutura geológica e a morfologia do relevo; clima e aspectos hidrográficos; solos; conjuntos vegetacionais. Domínios morfoclimáticos brasileiros: atributos físicos; uso e ocupação, degradação da vegetação, solos e recursos hídricos; potencialidades dos recursos naturais e unidades de conservação. Envolve, ainda, a realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

CJ0068 – Geografia Política. As concepções de direito da cidadania e comunidade; os processos organizacionais; as políticas comunitárias e o planejamento; as relações com o terceiro setor e o Estado.

AE0330 - Introdução à Oceanografia. Definição, histórico e perspectiva da oceanografia. Origem dos oceanos, topografia e aspectos da geomorfologia do assoalho oceânico. A origem da água e as propriedades químicas e físico-químicas da água do mar. Os gases dissolvidos na água. Constituintes principais e nutrientes dissolvidos na água. Produção primária. Interação entre a atmosfera e oceano. O Balanço térmico, transporte de calor e a termoclina. As correntes de superfície e profundas. As ondas de superfície e as internas. As marés. O ambiente litorâneo e a Dinâmica das praias. Estuário e manguezais.

CB0685 – Matemática para Geografia. Conceito de esfera e elipsoide; Interpolação Linear (Inserção de valores entre dois pontos extremos). Sistemas de Coordenadas Cartesianas – bi e tridimensionais. Trigonometria – Relação no triângulo-retângulo. Cálculo de área de figuras geométricas.

CC0267 – Estatística para Geografia. Introdução geral. Elementos de estatística descritiva. Elementos do cálculo de probabilidade. Introdução à amostragem e estimação. Seleção de amostragens: aleatória, sistemática, estratificada; Escalas: intervalos (média aritmética), nominal (moda), ordinal (mediana), razão (coeficiente de variação, desvio padrão, regressão e correlação linear). Aplicação: distribuição de frequência, representação gráfica, (diagrama de dispersão, histogramas, dendograma, polígonos de frequência, matrizes geográficas). Análise geográfica dos dados quantitativos e qualitativos na linguagem cartográfica. Métodos de mensuração de dados em diversas linguagens.

ANEXO 128

CC0068 – Modelos Estatísticos em Geociências. Dados numéricos em geociências. Distribuições discretas e aplicações. Distribuições contínuas e aplicações. Regressão simples e aplicações. Proximidade e dispersão em padrões espaciais.

AB0068 – Sociologia do Desenvolvimento Rural – Estudo, discussão e aprofundamento das tendências atuais na área do desenvolvimento rural no mundo, América latina e Brasil. Pressupostos teóricos norteadores dos vários programas de desenvolvimento rural no mundo e Brasil. Contato e discussão de experiências em desenvolvimento rural já implementados no Brasil, destacando o caso do Nordeste brasileiro. Os assuntos tratados serão: elementos conceituais; o desenvolvimento nos países "pobres"; as questões político-sociais do desenvolvimento rural (Mundo, Brasil e Nordeste) e as Novas tendências no desenvolvimento rural.

AB0076 – Estatística BÁSICA. Estatística descritiva: Distribuições de probabilidade. Amostragem. Distribuições amostrais. Inferência: estimação em testes de hipóteses. Correlação e regressão.

CE0879 – Química Geral (Química para Geografia). O Curso destaca o estudo da Química: uma ciência experimental; átomos, moléculas e íons; fórmulas e equações químicas; a estrutura eletrônica dos átomos; classificação periódica dos elementos; ligações químicas; noções de química orgânica; soluções; oxidação e redução; ácidos e bases visando à fundamentação dos princípios básicos da Química.

CG0411 – Mineralogia Geral. Relação da mineralogia com as demais áreas do conhecimento, definições e conceitos de mineral. Cristalografia. Cristalografia do Raios-X. Cristalografia, propriedades físicas dos minerais. Gênese e ambientes de formação.

CH0751 – Biologia Geral I. Teoria moderna da evolução celular; Fracionamento celular; Enzimas e sua regulação; Organização celular e função da superfície celular; Preparação de lâminas histológicas; Sistema de endomembranas; Ciclo viral e principais doenças causadas por vírus; A fisiologia do trato gastro-intestinal e o processo da digestão; Bioquímica respiratória; Síntese de proteínas e sua regulação em procariontes; Citogenética humana; Noções básicas de Imunologia.

CJ0006 – Climatologia Dinâmica. Teoria e fundamentação metodológica da climatologia Dinâmica. O estudo das escalas climáticas. Padrão de circulação geral da atmosfera. A circulação atmosférica no hemisfério Sul. Dinâmica das chuvas no Nordeste e a influência dos fenômenos El Niño e La Niña. Análise rítmica em climatologia. Derivações geográficas resultantes da Dinâmica atmosférica no Nordeste Brasileiro.

CJ0028 – Geomorfologia Climática. Morfologia estrutural x Morfologia climática: problemas conceituais e metodológicos. Mecanismos morfoclimáticos: influências diretas e indiretas do clima sobre a morfogênese x pedogênese: classificação ecodinâmica do ambiente. Princípios da divisão morfoclimática do globo. Domínios morfoclimáticos da zona intertropical. Problemas morfoclimáticos do Nordeste brasileiro e do Ceará.

ANEXO 129

CJ0065 – Cartografia Digital. Elementos de Cartografia e Geodésia. Sistemas geodésicos de referência. Sistemas de coordenadas UTM. Orientação por azimutes e rumos. Principais componentes de uma carta. Modelo digital do terreno. Nomenclatura de cartas. Elemento de Cartografia Digital e práticas em CAD. Métodos para georeferenciamento de mapas digitais. Mapeamentos digitais em CAD.

CJ0071 – Geografia da Paisagem. Evolução dos conceitos de paisagens. Paisagem Natural. Paisagem Cultural. Paisagem integrada: bases físicas naturais de delimitação territorial. Escalas de investigações a serem adotadas. Sensores remotos de investigação. Atores sociais atuantes; Critérios de Classificações. Articulações das informações e representação utilizando sistema de informação geográfico. Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

CJ0078 – Sensoriamento Remoto. Conceitos de Sensoriamento Remoto; Elementos para captação da imagem: Fonte de Energia ou Iluminação; Radiação e a Atmosfera; Interação com o alvo; Gravação de energia pelo sensor; Transmissão, Recepção e Processamento; Interpretação e Análise; Aplicação; Radiação eletromagnética: comprimento de onda e frequência; principais fontes de energia; tipos de energia refletida e emitida; radiância, irradiância e reflectância; Espectro Eletromagnético; Interações com a Atmosfera; Radiação solar e interações com o alvo; Estrutura da Imagem; Características dos Satélites e Sensores: sensores ativos e passivos; Orbitas e Faixas; Sensores a bordo de satélites ativos disponíveis; Resolução espacial, Pixel e Escala; Propriedades da Imagem: Resolução Espectral; Resolução Radiométrica; Resolução Temporal; Câmeras e Fotografias Aéreas. Processamento Digital de Imagens para mapeamento: Distorção Geométrica das Imagens; Georreferenciamento; Registro de Imagens; Mosaicagem; Composição colorida; Ampliação de contraste por manipulação de histograma; Fusão de Imagens. Interpretação e Análise digital de Imagens: classificação e Análise de Imagens; Integração e Análises de Dados: classificadores tradicionais e orientados a objeto; Estudos de casos com atividades desenvolvidas em práticas laboratoriais: Modelos Digitais de Elevação; Mapeamento Temático com Integração de Dados Planimétricos.

ANEXO 130

CJ0079 - Tecnologias da Geoinformação. Noções Elementares de Cartografia e Geodésia: sistema de projeção UTM; dados geodésicos horizontal e vertical. Introdução ao SIG: entender o que é SIG e como pode ser utilizado; Conceitos (dados, informação, feição/entidade, atributos), estrutura e componentes de um aplicativo SIG; tipos de dados espaciais utilizados em projeto SIG (vetor/raster). Introdução ao aplicativo SIG/ArcGIS; Criação de Projeto e agregação de dados ao aplicativo SIG; Operações de consultas e visualização (por atributos/espaciais). Produção de Informações geográficas: Criação de Projeto em aplicativo SIG; Georreferenciamento de Imagens com o ArcGIS; Vetorização para geração de feições pontuais, lineares e polígonos; Associação de tabelas a dados vetoriais; Associação entre tabelas e dados vetoriais; classificação de atributos para elaboração de mapas temáticos (layout): legenda, escalas e orientação. Representação e Visualização de Dados Altimétricos: Representação das formas de relevo: curvas de nível e pontos cotados; Modelagens para representação altimétrica: estruturas de dados vetoriais (TIN) e matricial; Princípios básicos para construção de Modelo Digital do Terreno (MDT) e perfis topográficos, em softwares, para a produção de mapas de isolinhas: curvas de nível (isópsas), isoietas, isotermas e outros; Formas de aquisição de dados para modelagem tridimensional: grade de pontos (regular e irregulares), curvas de nível, imagens de satélites (SRTM/ASTERGDEM); Superfícies Estatísticas Tridimensionais: isoietas, isotermas e outras; Importação de tabelas de pontos para geração de MDT/MDE; Integração de dados temáticos e de imagens no ambiente ArcScene. Resolução de questões e práticas de gabinete e campo para avaliações parciais.

CJ0080 – Planejamento em Geografia. Natureza, sociedade e planejamento. Planejamento no contexto da Geografia. Geografia, Estado e planejamento. Planejamento e organização do espaço: ordenamento territorial, parcelamento do solo urbano, zoneamento urbano e regional. Plano Diretor Urbano. Planejamento e políticas públicas no Brasil. Planejamento e zoneamento ecológico-econômico para a região Nordeste. Práticas de planejamento no Ceará. Fortaleza: planejamento urbano e o estatuto da Cidade.

CJ0082 – Geografia do Turismo. Natureza e cultura dos processos turísticos. Turismo, Lazer e mobilidade espacial. Interações do sistema turístico no desenvolvimento territorial. Levantamento, estudos e projetos relativos ao potencial turístico. Origens do turismo e seu desdobramento no Brasil. Imagens e territórios do turismo. Políticas Públicas de desenvolvimento do turismo no Brasil. Articulações territoriais contemporâneas. Imaginário social nordestino e intervenção do poder público no espaço; Investimentos públicos e privados nas regiões metropolitanas. Casos de planejamento turístico.

CJ0083 – Geomorfologia Litorânea. Bases conceituais da Geomorfologia litorânea. Origem dos litorais. Evolução geológica dos litorais. Dinâmica litorânea e costeira. Formas de relevo litorâneo e costeiro. Uso e ocupação da zona costeira e problemas ambientais.

CJ0084 – Climatologia Urbana. Abordagem geográfica do clima. Clima e cidade. Teorias, métodos e técnicas de pesquisa em clima urbano. Os campos termodinâmicos, físico-químico e hidrometeorológico do sistema clima urbano. Especificidades da cidade tropical. Clima e planejamento urbano. Estudos de pesquisas climáticas.

CJ0088 – Geografia do Espaço e Cidadania. O processo de ocupação do espaço das pequenas comunidades. Gênero e modo de vida das comunidades. Movimentos sociais locais. A participação popular na gestão do espaço geográfico. Qualidade de vida, desafios sociais e cidadania.

ANEXO 131

Geografia Cultural. Introdução à discussão das dimensões da Cultura no Espaço Geográfico. Aspectos fundantes da abordagem cultural. Mitos, símbolos e imaginário socioespacial. Lugares sagrados, religiosidades e festividades. Questões étnicas, migrações, fronteiras e intercâmbios políticos. Marcas internas e renovadas da Cultura no desafio patrimonial contemporâneo. Estudos clássicos de Geografia Cultural, crises e interfaces com o Humanismo. A "virada" cultural pós-moderna. Leituras e visões do Brasil: identidades e rupturas na cultura das mídias.

CJ0101 - Educação Ambiental. Bases conceituais da educação ambiental e o processo histórico da tomada de consciência sobre a degradação ambiental; a relação sociedade e natureza dentro da perspectiva da educação ambiental; estudo de experiência em educação ambiental; a política nacional do meio ambiente e o processo de desenvolvimento da cidadania; planejamento estratégico de ações em educação ambiental; o papel da questão ambiental como elemento transformador da ordem internacional; análise crítica de temas ecológicos globais.

CJ0103 – Planejamento Ambiental. Bases teóricas e metodológicas do planejamento ambiental; o diagnóstico integrado como base para o planejamento ambiental; a análise dos atributos ambientais para fins de avaliação da capacidade produtiva do ambiente e dos recursos naturais; planejamento ambiental em Unidades de Conservação; o planejamento ambiental e o zoneamento ecológico-econômico. Práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas para apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

CJ0046 – Prática de Geografia Humana I. A Geografia Humana - problemas conceituais e setorização. Métodos e técnicas de trabalho em Geografia Humana: exemplos de trabalhos já realizados. Elaboração de projeto de pesquisa em Geografia Agrária. Realização de pesquisa em zona rural.

CJ0047 – Prática de Geografia Humana II. A Geografia Humana - problemas conceituais e setorização. Métodos e técnicas de trabalho em Geografia Humana: exemplos de trabalhos já realizados. Elaboração de projeto de pesquisa em Geografia Urbana e Geografia das Indústrias. Realização de pesquisa em zona urbana.

CJ0086 – Geografia Ambiental. Definições. Fundamentações em geossistema. Conceitos de ambiente e suas diferentes tipologias e questões ambientais de nível global, regional e local. Alternativas de gestão ambiental. Critérios de sustentabilidade ambiental e formas de gestão ambiental.

TG0455 – Planejamento Urbano e Regional I. Objetiva oferecer um alicerce teórico de planejamento urbano, através de conceitos básicos e de estudo metodológico, orientado em função do trabalho prático a ser desenvolvido durante o semestre letivo.

DB0103 - Direito Ambiental. Direito ambiental na constituição Federal. Sistema Nacional do Meio ambiente. Zoneamento Ambiental. Dano ecológico: responsabilidade, reparação e meios processuais para defesa ambiental. Aspectos jurídicos da poluição, das áreas de preservação permanente da flora, da fauna e da proteção da zona costeira. Dano nuclear: prevenção e responsabilidade. Tombamento

ANEXO 132

EE0115 – Introdução à Economia. Noções Básicas de Economia. Fundamentos de Microeconomia e Macroeconomia. Noções de Comércio Internacional. Noções de Desenvolvimento Econômico.

HD0754 – Introdução à Antropologia. Natureza e objeto da Antropologia. a Paleontologia humana e a teoria da evolução. Antropologia biológica e Antropologia cultural. Sociedade e cultura. Fundamentos de organização social. Entendimento e etnocentrismo.

HD0789 – Cultura Brasileira. A perspectiva antropológica e o conceito de cultura. Formação, estrutura e organização sociais no Brasil. Fundamentos da cultura e da sociedade brasileiras. Influências de outras culturas na construção do "ethos" brasileiro. Vida social e manifestações da cultura brasileira.

IUV0001 – Tecnodocência. Abordagens científicas contemporâneas. Teoria de Fluxo. Planejamento e Plano de Aula. Aprendizagem Significativa. Abordagens metodológicas vinculadas às tecnologias e TDIC. Prática docente.

IUV0002 – Tecnodocência EAD. Abordagens científicas contemporâneas. Teoria de Fluxo. Planejamento e Plano de Aula. Aprendizagem Significativa. Abordagens metodológicas vinculadas às tecnologias e TDIC. Prática docente.

PD0074 - História dos Afrodescendentes no Brasil. Conceitos de africanidades, afrodescendência e negritude. As origens africanas. As nações africanas representadas na sociedade escravista brasileira. O sistema escravista no Brasil e no Ceará. Inscrições civilizatórias e aportes tecnológicos dos africanos à formação social e cultural do Brasil e do Ceará. Quilombos, rebeliões de africanos e afrodescendentes e lutas pela Abolição. A situação da população negra no pós-abolição, no Brasil e no Ceará. Os movimentos sociais negros hoje e as reivindicações educacionais da população afrodescendente. Personalidades africanas, afrodescendentes e da diáspora negra que se destacaram em diferentes áreas do conhecimento. Legados dos afrodescendentes no Brasil e no Ceará.

HI0004 - História do Mundo Afro-Asiático. Fontes, metodologias e fundamentos para o estudo da história da África; a África pré-colonial; a diversidade étnica; a expansão islâmica; os principais reinos da África ocidental na véspera e durante a expansão marítima europeia; a inserção africana no mercado mundial do século XVI; os séculos do tráfico negreiro; o Atlântico Negro; o imperialismo e a partilha da África no século XIX.

HI0044 – História do Ceará I. Aspectos gerais da conquista e ocupação da capitania do Ceará. Estudos dos aspectos sócio-econômicos da história colonial e provincial e sua articulação com a história do Brasil.

PB0054 – Psicologia da Educação II. Introdução à psicologia. O processo de desenvolvimento nas diversas fases. Os seguintes aspectos do desenvolvimento: físico, psicomotor, linguagem, cognitivo, afetivo e social.

ANEXO 133

PD0006 – Educação de Adultos. Tendências da Educação de Adultos; análise das concepções e políticas e ideológicas das propostas do Estado, da Igreja e das classes populares; estudo de experiências atuais no campo da Educação de Adultos, considerando seus fundamentos; clientela a que se destina; objetivos e conteúdos; procedimentos metodológicos e recursos empregados; resultados obtidos; elaboração de propostas e alternativas no campo da Educação de Adultos.

PD0028 – Educação Brasileira Contemporânea. A educação e o desenvolvimento brasileiro a partir de 1930; industrialização, demanda social da educação e expansão do ensino; o contexto sócio-político e a organização do ensino; a Revolução de 30; a Reforma Francisco Campos e o Manifesto dos Pioneiros; o autoritarismo do Estado Novo; Leis Orgânicas do Ensino; Reforma Capanema; ensino profissional; a redemocratização de 1946 e a LDB; o retrocesso de 1964 e as reformas do ensino de 1º e 2º graus; o pensamento educacional na abertura política e na redemocratização.

PRG0002 – Relações étnico-raciais e africanidades. Negritude e pertencimento étnico. Conceitos de africanidades e afrodescendência. Cosmovisão africana: valores civilizatórios africanos presentes na cultura brasileira. Ancestralidade e ensinamentos das religiosidades tradicionais africanas nas diversas dimensões do conhecimento no Brasil. Introdução à geografia e história da África. As origens africanas e as nações africanas representadas no Brasil. O sistema escravista no Brasil e no Ceará. Aportes dos africanos à formação social e cultural do Brasil e do Ceará. Personalidades africanas, afrodescendentes e da diáspora negra que se destacaram em diferentes áreas do conhecimento. Contexto das Ações Afirmativas hoje. Atualização do legado africano no Brasil. Desconstrução de preconceitos e desdobramentos teórico-práticos para a atuação do profissional na sua área de inserção no mercado de trabalho.

PRG0004 – Educação em Direitos Humanos. Direitos Humanos, democratização da sociedade, cultura e paz e cidadania. O nascituro, a criança e o adolescente como sujeitos de direito: perspectiva histórica e legal. O ECA e a rede de proteção integral. Educação em direitos humanos na escola: princípios orientadores e metodologias. O direito à educação como direito humano potencializador de outros direitos. Movimentos, instituições e redes em defesa do direito à educação. Igualdade e diversidade: direitos sexuais, diversidade religiosa e diversidade étnica. Os direitos humanos de crianças e de adolescentes nos meios de comunicação e nas mídias digitais.

PD0050 – Novas Tecnologias e Educação à Distância. As novas tecnologias e os processos de ensino-aprendizagem na escola. Educação à Distância: histórico e estado da arte. Usos Educacionais da Internet. Projetos educativos com recursos da Internet. Novas Tecnologias e Educação Especial.

TC0558 – Topografia. Introdução. Forma e dimensão da Terra. Sistema Cartográfico nacional. Escala. Topologia. Topometria. Orientação azimutal. Poligonação. Levantamento topográfico. Instrumento de topometria. Superfície topográfica. Taqueometria. Altimetria. Cálculo de áreas e volumes. Divisão de terreno. Introdução à locação de obras civis.

ANEXO 134



CB0685 – Matemática para Geografia. Conceito de esfera e elipsoide; Interpolação Linear (Inserção de valores entre dois pontos extremos). Sistemas de Coordenadas Cartesianas – 2D e tridimensionais. Trigonometria – Relação no triângulo-retângulo. Cálculo de área de figuras geométricas.

CJ0006 – Climatologia Dinâmica. Teoria e fundamentação metodológica da climatologia Dinâmica. O estudo das escalas climáticas. Padrão de circulação geral da atmosfera. A circulação atmosférica no hemisfério Sul. Dinâmica das chuvas no Nordeste e a influência dos fenômenos El Niño e La Niña. Análise rítmica em climatologia. Derivações geográficas resultantes da Dinâmica atmosférica no Nordeste Brasileiro.

CJ0046 – Prática de Geografia Humana I. A Geografia Humana - problemas conceituais e setorialização. Métodos e técnicas de trabalho em Geografia Humana: exemplos de trabalhos já realizados. Elaboração de projeto de pesquisa em Geografia Agrária. Realização de pesquisa em zona rural.

PRG0002 – Relações étnico-raciais e africanidades. Negritude e pertencimento étnico. Conceitos de africanidades e afrodescendência. Cosmovisão africana: valores civilizatórios africanos presentes na cultura brasileira. Ancestralidade e ensinamentos das religiosidades tradicionais africanas nas diversas dimensões do conhecimento no Brasil. Introdução à geografia e história da África. As origens africanas e as nações africanas representadas no Brasil. O sistema escravista no Brasil e no Ceará. Aportes dos africanos à formação social e cultural do Brasil e do Ceará. Personalidades africanas, afrodescendentes e da diáspora negra que se destacaram em diferentes áreas do conhecimento. Contexto das Ações Afirmativas hoje. Atualização do legado africano no Brasil. Desconstrução de preconceitos e desdobramentos teórico-práticos para a atuação do profissional na sua área de inserção no mercado de trabalho.

ANEXO 135

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA | | | | CÓDIGO: CS100 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 1 ^o | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | - | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| As Ciências Sociais e a Sociologia. Natureza e objeto da Sociologia. Estrutura Social. Estruturas de Classes. Transformações Sociais. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ARON, R. 1987. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo. Martins Fontes. UnB | | | | | |
| BENEDICTO, S. 1987. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1422p. | | | | | |
| BOBBIO, N. Et Alii. 1986. Dicionário de Política. Brasília. UnB. | | | | | |
| BOTTOMORE, T. Et Alii. 1988. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro:Zahar. | | | | | |
| BOUDIEU, P. 1989. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. | | | | | |
| COHN, G. (org.). 1989. Sociologia: Marx Weber. São Paulo. Ática. (Grandes Ciências Sociais, 13). | | | | | |
| DURKHEIM, E. 1990. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Nacional. | | | | | |
| _____ Et Al. 1992. Introdução ao Pensamento Sociológico. São Paulo. Moraes. | | | | | |
| FERNANDES, F. 1981. Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar. | | | | | |
| FORACCHI, M. 1982. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo. Hucitec. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ELSTER, J. 1989. Marx Hoje. Rio de Janeiro. Paz e Terra. | | | | | |
| GIDDENS, A. 1989. A Constituição da Sociedade. São Paulo. Martins Fontes. | | | | | |
| _____. 1984. Sociologia: Uma Breve, Porém Crítica Introdução. Rio de Janeiro. Zahar. | | | | | |
| GOLDMAN, L. 1972. Dialética e Ciências Humanas. Lisboa: Presença. | | | | | |
| HOBSBAWM, E. 1979. A Era das Revoluções: Europa 1789 - 1848. Rio de Janeiro. Paz e Terra. | | | | | |
| IANNE, O. 1988. Sociologia: Karl Marx. São Paulo. Ática. (Grandes Cientistas Sociais, 10). | | | | | |


ANEXO 136

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOLOGIA GERAL | | | | CÓDIGO: GEO195 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 1 ^o | |
| CARGA HORÁRIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | - | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Introdução à Geologia. Constituição litológica e estrutural da crosta. Dinâmica externa: Intemperismo. Dinâmica interna: vulcanismo, plutonismo, terremoto, epirogênese, perturbações das rochas, origens das montanhas, águas superficiais. Escala geológica do tempo. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| FUNBEC & Mc Graw Hill. 1975. Investigando a Terra, (Vol 1 e 2). | | | | | |
| LEINZ, V. & AMARAL, S.E. 1980. Geologia Geral. São Paulo. Nacional. | | | | | |
| PRESS, F.; et al. Para entender a terra. 4 ed. (trad.) Rualdo Menegat. Porto Alegre: Bookman, 2008. | | | | | |
| TEIXEIRA, W. et al., 2000. Decifrando a terra. Edusp/Oficina de Textos 558p. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| LOOM, A. L. 1988. Superfície da Terra, Série de Textos Básicos de Geociências. Edgard Blucher (Ed) São Paulo, 184 p. | | | | | |
| CLARK, JR. 1973. Estrutura da Terra, Série de Textos Básicos em Geociências. Edgard Blucher (Ed), São Paulo, 122 p | | | | | |
| EICHER, D. L. 1969. Tempo Geológico, Série de Textos Básicos de Geociências, Edgard Blucher (Ed), São Paulo 173 p. | | | | | |
| ERNST, W. G. 1975. Minerais e Rochas. Série de Textos Básicos em Geociências, Edgard Blucher (Ed), São Paulo, 145 p. | | | | | |
| SKIMMER, B.J. 1969. Recursos Minerais da Terra. Série de Textos Básicos em Geociências. São Paulo. Edgard Blucher. | | | | | |



ANEXO 137

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO | | | | CÓDIGO: PE405 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 1º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | - | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| A educação nos vários momentos históricos: Antiguidade, Idade Média, Época Moderna e Contemporânea. Cultura e educação no mundo contemporâneo. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2000. | | | | | |
| CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Editora UNESP, 1999. | | | | | |
| ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação e da Pedagogia. Petrópolis: Vozes, 2005. | | | | | |
| SOUZA, Neusa Maria Marques de (Org.). História da educação: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea. São Paulo: Avercamp, 2006. | | | | | |
| MANACORDA, Mário A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 2 ed. Cortez, 1989. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BELLO, Ruy de Aires. Pequena história da educação. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. | | | | | |
| LOPES, Eliane Marta. Origens da Educação Pública. São Paulo: Edições Loyola, 1998. | | | | | |



ANEXO 138

| | | | | | |
|---|--|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO | | | | | CÓDIGO: GE134 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 1 ^o | |
| CARGA HORÁRIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | - | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Epistemologia e Geografia; a institucionalização da Geografia; crises e renovações da ciência geográfica em diferentes contextos; categorias de análise da Geografia; o pensamento geográfico brasileiro e suas matrizes; perspectivas atuais da Geografia. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORREA, R. L. (org.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. | | | | | |
| _____. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. | | | | | |
| MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras – vol. 3. São Paulo: Contexto, 2010. | | | | | |
| _____. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias – vol. 1. São Paulo: Contexto, 2008. | | | | | |
| _____. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes de renovação – vol. 2. São Paulo: Contexto, 2009. | | | | | |
| _____. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2012. | | | | | |
| SANTOS, Douglas. A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: EdUNESP, 2002. | | | | | |
| SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. | | | | | |
| _____. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2004. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ANDRADE, Manoel Correia – Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. | | | | | |
| CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: uma introdução à geografia física. Porto Alegre: Bookman, 2012. | | | | | |
| CLAVAL, Paul. Terra dos homens: a Geografia. São Paulo: Contexto, 2010. | | | | | |
| LACOSTE, Yves. A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas. SP. Papyrus, 1989. | | | | | |
| MATTHEWS, J. A & HERBERT, D. T. Geography: a very short introduction. Oxford University Press, 2008. | | | | | |
| MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo, HUCITEC, 1981. | | | | | |
| _____. Ratzel: a geografia. São Paulo: Ática, 1990. | | | | | |
| PACIONE, Michel. Applied geography - principles and practice: an introduction to useful research in physical, environmental and human geography. Nova Iorque: Routledge, 2009. | | | | | |

ANEXO 139

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOESTATÍSTICA | | | | | CÓDIGO: GE135 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 1 ^o |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | - | | |
| 60 horas | 60 horas | - | - | | |
| EMENTA | | | | | |
| Histórico da estatística e sua correlação com a Geografia, associação com a Teoria Geral dos Sistemas e a Geografia Quantitativa (por que quantificar?); Introdução a Estatística descritiva; Coleta de dados, descrição dos dados, análise espacial de dados geográficos; Conhecer e aplicar técnicas para coleta, tratamento estatístico, representação gráfica e análise espacial de dados geográficos; Tipos de interpolação e sua importância para Geografia, com ênfase na Krigagem; Conhecer as fontes de levantamento de informações e os métodos de amostragem; Aprender a descrever e classificar os dados; Onde obter dados secundários; A importância do IBGE; Uso de dados do IBGE para práticas. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ROGERSON, P.A. Métodos Estatísticos para Geografia: Um guia para o estudante. 3ª- Edição. Ed. Bookman, Porto Alegre, 2012. 348p. GATTI, B. A.; FERES, N. L. Estatística básica para ciências humanas. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 190p. GERARDI, L. H. O. ; SILVA, B. C. N. Quantificação em geografia. São Paulo: DIFEL, 1981. GUERRA, P.A.G. Geoestatística operacional. Brasília: Ministério das Minas e Energia, Departamento de Produção Mineral, 1988. 145p. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| LANDIM, P. M. B. Análise estatística de dados geológicos. 2ª ed. Editora Unesp, 2004. 253p. LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. Estatística: teoria e aplicações; usando Microsoft Excel em português. Trad. Teresa Cristina Padilha de Souza. Rev. Sérgio da Costa Cortes. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000. 811p. SOARES, A. Geoestatística para as Ciências da Terra e do Ambiente. IST Press, 2000, 206 pp. FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. Tratamento estatístico e gráfico em geografia. Lisboa: GRADIVA, 2ª. ed, 1987. | | | | | |



ANEXO 140

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: PRODUÇÃO DE TEXTO ACADÊMICO | | | | | CÓDIGO: GE136 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 1 ^o |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | - | | |
| 30 horas | 30 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Fundamentos da produção e leitura de textos. Os gêneros acadêmico/científicos e suas características. Método científico e argumentação científica. Prática de leitura e produção de resenhas, fichamentos e resumos. O papel do planejamento na produção dos textos acadêmico/científicos. Regras de formatação, citações e referências bibliográficas. Fontes de dados e informações para a produção de textos científicos. O plágio na academia. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto para estudantes universitários . Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 300 p. | | | | | |
| FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 140 p. | | | | | |
| SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? Revista Brasileira de Educação , v. 13 n.º. 38, maio/ago. 2008. | | | | | |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Resolução n.º 009/2011-CEPE . Fixa normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos da UFRR. Jun. 2011. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ABRAHAMSOHN, P. Redação Científica . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2004. 269 pp. | | | | | |
| CARGILL, M.; O'CONNOR, P. Writing Scientific Research Articles - strategy and steps . Oxford, Wiley-Blackwell, 2009. 173 pp. | | | | | |
| KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti e PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita . Petrópolis, R.J: Vozes, 2009. 181p. | | | | | |
| MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane e ABREU-TARDELLI, Lilian Santos (ORGS.) Resumo . São Paulo: Parábola, 2004. | | | | | |
| MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane e ABREU-TARDELLI, Lilian Santos (ORGS.) Resenha . São Paulo: Parábola, 2004. | | | | | |
| MOTTA-ROTH, Désirée (ORG.) Redação Acadêmica: princípios básicos . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Imprensa Universitária, 2001. | | | | | |
| PERROTA, Claudia. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico . São Paulo: Martins Fontes, 2004. | | | | | |

ANEXO 141

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: DINÂMICA ATMOSFÉRICA | | | | | CÓDIGO: GE231 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 2 ^o |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | GE 134 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Noções dos elementos atmosféricos (radiação atmosférica, temperatura do ar, umidade do ar, pressão atmosférica, circulação da água na atmosfera, evaporação e evapotranspiração). Conceitos elementos e fatores climáticos, tipos e classificações climáticas. Distribuição geográfica dos climas. A influência do clima sobre a sociedade. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos . São Paulo: Bertrand Brasil, 1983. | | | | | |
| GALVANI, E. (Org.); LIMA, N. G. B. de (Org.). Climatologia Aplicada: Resgate aos estudos caso . Curitiba: Editora CRV, 2012. | | | | | |
| CAVALCANTI I. D. A.; FERREIRA N. J.; DA SILVA M. G. A. J.; SILVA DIAS M. A. F. (Orgs.). Tempo e Clima no Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2009. | | | | | |
| PITA, M. F.; CUADRAT, J. M. Climatologia . Catedra, 2011. | | | | | |
| MENDONÇA, F. Climatologia . São Paulo: Oficina de textos, 2007. | | | | | |
| NIMER, E. Climatologia do Brasil . Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 421p. | | | | | |
| PRIMAVERESI, O. Aquecimento global e mudança climáticas . São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2007. | | | | | |
| VIANELLO, A. R. A. Meteorologia básica e aplicações . Viçosa: UFV, 1991. 449 p. | | | | | |
| TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O.. Introdução à climatologia . São Paulo: Cengage Learning, 2011. | | | | | |
| ZAVATTINI, J. A.; BOIN, M. N. Climatologia Geográfica: Teoria e Prática de Pesquisa . Campinas: Alínea, 2013. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. Atmosfera, Tiempo y Clima . Barcelona: Omega S.A., 1980. | | | | | |
| EVANGELISTA, R.O.; SANDER, C.; WANKLER, F.L. Estudo preliminar da distribuição pluviométrica e do regime fluvial da bacia do rio Branco, estado de Roraima . In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, R. S. (Org.). Roraima 20 anos: As geografias de um novo estado. Boa Vista: Editora da UFRR, p. 142-167. 2008. | | | | | |
| MONTEIRO, C. A. de F.; MENDONÇA, F. Clima Urbano . São Paulo: Contexto, 2011. 192 p. | | | | | |
| MOURA, A. D. Fundamentos de dinâmica aplicados a meteorologia e oceanografia . São José dos Campos: INPE, 1998. | | | | | |
| GALVÃO, M. V. Regiões bioclimáticas do Brasil . In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, v.29, n. 1, jan/mar. 1967. | | | | | |
| LOMBARDO, M. A. Ilha de calor nas metrópoles – o exemplo de São Paulo . São Paulo: HUCITEC, 1985. | | | | | |
| SUREDA, V.; GIL, J. A. S. A Atmosfera e a Previsão do tempo . Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979. | | | | | |
| TUBELIS, A.; NASCIMENTO, F. J. L. Meteorologia descritiva – fundamentos e aplicações brasileiras . São Paulo: Nobel, 1988. 374p. | | | | | |


ANEXO 142

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA ECONÔMICA | | | | CÓDIGO: GE 233 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 2 ^o | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | GE 134 | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| As correntes da economia política. Espaço econômico e produção. Produção industrial, centralização e descentralização econômica. Organização econômica e globalização. Mudanças ocorridas na produção contemporânea do espaço brasileiro. O papel da tecnologia na produção e no mercado de trabalho. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica , ed. Atlas S.A, São Paulo, 1998. | | | | | |
| _____. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987 | | | | | |
| BASTOS, Vânia L. Teorias do Crescimento Econômico. Brasília: Universidade de Brasília/ Dep. De Economia, nov. 1993 [Série Textos Didáticos, n.2]. | | | | | |
| BENKO, Georges) – Economia, espaço e globalização na aurora do Séc. XXI . Hucitec. São Paulo, 1999. | | | | | |
| CLAVAL, Paul. Geografia Econômica e Economia . GeoTextos, vol. 1, n. 1, 2005. Pag.11-27. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ANDRADE, M. C. (1995): "Formação territorial do Brasil", in CHRISTOFOLETT, A.; et'alli (Orgs.): Geografia e meio ambiente no Brasil . São Paulo e Rio de Janeiro, Hucitec. | | | | | |
| BECKER, B. e MIRANDA, M. A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável . Editora UFRJ, 1997. | | | | | |
| CANO, Wilson. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Fund. Editora da UNESP, 1998. | | | | | |
| CARLOS, A.F. Espaço e Indústria . São Paulo. Contexto. 1988. | | | | | |
| COSTA, Vanderley Messias da– O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil . São Paulo, Contexto, 1991. | | | | | |
| FURTADO, Formação Econômica do Brasil . São Paulo. Nacional. 1989. | | | | | |
| GODEIRO, Nazareno (org.), – Vale do Rio Doce, nem tudo que reluz é ouro: da privatização à luta pela reestatização . São Paulo, ed. Sudermano. 2007. | | | | | |
| IANNI, O. Estado e Planejamento no Brasil. Civilização Brasileira . Rio de Janeiro, 1986. | | | | | |
| LACOSTE, Y. Geografia do Subdesenvolvimento . Bertrand Brasil. 335p. -1990. | | | | | |
| MARICATO, E. (Org.). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial . São Paulo. Alfa-Omega. 1982. | | | | | |
| MANTEGA, G. A Economia Política Brasileira . Petrópolis. Vozes. 1984. | | | | | |
| SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo , Hucitec, SP, 1994. | | | | | |
| SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas à economia políticas. Rio Janeiro: Hucitec, 1979. | | | | | |
| _____. et al (orgs). Fim de século e globalização - o novo mapa do mundo. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993. | | | | | |
| _____. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. | | | | | |
| SANTOS, Theotônio. Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório. Petrópolis: Vozes, 1984. | | | | | |
| _____. Economia mundial: integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1993. | | | | | |
| SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988. | | | | | |



ANEXO 143

| | | | | | |
|--|--|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO | | | | | CÓDIGO: GE234 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 2 ^o | |
| CARGA HORARIA: | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE134 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Introdução ao estudo da Geografia da População. O papel da demografia na Geografia da População. Teorias populacionais. A dinâmica da população: movimentos populacionais no espaço. Migrações internacionais e internas e sua influência na reconfiguração espacial. Instrumentos de análise da população. Indicadores populacionais. Estrutura da população: gênero, família e trabalho. População e meio ambiente. Políticas populacionais. Coleta e fontes de dados populacionais. Construção e interpretação de gráficos e mapas a partir de dados populacionais. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia . São Paulo, SP : Contexto, 2012. 107 p. | | | | | |
| DINIZ, Alexandre M. A. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima . Geografia (Rio Claro), Rio Claro, SP , v.33, n.2 , p.269-287, ago. 2008. | | | | | |
| BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline . Geografia de população . São Paulo, SP : Nacional, 1980. 441p. | | | | | |
| IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico . 2010. | | | | | |
| TEIXEIRA, Pery e BRASIL, Marília Carvalho. Amazônia: população, trabalho e saúde . 2012. 267 p. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALEGRE, Marcos. Estrutura da população brasileira . Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2002. | | | | | |
| ARAGÓN, Luis E. Migração internacional na pan-amazônia . Parintins : NAEA/UFPA, 2009. 335 p. | | | | | |
| ARAGÓN, Luis E. Populações da Pan-Amazônica . Petrópolis: UFPA/NAEA, 2005. 204 p. | | | | | |
| CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.T.O.; RODRIGUES, R.N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia . São Paulo: ABEP, 1998. | | | | | |
| DINIZ, Alexandre M. Alves. Tendências migratórias atuais de Roraima. Textos & Debates , nº 4, 1997. | | | | | |
| HOLDSWORTH, Clare. Population and society . London: Sage, 2013. 230 p. | | | | | |
| OJIMA, R; CARVALHO, R. L. Gênero, família e meio ambiente: limites e perspectivas para o campo dos estudos de população . ENCE/IBGE- ABEP, Rio de Janeiro, 2009. | | | | | |
| PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Populacionais , v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005. | | | | | |
| ROCHA, M. I. B. da (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios . São Paulo: Editora Trinta e Quatro, 2000. | | | | | |
| SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento . 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 1988. 245 p. | | | | | |
| TRAJANO FILHO, Wilson. A sociabilidade da Diáspora: o retorno . Brasília : UnB, 2005. | | | | | |

ANEXO 144

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|-----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: TEORIAS E MÉTODOS EM GEOGRAFIA | | | | | CÓDIGO: GE 235 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 2 ^o |
| CARGA HORARIA: | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE134 | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| O pensamento científico. A questão do Método e a Crítica do Conhecimento. Os métodos em Geografia. Metodologias e técnicas da pesquisa geográfica. O conhecimento como processo. A Geografia e a Fenomenologia. O particular, o diferente, e o múltiplo e o complexo como referência de reestruturação do pensamento geográfico. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial . São Paulo, Contexto, 2012. | | | | | |
| CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. | | | | | |
| MASSEY, Doreen. Pelo Espaço – uma nova política da espacialidade . São Paulo, Bertrand Brasil, 2008. | | | | | |
| MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas . São Paulo, HUCITEC, 2007. | | | | | |
| MOREIRA, Ruy. Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico . São Paulo, Contexto, 2007. | | | | | |
| SANTOS, Milton. Espaço & Método . São Paulo: Editora Nobel, 1998. | | | | | |
| SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia . Cadernos Geográficos. UFSC. Florianópolis. Imprensa Universitária, 1999. | | | | | |
| SPOSITO, E. S. Geografia e Filosofia. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: Ed. UNESP, 2004. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. | | | | | |
| FEYERABEND, Paul. Contra o método . São Paulo: Editora da UNESP, 2007. | | | | | |
| GEORGE, Pierre. Os Métodos da Geografia . Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Difel. 1986. | | | | | |
| GOMES, H. Reflexões sobre Teoria e Crítica em Geografia . Goiânia: CEGRAF/UFMG, 1991. | | | | | |
| LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra . Campinas: Papirus, 1989. | | | | | |
| RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder . São Paulo: Editora Ática, 1980. | | | | | |
| OLIVEIRA, P. S. (org). Metodologia das Ciências Humanas . São Paulo: Ed. Unesp/Editora Hucitec, 1998. | | | | | |
| SANTOS, Boaventura de Souza. Um Discurso Sobre as Ciências . Porto: Edições Afrontamento, 2001. | | | | | |
| SANTOS, Douglas. A Reinvenção do Espaço – diálogos em torno da construção do significado de uma categoria . São Paulo: Editora Unesp, 2002. | | | | | |
| SOJA, E. Geografias pós-modernas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993. | | | | | |



ANEXO 145

| | | | |
|--|--|--|----------------------|
| TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência . Londrina: Eduel, 2013. | | | |
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |
| | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | |
| DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO | | | CÓDIGO: PE401 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 2 ^o |
| CARGA HORARIA: | | PRÉ-REQUISITO | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | |
| 60 horas | 60 horas | - | - |
| EMENTA | | | |
| Introdução ao estudo da psicologia: seus pressupostos epistemológicos, as teorias psicológicas na contemporaneidade e suas contribuições à educação. O estudo do ser humano do nascimento à idade adulta, considerando seus aspectos físico-motor, afetivo-emocional, cognitivo e social. | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | |
| BÁSICA | | | |
| BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Escolar. São Paulo: Ática, 2004 BOCK, Ana Bahia, FURTADO, Odaír e TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologia: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002. MUKHINA, Valeria. Psicologia da idade pré-escolar. São Paulo: Martins Fontes, 1995. SABINO, Maria Aparecida Cória. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Ática, 2002. | | | |
| COMPLEMENTAR | | | |
| CARRARA, Kestes. (org) Introdução à Psicologia da Educação: Seis Abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Vygotsky e Bakhtin: Psicologia da Educação, um intertexto. São Paulo: Ática, 1998. OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2003. | | | |


ANEXO 146

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|-----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À CARTOGRAFIA | | | | | CÓDIGO: GE 232 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 2 ^o |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| Total | Teórico | Prática | GE 135 | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| <p>Histórico da Cartografia; Conceito e definição das representações cartográficas; Classificação de mapas e cartas. Tipos de escalas; Representação do relevo, projeções, convenções, coordenadas geográficas; Direção e distância, azimute e rumo; Técnicas de representação gráfica de fatos geográficos; Leitura e interpretação de cartas básicas e temáticas; Caracterizar a importância da cartografia como instrumento de análise e pesquisa, fornecendo os elementos necessários para o domínio de conceitos, conteúdos e técnicas que possam auxiliar as atividades de campo, caracterização do meio em questão e pesquisa, assim como voltadas para ao trabalho técnico. Trabalhar questões como: a carta, o mapa, a planta, o croqui e o globo; tipos de escala e problemas práticos; orientação cardinal, rum e azimute, com problemas práticos em cartas topográficas; orientação com bússola; cartografia por meio de banco de dados on-line e acesso aos SIG-Web.</p> | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALMEIDA, Rosângela Doin. Cartografia escolar . Contexto, 2011. 224 p. | | | | | |
| DUARTE, P. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis, EdUFSC, 1994. | | | | | |
| FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica . Oficina de Textos, 2008. 143 p. | | | | | |
| PADOVESI, Fonseca Fernanda. Cartografia . Melhoramentos, 2013. 255 p. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALMEIDA, Rosângela Doin. Novos rumos da cartografia escolar : currículo, linguagem e tecnologia . Contexto, 2011. 192 p. | | | | | |
| DUARTE, P. Escala : fundamentos . Florianópolis : ed. da UFSC, 1983. | | | | | |
| DUARTE, P. A. Cartografia temática . Florianópolis : ed. da UFSC, 1991. | | | | | |
| JOLY, F. A Cartografia . Campinas : Papirus, 1990 | | | | | |
| MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática . Contexto, 2011. 142 p. | | | | | |
| OLIVEIRA, C. Dicionário cartográfico . Rio de Janeiro : IBGE, 1988. | | | | | |
| OLIVEIRA, C. Curso de Cartografia Moderna . Rio de Janeiro : IBGE, 1988. | | | | | |

ANEXO 147

| | | | | | |
|--|-----------------|--|----------------------|---|-----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA AGRÁRIA | | | | | CÓDIGO: GE 334 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) | Eletiva () | Optativa Livre () | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | Presencial (X) | Semi presencial () | A distância () | 3º | |
| CARGA HORARIA: | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE134 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Concepções de Geografia Agrárias. A questão agrária e os mecanismos econômicos. As transformações capitalistas na agricultura. Agricultura, dinâmica de ocupação e novas configurações no espaço brasileiro. Os movimentos sociais e a reforma agrária no Brasil e mundo. Estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo. Agricultura e reforma agrária na Amazônia e Roraima. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E. R.; MAIA, A. C. (Org.). Estudos Agrários: A Complexidade do Rural Contemporâneo . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. | | | | | |
| MANÇANO, Bernardo, FERNANDES, Marta Inez Medeiros Marques, SUZUKI, Júlio César (orgs.). Geografia Agrária: teoria e poder . São Paulo. Expressão Popular, 2007. | | | | | |
| OLIVEIRA, D. A. O. Mundo Rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil (1930-1990) . São Paulo: Ed. UNESP, 2002. | | | | | |
| OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária . São Paulo: Labur, 2007. | | | | | |
| SAUER, S. Terra e Modernidade, a reinvenção do campo brasileiro , 1 Ed. São Paulo, 2010. | | | | | |
| SAQUET, M. A. Geografia agrária, território e desenvolvimento . São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. | | | | | |
| SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro . Estudos Avançados, v. 15, n.43, p. 36-50, 2001. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALENTEJANO, P. R. A Política de Assentamentos Rurais do Governo FHC e os Desafios da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI . AGRÁRIA, n. 1, p. 2-15, 2004. | | | | | |
| ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas . Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-17, fev. de 2010. | | | | | |
| CORRÊA, A. (org.). Estudos Agrários: a complexidade do rural contemporâneo . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. | | | | | |
| DINIZ FILHO, L. L. Agricultura e Mercado no Brasil: revendo as visões da geografia sobre os condicionantes da produção agrícola do capitalismo . RA'E GA, v. 23, p. 124-158, 2011. | | | | | |
| DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003 . In: JACCOUD, Luciana; SILVA, Frederico Barbosa et al. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo . Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90. | | | | | |
| FILIPPI, E. E. Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2005. | | | | | |
| MANÇANO, Bernardo. Espaço e geografia: os movimentos sociais e os usos alternativos do espaço agrário , REVISTA UNB , v. 4, n. 1, jun/jul. 2001, pg. 7-24. | | | | | |
| MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método . Campo-Território: revista de geografia agrária, v.6, n.11, p.6-20, fev. de 2011. | | | | | |

ANEXO 148

| | | | |
|---|---|----------|---|
| MOURÃO, G. M. N. Colonización reciente y asentamientos rurales em El sureste de Roraima, Amazonia Brasileira: entre La política e La naturaleza. Tesis Doctoral. Valladolid. Universidad de Valladolid, 2003. | | | |
|  | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | |
| DISCIPLINA: GEOMORFOLOGIA GERAL | | | CÓDIGO:GE-336 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 3º |
| CARGA HORARIA: | | | PRÉ-REQUISITO |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GEO 195, GE231 |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | |
| EMENTA | | | |
| Conceito e métodos de Geomorfologia. Processos elaboradores de formas de relevo (fatores endógenos e exógenos). Dinâmica fluvial e litorânea. Representação e interpretação de cartas geomorfológicas. Mapeamento de feições geomorfológicas. | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | |
| BÁSICA | | | |
| BIGARELLA, J. J. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: EdUFSC, 2003. | | | |
| CUNHA, S B. da; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil . 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. | | | |
| CHISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . Edgar Blucher, 1991. 188 p. | | | |
| FLORENZANO, Teresa G. Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. | | | |
| GUERRA, Antonio José Teixeira CUNHA; Sandra Baptista da. Geomorfologia e Meio Ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 372 p. | | | |
| COMPLEMENTAR | | | |
| AB' SABER, A. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. | | | |
| D' AGOSTINI, L. R. Erosão: o problema mais que o processo . Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. | | | |
| CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas: uma introdução à geografia física . São Paulo: Bookman, 2012. | | | |
| GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. dos S. Geomorfologia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. | | | |
| PENTEADO, M.M. Fundamento de Geomorfologia . RJ, IBGE, 1983, 186 p. | | | |
| PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. Para entender a terra . Porto Alegre: Bookman, 2006. | | | |
| ROSS, J.L.S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento . SP Contexto, 1990, 84 p | | | |
| STRAHLER, A.N. Geografia Física . Barcelona, Omega, 1980. | | | |
| SUMMERFIELD, Michael A. Global Geomorphology: An introduction to the study of landforms . New York: Longman Scientific & Technical. 2000. | | | |
| TARBUCK, E.J.; LUTGENS, F.K. (1997) - Earth science . Prentice-Hall, 638 pp. | | | |
| THORNBURY, W.D. Principles of Geomorfology . New York, Willey, 1984. | | | |
| VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. | | | |
| VIEIRA, B. C.; SALGADO, A. A. R.; SANTOS, L. J. C. Landscapes and landforms of Brazil . London: Springer, 2015. | | | |

ANEXO 149

CÁPENA, E. M. **A gestão de recurso hídricos sob a perspectiva da economia ambiental.** *Ciência e Ambiente*, 3(4): 55-68, jan/jun., 1992.

SANDER, C.; CARVALHO, T. M.; GASPARETTO, N. **Breve Síntese da Dinâmica Fluvial do Rio Branco nas adjacências da cidade de Boa Vista, Roraima.** *Revista Geográfica Acadêmica*, v. 7, p. 60-69, 2013.



LATRUBESSE, E. M.; STEVAUX, J. C.; SINHA, R. **Grandes sistemas fluviais tropicais: uma visão geral.** *Revista Brasileira de Geomorfologia*, a. 6, v. 1, p. 01-18, 2005.

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO | | | | | CÓDIGO: GE338 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 3 ^o |
| CARGA HORARIA: | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 134 | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| <p>Conhecimento do espaço brasileiro, sua dimensão e localização no contexto continental e mundial e suas implicações geopolíticas e econômicas. As bases físicas do território brasileiro e duas relações com o processo de desenvolvimento e ocupação do espaço. Dimensionamento do processo demográfico, sua dinâmica territorial, mobilidade de grupos e a demanda por recursos. Urbanização e sua problemática, êxodo rural. Perfil da estrutura sócio-econômica-social e suas tendências frente ao processo de globalização. Políticas públicas frente aos desafios do desenvolvimento brasileiro, gestões participativas.</p> | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| <p>AB'SÁBER A. N. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.</p> <p>BECKER, B.K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1994.</p> <p>CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) (Org.). Brasil. Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.</p> <p>PRADO Júnior, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. São Paulo: SP, 1974.</p> <p>ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo, São Paulo: EDUSP, 1995.</p> <p>SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.</p> <p>SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2008.</p> | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| <p>ALBUQUERQUE JR., D. M. de. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo, Cortez, 1999.</p> <p>COSTA, W. M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1998.</p> <p>DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.</p> <p>GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão Territorial do Trabalho e a Nova Regionalização. <i>Revista do Departamento de Geografia</i>, São Paulo, DG-USP, v. 1, 1982.</p> | | | | | |

ANEXO 150

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA URBANA | | | | CÓDIGO:GE-339 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 3º | |
| CARGA HORÁRIA: | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 134 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Noções conceituais sobre a cidade e o urbano. Analisar o processo de urbanização no Brasil; A produção e reprodução do espaço urbano; O solo urbano e sua dinâmica de uso e ocupação enquanto processo histórico, social e desigual; Redes Urbanas e configurações do território; Cidade e meio ambiente; O cotidiano urbano e o direito à cidade; O espaço urbano roraimense; Gestão contemporânea da cidade. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. | | | | | |
| CARLOS, A. F. A. A cidade . São Paulo: Contexto, 1992. | | | | | |
| CLARK, David. Introdução à geografia urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. | | | | | |
| GEORGE, Pierre. Geografia urbana . São Paulo: DIFEL, 1983. | | | | | |
| LEWIS, M. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas . SP: Martins Fontes, 1991. | | | | | |
| MILTON, Santos. Manual de Geografia Urbana . São Paulo: Hucitec, 1989. | | | | | |
| ROLNIK, Raquel. O que é cidade . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BETHONICO, B. M. e SOUZA, V. (Org.). Rorainópolis: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2014. | | | | | |
| CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade . São Paulo: Contexto, 2005. | | | | | |
| CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2011. | | | | | |
| CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. | | | | | |
| GOMES, P. C. C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade . Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. | | | | | |
| HARVEY, David. A produção capitalista do espaço . São Paulo: Annablume, 2006. | | | | | |
| LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade . São Paulo: Centauro, 2011. | | | | | |
| SANTOS, M. A urbanização brasileira . São Paulo: EDUSP, 2013. | | | | | |
| OLIVEIRA, J. A. (Org.). Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais . Manaus: EDUA, 2009. | | | | | |
| PACIONE, Michael. Urban geography: a global perspective . New York; London: Routledge, 2009. | | | | | |
| ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. (Org.). Bonfim: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2013. | | | | | |
| SPOSITO, E. S. Redes e cidades . São Paulo: UNESP, 2006. | | | | | |
| TRINDADE JR, Saint-Clair C. (Org.). Belém, a cidade e o rio na Amazônia . Brasília: EDUFPA, 2005. | | | | | |
| VERAS, A. T. R.; SENHORAS, E. M. (Org.). Pacaraima: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2013. | | | | | |
| VERAS, A. T. R. A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima . 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. | | | | | |

ANEXO 151

| | | | |
|--|--|--|-----------------------|
| VICENTINI, Yara. Cidade e história na Amazônia . Curitiba: EDUPR, 2004. 287p. | | | |
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |
|  UFRR | | | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | |
| DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM | | | CÓDIGO: PE402 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 3º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO: |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | PE401 |
| 60 horas | 60 horas | - | |
| EMENTA | | | |
| Conceitos e características da aprendizagem. Teorias da aprendizagem. Identificando os fatores que influenciam o processo ensino-aprendizagem: fisiológicos, cognitivos, afetivos, emocionais e sociais. O estudo da motivação. O lúdico e a aprendizagem. Problemas de aprendizagem. | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | |
| BÁSICA | | | |
| BLANCK, Guillermo. <i>Psicologia Pedagógica</i> : Liev Semionovich Vygotsky. Porto Alegre: ARTMED, 2003 CAMPOS, Dinah Martins de Souza. <i>Psicologia da aprendizagem</i> . Petrópolis: Vozes, 1987. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. <i>Temas em Psicologia e Educação</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. FALCÃO, Gérson Marinho. <i>Psicologia da aprendizagem</i> . São Paulo: Ática, 2003. GARCIA, J.N. <i>Manual de dificuldades de aprendizagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 1998. GOULART, Iris Barbosa. <i>Psicologia da Educação: fundamentos teóricos – aplicações à prática pedagógica</i> . Petrópolis: Vozes, 2001. | | | |
| COMPLEMENTAR | | | |
| CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. <i>Um olhar da Psicologia sobre a Educação</i> . Ed. Arte e Ciência, 2003. MARTINS, João Batista. <i>Psicologia e Educação</i> . São Paulo: Ed. Rima, 2002. | | | |

ANEXO 152

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: HIDROGRAFIA E RECURSOS HÍDRICOS | | | | | CÓDIGO: GE337 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 3 ^o |
| CARGA HORARIA: | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 231 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| O ciclo hidrológico e a intervenção antrópica. Abordagem sobre Teoria Geral dos Sistemas e sua ligação com os Sistemas Fluviais. A contaminação das águas e os critérios para avaliação de sua qualidade A bacia hidrográfica como um sistema hidrológico. Análise dos processos e controles do regime fluvial. Gerenciamento de Recursos hídricos: os comitês de bacia e o manejo integrado das bacias hidrográficas. Métodos de cálculo de vazão; dinâmica hidrológica, com ênfase em hidrogramas, conceito de pulso de inundação, conectividade. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BRANCO, S. M. (org). Hidrologia Ambiental . São Paulo: Edusp, ABRH, 1991. | | | | | |
| BRANCO, S. M. Água: origem, uso e preservação . São Paulo: Moderna, 1993. 71p. | | | | | |
| CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia fluvial . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. | | | | | |
| SCHIEL, D.; MASCARENHAS, S.; VALEIRAS, N. Estudo de Bacias Hidrográficas . São Paulo: Rima, 2003. | | | | | |
| GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Gemorfologia e Ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996. | | | | | |
| PORTO, R. L. Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos . Porto Alegre: ABRH, 2002. | | | | | |
| PRESS, F. Et all. Para entender a Terra . Porto Alegre: Bookman, 2006. | | | | | |
| TEIXEIRA, TOLEDO, FAIRCHILD e TAIOLI. Decifrando a Terra . São Paulo: Oficina de Textos, 2000. | | | | | |
| REBOLÇAS, A. C. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação . São Paulo: Escrituras, 2002. | | | | | |
| TUCCI, C. E. M.. Hidrologia – Ciência e Aplicação . Porto Alegre, Editora da Universidade: ABRH, 1997. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ASSINE, M. L. River avulsions on the Taquari megafan, Pantanal Wetland, Brazil . <i>Geomorphology</i> , v.70, p. 357-371, 2005. | | | | | |
| ASSINE, M. L. Ambientes de leques aluviais . In: A. J. PEDREIRA, A. J.; ARAGÃO, MAGALHÃES A. N. F.; (Ed.). Ambientes de sedimentação siliciclástica do Brasil . São Paulo: Editora Beca, p.52-71. 2008. | | | | | |
| BAYER, M. Dinâmica do transporte, composição e estratigrafia dos sedimentos da planície aluvial do rio Araguaia . 2010. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. | | | | | |
| ALVES, T. M.; CARVALHO, T. M. Análises Morfométricas em Estudos Geomorfológicos: A Bacia Do Rio Crixás-Mirim, Estado De Goiás . <i>Biologia Geral e Experimental (Impresso)</i> , v. 9, p. 31-37, 2009. | | | | | |
| BAYER, M.; CARVALHO, T. M. Processos morfológicos e sedimentos no canal do rio Araguaia . <i>REA</i> . Vol.10, n2. p.24-31. | | | | | |
| CARVALHO, T. M. Avaliação do transporte de carga sedimentar no médio rio Araguaia . <i>Revista Geosul</i> , v.24, n.47, p.147-160. 2009. | | | | | |

ANEXO 153

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: BIOGEOGRAFIA | | | | | CÓDIGO: GE432 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 4º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 336, GE 337 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Relação Geografia e distribuição das espécies; Ontologia da biogeografia; conceitos básicos de ecologia, distribuição e população e barreiras geográficas; fatores que controlam a distribuição dos seres vivos nos diversos ambientes; Analisar as formações biogeográficas na superfície terrestre, relações com a fitogeografia e recursos naturais; discutir o efeito da ação antrópica na paisagem. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BROW, J.H.; LOMOLINO, M.V. Biogeografia . 2a Ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora. 2006. | | | | | |
| CARVALHO, T.M.; CARVALHO, C.M. 2012. Sistemas de informações geográficas aplicadas à descrição de habitats . Acta Scientiarum. Education (Print), v. 34, p. 79-90, 2012. | | | | | |
| CARVALHO, T. M.; RAMIREZ, R. Técnicas de sensoriamento remoto aplicadas à biogeografia: metodologia geográfica para espacialização de moluscos terrestres . Boletim Goiano de Geografia, v.28, n.1, p.157-166. 2008. | | | | | |
| MARTINS, C. Biogeografia e Ecologia . 5ª ed. São Paulo: Nobel, 1992. 115p | | | | | |
| ODUM, E.P. Ecologia . Rio de Janeiro, Guanabara, 1988. 434p. | | | | | |
| SALGADO-LABORIAU, M. L. História Ecológica da Terra . Edgar Blücher, S.P.174p. | | | | | |
| RIZZINI, C.T. Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos . Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1997. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| CARVALHO, T.M.; CARVALHO, C.M. Paisagens e Ecossistemas. In: Silveira, E.D.; Serguei, A.F.C.(Org.). Socioambientalismo de fronteiras: relações homem-ambiente na Amazônia. Ed. Juruá, Curitiba. p.43-68, 2015. | | | | | |
| IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira . Manuais Técnicos em Geociências, nº 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. | | | | | |
| SANTOS, A. L.; CARVALHO, C. M.; CARVALHO, T. M. 2013. Importância de Remanescentes Florestais Para Conservação da Biodiversidade: Estudo de Caso Na Mata Atlântica em Sergipe Através de Sensoriamento Remoto . Rev. Geográfica Acadêmica, v.7, n.2, p. 58-84. | | | | | |
| RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. | | | | | |
| TROPPEMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente . 4ª ed. Rio Claro, 1995. 259p. | | | | | |

ANEXO 154

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E. **Sensoriamento Remoto no Estudo da Vegetação**. São José dos Campos: A. Silva Vieira Ed., 2007.

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA | | | | CÓDIGO: GE434 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 4º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 134 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| O quadro socioeconômico da Amazônia. A importância do Estado nas transformações sócio espaciais da Amazônia. As Amazônias e suas diversidades. Novos atores e o vetor ecológico na Amazônia. Geopolítica e biodiversidade na Amazônia. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BECKER, B.K. Amazônia . São Paulo: Ática, 1994. | | | | | |
| BECKER, B. K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio . Rio de Janeiro: Garamond, 2004. | | | | | |
| CASTRO, Edna. Cidades na floresta . São Paulo: Annablume, 2009. | | | | | |
| OLIVEIRA, A. E. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana . Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1988. | | | | | |
| SALATI, E.; SANTOS, A. et al. Por que salvar a floresta Amazônica . Manaus: INPA, 1998. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| AB'SÁBER, Aziz. Problemas da Amazônia brasileira . Estudos Avançados, 19 (53), 2005. | | | | | |
| BECKER, B. K. A Urbe Amazônica . Rio de Janeiro: Gallimard, 2013. | | | | | |
| ACSELRAD, Henri. O Zoneamento Ecológico-Econômico e a multiplicidade de ordens sócio-ambientais ". Seminário "Avaliação de Metodologia do ZEE para a Amazônia". MMA/PPG-7/GTZ, Manaus, 2000. | | | | | |
| ARAGON, L.E. Populações da pan-amazônia . Belém: NAEA, 2005. | | | | | |
| BECKER, B. & STENNER, C. Um futuro para Amazônia . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. | | | | | |
| BRASIL. Ministério do Meio ambiente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia . Brasília: MMA, 2001. | | | | | |
| FEARSLIDE, M. P. A floresta amazônica nas mudanças globais . Manaus: INPA, 2003. | | | | | |
| HARVEY, David. Espaços de esperança . São Paulo: Loyola, 2004. | | | | | |
| LEONARDI, V. Os historiadores e os rios . Brasília: Ed. UNB, Paralelo 15, 1999. | | | | | |
| LEONARDI, V. Fronteiras amazônicas no Brasil . Brasília: Paralelo 15, 2000. | | | | | |
| NOGUEIRA, R. J. B. Amazonas um estado ribeirinho . Manaus: EDUA, 1999. | | | | | |
| OLIVEIRA, J. A. Cidades na Selva . Manaus. Ed. Valer, 2000. | | | | | |
| OLIVEIRA, A. U. Amazônia, expropriação e conflitos . Campinas: Papyrus, 1987. | | | | | |
| SANTILL, P. Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflito . São Paulo: Ed. UNESP, 2001. | | | | | |
| SILVA, M. C. O paiz do Amazonas . Manaus: Ed. Valer, 2004. | | | | | |
| TOCANTINS, L. O rio comanda a vida . Manaus: Ed. Valer, 2000. | | | | | |

ANEXO 155

TRINDADE JR, S. C.; ROCHA, G. M. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: PAKA-TATU, 2002
 WITKOSKI, A. C. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2006.

| | | | | | |
|--|----------------|--|--|---|-----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: RECURSOS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE | | | | | CÓDIGO: GE 435 |
| CATEGORIA | | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 4º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 134 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Tipologia e análise dos recursos naturais. Potencialidades e a exploração dos recursos. Tecnologias e implicações ambientais da exploração dos recursos naturais. Distribuição geográfica dos recursos naturais. Gestão e políticas de recursos naturais. Recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Legislação sobre uso dos recursos naturais. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza – Estudos para uma sociedade sustentável Ed Cortez: São Paulo SP 1995. | | | | | |
| GUERRA, Antonio Teixeira. Recursos naturais do Brasil – Conservacionismo . IBGE, Rio de Janeiro, 1969. | | | | | |
| MASSAMBANI, O e CAMPIGLIA, S. Meio ambiente e desenvolvimento EDUSP São Paulo SP. | | | | | |
| ODUM, Eugene P. Ecologia Livraria Pioneira São Paulo SP 1969. | | | | | |
| VALVERDE, Orlando. Recursos Naturais e o equilíbrio das estruturas regionais IBGE / SUPREN Rio de Janeiro RJ 1977. | | | | | |
| VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs.) Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental . São Paulo: Cortez. 1996. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BERTONI, I e LOMBARDI NETO, F – Conservação do solo - Editora Ícone São Paulo SP – 1990. | | | | | |
| BORGES, J. G.. Sistemas de apoio à decisão para o planejamento em recursos naturais e ambiente . Aplicações florestais. Revista Florestal IX(3): 37-44. 1996. | | | | | |
| BRASIL – MMA/IBAMA/CONSÓRCIO TC/BR/FUNATURA Gestão dos recursos naturais – Subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira . Brasília DF 2000. | | | | | |
| CORSON, W.H. Manual global de ecologia : o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente Ed Augustus São Paulo SP 1993. | | | | | |



ANEXO 156

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: DIDÁTICA GERAL | | | | | CÓDIGO: PE160 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 4º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 60 horas | 60 horas | - | - | | |
| EMENTA | | | | | |
| A didática e o processo político-pedagógico. O trabalho pedagógico: o registro, a pesquisa, a reflexão. Os diversos procedimentos do processo de ensino-aprendizagem. Avaliação: contextos e perspectivas. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Col. Primeiros Passos)</p> <p>ESTEBAN, Maria Teresa (org) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 3 ed : São Paulo: DP&A, 2001.</p> <p>Haidt, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ed. Àtica, 2001.</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação para promover. São Paulo: Mediação, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: ed. Cortez, 1994.</p> <p>MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas: Rio de Janeiro: DP&A, 2003</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Lições de Didática. Campinas: Papirus, 2006.</p> <p>_____. Ilma Passos de Alencastro. Técnicas de Ensino: por que não? Campinas: Papirus, 1995.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</p> | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| <p>ABRAMOVICH, Fanny (org) Meu inesquecível professor. São Paulo: Gente, 1997.</p> <p>FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, Adeus professora? São Paulo: Cortez, 1994.</p> | | | | | |

ANEXO 157

| | | | | | |
|--|----------------|--|-----------------------|---|-----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA DOS SOLOS | | | | | CÓDIGO: GE 431 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 4º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO: | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE336 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Abordar sobre o conceito de solos, sua formação e desenvolver o conhecimento dos solos e da cobertura pedológica através da compreensão de sua estrutura, propriedades morfológicas, químicas, físico-químicas e biológicas, bem como dos processos e mecanismos de sua formação. Analise da distribuição geográfica dos solos e sua correlação com outros fatores naturais. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BERTONI, J. LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo . 4ª ed. São Paulo: Icones, 1999. | | | | | |
| GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações . 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, 340p. | | | | | |
| LEPSCH, I. Formação e Conservação dos Solos . São Paulo: Ed. Oficina de Textos. 2002, 192p. | | | | | |
| LEPSCH, I. 19 Lições de Pedologia . São Paulo: Ed. Oficina de Textos, 2011, 456p. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| VALE JÚNIOR, J. F.; SCHAEFER, C. E. G. R (Org). Solos sob Savanas de Roraima: gênese, classificação e relações ambientais . Boa vista: Gráfica Ioris, 2010, 219p. | | | | | |
| TOLEDO, M. C. M.; Oliveira, S. M. B.; MELFI, A. J. Intemperismo e formação do Solo. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO et al (Org). Decifrando a Terra . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p 139-157. | | | | | |

ANEXO 158

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|-----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA DE RORAIMA | | | | | CÓDIGO: GE 531 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 5º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 434 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Compreender o espaço geográfico de Roraima relacionado a suas transformações sócio – econômicas. Enfoque aos aspectos físicos e sua importância no processo de uso e ocupação. Evolução sobre a divisão política administrativa. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BARBOSA, R. I., MELO, V. (Org.). Roraima: homem, ambiente e ecologia . Boa Vista: FEMACT, 2010, 643 p. | | | | | |
| SANTOS, N. P. D. Política e Poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000) . Boa Vista: UFRR, 287 p. | | | | | |
| SILVA, P. R.F., OLIVEIRA, R. S. (Org.). Roraima 20 Anos: as Geografias de um Novo Estado . Boa Vista: UFRR, 2008, 276 p. | | | | | |
| SILVA, P. R. F. Dinâmica Territorial Urbana do Estado de Roraima – Brasil PPGH-FFLCH-USP. São Paulo, 2007 (Tese de Doutorado). | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BARROS, N. C. C. Roraima, paisagens e tempo na Amazônia setentrional brasileira . Recife: UFPE, 1995, 269 p. | | | | | |
| BETHONICO, B. M. SOUZA, V., (Org.) Rorainópolis: um olhar geográfico . Boa Vista: UFRR, 245 p. | | | | | |
| DINIZ, A. M. A., SANTOS, R. O. Fluxos Migratórios e formação da rede urbana de Roraima . Geografia, Rio Claro, v.33, n.2, agosto, 2008, p.269-287. | | | | | |
| ROSA FILHO, A., BESERRA NETA, L. C., (Org.) Bonfim: um olhar geográfico . Boa Vista: UFRR, 260 p. | | | | | |
| VERAS, A. T. R., SENHORAS, E. M. Pacaraima: um olhar geográfico . Boa Vista: UFRR, 186 p. | | | | | |



ANEXO 159

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: METODOLOGIA DE ENSINO DE GEOGRAFIA I | | | | | CÓDIGO: GE831 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | Semestre: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 5º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | PE160 | | |
| 90h | 30h | 60h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| A Geografia enquanto ciência e disciplina escolar do ensino básico; a história da disciplina escolar: as transformações dos conceitos com o movimento da História e das mudanças espaço-temporais; o significado da inserção da Geografia no currículo do Ensino Básico em suas diferentes modalidades. Análise das propostas curriculares e parâmetros curriculares nacionais. O currículo verticalizado e o integrado; as relações entre a Geografia acadêmica e a Geografia escolar desde as origens da disciplina; os métodos de ensino de Geografia e a produção didática. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. O Espaço Geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 1989. | | | | | |
| CALLAI, H. C. A Formação do profissional da Geografia – o professor . Ijuí: Editora UNIJUI, 2013. | | | | | |
| CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. V. Ensino de Geografia . São Paulo, CENGAGE, 2010. | | | | | |
| CAVALCANTI, L. de S. Geografia, Escola e a Construção de Conhecimentos . Campinas-SP: Papyrus, 1998. | | | | | |
| KAERCHER, N. A. Se a Geografia escolar é um pastel de vento o gato come a Geografia Crítica . Porto Alegre: Evangraf, 2014. | | | | | |
| LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra . Campinas: Papyrus, 1988. | | | | | |
| POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo, Cortez, 2007. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| APPLE, M. Ideologia e currículo . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. | | | | | |
| MORAES, J. V. A alfabetização científica, a resolução de problemas e o exercício da cidadania: uma proposta para o ensino de geografia . 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. | | | | | |
| ROCHA, G. O. R. A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942) . 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. | | | | | |
| _____. A política do conhecimento oficial e a nova geografia dos(as) professores(as) para as escolas brasileiras (o ensino de geografia segundo os parâmetros curriculares nacionais) . 2001. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. | | | | | |
| ROSS, J. (Org.) Geografia do Brasil . São Paulo: EDUSP, 1998. | | | | | |
| SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. | | | | | |

ANEXO 160

| | | | |
|---|--|----------------|---|
| VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente . Tradução de: José Cipolla et alii. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989. | | | |
| VESENTINI, J. W. Para uma Geografia Crítica na Escola . São Paulo: Ática, 1992. | | | |
|  | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | |
| DISCIPLINA: ANÁLISE DE MATERIAL DIDÁTICO EM GEOGRAFIA | | | CÓDIGO: GE832 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | Semestre: |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | PE160 |
| 60h | 30h | 30h | |
| EMENTA | | | |
| Análise e observações críticas do conteúdo nos livros didáticos do ensino básico; fragmentação dos conteúdos nos livros didáticos; uso e aplicabilidade do livro didático em sala de aula; A utilização de textos em prosa e poesia e sua possível elaboração; importância e uso de mapas e maquetes; O uso de imagens no ensino (fotos, filmes, vídeos de programas e documentários, quadrinhos e outros materiais audiovisuais); a importância e uso da música no ensino. | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | |
| BÁSICA | | | |
| CARLOS, A. F. A. A Geografia na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2012. | | | |
| CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. Ensino de Geografia . São Paulo, CENGAGE, 2010. | | | |
| FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. O livro didático em questão . São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1997. | | | |
| POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo, Cortez, 2007. | | | |
| SPOSITO, M. B. (org) Livro Didático de Geografia e História: Avaliação e Pesquisa . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. | | | |
| COMPLEMENTAR | | | |
| PORTUGAL, J. F., CHAIGAR, V. A. M. (orgs.). Cartografia, cinema, literatura e outras linguagens no ensino de geografia . Curitiba: CRV, 2012. | | | |
| ORTEGA, A. M., PELOGGIA, A. U. G., SANTOS, F. C. (Org.). A literatura no caminho da história e da geografia: práticas integradas com a língua portuguesa . São Paulo: Cortez, 2009. | | | |
| SCHÄFFER, N. O. [et all.] Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . Porto Alegre: Artmed, 2011. | | | |

ANEXO 161

| | | | | |
|--|--|----------------|--|---|
|  | | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO |  UFRR |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | |
| DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LIBRAS | | | | CÓDIGO LEM040 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | Semestre: |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 5º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | |
| 60h | 60h | - | | |
| EMENTA | | | | |
| Estudo sistemático teórico-metodológico e práticas experienciais de Língua Brasileira de Sinais, envolvendo a consciência ética da Libras como elemento para os processos de inclusão social. | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | |
| BÁSICA | | | | |
| FERNANDES, E. (org). Surdez e Bilingüismo . Porto Alegre: Mediação, 2005. FERREIRA, L. (org). Legislação e a Língua Brasileira de Sinais . São Paulo: Ferreira & Bergoneci, 2003. LIMA, P. A & VIERA, T.n (orgs), Educação Inclusiva e Igualdade Social . São Paulo: Avercamp, 2006. LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. & TESKE, O. Letramento e minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. LUCKESI, M. R. C. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas . Campinas, SP: Papyrus, 2003. QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SKLIAR, C. Atualidade da Educação Bilingüe da Educação de Surdos . Porto Alegre: Mediação, v.1, 1999. _____. Atualidade da Educação Bilingüe da Educação de Surdos . Porto Alegre: Mediação, v.2, 1999. THOMA, A. da S. & LOPES, M. C. A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | |
| BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensino de Língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica / Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/ SEESP, 2002. MEC, BRASIL. Recomendação nº. 01/10/06. _____. BRASIL. Decreto nº. 5.625/12/05. _____. BRASIL. Portaria nº. 3.284/11/03. _____. BRASIL. Plano Nacional de Educação - 1999. | | | | |

ANEXO 162

| |
|-----------------------------|
| BRASIL. LDBEN nº. 9.394/96. |
|-----------------------------|

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL | | | | | CÓDIGO: PE417 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | Semestre: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 5º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 60h | 60h | - | - | | |
| EMENTA | | | | | |
| Políticas para a Educação Básica no Brasil. As políticas educacionais e a legislação do ensino. A organização do Sistema de Ensino no Brasil. A análise da estrutura e funcionamento da Educação Básica no Brasil e em Roraima. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e Funcionamento do Ensino . São Paulo: Avercamp, 2004. | | | | | |
| BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional . Apresentação de Carlos Roberto Jamil Cury. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. | | | | | |
| GENTIL, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total e educação . Petrópolis: Vozes, 2001. | | | | | |
| DIAS, José Augusto. Sistema Escolar Brasileiro . São Paulo: Pioneira, 1998. | | | | | |
| SILVA, Tomaz Tadeu. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política . Petrópolis: Vozes, 1996. | | | | | |
| SEVERINO, Antonio Joaquim. Os embates da cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite.(org). O Sentido da Escola . 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 | | | | | |
| MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, sociedade e cultura . São Paulo: Cortez, 1995. | | | | | |
| SADER, Emir (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático . São Paulo: Paz e Terra, 1995. | | | | | |
| TEIXEIRA, Lucia Helena (org). LDB E PNE: desdobramentos na política educacional brasileira . São Bernardo: UNESP, 2002. | | | | | |

ANEXO 163

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I | | | | | CÓDIGO: GE833 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | Semestre: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE831 | | |
| 210h | 60h | 150h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Conhecimento do Projeto Político Pedagógico e estruturação funcional da escola. A comunidade escolar atendida e sua realidade socioeconômica: a escola num contexto geográfico. Utilização dos recursos pedagógicos necessários a uma prática docente competente. Planejamento das atividades para o exercício autônomo da prática docente. Regência supervisionada. Exercício de docência no Ensino Fundamental. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALMEIDA, Rosângela D. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino da Geografia . São Paulo: Terra Livre, 1991. | | | | | |
| BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia . Brasília: MEC/SEF, 1998. | | | | | |
| CALLAI, H. C. A Formação do profissional da Geografia - o professor . Ijuí: Editora UNIJUI, 2013. | | | | | |
| CARLOS, A. F. A. A Geografia em sala de aula . São Paulo: Contexto, 1999. | | | | | |
| CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. Ensino de Geografia . São Paulo, CENGAGE, 2010. | | | | | |
| CASTROGIOVANNI, A. C., et all., Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999. | | | | | |
| KAERCHER, N.A., Desafios e utopias no Ensino de Geografia . Santa Cruz do Sul, Ed, UNISC, 1997. | | | | | |
| POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo, Cortez, 2007. | | | | | |
| SCHAFFER, N. O. et. all. Ensinar e aprender Geografia . Porto Alegre, AGB, 1998. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| FAZENDA, I. C., (org). Práticas interdisciplinares na escola . São Paulo, Cortez, 1991. | | | | | |
| FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia . Rio de Janeiro Paz e Terra, 1999. | | | | | |
| PASSINI, E. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado . São Paulo: Contexto, 2011. | | | | | |
| PIMENTA, S. G. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2014. | | | | | |
| _____. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012. | | | | | |
| VEIGA, I. P. A., (org). Didática: o ensino e suas relações . Campinas, Papyrus, 1996. | | | | | |



ANEXO 164

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: METODOLOGIA DE ENSINO DE GEOGRAFIA II | | | | | CÓDIGO: GE835 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | Semestre: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE831 | | |
| 90h | 30h | 60h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| A construção dos conceitos no ensino de Geografia; a utilização de material cartográfico e de imagens de satélites para o desenvolvimento de conceitos geográficos; a construção de aulas fundamentadas em textos didáticos, ou em linguagens da produção cultural; projetos disciplinares e interdisciplinares; a produção de jornal, painel ou site com base nos projetos interdisciplinares realizados; a contribuição da Geografia e os temas transversais; crítica aos métodos convencionais de ensino da Geografia e a produção didática; os métodos inovadores e a pesquisa em Geografia; a diversificação de linguagens e sua aplicação no ensino, (fotografias, interpretação de fotos aéreas e das imagens de satélites, literatura, música, filmes e jogos); o uso de tecnologias de informação e comunicação no ensino e na aprendizagem em Geografia. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo . In: Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000. | | | | | |
| CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. Ensino de Geografia . São Paulo, CENGAGE, 2010. | | | | | |
| CAVALVANTI, L.S. (org.). Temas da Geografia na Educação Básica . Campinas: Papirus, 2013. | | | | | |
| POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI T. e CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo, Cortez, 2007. | | | | | |
| VESENTINI, José W. (Org.) O ensino de Geografia no século XXI . Campinas: Papirus, 2004. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSCKY, Pompei. Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano . Cuestiones de Educación. Buenos Aires: Paidós, 2002. | | | | | |
| CASTELLAR, S. M. V. Educação Geográfica: teorias e práticas docentes . SP: Contexto, 2005. | | | | | |
| CAVALCANTI, L. S. et al. Produção do conhecimento e pesquisa no ensino da Geografia . Goiânia: Ed. PUC-GO, 2011. | | | | | |
| GONZÁLEZ, X. M. S. Didáctica de la Geografía. Problemas sociales y conocimiento del médío . Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999. | | | | | |
| SANTOS, M. O espaço do cidadão . São Paulo: Edusp, 2014. | | | | | |

ANEXO 165

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I | | | | | CÓDIGO: GE834 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE235, GE831 | | |
| 150 horas | 30 horas | 120 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Elaboração do projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso, envolvendo temas abrangidos pelo curso, de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos da UFRR. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| CHRISTIAN, L.; DIONNE J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 1999. | | | | | |
| FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa . Porto Alegre: Bookman, 2004. | | | | | |
| GATTI, B. A.; FERES, N. L. Estatística básica para ciências humanas . 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. | | | | | |
| MAGALHÃES, G. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia . São Paulo: Ática, 2005. | | | | | |
| SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. | | | | | |
| SILVA, A. M. M.; SOUTO, C. F. et. al. Manual de normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da UFRR . Boa Vista: EDUFRR, 2012. | | | | | |
| VENTURI, L. A. B. (org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica . 2. ed. São Paulo: Makron, 2000. | | | | | |
| LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. | | | | | |
| RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. | | | | | |
| SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. | | | | | |
| KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p. | | | | | |

ANEXO 166

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL | | | | | CÓDIGO: GE731 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 7º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE 134 | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| A Regionalização do Espaço Mundial: blocos continentais, socioeconômicos e a formação dos grandes blocos de poder. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W. <i>A nova des-ordem mundial</i> . São Paulo: Ed. da UNESP, 2006. | | | | | |
| HUNTINGTON, S. <i>O choque de civilizações e a mudança na ordem mundial</i> . Lisboa: Gradiva, 1996. | | | | | |
| LENCIONE, S. <i>Região e Geografia</i> . São Paulo. EDUSP, 1999. | | | | | |
| LIMA, M. R. S. <i>Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria</i> . Dados, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996. | | | | | |
| RICHARD, Y. <i>Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas</i> . Confins, 20, 2014. | | | | | |
| SANTOS, M. <i>Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal</i> . São Paulo: Record, 2001. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ARON, R. <i>Paz e guerra entre as nações</i> . Brasília, UNB, 1986. | | | | | |
| BECKER, B. K. <i>Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo</i> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. | | | | | |
| BETHELL, L. <i>O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica</i> . Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, Dec. 2009. | | | | | |
| BLINNIKOV, M. S. <i>A geography of Russia and its neighbors</i> . New York: The Guilford Press, 2011. | | | | | |
| CARDOSO, L. F. P. B. <i>O domínio polar ártico perante o direito internacional público</i> . 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. | | | | | |
| CASTELLS, M. <i>A Sociedade em rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2002. | | | | | |
| COLE, J. <i>A geography of the European Union</i> . New York: Routledge, 1997. | | | | | |
| FERREIRA, F. R. G. <i>O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira</i> . Brasília: FUNAG, 2009. | | | | | |
| EL-ANIS, I. (Dis)Integration and the Emergence of the State System in the Middle East. Journal of Global Analysis. 2(2)9-28, 2011. | | | | | |
| GADELHA, R. M. A. F. (org). <i>Mercosul a UNASUL: avanços do processo de integração</i> . São Paulo: EDUC, 2013. | | | | | |
| MEENA, K. <i>BRICS: an explanation in critical geography</i> . Contexto int., Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, Dec. 2013. | | | | | |
| MILANI, C. R. S.; CARVALHO, T. C. O. <i>Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano</i> . Estudos Internacionais, v. 1 n. 1 jan-jun, 2013, p. 11-35. | | | | | |
| PECEQUILO, C. S. <i>A União Europeia: os desafios, a crise e o futuro da integração</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. | | | | | |

ANEXO 167

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: ENSINO DE GEOGRAFIA EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES | | | | CÓDIGO: GE838 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | Semestre: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | PE160 | | |
| 45h | 15h | 30h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| <p>Conceito, contextos e fatores da educação não formal; relações entre educação formal, não-formal e informal; desenvolvimento de estratégias e roteiros de estudos de campo, estudos do meio, trabalho de campo, aula-passeio, turismo educacional, entre outras denominações, em consonância com os conceitos e conteúdos do ensino de Geografia; desenvolvimento de metodologias de ensino diferenciadas que incorporem espaços públicos, museus, unidades de conservação, empresas, entre outros; interdisciplinaridade em espaços não escolares; normas burocráticas e de segurança para atividades extraclasse; práticas de campo, atividades lúdicas e instrumentos de observação e pesquisa em contextos não escolares.</p> | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei (orgs.). Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano . Buenos Aires: Paidós, 2006. | | | | | |
| CAVALCANTI, Lana S. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana . Campinas: Papyrus, 2008. | | | | | |
| CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Religião, identidade e território . Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. | | | | | |
| _____. Temas sobre cultura e espaço . Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2005. | | | | | |
| VENTURI, A. L. B. (Org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALDEROQUI, S. Museo y escuela: una sociedad posible . IN: Museos y Escuelas: socios para educar, Barcelona: Paidós, 1996, pp. 29-44. | | | | | |
| BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. | | | | | |
| OZORIO, Augusto M. A alfabetização científica em Geografia por meio da atividade de trabalho de campo . Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. | | | | | |
| REINO UNIDO. Câmara dos Comuns, Comissão de Educação. Education outside the classroom . Londres, 2005. Relatório. Disponível em: < http://www.teachernet.gov.uk/teachingandlearning/resourcematerials/outsideclassroom/ >. | | | | | |

ANEXO 168

| | | | | | |
|---|--|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II | | | | | CÓDIGO: GE837 |
| CATEGORIA | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | | 7º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE834 | | |
| 210 horas | 60 horas | 150 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Desenvolvimento da monografia de conclusão de curso a partir do projeto elaborado durante o TCC I. Defesa do respectivo trabalho perante uma banca examinadora. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| CHRISTIAN, L.; DIONNE J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 1999. | | | | | |
| FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa . Porto Alegre: Bookman, 2004. | | | | | |
| GATTI, B. A.; FERES, N. L. Estatística básica para ciências humanas . 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. | | | | | |
| MAGALHÃES, G. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia . São Paulo: Ática, 2005. | | | | | |
| SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. | | | | | |
| SILVA, A. M. M.; SOUTO, C. F. et. al. Manual de normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da UFRR . Boa Vista: EDUFRR, 2012. | | | | | |
| VENTURI, L. A. B. (org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica . 2. ed. São Paulo: Makron, 2000, 122 p. | | | | | |
| LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. | | | | | |
| RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 144 p. | | | | | |
| SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 425 p. | | | | | |
| KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p. | | | | | |

ANEXO 169

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II | | | | | CÓDIGO: GE836 |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | | Semestre: |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 7º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE833 | | |
| 210h | 60h | 150h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Conhecimento do Projeto Político Pedagógico e estruturação funcional da escola. Atividades supervisionadas de iniciação profissional: objetivos e relevância para a formação docente. Contribuições das reflexões epistemológicas para o trabalho do professor. Observação, participação e aplicação de conhecimentos de geografia. Utilização dos recursos pedagógicos necessários a uma prática docente competente. Planejamento das atividades para o exercício autônomo da prática docente. Exercício de docência no Ensino Médio. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALMEIDA, Rosângela D. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino da Geografia . São Paulo: Terra Livre, 1991. | | | | | |
| BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia . Brasília: MEC/SEF, 1998. | | | | | |
| CALLAI, H. C. A Formação do profissional da Geografia - o professor . Ijuí: Editora UNIJUI, 2013. | | | | | |
| CARLOS, A. F. A. A Geografia em sala de aula . São Paulo: Contexto, 1999. | | | | | |
| CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. Ensino de Geografia . São Paulo, CENGAGE, 2010. | | | | | |
| CASTROGIOVANNI, A. C., et all., Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999. | | | | | |
| FAZENDA, I. C., (org). Práticas interdisciplinares na escola . São Paulo, Cortez, 1991. | | | | | |
| KAERCHER, N.A., Desafios e utopias no Ensino de Geografia . Santa Cruz do Sul, Ed, UNISC, 1997. | | | | | |
| POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo, Cortez, 2007. | | | | | |
| SCHAFFER, N. O. et. all. Ensinar e aprender Geografia . Porto Alegre, AGB, 1998. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia . Rio de Janeiro Paz e Terra, 1999. | | | | | |
| PASSINI, E. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado . São Paulo: Contexto, 2011. | | | | | |
| PIMENTA, S. G. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2014. | | | | | |
| _____. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012. | | | | | |
| VEIGA, I. P. A., (org). Didática: o ensino e suas relações . Campinas, Papirus, 1996. | | | | | |


ANEXO 170

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: ENSINO DE GEOGRAFIA EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES | | | | CÓDIGO: GE838 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | Semestre: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | PE160 | | |
| 45h | 15h | 30h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| <p>Conceito, contextos e fatores da educação não formal; relações entre educação formal, não-formal e informal; desenvolvimento de estratégias e roteiros de estudos de campo, estudos do meio, trabalho de campo, aula-passeio, turismo educacional, entre outras denominações, em consonância com os conceitos e conteúdos do ensino de Geografia; desenvolvimento de metodologias de ensino diferenciadas que incorporem espaços públicos, museus, unidades de conservação, empresas, entre outros; interdisciplinaridade em espaços não escolares; normas burocráticas e de segurança para atividades extraclasse; práticas de campo, atividades lúdicas e instrumentos de observação e pesquisa em contextos não escolares.</p> | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei (orgs.). Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano . Buenos Aires: Paidós, 2006. | | | | | |
| CAVALCANTI, Lana S. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana . Campinas: Papirus, 2008. | | | | | |
| CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Religião, identidade e território . Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. | | | | | |
| _____. Temas sobre cultura e espaço . Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2005. | | | | | |
| VENTURI, A. L. B. (Org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALDEROQUI, S. Museo y escuela: una sociedad posible . <i>IN: Museos y Escuelas: socios para educar</i> , Barcelona: Paidós, 1996, pp. 29-44. | | | | | |
| BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. | | | | | |
| OZORIO, Augusto M. A alfabetização científica em Geografia por meio da atividade de trabalho de campo . Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. | | | | | |
| REINO UNIDO. Câmara dos Comuns, Comissão de Educação. Education outside the classroom . Londres, 2005. Relatório. Disponível em: < http://www.teachernet.gov.uk/teachingandlearning/resourcematmaterials/outsideclassroom/ >. | | | | | |

ANEXO 171

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: LINGUAGEM CARTOGRÁFICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA | | | | CÓDIGO: GE839 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória (X) Eletiva () Optativa Livre () | | Semestre: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º | |
| CARGA HORÁRIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GE232 | | |
| 45h | 15h | 30h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Representações cartográficas e ensino de Geografia; cartografia escolar e ensino de Geografia; as representações cartográficas enquanto texto: percepção, subjetividade e abstração do espaço; os mapas mentais; legendas e símbolos: codificação e reinterpretação do espaço; escala percepção do espaço e construção de espacialidades; coordenadas geográficas e o processo de localização, dimensionamento e correlação de fenômenos; localização e orientação enquanto habilidades básica; o atlas como recurso didático de referência do metaconhecimento sem contextualização à aquisição de habilidades: correlação de textos, construção de conhecimentos e reprodução de informações ao mapeamento de fenômenos socioambientais; a cartografia digital e o ensino da Geografia: princípios e aplicações práticas e análise de imagens de satélites. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALMEIDA, R. D. & PASSINI, E. Y. O espaço geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 2001. | | | | | |
| ALMEIDA, R. D. de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006. | | | | | |
| _____. (Org.). Cartografia Escolar . São Paulo: Contexto, 2007. | | | | | |
| _____. (Org.). Novos rumos da cartografia escolar . São Paulo: Contexto, 2011. | | | | | |
| IBGE. Atlas geográfico escolar: ensino fundamental do 6º ao 9º ano . Rio de Janeiro: IBGE, 2010. | | | | | |
| _____. Atlas geográfico escolar . Rio de Janeiro: IBGE, 2012. | | | | | |
| JOLY, F.A. A cartografia . Papirus: Campinas, 1990. | | | | | |
| MARTINELLI, M. Curso de Cartografia Temática . Contexto, São Paulo, 1998. | | | | | |
| _____. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . 6ª ed. São Paulo-SP: Contexto, 2013. | | | | | |
| SCHÄFFER, N.O. et all. Um Globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| CAVALCANTI, L. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos . 4ª ed. São Paulo: Papirus, 2003. | | | | | |
| FLORENZANO, T.G. Imagens de Satélite para Estudos Ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002. | | | | | |
| SIMIELLI, M. H. Geoatlas . São Paulo: Ática, 2012. | | | | | |
| LUCHIARI, A.; KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G. Aplicações do sensoriamento remoto na geografia . In: VENTURI, L. A. B. Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. | | | | | |


ANEXO 172

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA | | | | CÓDIGO: GE840 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | Semestre: | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 6º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 45h | 15h | 30h | | | |
| EMENTA | | | | | |
| <p>Informática e sociedade; sociedade da informação e sociedade do conhecimento; o computador e a internet como instrumentos culturais de aprendizagem; a informática educativa no Brasil; projetos de aprendizagem e o uso de tecnologias da informação e comunicação no ensino de Geografia; a informática educativa depois da Web 2.0; avaliação e uso de softwares (comerciais, educativos, jogos eletrônicos e sociais) na prática pedagógica; multimídia e educação; a prática pedagógica nos laboratórios de informática e com dispositivos móveis; informática e acessibilidade; a educação <i>online</i> e suas contribuições para as relações de ensino-aprendizagem.</p> | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALAVA, S. (Org.). Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais? Porto Alegre: Artmed, 2002. | | | | | |
| Archela, R. S.; Calvente, M. C. Ensino de geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo. Londrina: Eduel, 2008. | | | | | |
| MORAN, J; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2013. | | | | | |
| SANTOS, E; ALVES, L. Práticas Pedagógicas e Tecnologias Digitais. Rio de Janeiro: e-Papers, 2006. | | | | | |
| TEDESCO, J. C. Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004. | | | | | |
| VALENTE, J. A. Formação de educadores para o uso da Informática na escola. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 2003. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BONILLA, M. H. Escola Aprendendo: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005 | | | | | |
| CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2006. | | | | | |
| COSCARELLI, Carla V.; RIBEIRO, Ana. E. (Org.). Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. | | | | | |
| Dewey, J. Como pensamos - como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição. São Paulo: Editora Nacional, 1979. | | | | | |
| RAMAL, A. C. Educação na cibercultura: hipertexto, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. | | | | | |
| SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008. | | | | | |

ANEXO 173

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE | | | | | CÓDIGO: GE031 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 5º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Fundamentos das relações entre educação, ambiente e sociedade como área do conhecimento teórico, científico metodológico e aplicado às ciências educacionais e ambientais. Histórico e perspectivas. Diferentes tipos de abordagens e metodologias em para a compreensão das relações entre educação, ambiente e sociedade, O tratamento dos conteúdos programáticos de Geografia para ensino fundamental e médio através da temática da disciplina. Questão ambiental e interdisciplinaridade. Imposições do desenvolvimento sustentável e o papel da sociedade. A relação homem com o ensino e a pesquisa ambiental. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ODUM, E. P. Ecologia . São Paulo: Livraria Pioneira, 1969. | | | | | |
| SARIEGO, J. C. Educação ambiental: As ameaças ao planeta azul . São Paulo: Scipione, 2001. | | | | | |
| DIAS, F. G. Educação ambiental: Princípios e Práticas . São Paulo: Gaia, 1994. | | | | | |
| MARGALEF, R. Ecologia . Barcelona: Omega, 1995. | | | | | |
| MEDINA, N. M; SANTOS, E. C. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação . Petrópolis: Vozes, 2003. | | | | | |
| OLIVEIRA, E. M. Educação ambiental; uma possível abordagem . Coleção Meio ambiente - Série estudos, 1998. | | | | | |
| RUSCHEINSKY, A. Educação ambiental: Abordagens Múltiplas . Ed. Artmed. São Paulo, 2002. | | | | | |
| TAUK, S. M. Análise ambiental; Uma visão multidisciplinar . São Paulo: Ed. UNESP, 1991. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza-estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez, 1995. | | | | | |
| CORSON, W. H. Manual global de ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente . São Paulo: Augustus, 1993. | | | | | |
| DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e de recursos naturais . In: A.C.S. Diegues, <i>Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras</i> . São Paulo: NUPAUB, pp. 31-67, 1.995. | | | | | |
| NEGRET, Rafael. Na trilha do desenvolvimento sustentável – Brasília: ITDS, 1994. | | | | | |
| PILLET, G. Economia Ecológica: introdução à economia do ambiente e dos recursos naturais . Lisboa: Instituto Piaget, 1997. | | | | | |
| RAY, D.L. e GUZZO, L. Sucateando o planeta . Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992. | | | | | |
| REIGOTO, M. & ESMÉRIO, M. (Org). Um olhar sobre a Educação ambiental . Porto Alegre: SEE, 2002 | | | | | |
| RODRIGUES, A. M. Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana . São Paulo: Hucitec, 1998 | | | | | |
| SILVA, J. B. 1997. O meio ambiente urbano: algumas proposições metodológicas sobre a problemática ambiental . In: SILVA, J. B. et al. (org). <i>A cidade e o urbano</i> . Fortaleza: EUFC, 1997. p. 139-152. | | | | | |

ANEXO 174

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: ATIVIDADES GEOGRÁFICAS APLICADAS ÀS COMUNIDADES | | | | CÓDIGO: GE032 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 6º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | | | |
| 90 horas | - | 90 horas | - | | |
| EMENTA | | | | | |
| Atividades de estudo, pesquisa e extensão voltadas às diferentes comunidades de Roraima, notadamente de Boa Vista e seu entorno. Mapeamento dos diferentes grupos e sua territorialidade. Debate em sala e com a comunidade a respeito de políticas públicas que afeta as populações. Participação em fóruns públicos, busca de integração aos movimentos da sociedade civil e a demais órgãos que lidam com temas voltados às diferentes comunidades. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BETHONICO, Bárbara de Magalhães e SOUZA, Vladimir de (Org.). Rorainópolis: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2014. 245 p. | | | | | |
| ROSA FILHO Arthur, Luiza BESERRA NETA Câmara (Org.). Bonfim: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2013. 260 p. | | | | | |
| VERAS, Antônio Tolrino de Rezende e SENHORAS, Elói Martins (Org.). Pacaraima: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2013. 186 p. | | | | | |
| VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SANDER, Carlos (Org.). Alto Alegre: um olhar geográfico . Boa Vista: EDUFRR, 2017. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade . São Paulo: Annablume, 2004. 373 p. | | | | | |
| MARTINEZ, Fábio Rodrigues. O crescimento econômico de Normandia, Uiramutã e Pacaraima no período de 1999 a 2011 . Boa Vista: UFRR, 2014. 119 p. | | | | | |
| WIGGERS, Raquel; RATIER Hugo E., e Cintya M. Costa RODRIGUES (Org.). Comunidades rurais: organização, associações e lideranças = comunidades rurales organización, asociaciones... Manaus, AM : EDUA, 2012. 391 p. | | | | | |
| FARIAS, Maria Valdira de Azevedo. As territorialidades do "beiral" no contexto da reprodução do espaço em Boa Vista-RR . Boa Vista: UFRR, 2014. (Dissertação de Mestrado). 126 p. | | | | | |
| OLIVEIRA, Roniel Vitor de. O papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis – Roraima . Boa Vista: UFRR, 2014. (Dissertação de Mestrado). 148 p. | | | | | |
| ANJOS, Jeniffer Natalie Silva dos. Desenvolvimento regional da área de livre comércio de Boa Vista e suas implicações socioespaciais a partir de um estudo geoestratégico . Boa Vista: UFRR, 2014. (Dissertação de Mestrado). 129 p. | | | | | |
| BATISTA, Amarildo Nogueira. Políticas públicas e produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima (1988-2011) . Boa Vista: UFRR, 2103. .(Dissertação de Mestrado). 234p. | | | | | |

ANEXO 175

| | | | |
|---|--|--|---|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO |  UFRR |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA CULTURAL | | | CÓDIGO: GE034 |
| CATEGORIA | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 6º |
| CARGA HORARIA: 45h | | PRÉ-REQUISITO | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | |
| 45 horas | 15 horas | 30 horas | - |
| EMENTA | | | |
| Os conceitos de cultura: gênese e características da cultura. Gênese e dinâmica da geografia cultural. As dimensões culturais do espaço. Cultura, identidade e território. Cultura e lugar. Contatos culturais, religião, espacialidades e territorialidades. Formação sociocultural brasileira. Cultura e regionalismo. A paisagem geográfica. O conteúdo cultural das paisagens, vida social e espaço humanizado. Cultura e globalização. | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | |
| BÁSICA | | | |
| CLAVAL, P. A Geografia Cultural . Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. | | | |
| CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Org.). Introdução à geografia cultural . Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011. 224 p. | | | |
| CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural no Brasil. Revista da Anpege , nº2, 2005. | | | |
| HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 102p. | | | |
| COMPLEMENTAR | | | |
| ANDERSON, Jon. Understanding cultural geography: places and traces . Londres : Routledge, 2010. 212 p. | | | |
| ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia, sociedade e cultura . Fortaleza, CE : UFC, 1983. 107 p. | | | |
| CARREIRO, Vivian de Aparecida Oliveira. A Cultura Regional Roraimense na produção dos poetas : Devair Fioroti, Eli Macuxi e Zanny Adairalba datada de 2008 a 2012 . Boa Vista : UFRR, 2014. 100 p. | | | |
| COPETA, Clara; LOIS, Rubén. Geografia, paisaje e identidade . Madri: Biblioteca Nueva, 2009. | | | |
| DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa . São Paulo: Martins Fontes, 2000. | | | |
| GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, tofília e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. Geosul , Florianópolis, v.17, n.33, p 117-141, jan./jun. 2002. | | | |
| Nogué, Joan. El paisaje en la cultura contemporânea. Madrid : Nueva, 2009.301 p. | | | |
| MITCHELL, Don. Cultural geography: a critical introduction . Oxford, U.K. : Blackwell Publishing, 2000. 325 p. | | | |
| ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). Matrizes da geografia cultural . Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. | | | |
| ROSENDAHL, Zeny. Hierópolis. O sagrado e o urbano . Rio de Janeiro. EdUERJ,1999. 112p | | | |
| ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). Manifestações da cultura no espaço . Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. | | | |
| SILVA, Tomaz da Silva. Identidade e diferença: a perspectiva dos estados culturais . Petrópolis, RJ : Vozes, 2004. 133 p | | | |
| TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência . Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. | | | |
| TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente . São Paulo: DIFEL, 1980. | | | |

ANEXO 176

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO TURISMO | | | | | CÓDIGO: GE037 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 7º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Teoria e Método para a análise geográfica do Turismo e Lazer. História do Turismo de massa. Políticas de turismo e lazer e suas dinâmicas na Amazônia e Roraima. Cultura, Meio Ambiente e construção do turismo em Roraima. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ARANHA, R.C.; GUERRA, A. J. T (Org.). Geografia Aplicada ao Turismo, São Paulo: Oficina de Textos, 2014, 191p. | | | | | |
| CRUZ, Rita Ariza da. Política de Turismo e território. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002. (coleção turismo) | | | | | |
| RODRIGUES, Adyr B. (Org.) Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. 2 ed. São Paulo:Hucitec, 1999. | | | | | |
| SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BENKO, Georges. Economia. Espaço e Globalização na aurora do Século XXI São Paulo; Hucitec 1999. | | | | | |
| BOURDIEU, P. O poder simbólico. Memória e Sociedade. Difel. Bertrand Brasil, RJ, 1989. | | | | | |
| BRASIL: Questões atuais da reorganização do território. In: Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa (org.). 3 ed. Bertrand Brasil, RJ. 2005. | | | | | |
| CUNHA, L. D. A paisagem da Serra do Tepequém - RR e sua Potencialidade para o Geoturismo. 2013. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista – RR, 2013. | | | | | |
| LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. 2 ed. São Paulo; Difel, 1985. | | | | | |
| RODRIGUES, A. Turismo e espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997. | | | | | |
| SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. | | | | | |
| SEABRA, L. <i>Turismo sustentável: planejamento e gestão</i> . In. Cunha, S. Baptista da; Guerra, A. Teixeira (org.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. | | | | | |
| TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida. Ed. Valer. Manaus, 2000. | | | | | |

ANEXO 177

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL | | | | CÓDIGO: GE039 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 45 horas | 15 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Aspectos introdutórios dos conceitos de risco, ameaça, vulnerabilidade, desastre, emergência, resiliência. Marco de Hyogo. Gestão de riscos e desenvolvimento. Estudo de ameaças e vulnerabilidades. Redução de riscos (prevenção e mitigação). Manejo dos eventos adversos (preparação, alerta e alarme) e recuperação (reabilitação e reconstrução). Estudos de caso. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BRAZETTI, L.; GOERL, R. e MOLLERI, G. Introdução à prevenção de desastres naturais. Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. | | | | | |
| VEYRET, Y. (Org.) Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007. | | | | | |
| LIMA-GUIMARÃES, S. T.; CARPIJUNIOR, S.; BERRÍOS, M. B. R.; TAVARES, A. C. Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais. Rio Claro: IGCE/UNESP/RIO CLARO, 2012. | | | | | |
| SOUZA, L. B.; ZANELLA, M. E. Percepção de Riscos Ambientais: Teoria e Aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2009. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| BRASIL. Curso de capacitação em gestão e mapeamento de áreas de riscos socioambientais. Ministério das Cidades - Secretaria de Programas Urbanos, Universidade Federal de Pernambuco, Coordenação de Educação a Distância, Grupo de Engenharia Geotécnica de Encostas e Planícies, SEM ANO. | | | | | |
| FERREIRA, Y. N.; MARANDOLA JÚNIOR, E. Riscos Ambientais e Custos de Urbanização – Pressupostos Teórico-Metodológicos. Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 15-26, jan./jun. 2001. | | | | | |
| KOBİYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D.; MARCELINO, I.; MARCELINO, E.; GONÇALVES, E.; MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOGAN, D. J. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 38, p 25-58, jul./dez. 2004. | | | | | |
| SANTOS, R. F. (Org.). Vulnerabilidade Ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos? Brasília: MMA, 2007. | | | | | |

ANEXO 178

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: POVOS, CULTURAS E DEMOGRAFIA AMAZÔNICA | | | | CÓDIGO: GE038 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | | | |
| 45 horas | 15 horas | 30 horas | - | | |
| EMENTA | | | | | |
| Histórico de povoamento da Amazônia. Comunidades na Amazônia: Território, Povo, Etnia e Cultura. Dinâmica socioeconômica e ambiental nos territórios tradicionais. Processos recentes e projetos nas áreas tradicionais, notadamente em Roraima. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E.J.G. Castellón, E.G. (orgs). Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima . Manaus, INPA. p. 49-64, 1997 | | | | | |
| ALMEIDA, M. W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental . In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. <i>Cultura com aspas e outros ensaios</i> . Cosac Naify, 2009. | | | | | |
| KOCH-GRÜNBERG, T. A distribuição dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Yapurá . Manaus: EDUA, 2006. | | | | | |
| MELO, L. M. de. A formação sociocultural de Boa Vista - RR e os povos Macuxi e Wapichana da Cidade: Processos históricos e sentidos de pertencimento. Textos & Debates , Boa Vista, n.23, p. 115-133, jan. /jun. 2013. | | | | | |
| 2.COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALMEIDA, M. W. B. de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato . In: <i>Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais/Unicamp, IFCH</i> , vol. I, nº 2 (2007). | | | | | |
| ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais , Vol 19, n. 55 junho/2004. | | | | | |
| CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais . IFCH, Unicamp. Vol 2 nº 1. Março de 2008. pp. 9 – 38. | | | | | |
| DIEGUES, Antonio Carlos, <i>O Mito moderno da natureza intocada</i> , Ed. Hucitec, 1998. | | | | | |
| BAINES, Stephen Grant. O Movimento político Indígena em Roraima: Identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil – Guiana. In: Caderno CRH , Salvador, v. 25, nº 64, p. 33-44, jan/abr. 2012. | | | | | |
| FARAGE, Nádia. Os Múltiplos da Alma: um inventário de práticas discursivas Wapishana. In: <i>Itinerários</i> . Araraquara, nº 12, 1998. | | | | | |
| _____; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio. Territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) História dos Índios no Brasil . São Paulo: Cia. Das Letras, 2006. | | | | | |
| MENDES, A. D. (Org.). Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos . Petrópolis: BASA, 2004. | | | | | |
| SANTILLI, Paulo. Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito . São Paulo: UNESP, 2001. | | | | | |
| SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção . 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997 | | | | | |
| SIMONIAN, L. T. L. Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura . Belém: UFPA, 2001. | | | | | |
| SOUZA, E. P. e REPETTO, M. Diagnóstico da situação dos indígenas em Boa Vista . Boa Vista, 2007. | | | | | |
| WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. | | | | | |



ANEXO 179

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: GEOGRAFIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS | | | | CÓDIGO: GE033 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 5º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | | | |
| 30 horas | - | 30 horas | - | | |
| EMENTA | | | | | |
| Populações tradicionais no Brasil: histórico das intervenções. Povos indígenas e Comunidades Tradicionais na Amazônia: Território, Etnia e Cultura. Dinâmica socioeconômica e ambiental nos territórios tradicionais. Processos recentes e projetos nas áreas tradicionais, notadamente em Roraima. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ALMEIDA, Mauro W. B. "Populações Tradicionais e Conservação Ambiental". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. <i>Cultura com aspas e outros ensaios</i> . Cosac Naify, 2009 | | | | | |
| BECKER, B. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. Brasil: questões atuais da reorganização do território. CASTRO, Iná Elias & outros. RJ, 2005. | | | | | |
| Povos indígenas no Brasil. Instituto Sócio Ambiental/ISA, SP, 2011. | | | | | |
| DIEGUES, Antônio Carlos. "As populações tradicionais: conceitos e ambigüidades". In: DIEGUES, Antonio Carlos, <i>O Mito moderno da natureza intocada</i> , Ed. Hucitec, 1998. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. "Narrativas agrárias e a morte do campesinato". In: Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais/Unicamp, IFCH, vol. I, nº 2 (2007) | | | | | |
| Almeida, Mauro W. B. "Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 19, n. 55 junho/2004 | | | | | |
| Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios .Organizadores Adalberto Veríssimo et al. Belém : Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. | | | | | |
| Carneiro, M. J. "Rural como categoria de pensamento". Ruris. Revista do Centro de Estudos Rurais. IFCH, Unicamp. Vol 2 nº 1. Março de 2008. pp. 9 - 38 | | | | | |
| Diagnóstico da situação dos indígenas em Boa Vista. Eliandro P. Souza, Maxim Repetto, Boa Vista, 2007 | | | | | |
| FRANK, Erwin; CIRINO, Carlos Alberto. Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima. Livro: Roraima: Homem, ambiente e ecologia, 2010. Reinaldo Imbrózio Barbosa e Valdinar F. Melo. (Cópia do texto na Xerox da Av. Venezuela) | | | | | |
| GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). Patrimônio Cultural e Imaterial e Povos Indígenas. Iepé, Pará, 2006 | | | | | |
| LITTLE, Paul. "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". Série Antropologia, UNB, 2002. | | | | | |
| NEVES, Delma. "Os ribeirinhos e a reprodução social sob construção". In Boletim Rede Amazônica, ano 2, n. 1, 2003. | | | | | |
| SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. | | | | | |

ANEXO 180

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL | | | | | CÓDIGO: PE432 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Enfoque da educação especial no cenário educacional hoje, levando em consideração sua historicidade e os conceitos desta prática pedagógica acerca das representações frente aos sujeitos que apresentam diferenças. Inclusão-exclusão nas discussões das políticas inclusivas e na perspectiva do sócio-histórico-cultural. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| <p>AQUINO, J. G. (org). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. SP: Summus, 1998.</p> <p>LAROSSA, J.; SKLIAR, C. (org). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.</p> <p>MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. Cortez, 2001.</p> <p>MITTLER, P. Reeducação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: ARTMED, 2000.</p> <p>RODRIGUES, D. Dez ideias (malfeitas) sobre a educação inclusiva. In RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo; Summus, 2006.</p> <p>FREITAS, S., RODRIGUES, D. & KREBS, R. Educação Inclusiva e necessidades educacionais especiais. Santa Maria, Ed. UFSM, 2005.</p> <p>FONSECA, V. Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce. Uma introdução às ideias de Feuerstein. Porto Alegre: ARTMED, 1995.</p> <p>SKLIAR, C. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In: _____. Educação & Realidade: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997, p.5-14.</p> <p>SKLIAR, C. B. & SOUZA, R. M. O Debate sobre as Diferenças e os caminhos para (re)pensar a educação. In: _____. Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Ed. UFRGS- SME, 2000, p. 259-276.</p> <p>STAINBACK, S. e STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. ARTMED, 1999.</p> | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| <p>BRASIL. Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais, orientações gerais e marcos legais. MEC/SEESP, 2004.</p> <p>LEBEDEFF, T. B. & LIMA E SILVA, I. Educação Especial: olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF, 2005.</p> <p>LOPES, M. C. Inclusão escolar, currículo, diferença e identidade. In LOPES, M. C. e DAL'IGNA, M. C. IN/EXCLUSÃO nas tramas da escola. Porto Alegre: Ed. ULBRA, 2007.</p> <p>TORRES G., J. A. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ARTMED, 2002.</p> <p>TUNES, E. Porque falamos de Inclusão? In: Revista Linhas Críticas. UNB. Nº 16, vol. 9, jan/jun, 2013.</p> <p>WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva. WVA, 1997.</p> <p>_____. Quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro; WVA, 2003.</p> | | | | | |



ANEXO 181

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA | | | | | CÓDIGO: PE406 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Ideias e movimentos pedagógicos e políticas públicas educacionais na história da educação brasileira. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2000. | | | | | |
| GHIRALDELLI, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 2005. | | | | | |
| RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. História da Educação Brasileira: a organização escolar. São Paulo : Autores Associados, 2008. | | | | | |
| SAVIANI, Demerval. História das idéias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2007. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2000. PAIVA, José Maria. Colonização e Catequese. São Paulo: Cortez, 1982. | | | | | |
| PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1991. | | | | | |

ANEXO 182

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|---------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA | | | | | CÓDIGO: CAN1 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | | | |
| 60 horas | 60 horas | - | | | |
| EMENTA | | | | | |
| O Estranhamento: alteridade e etnocentrismo. A historiografia moderna frente ao imaginário europeu do século XVI. A crítica iluminista da sociedade: Lery, Montaigne e Rousseau (sec. XVIII). Evolucionismo Social. Diferença e universalidade ou universalismo e particularismo: reflexões sobre a diversidade cultural. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| <p>TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 1983.</p> <p>MELLO E SOUZA, Laura de. O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.</p> <p>MONTEIRO, John. Negros da terra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.</p> <p>LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. São Paulo: Martins, 1941.</p> <p>MONTAIGNE. Dos canibais, Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984. pp 100-106.</p> <p>ROUSSEAU. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Os pensadores.3a.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.</p> <p>MORGAN, L.H. (1877).A Sociedade Antiga in: CASTRO, C. Evolucionismo Cultural - Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.</p> <p>TYLOR, E.B. (1871). A Ciência da Cultura in CASTRO, C. Evolucionismo Cultural – Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.</p> <p>FRAZER, J.G. (1908).O Escopo da Antropologia Social In CASTRO, C. Evolucionismo Cultural – Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História in Antropologia Estrutural 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.</p> | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| <p>MINER, Horace. O ritual do corpo entre os Nacirema. Versão em Word. Traduzido de e Body ritual among the Nacirema. In American Anthropologist. Vol. 58, 1956. pp. 503-507.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. Jean-Jacques Rousseau: O Fundador das Ciências do Homem,inAntropologia Estrutural Dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. pp. 41-51.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. Natureza e Cultura in As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.</p> <p>GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem in A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 45-66.</p> | | | | | |

ANEXO 183

| | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|---|--|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: MINERALOGIA PARA GEOGRAFIA | | | | CÓDIGO: GEO221 | |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | SEMESTRE | |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | 6º | |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | GEO195 | | |
| 60 horas | 30 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Introdução à mineralogia. As propriedades físicas, químicas e óticas dos minerais. Noções de petrologia. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| <p>DANA & HURLBUT. 1981. Manual de mineralogia. Livros Técnicos e Científicos Ed. S.A., São Paulo, 642p. DEER, W.A.; HOWIE; R.A. & ZUSSMAN, J. 1981. Minerais constituintes das rochas – uma introdução. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 558p. DEER, W.A.; HOWIE; R.A. & ZUSSMAN, J. 1992. An introduction to the rock-forming minerals. 2nd. Hong Kong: Longman Scientific & Technical, 696p. KLEIN & HURLBUT. 1993. Manual of mineralogy. John Wiley & Sons, New York, 681p. LEINZ, V. & CAMPOS, J. E. S. Guia para determinação de minerais. 9ª ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1982. 149p. PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER J.; JORDAN, T.H.; Tradução Rualdo Menegat... Para entender a Terra. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656p. TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, M. Cristina Motta; FAIRCHILD, Thomas Rich; TAIOLI, Fábio (Orgs.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.</p> | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| <p>BATTEY, MH, A Pring. Mineralogy for Students. London: Longman, 2007. BERRY L.G., Mason B., Dietrich R.V... Mineralogy: concepts, descriptions, determinations (2ª edição). S. Francisco: Freeman, 1983, 561p. BETEJTIN, A. Curso de Mineralogia. Moscou: Ed. Mir. 739p. BRANCO, P.M. Glossário Gemológico. Porto Alegre: Sagra, 1989 COSTA, M.L. Minerais, Rocha e Minérios - Riquezas Minerais do Pará. Belém: Falangola, 1996. HEINRICH, E.W.. Identificación microscopica de los minerales. Bilbao: URMO, S.A. de Ediciones, 1970. 456p. KERR, P.F.. Optical mineralogy. McGraw-Hill Book Co., 1977. KRAUSKOPF, K.B.. Introdução à geoquímica, vols. 1 e 2. Ed. São Paulo: Polígono, 1982.</p> | | | | | |

ANEXO 184

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA I | | | | | CÓDIGO: GE040 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 6º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 45 horas | 15 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Esta disciplina possibilita o aprofundamento nos recortes teóricos, temáticos, temporais e espaciais da análise geográfica, e serão definidos em conformidade às necessidades e interesses dos professores e dos alunos, discutidos e aprovados nas instâncias decisórias do curso. O professor proponente divulgará o tema e o plano da disciplina antecipadamente ao período de matrículas. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| A bibliografia básica ficará a critério do assunto selecionado. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| A bibliografia complementar ficará a critério do assunto selecionado. | | | | | |

ANEXO 185

| | | | | | |
|---|----------------|--|----------------------|---|----------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO | |  UFRR | |
| CENTRO/INSTITUTO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS | | | | | |
| CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA | | | | | |
| DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA II | | | | | CÓDIGO: GE041 |
| CATEGORIA | | Obrigatória () Eletiva (X) Optativa Livre () | | | SEMESTRE |
| MODALIDADE | | Presencial (X) Semi presencial () A distância () | | | 7º |
| CARGA HORARIA | | | PRÉ-REQUISITO | | |
| TOTAL | TEÓRICO | PRÁTICA | - | | |
| 45 horas | 15 horas | 30 horas | | | |
| EMENTA | | | | | |
| Esta disciplina possibilita o aprofundamento nos recortes teóricos, temáticos, temporais e espaciais da análise geográfica, e serão definidos em conformidade às necessidades e interesses dos professores(as) e dos alunos(as), discutidos e aprovados nas instâncias decisórias do curso. O professor proponente divulgará o tema e o plano da disciplina antecipadamente ao período de matrículas. | | | | | |
| BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA | | | | | |
| BÁSICA | | | | | |
| A bibliografia básica ficará a critério do assunto selecionado. | | | | | |
| COMPLEMENTAR | | | | | |
| A bibliografia complementar ficará a critério do assunto selecionado. | | | | | |